



+RESUMOS



infância(s) e juventude(s) na educação contemporânea



Universidade do Minho
Instituto de Educação

UNIVERSIDADE DO MINHO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO 8-10 FEVEREIRO 2018
III COLÓQUIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA EDUCAÇÃO



III COLÓQUIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA EDUCAÇÃO

RESUMOS

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO | UNIVERSIDADE DO MINHO

BRAGA – 8, 9 e 10 FEVEREIRO DE 2018

Departamento de Ciências Sociais de Educação

Infância(s) e Juventude(s) na Sociedade e Educação Contemporâneas

A condição de criança e a condição de jovem só podem ser compreendidas nas sociedades democráticas contemporâneas a partir de abordagens mais interdisciplinares, com quadros teórico-conceituais e de investigação empírica produtores de novos sentidos, e que tenham por referência realidades sociais, políticas, culturais e educacionais cada vez mais instáveis, complexas e heterogêneas. Por seu lado, a condição de aluno, que se cruza, de múltiplas formas, com a condição de criança e com a condição de jovem, tem vindo a ganhar uma outra centralidade, nomeadamente, em trabalhos de investigação no campo das ciências sociais da educação. Todavia, a reatualização de (velhos) objetos de estudo ou a imaginação de outros objetos de estudo, mais avançados e inovadores, não prescinde da necessidade de visitar ou reconvocar paradigmas, teorias e conceitos que constituem o background dos campos científico e metodológico a que referenciamos, direta ou indiretamente, os trabalhos de investigação e as nossas práticas profissionais e educativas. O **III Colóquio Internacional de Ciências Sociais da Educação** pretende mobilizar uma pluralidade de olhares e constituir um lugar de encontro e de intercâmbio onde seja produtivo, do ponto de vista científico e profissional, partilhar experiências, disponibilizar novos conhecimentos e dar conta de novas perspetivas sobre as crianças e os jovens, desde a educação da infância ao ensino secundário.

Childhood (s) and Youth(s) in the Society and Contemporary Education

The children and youth's conditions on the contemporary democratic societies can only be understood from more interdisciplinary, adopting theoretical and empirical frameworks which can produce new meanings, and taking into account the increasingly unstable, complex and heterogeneous social, political, cultural and educational realities. As for the pupil condition, that crosses the children and young people's conditions by multiple ways, has been acquiring one other centrality, namely in the research on the field of the social sciences of education. However, the re-updating of (old) objects of study or the imagining of another objects

of study, more advanced and innovative, doesn't overlook the need to revisit or recall paradigms, theories and concepts that constitute the scientific and methodological background which we take as reference, direct or indirectly, in our research and professional and educational practices. The **IIIrd International Seminar on Social Sciences of Education** aims to mobilize a plurality of point of views and become a place of scientific and professional exchanges, where it is possible to share experiences, provide new knowledge and present new perspectives about children and youth, from pre-school to the secondary school.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Almerindo Janela Afonso (Coordenador)
José Augusto Branco Palhares (Coordenador)
Carlos Alberto Gomes
Cristina Alexandra Fernandes
Daniela Andrade Vilaverde Silva
Manuel José Jacinto Sarmento Pereira
Maria Emília Pinto Vilarinho Rodrigues Barros Zão
Maria Fernanda Santos Martins
Maria José Manso Casa Nova
Maria Teresa Jacinto Sarmento Pereira
Natália Fernandes

COMISSÃO CIENTÍFICA

Aina Tarabini | Universidade Autónoma de Barcelona
Almerindo Janela Afonso | Universidade do Minho
Afrânio Mendes Catani | Universidade de São Paulo
Ana Diogo | Universidade dos Açores
Ana Maria Seixas | Universidade de Coimbra
António Neto-Mendes | Universidade de Aveiro
António Teodoro | Univ. Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa
Armando Loureiro | Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro
Assunção Folque | Universidade de Évora
Bartolomeu Varela | Universidade de Cabo Verde
Benedita Portugal e Melo | Universidade de Lisboa
Bruno Dionísio | Universidade Nova de Lisboa
Carlos Alberto Gomes | Universidade do Minho
Catarina Tomás | Escola Superior de Educação de Lisboa
Daniela Vilaverde Silva | Universidade do Minho
Esmeraldina Veloso | Universidade do Minho
Fátima Antunes | Universidade do Minho
Fernando Ilídio Ferreira | Universidade do Minho
Gabriela Trevisan | Escola Superior de Educação Paula Frassinetti
Guilherme Silva | Universidade do Minho
Helena Costa Araújo | Universidade do Porto
Ilídia Cabral | Universidade Católica Portuguesa
Isabel Menezes | Universidade do Porto
Jean-Louis Derouet | Escola Normal Superior de Lyon
João Teixeira Lopes | Universidade do Porto
João Emílio Alves | Instituto Politécnico de Portalegre
Jorge Adelino Costa | Universidade de Aveiro
José Augusto Palhares | Universidade do Minho
José Beltran | Universidade de Valencia

José Machado Pais | Universidade de Lisboa
José Matias Alves | Universidade Católica Portuguesa
José Resende | Universidade Nova de Lisboa
Leonor Lima Torres | Universidade do Minho
Licínio C. Lima | Universidade do Minho
Luís Miguel Carvalho | Universidade de Lisboa
Lutine Pastoor | Universidade de Oslo
Manuel Jacinto Sarmiento | Universidade do Minho
Manuel António Silva | Universidade do Minho
Manuela Ferreira | Universidade do Porto
Maria Alice Nogueira | Universidade Federal de Minas Gerais
Maria Custódia Rocha | Universidade do Minho
Maria da Graça Setton | Universidade de São Paulo
Maria Emília Vilarinho Zão | Universidade do Minho
Maria Fernanda Martins | Universidade do Minho
Maria José Casa Nova | Universidade do Minho
Maria Luísa Branco | Universidade da Beira Interior
Maria Luísa Quaresma | Universidade Autónoma do Chile
Maria Manuel Vieira | Universidade de Lisboa
Maria Teresa Sarmiento Pereira | Universidade do Minho
Mariana Gaió Alves | Universidade Nova de Lisboa
Natália Alves | Universidade de Lisboa
Natália Fernandes | Universidade do Minho
Nuno Ferreira | Instituto Universitário de Lisboa
Pedro Abrantes | Universidade Aberta
Rita Marchi | Universidade de Blumenau
Rosanna Barros | Universidade do Algarve
Sofia Marques da Silva | Universidade do Porto
Susana Martins | Instituto Universitário de Lisboa
Teresa Seabra | Instituto Universitário de Lisboa
Tiago Neves | Universidade do Porto
Virgínio Sá | Universidade do Minho
Xavier Bonal | Universidade Autónoma de Barcelona
Yves Duterqcq | Universidade de Nantes

CONTACTOS/SECRETARIADO

Secretaria do Departamento de Ciências Sociais da Educação
Instituto de Educação da Universidade do Minho
Campus de Gualtar
4710-057 Braga
A/C Cristina Alexandra Fernandes
E-mail: secdcse@ie.uminho.pt
Telefone: +351 253 604279
Fax: +351 253 604250
Página web: <https://iiicicse.wixsite.com/iiicicse2018>

PROGRAMA

8 DE FEVEREIRO

8h00 – Abertura do Secretariado

9h30 – SESSÃO DE ABERTURA

10h15 – Momento Musical: A pianista Sofia Sarmento interpretará R. Schumann (1810-1856) – Cenas Infantis op.15: *De Povos e Terras Distantes, História Curiosa, Cabra Cega, Criança que Suplica, Felicidade Plena, Acontecimento Sério, Sonho, À Lareira, Cavaleiro do Cavalo de Pau, Um Pouco Sério, Fazer Medo, A Criança, Adormece, O Poeta Fala*

10h30 – CONFERÊNCIA ABERTURA **José Machado Pais** | ICS-Universidade de Lisboa: *Jovens, rumos sociais e desafios educacionais*

Moderadora: Leonor Lima Torres | IE-Universidade do Minho

ALMOÇO

14h00-16h00 – PAINEL: *Construção de Sucessos: Percursos e Contingências*

Moderador: António Augusto Neto-Mendes | Universidade de Aveiro

Intervenientes:

Ana Maria Seixas | FPCE-Universidade de Coimbra: *Participação juvenil, cidadania e desafios da escolarização*

José Matias Alves | FEP-Universidade Católica Portuguesa (Porto): *As vozes dos alunos na escola: perdidos no labirinto*

Susana da Cruz Martins | ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa: *Percursos de sucesso: políticas e transformações sociais*

Nuno Ferreira | ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa: *Dispersão da atenção na relação pedagógica - predomínio da informalidade tecnológica na sala de aula*

INTERVALO

16h30-18h30 – COMUNICAÇÕES LIVRES

9 DE FEVEREIRO

9h30-10h45 – CONFERÊNCIA – **Aina Tarabini** | Universidade Autónoma de Barcelona: *La escuela no es para ti. El rol de los centros educativos en el abandono escolar*

Moderador: Almerindo J. Afonso | IE-Universidade do Minho

10h45-11h30 – INTERVALO | [10h45-11h30 – LANÇAMENTO DE LIVROS]

11h30-13h00 – COMUNICAÇÕES LIVRES

ALMOÇO

14h30-16h15 – PAINEL: *Tempos, Experiências e (Des) Escolarizações*

Moderador: Carlos Pires | ESELx, Instituto Politécnico de Lisboa

Intervenientes:

José Augusto Palhares | IE-Universidade do Minho: *As educações juvenis entre o centro e a periferia, entre o formal e o informal*

Sofia Marques da Silva | FPCE-Universidade do Porto: *Mobilidades e a construção de percursos educativos: dissemetrias regionais, interioridade e regiões de fronteira*

Lúisa Quaresma | Universidade Autónoma do Chile: *A educação pública chilena e a construção do sucesso educativo: percepções e vivências dos atores escolares*

Carlos Alberto Gomes | IE-Universidade do Minho: *A construção de sucessos na escola: meritocracia, igualdade e seleção social*

INTERVALO

16h30-18h15 - COMUNICAÇÕES LIVRES

18h30-20h00 – CONFERÊNCIA: **Lutine Pastoor** | Universidade de Oslo: *The education of refugee and migrant children and young people: An exploration of inclusive learning contexts – in school and beyond*

Moderadora: Natália Fernandes | IE-Universidade do Minho

20h30 – JANTAR DO CONGRESSO

Restaurante Panorâmico - Campus de Gualtar | Universidade do Minho

A Associação Cultural e Festiva “Os Sinos da Sé” animará o jantar com manifestações musicais e coreográficas da cultura popular minhota

10 DE FEVEREIRO

9h30-11h30 – COMUNICAÇÕES LIVRES

INTERVALO

11h45 – Momento Musical: Coro de Pequenos Cantores de Esposende [Escola de Música de Esposende], sob a direção de Helena Venda Lima e acompanhado ao piano por Diogo Zão. Interpretará *The Seal Lullaby*, Eric Whitacre; *Ghana Alleluia*, tradicional do Gana (arranjo de Kathy Armstrong); *Feel Good*, L. Craig Tyson e Leonard Scott

12h00 – CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO: **Manuel Sarmento** | IE-Universidade do Minho |

Criança, aluno, cidadão: Transições contemporâneas

Moderadora: Isabel Menezes | Presidente da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação |
FPE-Universidade do Porto

13h00 – SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Resumo 006

CIÊNCIA OU CADA CASO É UM CASO: UM DILEMA NA EDUCAÇÃO, UMA RESPOSTA DA INVESTIGAÇÃO EM LITERATURA INFANTO-JUVENIL

Cláudia Pereira

csousapereira@gmail.com

Universidade de Évora, Portugal

Nesta comunicação propõe-se a partilha de modelos e dados de investigação e docência na área da Literatura infanto-juvenil (LIJ) que ajudem a ultrapassar o "double-bind", ou dilema, que tantas vezes se coloca também, quanto mais não seja em atitude epistemológica, na área das Ciências Sociais e Humanas: o respeito pelo caso individual da Pessoa e a necessidade da Ciência produzir Conhecimento que se aplica ao Coletivo. Este dilema, que Gayatri Spivak (2012) expõe a propósito da educação estética no mundo globalizado contemporâneo, perpassa também na investigação e docência da LIJ, direcionada para a formação - inicial, avançada e contínua - de educadores - formais, informais e não-formais - na atividade da mediação da leitura literária. É este o ponto central da comunicação que, com apoio em exemplos diversos e plurais de LIJ, essencialmente portuguesa mas não só, propõe modelos a serem aplicados nesta área de investigação e formação. A leitura literária distancia-se assim, sem ruturas nem ressentimentos, dos diferentes métodos já validados e aplicados da leitura "tout court" constituindo as duas âmbitos de literacia próprios. As propostas, que terão sempre subjacente o cruzamento de dois caminhos, sistematizados por Hollindale (2011), o das "pessoas do livro" e o das "pessoas da criança", contribuirão, estamos certas, para um objetivo maior e caro às Ciências Sociais, numa era que aconselha o escrutínio constante das sociedades do Ocidente contemporâneo, e do sistema democrático. A formação em leitura literária, acreditamos, predisporá os leitores para uma melhor e mais consciente leitura da sociedade - acontecimentos, protagonistas e instituições – contribuindo para que se tornem Cidadãos mais atentos, críticos e, desejavelmente, mais interventivos, contribuindo também assim para o normal funcionamento dos Estados democráticos.

Referências: ECO, Umberto (2011). *Confissões de um jovem escritor*. Lisboa: Livros Horizonte; HOLLINDALE, Peter (2011). *The Hidden Teacher – Ideology & Children's Reading*. London, UK: The Thimble Press; SPIVAK, Gayatri C. (2012). *An Aesthetic Education in the Era of Globalization*. Cambridge USA: Harvard University Press.

Palavras-chave: Literatura infanto-juvenil; Promoção da leitura literária; Formação de mediadores de leitura; Literatura infanto-juvenil no ensino superior

Resumo 011

GESTÃO DAS EMOÇÕES NA SALA DE AULA

Mariana Isabel Grazina Cortez

mimgcortez@hotmail.com

Joana Medeiro

joana.medeiro@sapo.pt

Escola Superior Educação João de Deus, Portugal

A presente investigação surgiu da necessidade sentida pelos docentes de gerirem melhor as emoções na sala de aula, especialmente na relação com os seus alunos. Pretendemos analisar o modo como os educadores de infância e os professores do primeiro ciclo do ensino básico fazem a sua gestão emocional no quotidiano escolar. Desejámos perceber quais as emoções que os docentes sentem na sala de aula e que estratégias utilizam para fazerem uma gestão emocional adequada na escola. Para o nosso estudo recorreremos à metodologia de investigação qualitativa com o objectivo de, através de um trabalho exploratório, encontrarmos soluções para o nosso problema de investigação. Através do plano de pesquisa e dos resultados que recolhemos nas entrevistas, grelhas de observação e análise documental verificámos que os docentes beneficiavam de formação em educação emocional e de um guião de gestão emocional que lhes seria entregue no final da formação. Ao longo do estudo verificámos que as emoções primárias foram as mais referidas pelos docentes, tais como: alegria, tristeza, medo ou receio, ira ou irritação. Percebemos que os docentes manifestavam emoções positivas quando os alunos revelavam sucesso escolar e bom comportamento na sala de aula. Por outro lado, os docentes manifestavam emoções negativas quando os alunos tinham um comportamento desadequado na sala e revelavam insucesso escolar nos trabalhos propostos. Concluímos

que uma gestão emocional adequada implicava um balanço entre o controlo e a exteriorização das emoções. Verificámos que a auto-estima condicionava a gestão emocional de professores e alunos o que pressupõe docentes reflexivos que aprofundem o seu conhecimento através de formação em educação emocional para uma melhoria do seu desempenho profissional. Constatámos, ainda, que os docentes mais experientes, como os supervisores pedagógicos, geralmente são os que conseguem gerir melhor as suas emoções, daí poderem dar um contributo muito positivo ao nível da educação emocional para os docentes mais jovens.

Palavras-chave: Emoções; Gestão; Sala Aula

Resumo 012

O QUE DIZER DA ESCOLA PÚBLICA? COM A PALAVRA JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Juliana dos Santos Rocha

juliana.rocha.001@acad.pucrs.br

Marlene Rozek

marlene.rozek@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

O presente texto trata-se de um recorte da investigação de Mestrado em Educação que buscou compreender os sentidos subjetivos produzidos por jovens em situação de vulnerabilidade social acerca da aprendizagem (2014-2016). Participaram da pesquisa dez (10) jovens entre 14 e 19 anos, moradores de uma comunidade da cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, estado ao sul do Brasil. Todos os jovens são estudantes de escolas públicas, das redes municipal e estadual. A coleta de dados foi feita a partir de grupos focais e aplicação da técnica psicopedagógica Par Educativo, aplicada individualmente. Esta proposta tem como lastro teórico uma compreensão antropológica das juventudes como uma construção histórica e social, inscrita em contextos complexos que proporcionam trajetórias diversas e que, portanto, precisa ser compreendida dentro das sociedades contemporâneas de acordo com suas especificidades. Ainda, pensa-se o Sistema Educacional brasileiro também como uma construção social e histórica, que necessita ser amplamente problematizada como forma de encontrar caminhos para os percalços que vão se apresentando à efetivação de aprendizagens significativas de crianças e jovens. Para tanto, acredita-se que realizar a escuta do sujeito da aprendizagem, nesse caso, os jovens, poderá trazer luz a importantes questões, sobre as quais se torna necessário pensar, discutir e propor intervenções efetivas. Nesse sentido, os jovens que participaram da investigação salientam os percalços que encontram no cotidiano escolar, a saber: questões de estrutura física da escola, como altas e baixas temperaturas e falta de ventilação; dificuldade de relação com os professores – falta de autoridade, descrédito do professor no potencial do aluno para aprendizagem, preconceito; e, falta da possibilidade de participação e tomada de decisão dentro da escola, desde a organização do espaço até questões intelectuais, de ensino e aprendizagem. Contudo, percebeu-se a necessidade de instaurar um espaço de escuta dos jovens dentro das escolas, para que juntamente com as equipes educacionais busquem alternativas, por vezes sugestões simples que podem ser facilmente executadas, como sugerem nesta investigação, mas que poderia tornar a escola um espaço de construção coletiva e democrática e não um espaço de cerceamento de liberdades e exclusão.

Palavras-chave: Aprendizagem; Escola pública; Jovens

Resumo 013

ESCOLA, MUNDO DIGITALIZADO E OS PERIGOS DO IMEDIATISMO NA EDUCAÇÃO

Alberto Sánchez Rojo

almaibatro@gmail.com

Universidade Pontifícia de Comillas, Spain

Sem dúvida, os avanços tecnológicos têm significado uma revolução no nosso modo de viver. Todas as áreas da nossa vida, desde a forma de nos relacionar com a política, até a maneira de estar com nós próprios, estão permeadas pela

tecnologia. Desde que acordamos até a hora de dormir, todas as nossas ações são mediadas pela tecnologia, tornando a nossa vida mais fácil. Há anos que o campo educacional, particularmente a escola, aproveita as oportunidades que as tecnologias oferecem desde uma perspectiva formativa. O estudante do século XXI tem acesso a uma grande quantidade de informação que permite-lhe aferir, experimentar, vivenciar diferentes maneiras de ver o mundo, o si próprio e a sociedade. A sua mente está aberta, ele é ativo, constrói conhecimento e está sempre disposto a colaborar. “Compartilhar” é o verbo por excelência do mundo *online* e “criar comunidade” o objetivo de qualquer plataforma ou aplicativo digital. Porém, apesar das múltiplas vantagens que podemos encontrar, as tecnologias e o ciberespaço também apresentam inconvenientes. Este trabalho visa analisar um dos principais: o imediatismo. Os dados fluem sem descanso e a nossa atenção apenas pode deter-se um instante em cada um deles. Encontramo-nos, portanto, com uma falta importante de tempo para pensar. Sendo assim, amiúde acabamos deixando-nos levar pela opinião pública, a maioria das vezes não suficientemente refletida e, portanto, superficial. Assim como muda nossa atenção, muda por sua vez a nossa identidade. De fato, muda tanto que carece de qualquer estabilidade, virando facilmente manipulável. Provaremos aqui que o sujeito autêntico, autônomo e moralmente responsável, objetivo educacional desde o início da Modernidade, requer tempos e espaços de pausa, de diálogo de cada um consigo próprio, de solidão. O nosso mundo digitalizado impossibilita esses tempos e espaços, de maneira que destaca a formação de sujeitos carentes de uma personalidade própria real. Diante à dificuldade de poder dispor de tempos e espaços de solidão na vida quotidiana, defende-se aqui que é a escola a que tem o dever de potenciar não só um uso responsável das tecnologias, mas também a importância de nos desligar delas de vez em quando.

Palavra-chave: mundo digital; escola; identidade; solidão

Resumo 014

MOBILIDADE INTERNACIONAL DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS EM UM CONTEXTO DE DESIGUALDADES: A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Alessandra Queiróz Almeida

alegalmeida@ufrb.edu.br

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

José Augusto Palhares

jpalhares@ie.uminho.pt

Universidade do Minho, Portugal

Integrado a um trabalho de investigação mais amplo, o presente texto pretende refletir sobre a correlação entre desigualdades geográficas, desigualdades de acesso dos jovens a oportunidades educacionais no Brasil e os reflexos desta realidade no âmbito do programa Ciência sem Fronteiras (CsF). Trata-se de um estudo de caso na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), de natureza qualitativa, em que a recolha dos dados inclui pesquisa bibliográfica, documental e inquérito por questionário. O programa CsF faz parte de um conjunto de políticas de governo para promoção da internacionalização, que tem a mobilidade internacional como principal estratégia para promover a formação e capacitação de pessoas em instituições estrangeiras e para atrair jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de alta qualificação para o país (Brasil, 2011). Sob esta lógica, a mobilidade estudantil (que nem sempre esteve submetida às agendas tecnológicas e econômicas do mundo globalizado) tende a abarcar, além de uma série de fatores e processos que estão na base do sistema produtivo, um cotidiano de interações sociais, ambientais e até as dinâmicas geográficas mais específicas. Nesse cenário, a mobilidade internacional tende a moldar-se às transformações econômicas e sociais que se verificam a partir século XX e a ser assumida como um estilo de vida, não apenas de determinados grupos, mas de sociedades inteiras (Araújo, 2004, p.1). Deste modo, não envolve apenas o movimento de deslocamento de pessoas, ele é muito mais amplo, “é social e envolve estruturas, meios, culturas e significados” (Castro e Cabral Neto, 2012, p.76). Investiga-se que o programa vem contribuir para a concentração dos fluxos de mobilidade acadêmica no domínio dos países centrais. Discute-se que a mobilidade acadêmica internacional ainda é uma experiência predominante na vida de jovens com origem em meios sociais mais favorecidos economicamente e, conseqüentemente, egressos de instituições privadas. Contudo, ainda que predominem as desigualdades educativas, a análise da origem geográfica e social dos estudantes da UFRB, participantes do CsF, vem revelar o alcance desta política a jovens que, dificilmente, teriam condições socioeconômicas de realizar ao longo da graduação um período de estudos no exterior.

Palavras-chave: Programa Ciência sem Fronteiras; Internacionalização; Mobilidade estudantil; Desigualdades educativas

Resumo 015

A INVISIBILIDADE E A MITOLOGIZAÇÃO DAS NARRATIVAS SOBRE ANIMAIS NÃO HUMANOS NUMA COLEÇÃO DE LIVROS INFANTO-JUVENIS

Rui Pedro Fonseca

ruipedro.fons@gmail.com

Centro de Investigação de Estudos em Sociologia Instituto Universitário de Lisboa, Portugal

As narrativas da coleção “Os Animais da Quinta” (do grupo editorial Planeta de Agostini) dirigidas ao público infanto-juvenil fornecem marcos interpretativos acerca da instrumentalização dos animais não-humanos (ANH) da agropecuária, que conferem sentido à realidade social e às respetivas práticas alimentares quotidianas dos/as consumidores/as. Defende-se a hipótese que as narrativas em questão sustentam esquemas de representação que (1) Tornam invisíveis as realidades experienciadas pelos ANH na indústria agropecuária, e que (2) mitificam a sua exploração como benigna, normal, natural e necessária. Este é um estudo comparativo, entre as narrativas e relatórios oficiais da indústria agropecuária portuguesa, que pretende averiguar se as reais formas de exploração dos ANH usados para alimentação, bem como sua relação com seres humanos são, ou não, mitificadas e/ou tornadas invisíveis.

Palavras-chave: Animais da Quinta; agropecuária; representações; literatura infantil

Resumo 016

ELABORAÇÃO DE INDICADORES PARA ANALISAR PROGRAMAS DE PREVENÇÃO ESCOLAR: ELEMENTOS PARA REFLEXÃO

Joyce Adam

joyce@rc.unesp.br

Unesp, Brasil

O presente trabalho tem como objetivo a discussão sobre a elaboração de indicadores para análise de programas e políticas de prevenção da violência escolar, a partir de pesquisa realizada em quatro escolas brasileiras. O foco principal da reflexão tem no contexto social brasileiro sua referência principal sem deixar, no entanto, de apresentar uma reflexão mais abrangente sobre o tema que possa ser válida para outras realidades sociais. No Brasil, considera-se que o conceito de indicadores sociais e em especial de indicadores educacionais ganhou espaço significativo nas últimas décadas, principalmente relacionado à perspectiva de avaliação da qualidade do ensino. Originalmente vinculado à ideia de planejamento estatal, ganha novos formatos e atinge diferentes áreas e metodologias para sua construção, sendo propostas tanto metodologias quantitativas quanto metodologias qualitativas. Como se pretende que a discussão apresentada se detenha em elementos que contribuam para uma metodologia participativa de elaboração dos indicadores, a metodologia considerada mais adequada nesta proposta é a qualitativa. Em primeiro lugar o artigo se propõe a discutir algumas concepções de indicadores e seus objetivos para análise de políticas sociais e públicas, para depois se debruçar sobre uma proposta de elaboração de indicadores para análise de programas de prevenção de violência escolar. A ideia central presente na proposta a ser apresentada reforça que não se trata da elaboração de indicadores que tenham como base elementos elaborados por atores externos ao processo vivenciado no cotidiano das escolas mas, muito pelo contrário, são exatamente os sentimentos e vivências cotidianas as fontes para elaboração dos indicadores. Citando Minayo (2009), a autora ressalta que não vamos encontrar listagens de indicadores qualitativos, pois, diferentemente das escalas de mensuração, esses são construídos com os próprios atores que fazem parte do estudo avaliativo. No caso da pesquisa realizada, foi utilizada predominantemente a técnica do grupo focal em que se buscou uma participação ativa dos que estão envolvidos com a reflexão sobre a violência na escola. Enquanto conclusão, serão apresentadas as análises destacando-se quais elementos são considerados fundamentais quando se pretende fazer uma análise da efetividade de tais políticas e programas.

Palavras-chave: Indicadores sociais; Violência Escolar; Políticas publicas; Participação

Resumo 017

PESQUISA COM CRIANÇAS: SUAS VOZES SOBRE O ESPAÇO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ariadne S. Evangelista

ariadne_ev@hotmail.com

Fátima A. D. G. Marin

fatimadiasgomes@gmail.com

UNESP/FCT/PPGE - Presidente Prudente, Brasil

Neste trabalho apresentamos uma investigação feita com crianças sobre o espaço escolar da Educação Infantil, no Brasil. Os resultados fazem parte da pesquisa de mestrado intitulada “Concepções e expectativas de crianças e de profissionais sobre o espaço na Educação Infantil”. As crianças são seres ativos, produtores de cultura e capazes de participar das pesquisas, como informantes e de produzir conhecimento científico como pesquisadores, conforme apontam Aldersen (2005), Campos (2008), Corsaro (2009, 2011), Cruz (2008), Gobbi (2005), Lee (2010), Martins Filho (2010), Muller (2010), Muller e Carvalho (2009), Sarmiento (2007). Neste texto, refletimos sobre a participação das crianças na investigação científica, as questões éticas, os limites e as possibilidades de avanço de pesquisas desta natureza. Buscamos compreender as concepções e os desejos das crianças em relação ao espaço escolar da Educação Infantil. Nesta perspectiva, a abordagem qualitativa e o procedimento metodológico do tipo estudo de caso foram os mais adequados a investigação. Para a recolha de dados, utilizamos as seguintes técnicas: a observação direta, wish poems ou poema dos desejos e seleção visual. Esses instrumentos permitem que as crianças se expressem, por meio da oralidade e do desenho. Neste recorte, os sujeitos foram dezoito crianças, entre cinco e seis anos de idade, matriculadas em um pré II, em uma escola pública municipal de Educação Infantil, no interior do estado de São Paulo (Brasil). Os resultados apontam que as crianças são ótimos informantes nas pesquisas, capazes de participação ativa e que há urgência na ampliação de pesquisas, principalmente da área da Educação, que considerem as vozes infantis. As crianças anseiam por mais espaços e tempo para as brincadeiras, desafios, que lhes permitam mais movimento e autonomia. Também têm desejos em relação ao contato com a natureza e sinalizam para a necessidade de interação entre os pares, com seus familiares e a professora de referência. O brincar, garantido por lei no Brasil, e o estímulo a autonomia, presente em diversos documentos da infância, permanecem mais no papel do que no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Pesquisa com Crianças; Espaço escolar; Educação Infantil

Resumo 018

ALUNOS DE CAMADAS POPULARES NA AMAZÔNIA BRASILEIRA E A ESCOLA CONSERVADORA: AS RAZÕES DE UM “FRACASSO” (DES) NECESSÁRIO

Adalberto Carvalho Ribeiro

adalb.cr@gmail.com

Orgelândia Do Remédio Carvalho

orgelandiado@bol.com.br

Djoana Da Rocha Marques

diuloura@hotmail.com

Universidade Federal do Amapá/UNIFAP, Brasil

O objetivo é analisar razões pelas quais ocorreram a retenção escolar (reprovação) de crianças originadas de camadas populares que vivem no interior da Amazônia Setentrional, no estado do Amapá, Brasil. Teoricamente as razões do conhecido “sucesso” ou “fracasso” escolar tem sido objeto de reflexão da Sociologia da Educação. As pesquisas apontam para a correlação existente entre origem social e desempenho escolar. Foi Pierre Bourdieu (1998) quem lançou luzes sobre uma “Escola Conservadora”. O francês ao realizar uma dura crítica a Escola desvendou a seletividade educacional que elimina e marginaliza os alunos oriundos das classes populares, enquanto essa mesma seletividade privilegia os alunos mais dotados de capital econômico, cultural e social, contribuindo assim para a reprodução, de geração em geração, dos capitais acumulados. Os recursos sociais (capitais econômico, cultural,

escolar e social) e sua distribuição são, portanto, aspectos chaves para que se possa compreender questões de desigualdades, sejam educacionais ou mesmo regionais. Nesse sentido a Teoria do Habitus teve grande utilidade para esta pesquisa ajudando a responder as seguintes questões: 1) quais as razões da retenção escolar (reprovação) de alunos de camadas populares amazônicas? 2) no caso estudado, como se apresenta a estrutura sócio educacional e sua articulação com os principais atores, e deles entre si, na oferta do direito à educação das crianças? O método se baseou em estudos qualitativos. A unidade de referência é uma escola pública vinculada a rede do município do Amapá, estado do Amapá, na Amazônia brasileira. A razão de escolha é que a escola atende ao Ensino Fundamental e especificamente a crianças do 3º ano retidas (reprovadas) duas e/ou até três vezes, e matriculadas em uma mesma turma, segregadas pela seletividade escolar. Essas crianças são herdeiras do típico “campesinato caboclo” - extrato social bem caracterizado na região e na literatura científica especializada, como se mostrará no trabalho. As técnicas de investigação foram a entrevista semiestruturada e análise de documentos. Foram entrevistadas 13 mães, o coordenador pedagógico e o professor da turma. Quanto a análise documental se analisou 8 fichas avaliativas e 09 relatórios individuais da lavra do professor. Os resultados apontam causas diversas e estruturais.

Palavras-chave: Camadas populares; Amazônia; Desempenho escolar

Resumo 019

ESCOLAS TEIP: OS CASOS DE SUCESSO

Hélder Ferraz

hnrfferraz@hotmail.com

Tiago Neves

neves.tiago@yahoo.com

Universidade do Porto, Portugal

Gil Nata

gil.nata@gmail.com

Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Portugal

Desde meados do século XX que vários programas/políticas de educação compensatória foram desenvolvidos um pouco por todo o mundo (e.g., Estados Unidos da América, Austrália, México ou França. O conceito de educação compensatória deriva da intenção de através das escolas, e em articulação com as famílias e comunidades envolventes combater a exclusão escolar, a exclusão social e promover a mobilidade social daqueles que se encontram em contextos socioeconomicamente desfavorecidos (Karsten, 2006). Portugal não foi exceção e em 1996 deu início ao programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) que viria a ser interrompido em 1999. Em 2006, deu-se início ao TEIP2 com quatro objetivos fundamentais: melhorar o percurso escolar dos estudantes; reduzir as taxas de absentismo, abandono escolar precoce e indisciplina; melhorar a relação entre a Escola, as famílias e as comunidades envolventes; e, contribuir para uma melhor integração dos estudantes na vida ativa (Despacho Normativo n.º 55/2008). As avaliações do programa, considerando o número total de escolas TEIP, são escassas (Direção Geral da Educação, 2012). O nosso trabalho tem vindo a preencher, em parte, esta lacuna, comparando a evolução das classificações escolares ao longo do tempo entre as escolas TEIP e as restantes escolas, ao nível do ensino secundário. Os resultados têm apontado, na generalidade, para a incapacidade do programa reduzir o fosso entre escolas TEIP e escolas públicas não TEIP (Ferraz et al., 2014; Neves, Ferraz e Nata, 2016). No entanto, devido à autonomia que as escolas TEIP beneficiam para a implementação de medidas educativas, procurámos identificar escolas TEIP que apresentam sistematicamente (i.e. ao longo de vários anos) uma diminuição (ou aumento) das diferenças relativamente às escolas não TEIP. Adicionalmente, consideramos, para além da evolução das classificações escolares, outros indicadores importantes, como as taxas de abandono escolar e retenção, e a evolução do número de estudantes. A identificação de casos de sucesso (e insucesso) poderá contribuir para uma reflexão aprofundada sobre as medidas que se podem revelar eficazes (e as que podem contribuir para um aprofundamento das desigualdades), servindo de inspiração para outras escolas.

Palavras-chave: Educação compensatória; Exclusão social; Exclusão escolar; Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

Resumo 024

MERITOCRACIA ESCOLAR E SUAS INFLUÊNCIA(S) NA CONDIÇÃO DE JOVEM CENTRALMENTE NORMALIZADA DOS ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA PORTUGUESA: UMA ANÁLISE ÀS NARRATIVAS E RACIONALIDADES OFICIAIS

Henrique Ramalho

hpramalho@esev.ipv.pt

Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Educação, Portugal

Com a evolução das políticas educativas, na senda de uma arquitetura do sistema educativo que se tem vindo a (re)instituir com base nos velhos dogmas dos paradigmas socioculturais industrial, racional e, articuladamente, do paradigma tecnológico da educação (Bertrand & Valois, 1994), confrontamo-nos com uma, de entre outras, possibilidades de análise, compreensão e interpretação do modo como os jovens que frequentam a escola pública portuguesa têm vindo a ser, subtilmente, “institucionalizados” numa arquitetura de escola cada vez mais meritocrática (Duru-Bellat, 2006; Tenret, 2011). Procura-se, assim, analisar os rumos formalmente instituídos da agenda meritocrática do sistema escolar português, privilegiando a intenção de compreender o modo como a estrutura legal e normativa do Sistema, tendo em conta a sua orientação para a educação de juventudes, arrola as asserções suscitadas pelos domínios da prestação do serviço educativo, da organização e gestão escolar, da estrutura curricular e conseqüente oferta educativa/formativa, culminando na afirmação abundantemente focalizada nos resultados escolares dos alunos. Congruentemente, volvidas três décadas sobre a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), importa-nos atender à evolução do interesse do legislador em prescrever a forma de olhar e conceber a juventude com o encargo de ser aluno, em linha com o argumento da meritocratização do Sistema. Metodologicamente, procedemos a uma análise de conteúdo sistemática da legislação de referência. Desenvolvemos uma sistematização de procedimentos do tipo temático categorial, prosseguindo com a definição das respetivas categorias, atendendo, especialmente, à homogeneidade e pertinência qualitativa dos temas adjacentes (Bardin, 1995), obedecendo a uma metodologia de análise de inferência não frequencial, alinhada com um exercício de agrupamento de significações da mensagem, recorrendo a um processo de enumeração de “referências específicas” empiricamente relevantes (Almeida & Pinto, 1995). As nossas conclusões são aduzidas na base da hipótese da consolidação de um sistema educativo que se apresenta com uma forte tendência de meritocratização das juventudes que o frequentam, agilizando um exercício de epilogação da “ocupação” de aluno sincronizada com determinados modos de conhecimento escolar, com a conceção das relações entre o aluno/jovem e a sociedade, com um sistema de valores conforme e com as subjacentes concepções de educação e de aluno.

Palavras-chave: Meritocracia escolar; Condição de jovem centralmente normalizada; Narrativas e racionalidades da meritocratização do Sistema

Resumo 025

POLÍTICAS EDUCATIVAS, ESCOLARIZAÇÃO, ALUNOS E FABRICAÇÃO DE IDENTIDADES JUVENIS

Henrique Ramalho

hpramalho@esev.ipv.pt

Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Educação, Portugal

Ao adotar uma matriz eminentemente hermenêutica, este ensaio configura, antes de tudo, um subsídio para a compreensão e interpretação que se faz da relação historicamente estabelecida entre o sistema escolar e as juventudes que acolhe, educa, socializa, institucionaliza, “doméstica” e/ou emancipa. Operando com os conceitos de aluno, juventudes, escolarização e planificação social, a problemática é analisada com recurso a quatro linhas de análise: i) os sistemas de ressignificação das juventudes sujeitos aos atuais processos de escolarização, suscitando um exercício de análise e interpretação das mutações nas identidades dos jovens que moram em cada aluno, ainda que ao Sistema continue a estar associada a prerrogativa de manobrar aqueles processos, com recurso a um discurso ideológico e cultural (des)conexo daqueles sistemas; ii) o Estado tutela a formatação das juventudes, utilizando a escola como unidade de comando mais privilegiada, recorrendo a uma produção discursiva que tende a normalizar a circunstância de ser aluno, cuja identidade é “fabricada” em sede de discurso oficial, construindo, por essa via, os sentidos e significados dados à condição de jovem em processo de escolarização, dando sentido à hipótese de uma juventude colonizada; iii) a identidade de aluno oficialmente prescrita simboliza o Sistema que o “fabrica” à imagem

de uma concepção de juventude adequada funcionalmente escolarizada, refletindo uma espécie de “nova” sociedade imaginada e revigorada em função da (re)formulação dos objetivos escolares e, mais latamente, económicos e sociais; iv) a identidade dos alunos, ainda que formalmente decretada, é flexível. Isto quer dizer que aquela identidade tem um potencial que vai para além de refletir o Sistema, sugerindo-se que a construção de juventudes ocorre em múltiplas dimensões, sendo a escolarização apenas uma delas. A tentação de oficializar a identidade do aluno, com recurso a um Estatuto próprio é, hipoteticamente, um sinal de pânico no controlo da formatação das juventudes ou, alternativamente, um sinal de reestruturação do Sistema, num claro exercício prescritivo de ajuste das juventudes à planificação social em curso, face à pressão de a identidade dos alunos, na circunstância de jovens em construção, ter de incorporar sinais de inclusão em detrimento das marcas de exclusão escolar e social.

Palavras-chave: Políticas educativas; Escolarização; Alunos; Fabricação de identidades juvenis; Planificação social

Resumo 027

ACCESS TO EDUCATION AND THE GUARANTEES OF THE RIGHT TO LEARN PEOPLE WITH INTELLECTUAL DISABILITIES IN BRAZIL

Cristina Castro

cristinavelosodecastro@gmail.com

Denise Regina da Costa Aguiar

costaag@uol.com.br

Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima

lecaclima@yahoo.com.br

Universidade Brasil

This paper presents a study about the right of access to education of people with intellectual disabilities and discusses the pertinent legislation. Also addresses the problems existing today in Brazil between the creation of rules on the subject and its social effectiveness particularly in regard to the inclusion of these people in schools at all stages of education. The study also presents the carrier of Down syndrome as an example of intellectual disabled person entitled to special education, pointing out the benefits of inclusion for the person and for society as a realization of the principle of equality has been normalized in our Federal Law.

Palavras-chave: education; people with intellectual disabilities; legislation

Resumo 028

EDUCAÇÃO INFANTIL E EQUIPAMENTOS CULTURAIS NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ

Ana Maria dos Santos

profadecrianca@gmail.com

Cristina Carvalho

cristinacarvalho@puc-rio.br

PUC-RIO; Brasil

O trabalho ora apresentado é parte de nossa Tese de Doutorado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil e tem como objetivo pesquisar a relação entre educação infantil e equipamentos culturais no município de Maceió, Estado de Alagoas, Região Nordeste do Brasil. Pensar a formação cultural de crianças pequenas nos convoca a compreendê-la como educação dos e para os sentidos, educação que humaniza e que tem como princípio conceber a criança situada na história e na cultura e, portanto, como ser capaz de se apropriar das dinâmicas relacionais nas quais está imersa. Tomamos como referência os estudos de Kramer (1998, 1999, 2006), Kuhlmann Jr. (2000, 2010), Arce (2006, 2013), Corsino (2009), Carvalho (2016), Ostetto (2005), Leite e Ostetto (2012, 2012) e Verçosa (2002). Contaremos também com as contribuições de Corsaro (2002, 2005, 2011), Sarmiento (2002, 2007, 2009 2011) e Cohn (2009). Entendemos equipamentos

culturais e pontos de cultura como artefatos da cultura humana que contribuem para a promoção da formação estética, ética e humano-cultural de crianças, jovens e adultos, possibilitando o conhecimento das múltiplas dimensões das quais o tornar-se humano vai se constituindo. O estudo nos convida a pensar a criança pequena não apenas em sua condição de cidadã e sujeito de direitos sociais, mas também em suas relações com o mundo natural e social e tudo que nele existe, logo, é neste contexto que a instituição de educação assume a função de proporcionar experiências com as mais diferentes representações e significados presentes no acervo cultural da humanidade. Por meio de pesquisa bibliográfica constatamos que os estudos que versam sobre a infância e a cultura no município de Maceió ainda não têm recebido a devida atenção no âmbito das pesquisas, desse modo, nossa investigação se apresenta como uma necessidade de construir um conhecimento mais consistente sobre esse campo de estudo tão amplo e complexo e de buscar compreender os possíveis atravessamentos entre as políticas e as práticas pedagógicas na educação infantil, na formação cultural e na sua materialidade e efetivação junto às crianças pequenas no referido contexto social-político e cultural.

Palavras- chave: Educação Infantil; Equipamentos Culturais; Município de Maceió

Resumo 029

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLA PÚBLICA DE SÃO PAULO-BRASIL: PRÁTICAS DOCENTES E RESULTADOS

Leonice Lima

lecaclima@yahoo.com.br

Alez Tomazini

alextomazini2010@hotmail.com

Denise Aguiar

cotaag@uol.com.br

UNIVERSIDADE BRASIL

A Educação Ambiental como conteúdo curricular surge para contribuir com a diminuição do processo de degradação ambiental através do estímulo à conscientização sobre a preservação da natureza. Na educação formal, pode proporcionar à criança uma visão crítica sobre a relação do homem com o ambiente em que vive. O município de Guarulhos no Estado de São Paulo/Brasil, apresenta problemas de saneamento básico, crescimento populacional e ocupações desordenadas do solo. Guarulhos localiza-se na grande São Paulo, ocupa uma área de 318.679 km²; tem população de aproximadamente 1.221.900 habitantes. Este panorama motivou a realização de pesquisa científica nas escolas estaduais no bairro do Taboão, um dos 05 maiores aglomerados populacionais da cidade, 74.933 habitantes. Para a realização deste trabalho, os métodos utilizados implicaram pesquisas secundárias em diversas fontes bibliográficas e pesquisa primária realizada através de questionários com perguntas fechadas e semi-abertas aplicados a professores e coordenadores participaram da gestão escolar. O artigo apresenta o caminho metodológico da pesquisa, revela as atividades desenvolvidas neste processo e os resultados obtidos com projetos de Educação Ambiental realizados pelos professores com seus alunos, nas unidades escolares nos últimos dois anos dos quais podemos destacar que o uso de uma metodologia singular nas escolas; a aplicação de subsídios teóricos, estudo da legislação ambiental, pesquisa de campo, concurso de logotipos dos projetos, peças teatrais, jogos cooperativos, apresentação de experiências, implantação de programas de coleta seletiva, organização de mutirões de limpeza e regras de políticas ambientais para o ambiente escolar promovem a aproximação de alunos a professores criando vínculo de pertencimento que estimula a busca de soluções para os problemas locais assentada em uma visão crítica e participativa. Especificamente em relação aos jovens estudantes a pesquisa revela que os participantes multiplicaram seus conhecimentos para a escola e comunidade. Essa multiplicação se deu de forma regular no âmbito da escola, de comum acordo com os educadores, por meio de pequenos seminários em que os alunos envolvidos levaram seus conhecimentos e descobertas para outras salas que não estavam diretamente envolvidas.

Palavras-chave: Trabalho Docente; Consciência Ambiental; Multiplicadores Ambientais

Resumo 031

PESQUISA COM CRIANÇAS NO CONTEXTO ESCOLAR: A ENTRADA NO CAMPO E OS PRIMEIROS DESAFIOS

Denise Maia

denisedsmaia@gmail.com

Marlene Rozek

marlene.rozek@puhrs.br

PUCRS, Brasil

Considerar as crianças como atores sociais e sujeitos competentes implica definir como fundamental sua participação na pesquisa científica que objetiva compreender as suas experiências e formas de ver o mundo. Implica também que é preciso estudar as crianças reais, em seus contextos de vida, uma vez que, como agentes sociais ativos e criativos, as crianças não são meras consumidoras da cultura dos adultos, mas influenciam e são influenciadas pela sociedade em que se inserem. Significa ainda assumir a posição de que as crianças não se limitam a reproduzir a sociedade adulta, mas selecionam e se apropriam criativamente de elementos que a compõem, pois se esforçam para interpretar e dar sentido à sua cultura e participarem dela; ao fazê-lo, produzem as culturas de pares de maneira coletiva. Essa situação coloca aos investigadores alguns desafios singulares. O primeiro deles diz respeito a abandonar uma visão centrada no ponto de vista do adulto e tomar efetivamente em conta os pontos de vista das crianças, reconhecendo e acessando as culturas por elas produzidas, as culturas das infâncias. Como garantir esse deslocamento do olhar e da escuta? Disso decorrem os dilemas metodológicos: quais estratégias utilizar? Quais adaptações são necessárias? Outras questões importantes se referem a entrada no campo: como se aproximar e ser aceito pelas crianças? Como negociar eticamente a sua participação na pesquisa? Serão apresentadas algumas situações vividas no contexto de uma pesquisa em andamento, como a necessidade de interagir com as crianças em momentos da rotina nos quais os adultos da escola não costumam fazê-lo, como o recreio e, ao mesmo tempo, evitar que os mesmos se sentissem ameaçados pela mudança, preservando assim os vínculos de confiança com a pesquisadora. Ou ainda, ao lidar com os procedimentos de autorização para a participação das crianças na investigação, o receio de que a assinatura do consentimento implicaria custos financeiros para a família. Na presente comunicação, pretendemos refletir sobre tais questões, a partir de autores que tematizam a pesquisa com crianças e oferecem recursos que possibilitam construir respostas às demandas da prática.

Palavras-chave: Pesquisa com crianças; Contexto escolar; Desafios iniciais

Resumo 032

AS ELITES UNIVERSITÁRIAS CHILENAS: ENTRE OS PERFIS DE PROFESSORES E ALUNOS E O PAPEL DO ENSINO SUPERIOR NA (RE)CONFIGURAÇÃO DA ESTRUTURA SOCIAL

Maria Luisa Quaresma

quaresma.ml@gmail.com

Universidad Autónoma de Chile, Chile

Cristóbal Villalobos

cristobal.villalobosd@gmail.com

Gonzalo Franetovic

gonzalo.franetovic@gmail.com

Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile

A educação continua a ser, nas sociedades actuais, um dos principais mecanismos de mobilidade social ou de preservação de uma posição de classe dominante. Democratizado o ensino superior, importa compreender o papel das universidades nos processos de reconfiguração social e o modo como a sua mais-valia posicional se joga na opção pela correta combinação entre estabelecimento de ensino e curso. Com efeito, as posições dominantes alcançam-se e/ou consolidam-se através de uma hierarquia de prestígio que privilegia um “núcleo selecto” de cursos que garantem o acesso a posições profissionais economicamente dominantes, com elevado reconhecimento social e com forte capital relacional. Mas o valor simbólico e de uso destes diplomas depende também da “marca de fábrica”, isto é, da

universidade que os outorga e da sua qualidade e reputação, assente também nos perfis académicos e sociais do seu corpo discente e docente. Nesta apresentação daremos conta dos resultados exploratórios, ainda parciais, de uma investigação intitulada Las elites académicas universitárias en Chile. Un estudio sobre los perfiles, vivencias y percepciones sobre el éxito del alumnado y el rol de las instituciones universitárias de élite en los procesos de reproducción y movilidad social (CONICYT, Fondecyt Regular número 1170371). A informação analisada baseia-se num conjunto de entrevistas semi-diretivas realizadas a directores e staff directivo de 8 cursos de Educação Superior de elite, onde se incluem Medicina, Direito, Economia, Teatro, Engenharia Civil, leccionados em prestigiadas universidades (públicas, privadas laicas e privadas religiosas). Em primeiro lugar, analisaremos os perfis académicos e culturais dos alunos e o perfil de estudante que cada universidade e curso pretende formar. Seguidamente, refletiremos sobre as características académicas e sociais dos professores e, por fim, equacionaremos o papel da universidade e do curso, em concreto, nos processos de recomposição social no Chile. Propomo-nos, assim, discutir os processos de formação da “elite” em contexto universitário, considerando este espaço educativo como um locus socializador, e refletir sobre o modo como as elites académicas se percecionam e encaram o seu papel na formação dos que integrarão o escol da vida económica, social, política e cultural do país.

Palavra-chave: elites universitárias; Chile; Educação superior; Reprodução e mobilidade social

Resumo 033

ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR E MONODOCÊNCIA: REPRESENTAÇÕES DOS GESTORES ESCOLARES

Jorge Videira

jmvideira@gmail.com

Agrupamento de Escolas Piscinas – Olivais, Portugal

Carlos Pires

cpires@eselx.ipl.pt

Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal

No âmbito da Escola a Tempo Inteiro (ETI), a introdução das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) veio alterar a organização das escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico de uma forma muito significativa, com repercussões na estrutura, nos processos, nos modos de organização do trabalho dos professores, nas relações e interações e nos tempos e dos espaços escolares de educação formal e não formal. Com a presente comunicação, resultante de um estudo no âmbito da administração educacional, pretende-se dar conhecer, a partir das representações dos atores organizacionais, as influências e implicações do programa de generalização das AEC, nas lógicas organizacionais das escolas públicas ao nível do conceito e das práticas de monodocência no 1.º ciclo do ensino básico. Realizado em três Agrupamentos de Escolas da zona de Lisboa, o estudo visou: conhecer e analisar as representações dos gestores de topo e intermédios (Diretores e Coordenadores de Departamento do 1.º ciclo) sobre o modelo de implementação da política de ETI e as suas implicações nas dimensões organizacionais dos agrupamentos de escolas; e analisar as implicações das AEC no regime de monodocência, ao nível da organização do trabalho dos professores do 1.º ciclo do ensino básico, dos processos de articulação entre docentes e nos processos de transição para o 2.º ciclo do ensino básico. As conclusões apontam para a importância do trabalho de parceria e articulação que é realizado entre os professores das AEC e os do 1.º ciclo, reconhecendo-se: a emergência de uma “monodocência coadjuvada”; a existência de relações profissionais de cooperação e articulação; e a existência de mais-valias para as escolas trazidas pelos professores das AEC, por serem portadores de outras valências de conhecimento e contribuírem para facilitar a transição entre ciclos.

Palavras-chave: escola a tempo inteiro; atividades de enriquecimento curricular; monodocência e coadjuvação; lógicas organizacionais

Resumo 035

SOU JOVEM, TRABALHADOR E ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO! DESAFIOS PARA PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Miriam Pires Corrêa De Lacerda

miriamlacerda@feevale.br

Universidade Feevale, Brasil

Andreia Mendes dos Santos

andreia.mendes@puhrs.br

Victor Hugo Nedel Oliveira

victor.nedel@acad.puhrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Este artigo discute e articula alguns dados de uma pesquisa já concluída em 2014 que investigou aspectos sócio econômicos culturais e crenças de jovens estudantes universitários, aos achados de uma pesquisa em andamento, que objetiva conhecer quem são os jovens estudantes do curso de Pedagogia e que estratégias vem sendo utilizadas por eles, no que tange ao acesso e permanência, na Educação Superior. Entendendo, esteira de Coulon (2008), que todo o acadêmico para permanecer na universidade necessita apropriar-se dos códigos que balizam a vida intelectual, adaptar-se as suas rotinas, conhecer recursos que são postos a sua disposição, em síntese, tornar-se nativo desta nova cultura universitária, este estudo tem, entre outras referências teóricas, Pais (2002, 2003, 2012, 2017), Coulon (2008), Corrochano (2011), Martín-Barbero (2008), e Zago (2006). A pesquisa de abordagem qualitativa de cunho exploratório, tem como interlocutores estudantes universitários. Para a coleta dos dados foi feito uso de um questionário autoaplicável e do grupo focal (GATTI, 2005). Para análise de dados fez-se uso de princípios da análise de Conteúdo (BARDIN, 2002). Os achados apontam na direção de uma mudança de perfil do jovem que chega a Universidade: de um estudante que trabalha, no curso de Pedagogia, hoje, temos um grupo de trabalhadores que estudam. Esta nova realidade está a exigir das Instituições de Educação Superior e dos professores, que atuam neste curso, um olhar para a pluralidade dos sujeitos jovens presentes no espaço universitário o que é um grande desafio, visto que, por vezes, há um distanciamento e um estranhamento dessa presença também em razão de um desconhecimento da condição juvenil.

Palavras-chave: Juventudes universitárias; Curso de Pedagogia; Acesso e Permanência

Resumo 037

PAIS, FILHOS E A VIRTUALIDADE: GERAÇÕES E OS USOS DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Vanina Dias

vaninadias@gmail.com

Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Márcia Stengel

marciastengel@gmail.com

Samara Diniz

samarasousadiniz@gmail.com

Marilza Friche

liufriche@gmail.com

Jessica Fraga

jessicabuthers@hotmail.com

Luis Santos

luisfilipe.puc@gmail.com

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Simone Dourado

simone.dourado890@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá, Brasil

As interrogações que motivaram essa pesquisa partiram da compreensão de que os recortes geracionais têm instituído às ciências humanas e sociais novas questões. Em se tratando do uso das tecnologias são os jovens que colocam aos adultos o problema de como fazer e de que forma fazer uso das tecnologias da informação e comunicação – TIC's. Na medida em que os jovens ampliam seus círculos sociais trazem para a família novos discursos que promovem abalos no discurso familiar oficial, que não será mais o mesmo, assim como alterações na dinâmica familiar. Essa pesquisa tem como objetivo analisar como as relações entre pais e filhos jovens passam a ser mediadas pelos usos que ambos os grupos fazem das TIC's. A pesquisa vem sendo realizada a partir de um estudo dos dados da pesquisa TIC Kids Online coletados em 2014, 2015 e 2016 e de entrevistas semiestruturadas com jovens entre 15 e 24 anos, e seus pais, divididas igualmente entre Belo Horizonte – MG e Maringá – PR. A partir da metodologia da Análise de conteúdo, buscamos responder: Será que a virtualidade tem interferido nesses lugares geracionais? Se sim, como? O uso da internet pode ser pensado como uma forma que os pais encontram para uma “juvenilização” de si e uma diminuição da diferença geracional? Dialogando com estudos de Karl Mannheim, José Ortega y Gasset e Antonio Gramsci, Pierre Lévy, Manuel Castells bem como José Machado Pais, David L. Levisky, buscaremos pensar como a introdução no mundo virtual e seu uso tem sido um dos novos discursos que os jovens têm trazido para o âmbito familiar. São eles quem apresentam este mundo aos pais e lhes ensinam como circular por ele, provocando alterações nas relações entre pais e filhos. Nesse sentido, nossa pesquisa avalia se as mudanças introduzidas pela chegada das TIC's no ambiente familiar alteram as percepções que esses diferentes grupos geracionais guardam de si.

Palavras-chave: Virtualidade; Relação pais e filhos; Geração; Tecnologias da Informação e Comunicação

Resumo 038

O PROEITI COMO POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NAS ESCOLAS DO DF: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS

Simone Da Conceição Rodrigues Silva

simonne.conceicao@gmail.com

Otilia Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas

otiliadantas@gmail.com

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB), Brasil

“O PROEITI como política de educação integral nas escolas do Distrito Federal: reflexões e perspectivas”, tem como objetivo refletir e apontar perspectivas sobre o PROEITI (Projeto Piloto de Educação Integral em Tempo Integral), uma política de educação integral que ocorre em algumas escolas do Distrito Federal/Brasil. A fundamentação teórica apresenta, à luz de Anísio Teixeira, John Dewey, Paulo Freire, Makarenko, Gramsci e Marx, os princípios norteadores da educação integral e do PROEITI sobre as vertentes da: integralidade, transversalidade, territorialidade, diálogo escola e comunidade, gestão democrática e participativa, educação integral, autonomia, politécnica e conscientização. A educação integral foi implementada no Distrito Federal sob o enfoque de duas políticas públicas de educação. O PROEITI, objeto deste estudo, foi iniciado no Distrito Federal em 2013. Esta Política tinha como propósito firmar as raízes da cidadania e libertação por meio de uma pedagogia humanizadora. Assim, em busca de um educar que convide à democratização toma-se como norte a visão dessa escolarização para a formação do homem integral minimizando as desigualdades no berço escolar. A metodologia de natureza qualitativa adotada neste estudo se materializou em um estudo bibliográfico sob a ótica do pensamento crítico. Pela Análise de Discurso Francesa, analisou-se a proposta do PROEITI explorando o sentido encontrado nas entrelinhas do discurso expresso neste documento. Os resultados apontam que esta política demonstra contraditória, alienante e excludente, pois do modo como a proposta se apresenta acaba reificando os princípios hegemônicos do capitalismo escamoteando o acesso ao capital cultural. O que parece é que esta política, quando muito, estimula o sujeito/aprendiz a se preparar para manusear a tecnologia imprimindo a ideia de aprendizagem por competência e, assim, expropriar seu trabalho. As conclusões apontam que, assentando um olhar crítico sobre o PROEITI, é importante desvelar o seu real sentido para encontrar soluções que mobilizem saberes e práticas em prol de uma educação politécnica, democracia e emancipadora que possibilite a conscientização do proletariado.

Palavras-chave: Educação Integral; PROEITI; Emancipação; Prática Docente; Escola.

Resumo 041

TRANSIÇÕES PARA O ENSINO SUPERIOR EM REGIÕES DE FRONTEIRA E INTERIOR: PERSPECTIVAS E ASPIRAÇÕES DE JOVENS DO ENSINO SECUNDÁRIO

Sofia Marques Da Silva

sofiamsilva@fpce.up.pt

Tânia Gouveia

tgouveia@fpce.up.pt

Ana Milheiro Silva

anamilheirosilva@fpce.up.pt

University of Porto, Faculty of Psychology and Education Sciences, Portugal

Um estudo longitudinal, iniciado em 2010 numa região de fronteira, tem chamado a atenção para o modo como jovens rapazes e raparigas negociam as suas identidades individuais e coletivas e as suas trajetórias socioeducativas (Silva, 2014). Este trabalho, que começa como um estudo de caso (etnografia e survey) e que em 2016 se alarga às regiões de fronteira em Portugal Continental (survey/estudos de caso) tem dado a conhecer produções culturais juvenis e transições socioeducativas que parecem conciliar aspetos contraditórios (global/local; memórias/mundo digital; remotividade/mobilidade). É por entre estes aspetos que jovens, como atores sociais, negociam interpretações que a sociedade e o campo científico dos estudos juvenis e da educação têm vindo a propor ou a ausentar, nomeadamente no que diz respeito ao seu investimento em percursos educativos e transições para o Ensino Superior (ES). Os dados do estudo de caso (2011/2015) eram claros relativamente ao elevado valor que jovens numa zona com menos oportunidades educacionais e no contexto de crise económica, atribuíam ao investimento na educação e prosseguimento de estudos. O investimento no ES estava dependente do movimento do grupo de pares (Silva&Silva, 2016). Nesta apresentação, dialogando com resultados do estudo de caso, focam-se resultados de dados exploratórios (questionário) recolhidos em diferentes regiões de fronteira, e que procuram dar a conhecer o lugar do ES nos percursos juvenis. Recorre-se, numa perspetiva ecológica (Ungar, 2012), ao papel que abordagens/culturas de resiliência que escolas, comunidades ou indivíduos poderão ter nos modelos de investimento de jovens nos seus percursos e no modo como protagonizam as transições. Esta discussão é também pretexto para se equacionarem políticas da juventude sensíveis a espectros de desigualdades sociais e geográficas.

Referências: Silva, S. M. (2014). Growing up in a Portuguese borderland. In Spyros Spyrou & Miranda Christou (Eds.), *Children and borders* (pp. 62-78). New York: Palgrave Macmillan; Ungar, M. (2012). Social Ecologies and Their Contribution to Resilience. In M. Ungar (Ed.), *The Social Ecology of Resilience: A Handbook of Theory and Practice* (pp. 13-31). New York: Springer; Silva, S.M. & Silva, A.M. (2016). *Transitions to higher education during austerity times: expectations and challenges for young people from border regions*. Poster, ECER 2016, Dublin.

Palavras-chave: Transições para o Ensino Superior; Percursos educativos em regiões de fronteira; Juventude e Diversidade

Resumo 042

A PHILIA COMO MODELO DE INTERAÇÃO EM CONTEXTO ESCOLAR

Pedro Caetano

caepedro@gmail.com

CICS.NOVA, Portugal

Os arranjos que subjazem às ordens de interação entre os diferentes atores educativos têm recentemente sido objeto particular de atenção dos cientistas sociais. Tanto os modos de relacionamento entre os diferentes profissionais de educação, como entre professores e estudantes, ou ainda entre os próprios estudantes, estão na origem de diversas reflexões e problemas sociais e educativos como o insucesso escolar, a indisciplina, a violência ou o bullying. Para além da questão da justiça distributiva emerge com acuidade o tema da justiça relacional. Mormente na relação pedagógica e na relação entre os pares. Ressaltando das mesmas os aspetos normativos e motivacionais que orientam a pluralidade de experiências de fazer o comum. E é precisamente de uma destas formas de fazer o comum, segundo o modelo da philia, que se pretende dar conta neste artigo: a philia enquanto ambiente fusional privilegiado de fazer o comum entre os jovens e entre os jovens e os adultos. A partir de uma investigação realizada em 3 escolas

secundárias públicas portuguesas, com recurso a entrevistas e questionários por cenários, explora-se a importância que a philia adquire na relação pedagógica e na relação que os jovens mantêm com o mundo, procurando articulá-las com os processos de subjetivação em contexto escolar.

Palavras-chave: philia; estudantes; ensino secundário; fazer o comum; subjetivação

Resumo 043

FAMÍLIAS “DESESTRUTURADAS” E DIFICULDADES ESCOLARES – RECORTES SOBRE A (RE) PRODUÇÃO DA EXCLUSÃO

Janaina Antunes

antunes.osasco@gmail.com

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Ao falar em exclusão, pode-se pensar em miséria, pobreza, desigualdade. Nesse estudo são analisados os processos de exclusão que ocorrem de forma velada nas escolas. A pesquisa analisa a exclusão social e intersubjetiva produzida na e pela escola, no que concerne à excessiva responsabilização da família pelo fracasso dos alunos. Analisam-se as significações construídas por educadores sobre “famílias desestruturadas” e a possível interface com processos excludentes. São relatados entrevistas e registros de encaminhamentos considerados emblemáticos. Fazem parte dessa análise as teorias de autores contemporâneos e de referência, que se debruçaram sobre as questões da desigualdade social e do papel da escola e da família como fundantes da personalidade, e compreendem a escola como palco de reprodução de ideologias como também de possibilidade de transformações, tais como D. Winnicott, Melanie Klein, Paulo Freire, P. Berger, F. Dubet, Maria Helena Souza Patto, Fábio Villela, entre outros. Ao falar sobre constituições familiares, será feita uma breve análise histórica das transformações que ocorreram ao longo dos últimos anos. Por fim, serão descritas e analisadas as tensões que coabitam o universo relacional familiar e educacional. Foram analisados um projeto político pedagógico e cinco protocolos de alunos da rede de ensino municipal de uma cidade do interior de São Paulo (Brasil), encaminhados ao serviço de psicologia escolar. Para tanto, foram realizadas cinco entrevistas semi estruturadas com os professores das escolas participantes. Os pressupostos teóricos da abordagem psicanalítica e da psicologia sócio-histórica são considerados nessa pesquisa qualitativa. Percebe-se que o discurso sobre a suposta desestruturação das famílias, reflete as partes cindidas da própria escola, as quais ela não consegue integrar, tampouco reconhecer como suas. Um mal-estar contemporâneo é forjado na equação família-escola, de acordo com os autores pesquisados. São apresentadas interpretações das falas dos educadores sob a luz dos conceitos psicanalíticos e traçados paralelos entre essas falas e a queixa inicial. As dinâmicas psíquica, social e política ajudam na elucidação de significados ocultos do uso de explicações sobre os alunos, calcadas nas “famílias desestruturadas”.

Palavras-chave: exclusão social; exclusão escolar; fracasso escolar; famílias desestruturadas; preconceito

Resumo 045

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL: DIALOGANDO COM AS DIFERENÇAS EM SALA DE AULA

Rosane Santos

rosanebarretorj@yahoo.com.br

Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro/ Brasil - FAETEC

Paulo Queiroz

ppqueiroz@yahoo.com.br

Universidade Federal Fluminense - UFF Rio de Janeiro, Brasil

O presente estudo aborda os diferentes aspectos culturais no espaço escolar que ainda resistem sob a influência do monoculturalismo e a urgência de se conceber os sujeitos interculturalmente, num diálogo que valorize as identidades plurais, exercendo o direito da igualdade na diferença no cotidiano escolar brasileiro. Tendo como referencial teórico Antonio Flávio Moreira Barbosa, Boaventura de Sousa Santos e Catherine Walsh, o estudo busca compreender a

educação intercultural a partir do diálogo com a diversidade encontrada nas salas de aula da escola básica. Com uma metodologia que explora a revisão bibliográfica, analisou-se as recorrências da escola em diversificar o olhar sobre seus sujeitos em seu ranço monocultural, homogeneizando seres e saberes e a necessidade de uma educação intercultural que reconheça as identidades dos indivíduos e sua importância capital no processo educativo. Os dados levantados demonstram que não há mais como conceber uma educação de qualidade para todos desvinculada das questões da diversidade cultural. Ainda aponta para a necessidade de que a igualdade e as diferenças devam ser valorizadas, empoderadas e estimuladas a se comunicarem democraticamente, despertando o interesse dos indivíduos, sujeitos do processo escolar, no sentido de compreender que não é possível resolvermos as diferenças e muito menos padronizarmos a igualdade nas práticas propositivas de uma educação intercultural. O desafio, portanto, é desconstruir conceitos e olhares para que enxerguemos além do que foi estipulado como verdade monocultural numa sociedade culturalmente diversa. Um currículo intercultural torna-se um importante aliado dos professores da escola básica brasileira, no desenvolvimento de práticas educacionais que estejam centradas no desenvolvimento de conteúdos pedagógicos que não homogeneizem a aprendizagem, que aposte no diálogo e na interrelação dos grupos. A proposta de uma educação intercultural é condizente com o eixo interações sociais na escola e na sala de aula, pois, responde aos anseios por uma educação que permita aos alunos a compreensão sobre o mundo em suas múltiplas identidades e realidades sócio-históricas, fazendo da escola um lugar crítico de empoderamento social e cultural, onde tanto professores quanto alunos sejam agentes multiplicadores de uma educação em direitos humanos.

Palavras-chave: Educação; Identidade; Interação social; Interculturalidade

Resumo 047

O PAPEL DOS JOGOS PEDAGÓGICOS NO DESENVOLVIMENTO DA INTERAÇÃO E DA PRODUÇÃO ORAIS EM INGLÊS COM CRIANÇAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Lídia Machado dos Santos

lidia.flavie@ipb.pt

Polytechnic Institute of Bragança, Portugal

O estudo de caso que agora se apresenta teve como finalidade determinar a utilização dos jogos pedagógicos no ensino das atividades comunicativas (produção e interação orais) numa escola do 1.º ciclo do ensino básico pública portuguesa com alunos de seis e nove anos de idade. A investigação integrou uma tese de doutoramento apresentada em 2017. O estudo de caso foi preparado com dois grupos a frequentar o 1.º ano e dois grupos a frequentar o 4.º ano de escolaridade (ou seja, dois grupos de controlo e dois grupos experimentais), cujas aulas foram planificadas tendo em conta conteúdos da disciplina de Estudo do Meio e da atividade de Inglês. Para estabelecer esta “articulação”, entre Estudo do Meio e a língua estrangeira, utilizaram-se, na metodologia, algumas ferramentas proporcionadas pelo enfoque Cross-curricular (CC) e pela metodologia Task-Based Language Learning and Teaching (TBLL/T), assim como um questionário dirigido a professores, um estudo de caso com todas as aulas gravadas e um protocolo de observação. Concluiu-se, entre outros aspetos, que nem todos os jogos são igualmente úteis no desenvolvimento da produção e da interação orais e verificaram-se valores percentuais de produção e de interação diferentes, de acordo com os grupos estabelecidos.

Palavras-chave: Atividades comunicativas; Jogos; Materiais “convencionais”; Produção oral; Interação oral; Crianças

Resumo 048

“CONTA-ME UMA HISTÓRIA!”: ANÁLISE SOCIO-HISTÓRICA DOS ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS DE CRIANÇAS EM PORTUGAL

Catarina Tomás

ctomas@eselx.ipl.pt

Escola Superior de Educação de Lisboa e CICS.NOVA.UMINHO, Portugal

Ana Matos

amatos@ces.uc.pt

O Orçamento Participativo (OP) é um mecanismo de democracia participativa, com quase 30 anos de existência, que confere aos/às cidadãos/ãs a oportunidade de poderem ser ouvidos e/ou decidirem sobre qual a orientação a dar a verbas de orçamentos públicos. Este procedimento surgiu no sentido de incorporar a voz e as necessidades das classes populares nos processos de decisão sobre investimentos a nível municipal. Tendo o Brasil como berço, o OP depressa se expandiu. Este efeito contágio pelo mundo não deixou de ser sentido em Portugal, onde, desde 2003, a partir de Palmela se começa a contar a história deste processo em território nacional. O número destes processos não tem parado de aumentar, apesar de alguns, por razões diversas, acabarem descontinuados. Neste quadro, pautado pela heterogeneidade, centraremos a análise nas experiências pensadas especificamente para a participação das crianças e jovens, debatendo este enquadramento específico enquanto fonte de potencialidades e inovação ao nível do paradigma da democracia participativa. O OP apresenta-se como a melhor referência no âmbito da proposta de democracia de alta intensidade, exatamente por assentar em pressupostos que vão ao encontro da ideia de uma maior inclusão de grupos convencionalmente excluídos da esfera da participação ativa, como a infância. A participação de crianças na vida política e em processos de decisão é uma temática complexa, marcada por uma reflexão residual nas ciências da educação. Assumindo como argumento central a ideia de que as crianças são atores sociais revestidos do direito de participar na vida política, dotados de capacidade para influenciar decisões coletivas e interferir na vida em comunidade e nos seus contextos, esta comunicação visa analisar o percurso socio-histórico dos OP de crianças em Portugal. Destacam-se os principais desafios que se têm colocado ao envolvimento de crianças e como a essa participação tem possibilitado pensar a educação para uma cidadania ativa/crítica. A base empírica deste trabalho são dados disponíveis na plataforma “Portugal Participa”, os quais possibilitam contar a história da participação das crianças no OP e ajudam a compreender a forma como este mecanismo tem sido encarado e acolhido pelas instâncias políticas locais, avaliando potencialidades e limites

Palavras-chave infância; democracia participativa; educação para a cidadania crítica; orçamentos participativos; Portugal

Resumo 051

EDUCAÇÃO PARA A SOLIDARIEDADE

Tânia Libório

tsliborio@gmail.com

Universidade de Évora, Portugal

São ou não os voluntários a expressão máxima da responsabilidade e da cidadania organizacional, num mundo no qual os males maiores são a intolerância e a indiferença? No mundo atual, no qual os desafios humanos que se nos colocam, põem à prova as nossas capacidades, os nossos conhecimentos, a nossa estrutura e entendimento da realidade que nos cerca e da sociedade na qual vivemos, sociedade esta que vive em tempos de crise, de mudança constante, de interações permanentes que nos desafiam a questionar as nossas atitudes, a nossa ética, e qual a importância da nossa essência enquanto ser e as desigualdades sociais que nos acercam diariamente no mundo, podemos refletir sobre a importância na educação na nossa sociedade. Nesta perspetiva surge o voluntariado enquanto domínio da nossa sociedade, emerge das mais profundas motivações e razões do nosso ser, é entendido como uma questão ética, que nos prende e desafia permanentemente; entendemo-lo como uma intervenção em nome da assistência e da tolerância no mundo e como forma de combate à desigualdade social. É considerado ainda como uma forma de tolerância, entre o nosso pensar e o nosso agir perante realidades diferentes da nossa. É ainda, uma estratégia de cooperação para o desenvolvimento entre os países, e a base para o desenvolvimento dos povos. Deste modo, esta comunicação pretende refletir sobre a importância da educação para a solidariedade, enquanto forma de combate à desigualdade social, à intolerância; é uma questão ética, que desempenha um papel fundamental em tempos de crise.

Palavras-chave: Educação; Solidariedade; Voluntariado

Resumo 052

O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL E SUA EXECUÇÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA MESQUITA - GO.

Eliane Limão

eliane.limao2017@gmail.com

Universidade Católica de Brasília, Brasil

Este artigo objetiva apresentar uma breve análise do Programa Mais Educação na Comunidade Remanescente Quilombola Mesquita, situada em Cidade Ocidental – BRASIL/GOIÁS. Diversas têm sido as observações e avaliações referentes ao que verdadeiramente é dito ou escrito e registrado nos documentos oficiais, e o que de fato tem se concretizado em termos de ação deste mesmo programa na comunidade em questão. Para falar de política educacional, bem como dos programas que são criados, faz-se necessário entender como os mesmos entram na agenda governamental para se tornarem, de fato, política pública. Diante o exposto, o artigo verifica a seguinte problemática: por que programas tão bem estruturados ortográfica e logisticamente não conseguem o máximo de resultados aos quais deveriam chegar, conforme indicado quando foram propostos? A pesquisa se dividiu em três tópicos: 1º - traz um olhar mais amplo sobre as políticas educacionais a partir da visão, estudos e escritos de autores que abordam a temática. 2º retrata a Comunidade Remanescente Quilombola Mesquita e a Escola que adota o Programa Mais Educação e, 3º traz breve reflexão sobre o Programa Mais Educação do Governo Federal: como ele foi organizado, como é o seu passo-a-passo e como é efetivamente executado na Comunidade Mesquita. A metodologia adotada no prazo de cinco meses foi: Analisar as leituras do referencial bibliográfico; Analisar as leituras dos documentos legais; Visitas in loco, entrevista informal com o Secretário de Educação do Município e elaboração do presente texto. Utilizou-se como principal argumento o contexto sobre o real significado da política educacional como uma série de medidas anteriormente planejadas colocadas em prática por um governo que deveria criar mecanismos importantes para elevar a educação na sociedade local que não devem ser reduzidos apenas à criação de escolas, mas principalmente a melhorias no ensino. As considerações finais trazem a realidade do Programa Mais Educação na mencionada comunidade, apresentando a realidade do que realmente tem sido concretizado, trazendo os resultados de um programa que pode ser executado e pode possibilitar maiores retornos para a sociedade, desde que considere também a infraestrutura do local.

Palavras-chave: Política Educacional; Programas; Quilombo

Resumo 053

OS REFLEXOS DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS

Heraldino Junior

heraldinocsjunior@yahoo.com.br

Companhia Estadual de Aguas e Esgotos – CEDAE, Brasil

Rosane Santos

rosanebarretorj@yahoo.com.br

Fundação de Apoio a Escola Técnica – FAETEC, Brasil

O presente estudo aborda a interferência política no sistema educacional brasileiro, a partir da segunda metade da década de 1990, momento em que o neoliberalismo se tornou forte influenciador nas políticas públicas educacionais, propagando ideais acentuados de meritocracia, desestimulando a solidariedade e trazendo um caráter mercadológico nas relações entre os atores envolvidos no espaço escolar. Partindo-se dos pressupostos teóricos de Roberto Geraldo Bianchetti, Gaudêncio Frigotto e Célia Linhares, o estudo busca confrontar as pautas conservadoras que emergem em face da crise neoliberal que atinge de forma mais perversa o ensino público. Com uma metodologia que explora a revisão bibliográfica, analisaram-se as oscilações econômicas e políticas que trouxeram e ainda trazem prejuízos à uma educação, que nunca privilegiou um modelo propedêutico, mas sim, inclinado a uma preparação ao mercado de trabalho de baixa qualificação, peculiar a países em que são formadas grandes reservas de mão-de-obra, visando a manutenção de baixos salários. Podemos observar uma mudança nessa orientação em face da chegada ao poder do partido dos trabalhadores, aliado com o bom momento da economia mundial, gerando políticas de ações

afirmativas ofertando mais vagas no ensino superior e subsídios em mensalidades em universidades particulares. Porém o Brasil, cuja estrutura econômica foi montada historicamente em cima da venda de commodities, após a crise em 2008, sofreu de maneira violenta o impacto desencadeado pela desvalorização do petróleo e como a democracia brasileira é estética, ou seja, baseada em uma série de leis que existem muitas vezes apenas no papel, em momentos como o que o país atravessa, prega um discurso de austeridade econômica, buscando a desvinculação orçamentária de investimentos em áreas, como a educacional, visando a supressão de direitos dos mais pobres, em modelos de ajustamentos que desvalorizam todos os envolvidos, sejam eles docentes, discentes, equipe técnico-pedagógica e a sociedade como um todo. Apesar de tudo, a educação ainda é um foco de resistência e a adversidade deve ser uma alavanca de impulso no processo de transformação da sociedade dentro das vias democráticas, para que não se desvirtue a real intencionalidade da escola que é a de formar cidadãos plenos.

Palavras-chave: Direitos; Educação; Neoliberalismo; Política

Resumo 054

SENTIDOS E REPERCUSSÕES DA PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA DE JOVENS COM BACKGROUND MIGRANTE EM PORTUGAL

Carolina Jardim

carolina0jardim@gmail.com

Sofia Marques Silva

sofiamsilva@fpce.up.pt

FPCEUP, Portugal

Existem crescentes evidências na literatura que sugerem que os jovens estão insatisfeitos e desencantados com as formas convencionais de participação política, preferindo envolver-se em práticas participatórias mais informais, como é o caso dos movimentos sociais, organizações locais e associações juvenis (Menezes, 2010; Cammaerts et al., 2013; Chou et al, 2017). Em Portugal, os estudos sobre associativismo imigrante não têm sido claros no modo como as juventudes migrantes se envolvem em contexto associativo (Horta, 2010). Assumindo que a participação cívica e política dos/as jovens com background migrante é uma dimensão crucial para a promoção da integração, coesão social e desenvolvimento de laços comunitários (Albuquerque, 2013), pretende-se discutir, à luz do conceito de sentido de pertença, as diversas experiências e formas de participação associativa de jovens com background migrante em Portugal. Para este efeito, através de uma abordagem qualitativa, selecionou-se um conjunto de 8 associações de imigrantes africanas e do Leste Europeu, e realizou-se um conjunto alargado de grupos de discussão focalizada com jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos. Em suma, esta comunicação procura analisar os significados e compromissos que os/as jovens atribuem à experiência associativa bem como as repercussões dessa participação quer nos seus percursos educativos quer na sua integração social e cultural a Portugal.

Referências: Albuquerque, Rosana (2013). *Associativismo, capital social e mobilidade: contributos para o estudo da participação associativa de descendentes de imigrantes africanos lusófonos em Portugal*. Lisboa: ACIDI; Cammaerts, Bart; Bruter, Michael; Banaji, Shakuntala; Harrison, Sarah; Anstead, Nick (2014). The Myth of Youth Apathy: Young Europeans' Critical Attitudes Toward Democratic Life, *American Behavioral Scientist*, Vol 58(5) pp. 645– 664; Chou, Mark; Gagnon, Jean-Paul; Hartung, Catherine & Pruitt, Lesley (2017) Young People, Citizenship and Political Participation. Combating Civic Deficit? London: Rowman & Littlefield; Horta, Ana Paula (org.) (2010) Revista migrações. Número 6 Temático Associativismo Imigrante. Lisboa: ACIDI; Menezes, I. (2010). Da (inter)acção como alma da política: para uma crítica da retórica «participatória» nos discursos sobre os jovens. In Jovens e Rumos, ed. J. Machado Pais & Vítor Sérgio Ferreira, 333 - 351. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Palavras-chave: participação cívica; associativismo; juventudes migrantes

Resumo 057

EVIDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA E CRIATIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DOS REGISTOS DE EXPERIÊNCIAS DAS CRIANÇAS

Júlia Cristina Pedro
verass2@terra.com.br

Vera Lúcia de Souza e Silva
verass@terra.com.br

Vera Lúcia Simão
vsimao2@gmail.com

Universidade Regional de Blumenau, Brasil

Quando discorremos sobre o desenvolvimento da autonomia e da criatividade, podemos trazer desde os espaços de educação infantil proeminências imagináveis. É através deste relato de experiência que apresentamos ações evidenciadas com abordagem interdisciplinar a partir de registros da realidade educacional de um grupo de 22 crianças com 3 a 4 anos de idade. São relatos de uma turma de Pré-escolar de um Centro de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, de Blumenau-SC-Brasil, descritos semanalmente num Livro de Vivências. Contêm informações sobre rotina, combinados, propostas, falas das crianças e fotografias. Nossas discussões foram permeadas em autores como Luciana Esmeralda Ostetto (2012), Gunilla Dahlberg (2016), Carolyn Edwards; Lella Gandini; George Forman (2016), Saturnino de la Torre e Marlene Zwierewickz (2009), além dos Referencias Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998) e das Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil (2010). De acordo com o RCNEI (1998, p.14), a “autonomia, é definida como a capacidade de se conduzir e tomar decisões por si próprio, levando em conta regras, valores, sua perspectiva pessoal, bem como a perspectiva do outro”. Assim como a autonomia favorece o desenvolvimento integral da criança, a criatividade potencializa a criança a gerar ideias novas, favorecendo o desenvolvimento da criatividade, como aponta Torre (2009, p.57) que, entende a criatividade “como o potencial humano para gerar ideias novas, buscando a melhora dentro de um marco de valores”. A análise dos dados permitiu evidenciar experiências significativas desenvolvidas pelo grupo de crianças, por meio das brincadeiras, da organização de jogos, na resolução e conflitos, na busca por soluções, em prol do desenvolvimento da autonomia e da criatividade. Os resultados apontam para uma ação pedagógica que contempla elementos de práticas educativas criativas. Revelam períodos em que as crianças exploram múltiplos materiais, promovendo diversificadas atividades e experiências de aprendizagem. Traduzem em oportunidades o desenvolvimento da autonomia e da criatividade, a capacidade de inventar, de investigar, de imaginar e de aprender.

Palavras-chave: Autonomia; Criatividade; Educação Infantil; Registro

Resumo 059

CRIATIVIDADE E SUSTENTABILIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA

Jeane Pitz Pukall

pitzpukall@hotmail.com

Escola Básica Municipal Visconde de Taunay, Brasil

Roseli Andrade

rose.an@terra.com.br

Secretaria Municipal de Educação/Prefeitura Municipal de Blumenau, Brasil

Este trabalho relata a experiência de uma escola pública brasileira, a Escola Básica Municipal “Visconde de Taunay”, com aproximadamente 850 estudantes do Ensino Fundamental. Em 2011 foi implantado o projeto Escola Sustentável, que visa a interação e intervenção através de ações práticas para a valorização e preservação do ambiente, o cuidado com o outro e consigo mesmo. Os fundamentos educacionais da escola estão articulados com a concepção de escola sustentável que propõe uma educação básica que inclua o ensino de valores, a promoção do cuidado com o planeta, o cuidado com as pessoas e a partilha justa de recursos. Entendemos que a escola pode se tornar um espaço de contribuição para o despertar de uma consciência diante de padrões de percepção sobre a realidade, do sentido da vida e do ser humano nesse universo planetário que nos toca viver (TORRE & ZWIEREWICZ, 2012). Por isso a escola adaptou seus espaços e criou várias alternativas pedagógicas voltadas à sustentabilidade. A partir de um trabalho de gestão democrática, em que os coletivos da escola são envolvidos no planejamento e desenvolvimento do projeto de sustentabilidade, percebemos que os trabalhos apresentados pelos estudantes revelam um processo de aprender

contextualizado e problematizado. Dessa forma, os conhecimentos elaborados pelos estudantes emergem de um processo pedagógico inovador e criativo que ultrapassa os limites de um ensino meramente transmissor de conteúdos, em que habilidades e atitudes também são desenvolvidos e os conhecimentos aprendidos superam as fronteiras das disciplinas. Além disso, a formação continuada dos professores para a implantação do Projeto Escola Sustentável e Criativa promoveu a transformação da prática pedagógica, a partir da realidade em que a escola e os estudantes estão inseridos. Isso vem contribuindo para o desenvolvimento da criatividade e da autonomia dos estudantes e ampliação da participação da comunidade nas ações educativas da escola. Diante disso, em 2013 a escola foi certificada como Escola Criativa pela Rede Internacional de Escolas Criativas, com sede na Universidade de Barcelona e em 2015 foi certificada como Escola Criativa e Inovadora pelo Ministério de Educação e Cultura do Governo Federal do Brasil.

Palavras-chave: Autonomia; Criatividade; Sustentabilidade

Resumo 061

EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO: POTENCIALIDADES E LIMITES DOS CURSOS PROFISSIONAIS DO ENSINO SECUNDÁRIO.

Idalina Machado

idalina.machado@issssp.pt

Sidalina Almeida

sidalina.almeida@issssp.pt

Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Portugal

A partir da reforma do ensino secundário em 2004, diversificaram-se as ofertas formativas e registou-se uma crescente aposta em planos de estudos que permitam um alargamento e diversificação dos percursos formativos para a conclusão do 12º ano. Valorizou-se, especialmente, uma oferta profissionalizante de dupla certificação procurando que ela passe, progressivamente, a representar metade das vagas do ensino secundário. Neste quadro destacam-se os cursos profissionais ministrados pelas escolas secundárias que, de 36765 alunos em 2004/2005, passaram para 112395 em 2015/2016 (taxa de crescimento de 205,71%). Nesta comunicação pretendemos discutir as potencialidades dos cursos profissionais enquanto via de ensino promotora de trajetórias escolares mais longas. As conclusões de trabalhos de investigação nesta área apontam para que sejam os jovens em rutura com o sistema de ensino regular e provenientes de meios sociais mais desfavorecidos aqueles que estão mais presentes nesta modalidade de ensino, constituindo esta “um último recurso” para a conclusão dos 12 anos de escolaridade. No entanto, não podemos deixar de equacionar os efeitos dos cursos profissionais no combate à exclusão social através do aumento dos níveis de escolaridade, da qualificação para o sistema de emprego, da revalorização identitária e da (re)construção de projetos de vida. Partindo dos dados disponibilizados pelo Observatório de Trajetos dos Estudantes do Ensino Secundário (OTES), pretendemos discutir: a) as desigualdades em termos de acesso aos cursos profissionais; o desempenho escolar dos alunos, bem como as suas expectativas escolares e profissionais à entrada no ensino secundário; b) a perceção/avaliação dos alunos sobre os cursos profissionais nas suas diferentes componentes; o desempenho escolar e as expectativas escolares e profissionais à saída do ensino secundário. Esta comunicação pretende ser uma parte de um trabalho mais alargado que procure conhecer também a visão dos agentes educativos, em particular direções de escola e professores diretamente implicados neste tipo de cursos, sobre o seu potencial enquanto via criadora de afeição pela escola e pelo saber e promotora de projetos de vida inclusivos.

Palavras-chave: Cursos profissionais; Desigualdades sociais; Avaliação e expectativas

Resumo 062

O LUGAR DA FORMAÇÃO DA COMPETÊNCIA LEITORA NOS CURRÍCULOS DO CURSOS DE PEDAGOGIA

Inajara Vargas Ramos

iramos@feevale.br

Lovani Volmer

lovaniv@feevale.br

Lucia Hugo Uczak

Lucia.hugo@feevale.br

Miriam Pires Corrêa de Lacerda

miriamlacerda@feevale.br

Universidade FEEVALE, Brasil

Este artigo discute os achados de uma investigação em andamento que problematiza os currículos dos cursos de graduação em Pedagogia no que se refere à formação inicial do jovem professor que irá atuar em classes de alfabetização. Atualmente, em comparação não só aos parâmetros de países mais ricos e desenvolvidos mas também aos de alguns países em desenvolvimento da América Latina e da Ásia, os índices de alfabetização e de consumo de livros no Brasil, conseqüentemente de competência leitora, deixam, ainda, muito a desejar. Embora o Brasil tenha melhorado seus indicadores desde 2000, quando ocorreu um ciclo de avaliação com ênfase em leitura, ainda está muito aquém do desejado. Frente a essa realidade, o papel da formação inicial dos professores no que tange à formação de crianças leitoras e à construção da escrita no espaço escolar é fundamental. Esta investigação tem, entre outras referências teóricas, Freire (1997; 2002), Leite & Fernandes (2010), Soares (1998; 2001) Cunha (1998), Connel (2006), CNE/Brasil (2006; 2015). A opção metodológica para esta construção foi qualitativa do tipo exploratória. Para a produção do corpus, fez-se uso dos Projetos de Curso das três Instituições participantes deste estudo e de um questionário autoaplicável a acadêmicos de Pedagogia com idades entre 18 e 29 anos. Os dados foram analisados conforme ensina Bardin (2002). Com base nos primeiros achados, surgiram questões do tipo "como cada uma das IES envolvidas neste estudo organiza, na matriz curricular, referenciais teórico-metodológicos com vistas à formação do jovem professor alfabetizador? Como os jovens estudantes de Pedagogia articulam o que vivenciam no curso ao exercício de práticas e estágios? Qual o lugar da leitura na vida destes jovens acadêmicos? Acredita-se que ao investigar nos Projetos de Curso de Licenciatura em Pedagogia as disciplinas, as habilidades, as competências e conhecimentos que visam, especialmente, capacitar o acadêmico no processo de aquisição da escrita e na formação do leitor proficiente, estaremos contribuindo para a formação inicial de professores, bem como para a produção de conhecimento sobre como essa formação opera na constituição da professoralidade, a partir da escuta aos seus jovens estudantes.

Palavras-chave: Jovens estudantes de Pedagogia; Formação de professores; Leitura e escrita

Resumo 063

QUANDO UM PROJETO EDUCACIONAL FRACASSA: O QUE OS JOVENS TEM A DIZER SOBRE ISSO?

Renata Vasconcelos

renata.vasconcelos@unifal-mg.edu.br

Universidade Federal de Alfenas – MG, Brasil

Este trabalho tem como referencial teórico a psicanálise e procura investigar a violência escolar como um novo sintoma do fracasso escolar. Para isso investiga um projeto de educação de jovens na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, que fracassa pelas manifestações de violência desencadeadas por eles. A experiência da escola é considerada inovadora pela política pública educacional do município de Belo Horizonte destinada aos jovens, por afirmar a educação como direito em tempo integral, mas fracassa na sua função de transmissão. A partir da oferta da palavra a estudantes homens dessa escola pública, localizada numa favela ou área de vulnerabilidade social como tem sido nomeado pelo discurso pedagógico, e utilizando o dispositivo da conversação, procuramos aprender com esse jovem estudante, o que eles tem a dizer sobre essa situação. Utilizando da concepção de sintoma, como uma manifestação que fala do mal-estar do sujeito em relação à cultura de seu tempo, o trabalho procurou localizar os pontos de condensação desse mal-estar nas conversações. A conversação, a metodologia utilizada, foi feita com aqueles que ninguém queria conversar: os bagunceiros, os violentos, os desordeiros. Eram estudantes que não participavam de gangues e nem tinham envolvimento com o tráfico de drogas, mas que cometiam os atos de violência. O trabalho mostra que o jovem recusa o discurso da carência, da vulnerabilidade e do favelado. Recusa pelos seus atos, um projeto educativo que reforça as identificações recebidas no social, que falam deles como bandidos, favelados e vagabundos. Comprova que o desejo dos mesmos era por uma escola que cumprisse a sua função de ensiná-los e

servisse como espaço de apoio nesse tempo da vida em que o real do sexo é desagregador do sujeito. Para as políticas públicas demonstra que o excesso de saber segrega o sujeito dos projetos educativos direcionados aos jovens.

Palavras-chave: Políticas educacionais; Juventude; Violência escolar; Psicanálise; Conversão

Resumo 064

(AUTO)FORMAÇÃO: MECANISMOS TRANSFORMADORES E TRANSIÇÕES ESCOLARES VITAIS

Judite Cruz

juditezc@ie.uminho.pt

University of Minho, Portugal

A autoformação (informal e autodirigida) tornar-se-á a forma de aprender dominante no século XXI? Podemos conceber que se aprende a aprender por si mesmo, numa “pedagogia para a autonomia”, por processos de aprendizagem orientada à construção do “eu existencial” e em sociedades de ‘l’apprenance’ (Carré, 2015, p. 12), complementares da aprendizagem académica. Partindo da conceção polissémica de aprendizagem autodirigida, em que tivemos formação com M.-Christine Josso, por abordagem sistematizada de Gaston Pineau, realizámos entrevistas semiestruturadas, em que participaram a atriz Céu Guerra (n. 1943), o maestro José Atalaya (n. 1927) e a filósofa Ana Luísa Janeira (n. 1946). Por método de Histórias de Vida, aprofundar-se-ão linguagens profissionais e realidades diferenciadoras, no Estado Novo. Propõe-se expor interações em contexto, o que implica plasticidade nas relações constrangedoras e/ou libertadoras. Seleccionadas as temáticas de rutura do eu estudantil e/ou profissional, retratam-se experiências transformacionais, em “escolas” de artes e filosofia: Céu Guerra explorou o papel dramático de Calamity Jane, sugerido pelo encenador-mestre; José Atalaya enfatizou ter sido um maestro, Luís de Freitas Branco (1890-1955), a empurrá-lo para a música, abandonando o curso de engenharia, no último ano de licenciatura; e Ana Luísa Janeira reportou-se ao tempo estudantil, em Paris, largada a perspetiva histórica por escutar um influente amigo de Foucault (1926-1984). Expõe-se como se acumula o folgo para se ser projeto, ora sujeito (conhecedor) ora objeto (ator), captando-se um novo sentido de consistência no viver por descentração. Ao longo da existência, estaremos então já a antecipar uma forma distinta de apreciação de aprender com outro significativo. “Aprendendo” que escolas necessitam de ser “abanadas”, se transita de etapas contínuas estruturantes para ruturas pró-ativas, críticas e reflexivas com outrem. Encontros levar-nos-ão até à transformação de estruturas existentes, dito que “enação” e “perturbação” (por coping) movem pessoas para visões do mundo inéditas? Afinal se “quando os factos mudam, eu mudo”, na expressão do economista inglês Keynes (1883-1946), perguntou-se a entrevistados: “O que fez para que mudasse?” Quando possa nem ser apreensível o agir, as cognições incorporadas, traduzem-se num benéfico “desequilíbrio”, em que a pessoa, para se definir tem que se opor.

Palavras-chave: autoformação; histórias de vida; aprender a aprender

Resumo 065

SOB O SIGNO DO DESEJO AMOROSO: NARRATIVAS DE MENINAS DE UMA FAVELA DE MANAUS

Judite Cruz

juditezc@ie.uminho.pt

Vilma Mourão

vilmamourao@hotmail.com

University of Minho, Portugal

Na sexualidade humana estão patentes imensas crenças ancestrais, com relevo para a ideia de que “há um ‘problema’ no sexo, pelo que temos que limitar os danos”. Nessa conceção “perversa”, no quotidiano, a temática é tornada vaga e as falas tendem a ser veladas e estandardizadas nos clichés. Com o intuito de investigação, por Estudo de Caso, foram seleccionadas participantes por critério de insucesso escolar, sendo que uma das autoras é residente em Manaus – Brasil. Realizou entrevistas semiestruturadas, individuais e por grupo focal com seis jovens (16-19 anos), relativamente a experiências amorosas e sexuais, numa favela, antiga zona de hanseníase, lugar marcado pela

exclusão. A Análise de Discurso dos dados/textos foi abordada, segundo Michel Pêcheux, propondo-nos expor os dois primeiros dos sete conceitos-análise a seguir enunciados: (1) o que elas afirmam dos rapazes; (2) contextos familiares; (3) adolescências; (4) educação sexual (familiar e escolar); (5) relacionamentos amorosos; (6) bons encontros; e (7) futuro ambicionado. O conceito-análise #1 introduz o desejo delas, como uma ficção literária – pegar, ficar, namorar (sério), noivar com homem respeitador e provedor de bens... O casar que dê certo será para a vida, quando se discutem (des)encontros. Na estrutura sociofamiliar e religiosa protestante se encontraram bases de crenças, nomeadamente sobre inveja ou sobre amor e sexo, implicadas decisões de adolescentes: o afastamento de amigas invejosas da escola, a paquera na festa, o noivado anunciado na igreja ou a separação repetida. Identificaram-se formações discursivas, como quando “... algo fala (ça parle) sempre antes, em outro lugar e independentemente” (Pêcheux, 1988, p. 162). Acrescerá dizer que nas famílias numerosas reverberam vidas acidentadas, testemunhadas pelas participantes, dando conta de um “real” que é verosímil: mães têm o poder de decisão nos relacionamentos, enquanto padrastos e pais tendem a ausentar-se e a abusar de substâncias. Os rapazes são ora gaiatos e muito menininhas, ora apresentados e oferecidos, dito que importe às jovens entender motivos para eles não lhes convirem e, tantas vezes, engravidarem, colocadas a escolhê-los contra a escola. Exploram-se formações discursivas tradicionais em que, se eles fazem gracinha, elas se apresentam como passivas, enquanto trancadas em casa.

Palavras-chave: favela; brasil; relacionamentos amorosos; adolescentes; raparigas

Resumo 066

INVESTIGAÇÃO COM/SOBRE CRIANÇAS - PARTICIPAÇÃO, VOZ, E QUESTÕES ÉTICAS

Rita de Cássia Marchi

rt.mc@bol.com.br

Universidade Regional de Blumenau – FURB, Brasil

Na Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) foi, pela primeira vez, garantido às crianças o direito de “participação” e de ter “voz ativa” nos assuntos que lhe dizem respeito (artigo 12). Se no texto da Convenção esses direitos estão relacionados a processos judiciais e administrativos que dizem respeito à criança, eles foram rapidamente também levados em conta nas pesquisas que as envolvem. Assim, este texto discute a questão da “participação” e “voz” das crianças em “pesquisas com/sobre crianças” na área da Educação (com orientação teórica no campo da Sociologia da Infância) em espaços educativos formais (creches e pré-escolas). Relacionado a isso, discute-se o uso de estratégias de ordem prática ou operacional que implicam em questões de ordem ética no campo da investigação, notadamente no que se refere à etnografia realizada com crianças, visto ser essa uma metodologia particularmente indicada pelos sociólogos da infância na vertente interpretativa da disciplina. O foco da análise está nas estratégias de “entrada no campo” utilizada pelos pesquisadores e, em especial, nas estratégias de “entrada reativa” e as fachadas ou papéis de “adulto atípico”, “adulto incompetente” ou “amigo”, propostos por W. Corsaro, de modo a possibilitar a sua aceitação no campo da pesquisa pelos grupos de pares infantis que investigou. O texto problematiza tais estratégias ao considerar o princípio que é ao mesmo tempo ético e teórico da obtenção do “consentimento/assentimento informado” por parte das crianças participantes das pesquisas. Nesse sentido, discute-se a necessária “reflexividade metodológica” na situação de pesquisa, a partir da “definição da situação” de Goffman, considerando esta como permeada por relações de poder e que, no caso de pesquisas com/sobre crianças é acrescida do poder geracional.

Palavras-chave: Sociologia da Infância; Participação; Ética; Investigação com crianças

Resumo 067

NAS MALHAS DO EXAME. PRESTAÇÃO DE CONTAS, SELETIVIDADE E ESTRATIFICAÇÃO NUMA ESCOLA BÁSICA SUBURBANA

Adriana Albuquerque

adriana_albuquerque@iscte-iul.pt

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Portugal

No contexto educativo global atual, as provas estandardizadas assumem-se como um importante mecanismo de regulação do quase-mercado educativo e instrumento-chave para a imposição de pressões competitivas que reforçam o papel do Estado-Avaliador. Enquanto as funções ideológicas e reguladoras da prestação de contas têm sido amplamente estudadas, menos atenção tem sido prestada aos seus efeitos nas trajetórias, resultados e experiências escolares dos alunos de várias origens sociais. Nesta comunicação, pretendemos explorar os efeitos das políticas de avaliação externa das aprendizagens no desempenho escolar dos alunos, e nos processos de seleção e estratificação escolares numa escola básica da Área Metropolitana de Lisboa. A investigação foi desenvolvida no âmbito da dissertação de mestrado, junto do 2º ciclo do Ensino Básico, reportando-se aos anos letivos de 2009/10 e 2014/15 – aos quais correspondem dois modelos distintos de avaliação externa. Realizou-se um estudo de caso intensivo numa escola na AML inserida num contexto socioterritorial desfavorecido. Foi utilizada uma combinação de abordagens metodológicas, entre as quais se contam i) análise de estatísticas da educação, ii) análise documental, e iii) análise de entrevistas semidiretivas às lideranças do agrupamento e aos docentes da escola. Os resultados apontam para uma consolidação do processo de “guetização” da escola estudada, visível na evolução da composição social entre os dois anos letivos estudados – do qual não estará isenta a estratégia de agrupamento. Verificou-se ainda o aumento das desigualdades no desempenho dos alunos de diferentes contextos socioeducativos no 6º ano, particularmente na disciplina de Língua Portuguesa. Por fim, a introdução do exame nacional no 6º ano contribuiu para a intensificação dos processos de diferenciação e seleção na escola durante todo o ciclo, ao nível i) da composição social das turmas, ii) da diferenciação curricular, e iii) dos critérios para a retenção. Os resultados contribuem para a reflexão acerca da interdependência entre os projetos políticos de educação e os instrumentos de avaliação externa das aprendizagens, bem como acerca da importância do contexto socioeducativo para o estudo dos efeitos da prestação de contas.

Palavras-chave: Prestação de contas; Exames nacionais; Estratificação escolar; Desempenho escolar

Resumo 070

O PROTAGONISMO DE ESTUDANTES AFRO-BRASILEIROS NO USO DAS MÍDIAS SOCIAIS, NA EDUCAÇÃO BÁSICA. EIXO TEMÁTICO: DIREITOS, JUSTIÇA E DESIGUALDADES EDUCATIVAS

Leunice Martins de Oliveira

leunice.martins@gmail.com

Lídia Stroschoen da Cunda

stroschoenlidia@gmail.com

PUCRS, Brasil

O presente trabalho aborda uma problemática de pesquisa que encontra um momento fértil para o debate: os usos das redes sociais da web, espaços de divulgação e disseminação de informação, de interação e de comunicação, em três Escolas de Educação Básica do Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Considera-se o protagonismo dos estudantes afro-brasileiros, principalmente na era da Comunicação e da implantação de Ações Afirmativas voltadas para a população Negra no Brasil. Tais ações são políticas de reparação e de reconhecimento dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais com vistas à superação das desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória. O objetivo da Pesquisa é buscar compreender a utilização das mídias sociais na educação de crianças e jovens afro-brasileiros, ilustradas por experiências que estão sendo realizadas nas escolas, procurando aprofundar alguns aspectos sobre a questão da relação entre educação e comunicação – a educomunicação, de forma a auxiliar o professor no processo de utilização das mídias sociais e também como forma de expressão e de reflexão sobre sua função social, bem como do desenvolvimento da consciência crítica e do fortalecimento de identidades e de direitos de estudantes afro-brasileiros – resultando numa formação cidadã.

Palavras-chave: Educação; Comunicação; Educomunicação; Cidadania; Mídias Sociais; Afro-Brasileiros

Resumo 071

AS ESTRATÉGIAS DE INDUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR NO BRASIL E A FORMAÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E JOVENS

Fernanda Ribeiro de Souza
ffernandinhaa_si@hotmail.com

Ivania P. Mazur
ivaniazinha_piva@hotmail.com

Nara Tatiana Costa
naratianacosta@gmail.com

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Abordamos neste artigo as políticas públicas de oferta da educação em tempo integral e o projeto de currículo e, por conseguinte, de escola pública em jornada ampliada que se desenha no país a partir de programas indutores da ampliação do tempo escolar, como o Programa Mais Educação e o Programa Novo Mais Educação. Discutimos alguns elementos configuradores da proposta social e pedagógica que permeia esses programas, desvelando nuances dos processos de reorganização dos tempos, espaços e currículo da escola de Ensino Fundamental em tempo integral no Brasil. Realizamos a pesquisa por meio de estudo documental abordando os cadernos e documentos orientadores da política de educação em tempo integral, além da análise de propostas pedagógicas curriculares de escolas públicas vinculadas aos programas, buscando compreender a forma como as estratégias de indução da educação em tempo integral têm impactado a formação e direitos básicos de crianças e jovens. Verificamos que a escola em tempo integral no Brasil tem assumido uma perspectiva de ampliação curricular e do tempo escolar voltada, principalmente para a proteção e assistência social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e para a complementação dos processos de aprendizagem já postos pela base curricular regular, com ênfase na alfabetização e numeramento. Defendemos a formação integral das crianças e jovens numa perspectiva omnilateral, assentada em uma escola em tempo integral pautada em um currículo que contemple todas as dimensões do desenvolvimento humano e não reduza o tempo de escolarização ao ensino de conhecimentos e competências mínimas às crianças e jovens. A forma como a ampliação do tempo escolar tem sido implementada nas escolas de Ensino Fundamental a partir de políticas indutoras criadas pelo governo traz desafios à construção de uma perspectiva de formação que reconduza a escola ao atendimento de sua função específica, que é a socialização dos conhecimentos e da cultura historicamente elaborados, numa perspectiva de formação igualitária, integral e omnilateral. Assim, a escola em tempo integral pouco tem contribuído para que crianças e jovens das classes populares tenham acesso aos bens culturais e à possibilidade de ascensão e transformação da realidade.

Palavras-chave: Políticas para a infância e juventude; Educação em tempo integral; Ensino Fundamental; Tempo escolar

Resumo 072

MOBILIZAÇÃO SOCIAL E O DIREITO A ESTUDAR EM ESCOLA RURAL NO MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE, PARANÁ, BRASIL

Ivania Piva Mazur
ivaniapivamazur@gmail.com

Clésio Acilino Antonio
clesioaa@hotmail.com

Nara Tatiana Costa
naratianacosta@gmail.com

Unioeste, Brasil

O artigo aborda ações de mobilização social de uma comunidade escolar acerca da garantia do direito à educação em duas únicas escolas rurais do município de Itapejara D'Oeste, Paraná, Brasil. Historicamente, a maioria dos estudantes residentes nas quatro comunidades próximas às escolas rurais tem sido direcionada, por meio do transporte escolar, para as escolas urbanas do município, o que ocasiona superlotação destas escolas, esvaziamento nas escolas rurais e, conseqüentemente, o risco de fechamento ou não abertura de turmas nas duas únicas da área rural. Diante de várias iniciativas da administração regional e municipal da educação nos últimos anos, que favoreciam o fechamento de escolas rurais, a comunidade escolar toma para si o protagonismo de mobilização social que evidenciaram contradições nas políticas educacionais de acesso à educação escolar no município. As ações de

mobilização social foram realizadas junto à administração municipal, Conselho Municipal de Educação, Núcleo Regional de Educação, demais organizações e entidades do município, pais e responsáveis de estudantes que resultaram em algumas iniciativas ao direito à educação escolar na área rural, como: a administração municipal reorganizará o transporte escolar para as escolas rurais, criação do Comitê Municipal de Fortalecimento das Escolas no Campo em Itapejara D'Oeste, abertura da turma de 6º ano para ingresso em 2018. Nesse sentido, essas ações são exemplos de práticas efetivas de participação social com o intuito de garantir o direito dos filhos das famílias camponesas estudarem na escola mais próxima de suas residências, utilizando e qualificando o conhecimento das famílias acerca das normatizações legais – leis nacionais da educação e da atenção à criança e ao adolescente, resoluções de diretrizes educacionais para escolas rurais, instruções normativas estaduais sobre matrículas escolares, lei municipal do Plano Municipal de Educação, entre outras – que justificam o direito social ao acesso à educação escolar. Ainda nesse âmbito de conhecimento, os estudos de produções científicas, relativas à temática da educação rural, por parte dos profissionais da educação, colaboraram fundamentalmente para promover as reflexões com a comunidade escolar sobre a importância da garantia do direito à escola rural e sobre os processos formativos que estão envolvidos nesses contextos educativos.

Palavras-chave: Escola rural; Transporte escolar; Direito à educação escolar em área rural

Resumo 073

UM OLHAR COMPREENSIVO PARA O BRINCAR LIVRE DAS CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I: MIRANDO CENAS DE AUTONOMIA, CRIATIVIDADE E PRODUÇÃO DE CULTURA LÚDICA

Marilete Calegari Cardoso

calegari Cardoso@uesb@hotmail.com

Cristina D'Ávila

cmdt@ufba.br

Antonete Araújo Silva Xavier

antonetex@gmail.com

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Esta comunicação apresenta reflexões provindas de uma pesquisa de doutorado em andamento. O estudo visa compreender os sentidos construídos por professoras do ensino fundamental sobre o brincar livre de crianças, através de uma experiência formativa, tendo como dispositivo mediador o “Baú Brincante” – projeto que investiga o potencial do brincar livre e da cultura lúdica em uma Escola pública de Jequié – Bahia/Brasil, por meio da exploração de materiais não estruturados por crianças de 6 a 8 anos. Destaca-se a escola como um lugar experiencial para o brincar livre das crianças desse nível de ensino, possibilitando às mesmas autonomia, criatividade e produção de cultura lúdica. O referencial teórico do estudo está ancorado na sociologia da infância (SARMENTO, 2005, 2011; FRIEDMANN, 2013) e na teoria do jogo numa abordagem sociocultural (BROUGÈRE, 2012; LOPES, 2016). Trata-se de uma pesquisa-ação com inspiração etnográfica (MACEDO, 2006), ancorada na fenomenologia compreensiva de Maffesoli (2005, 2010). Os sujeitos são professor/as de 1º ao 3º ano que tenham aderido voluntariamente à proposta de trabalho. Elenca-se como técnicas de pesquisa, a observação com registro (diário de campo, fotografias, vídeos) e atelier formativo. O desenvolvimento da pesquisa segue as seguintes etapas: 1) Encontros com os professores e crianças para instalação do “Baú Brincante”; 2) Observação e escuta das professoras sobre o brincar livre das crianças/uso “Baú Brincante”; 3) Atelier Catadoras do Brincar- Intercâmbio de narrativas de olhares e de escutas das professoras sobre o brincar livre das crianças com o Baú Brincante. O texto realça a importância e as vantagens do brincar para a vida da criança, pois é um vetor cultural que envolve a criatividade, a descoberta, a inventividade e a autoria na produção de cultura lúdica; e apoia-se na constatação de que somente pelo observar e vivenciar a experiência lúdica da infância, o adulto pode sensibilizar o olhar e mobilizar-se para a valorização do brincar livre da criança como uma ação experiencial essencial ao desenvolvimento integral infantil e ao ambiente escolar.

Palavras-chave: formação de professores; brincar livre; cultura lúdica; atelier formativo

Resumo 074

A NARRATIVA DA EXCELÊNCIA NA ESCOLA E NO TRABALHO: ILUSÕES E PARADOXOS DA CULTURA MERITOCRÁTICA

Leonor Torres

leonort@ie.uminho.pt

University of Minho, Institut of Education, Portugal

Embalada pelas recentes mutações operadas aos níveis macro-económico e educativo, a escola pública portuguesa tem vindo progressivamente a incorporar um ideário meritocrático focado na produção de resultados e na celebração da excelência como ritual de distinção. Embora a instituição Escola não se tenha desvinculado da sua matriz democratizadora, denota-se contudo uma certa subordinação dos processos de escolarização às lógicas de promoção do desempenho académico. Esta comunicação visa debater criticamente os sentidos da agenda meritocrática na esfera educativa e sua relação com o mundo do trabalho. Num primeiro momento, apresenta-se uma sinopse da evolução da relação educação-trabalho nas últimas quatro décadas, destacando as mutações ocorridas ao nível dos mandatos da escola pública e do acesso dos jovens ao mercado de trabalho. Focando com mais profundidade a última década, marcada pela expansão da cultura meritocrática, avança-se, num segundo momento, para uma abordagem crítica das concepções de excelência valorizadas no universo escolar e no mundo do trabalho. Do ponto de vista metodológico, recorre-se a dados de natureza quantitativa (método extensivo, focado na análise dos rituais de distinção implementados na escola pública) e qualitativa (método intensivo, baseado em quatro estudos de caso) recolhidos no âmbito de um projeto PTDC/IVC-PEC/4942/2012 - Entre Mais e Melhor escola: a excelência académica na escola pública portuguesa. Os resultados revelam que a excelência se tornou num importante referencial na vida das instituições contemporâneas, sendo possível sinalizar os seus efeitos nos modos de regulação da educação e do trabalho. Por outro lado, constata-se que o modelo de excelência induzido pela cultura escolar assenta em valores e disposições nem sempre conciliáveis com o modelo de excelência requerido pelas organizações de trabalho. A progressiva expansão de uma cultura da excelência baseada num único princípio de mérito, que assume configurações distintas na educação e no trabalho, tende a arrastar (novos) fenómenos de desigualdade e de exclusão, mesmo no interior de um círculo (de elites) que outrora estava imune a estes processos.

Palavras-chave: Excelência escolar; Meritocracia; Educação e trabalho

Resumo 079

A ESCOLA E AS TECNOLOGIAS: OS JOVENS E SUAS PRÁTICAS

Sérgio Luiz A. Rocha

slarocha@hotmail.com

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Oliveira Freitas

p.defreitas@hotmail.com

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Este texto apresenta algumas reflexões sobre um projeto que busca compreender as relações entre os jovens, as tecnologias e as práticas escolares. As práticas levadas a efeito pela instituição escolar constituíram-se em íntima relação com a lógica do livro – tradicional objeto de culto. Sua lógica de uso legou uma determinada forma de leitura, uma concepção sobre o desenvolvimento da cognição relacionada com a capacidade de decifração do escrito, a ideia de que se deve ir do concreto ao abstrato e do simples ao complexo, entre outras. As mutações nas práticas relacionadas às tecnologias que ocorreram nas últimas décadas descentraram o livro, possibilitando uma série de modos de acesso à informação que hoje são desterritorializadas e ocorrem em um tempo contínuo. O modo pelo qual os nossos alunos se relacionam com as práticas escolares é cada vez mais mediada pelo acesso a estas formas de comunicação. A questão norteadora do projeto é perceber de que forma a relação dos jovens com as tecnologias tem produzido modificações nas formas através das quais eles se relacionam com as demandas da instituição escolar, constituindo práticas que dão novo significado aos processos de escolarização. Buscamos entender de que modo os conteúdos e práticas escolares são resignificadas a partir das mediações destas novas tecnologias de comunicação e informação e das plataformas digitais. O projeto está sendo realizado, neste momento, em 3 escolas públicas do Rio de Janeiro a partir do emprego de métodos quantitativos e qualitativos, tendo uma pretensão comparativa a partir

de uma reflexão sobre os diferentes usos e práticas. Duas escolas são da rede federal de ensino e uma escola e da rede estadual. O universo pesquisado é constituído por jovens entre 14 e 20 anos de idade, alunos do ensino médio ou do médio técnico. O projeto tem duas etapas. A primeira, já concluída, foi constituída pela aplicação de um instrumento de coleta de dados a partir de uma amostra aleatória. A segunda etapa, que neste momento encontra-se em execução, é realização de um conjunto de entrevistas. Neste texto discutiremos algumas questões relativas às análises dos dados da primeira fase da pesquisa.

Palavras- chave: Juventude; Escola; Tecnologia; Tecnologias da Informação e da Comunicação; Cultura Digital

Resumo 080

AVALIAÇÃO DE CRIANÇAS SOBRE OS ESPAÇOS DE BRINCAR OFICIAIS DE ASSIS (SÃO PAULO - BRASIL)

Adaliza Meloni

adalizameloni@yahoo.com.br

Fátima Marin

fatimadiasgomes@gmail.com

UNESP/Presidente Prudente, Brasil

O trabalho tem por objetivo apresentar considerações a respeito dos espaços de brincar oficiais da cidade de Assis (São Paulo - Brasil) na avaliação de crianças e abordar a importância de dar visibilidade as crianças na elaboração de políticas públicas, relacionadas a criação de espaços de brincar. Com base nos pressupostos da Sociologia da Infância, reconhecemos a criança como sujeito ativo, ser completo, capaz, sujeito de direitos, produto e produtora de cultura, que se apropria dos espaços de brincar de acordo com as suas necessidades e ressaltamos a importância do brincar, como um dos elementos das culturas infantis, a partir destes posicionamentos, destacamos o papel dos espaços públicos para a interação da criança com os pares e com os adultos. Também nos fundamentamos nos pressupostos da Geografia da Infância, que discute a dimensão Paisagens da Infância, que se refere à forma como a sociedade cria materialidades destinadas ao uso das crianças. O trabalho é um recorte da nossa pesquisa de doutorado, de natureza qualitativa, caracterizada como estudo de caso, que comporta pesquisa bibliográfica, análise de acervo documental e de campo, realizada com dez crianças de 8 a 11 anos de idade. Os instrumentos e técnicas da pesquisa de campo se constituíram em: fotografias dos espaços de brincar reconhecidos pelo governo local, observação destes espaços de brincar oficiais para verificar as suas características, entrevistas com as crianças, produção do texto ilustrado e legendado, seleção visual das fotos dos espaços de brincar oficiais pelas crianças com apontamento de aspectos positivos e negativos e confecção do poema dos desejos sobre como gostariam que fossem os espaços de brincar situados fora de casa na cidade de Assis (SP). Como resultados obtidos, podemos constatar que as crianças são capazes de avaliar os espaços de brincar de acordo com suas preferências e necessidades, os nossos sujeitos da pesquisa avaliaram que há espaços inadequados para o desenvolvimento do brincar e reivindicaram que gostariam que nos espaços de brincar não tivesse lixo, fosse realizada a manutenção dos brinquedos e que um maior número de brinquedos estivesse disponível.

Palavras-chave: espaços de brincar oficiais; crianças; brincar; cidade

Resumo 081

TEMPO DIGITAL EM FAMÍLIA: CONTEXTOS, MEDIAÇÃO E LITERACIAS

Teresa Castro

teresa.sofia.castro@gmail.com

Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Adultos que na juventude cresceram com o advento digital são hoje pais de crianças pequenas que nasceram imersos no digital. Dando conta da lacuna de informação que existe na literatura sobre mediação parental que abranja estes dois segmentos de novos utilizadores de tecnologias digitais, foi submetida uma proposta a financiamento europeu

para fazer investigação qualitativa com uma família Europeia. Durante dois meses, uma família - pais na faixa etária dos 30 anos e três crianças entre os 5 e os 9 anos - partilharam o seu quotidiano e em jeito de conversa expuseram expectativas, discursos e práticas sobre os media digitais: consumo, mediação e literacias emergentes. Estes pais de classe-média privilegiam o 'ser' em detrimento do 'ter', o brincar (sempre que possível na natureza), o tempo de família e a educação das crianças assente num desenvolvimento equilibrado. Os ecrãs existem pela casa, mas não entram nos quartos das crianças. As atividades digitais são partilhadas e negociadas pela família, no qual o irmão mais velho assume um papel preponderante na socialização dos mais novos. A televisão serve propósitos mais associados ao entretenimento enquanto que o portátil proporciona essencialmente oportunidades de aprendizagem, nas quais o YouTube é protagonista. A mediação em prática alicerça-se num estilo autoritativo, ajustado à idade de cada um dos filhos, e em que ambas as gerações se envolvem cognitivamente em situações de resolução de problemas transparecendo um sentido de confiança, comunicação aberta e um relacionamento caloroso que procura abrigar as crianças de influências negativas dos meios digitais. Nas visitas à família foi possível conhecer boas práticas de mediação e interação entre os membros da família pelo digital, bem como dar conta dos desafios que o digital aporta, contados na primeira pessoa. Apesar de mãe e pai terem backgrounds culturais e percepções do digital distintas, ambos parecem concordar que as tecnologias fazem parte da vida moderna e que o pensamento crítico e inovador e a resolução de problemas são competências essenciais para ter sucesso num futuro anunciado intrinsecamente digital, onde as literatas tradicionais e novas se entrecruzam e remodelam.

Palavras-chave: criança; família; mediação parental; tecnologias digitais; literacias

Resumo 085

ALUNOS DOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL: AMIZADE, RISO E HUMOR NA ESCOLA

Ruth B. De Sant'Ana

ruthbs.ufsj@gmail.com

Laboratório de Pesquisas e Práticas Psicossociais da UFSJ, Brasil

O trabalho apresenta uma investigação acerca das interações intrageracionais e intergeracionais de alunos dos últimos quatro anos do ensino fundamental em uma escola pública de São João de-Rei, Minas Gerais, Brasil. O objetivo foi compreender elementos de uma sociabilidade discente que se manifesta nos interstícios ou em paralelo às atividades conduzidas pelo docente, na qual comparecem as redes de amizade e a ludicidade. Isso nos conduziu a procurar respostas para as seguintes questões: Qual o lugar que as redes de amizade, o riso e o humor ocupam no espaço escolar? Estes constituem uma forma de salvaguarda contra a cultura escolar? A pesquisa de campo foi desenvolvida entre outubro de 2008 e março de 2011, a partir dos seguintes procedimentos de investigação: observação de estabelecimento escolar e da interação social dos adolescentes entre si e com os educadores, encontros grupais e entrevistas individuais com adolescentes. Os recursos metodológicos para o registro foram os diários de campo, o gravador e a filmadora. A pesquisa nos mostrou o riso o humor como manifestação da resistência dos adolescentes contra a cultura escolar tradicional, e uma forma, consciente ou não, de apropriação juvenil da escola, criando brechas na rotina instituída e introduzindo no seu interior elementos culturais típicos da vida cotidiana, que impulsionam os vínculos sociais, favorecem experiências identitárias e diminuem a monotonia dentro da sala de aula. O desenrolar da rotina escolar também favorece as trocas sociais juvenis, nos corredores, na pátios e no interior da classe. Nesse processo são tecidas relações de amizade, que contituem uma enorme fonte de socialização das experiências juvenis, oferecendo suporte para experimentações identitárias diversas, para além do "ofício do aluno". O estudo nos revelou que os adolescentes pesquisados mostram oscilação entre o riso e o sério, a resistência e a acomodação, a negação e a afirmação da autoridade docente e, desse modo, não recusam o "ofício do aluno", mas não se entregam inteiramente a ele.

Palavras- chave: alunos; adolescentes; escola pública; amizade; riso; humor

Resumo 086

ABORDAGENS DE RESILIÊNCIA EM ESCOLAS DE FRONTEIRA: PERCEÇÕES DOS/AS JOVENS PARA COMPREENDER A CONSTRUÇÃO DE SENTIMENTOS DE PERTENÇA

Ana Milheiro Silva
anamilheirosilva@fpce.up.pt

Sofia Marques da Silva
sofiamsilva@fpce.up.pt

Tânia Gouveia
tgouveia@fpce.up.pt

University of Porto, Faculty of Psychology and Education Sciences, Portugal

A literatura sugere que, em Portugal Continental, as regiões de fronteira e interior enfrentam limitações económicas, sociais, culturais e também educacionais (Silva, 2014). Desta forma, estudar jovens e escola nestas regiões é uma questão de justiça social e educacional (Estevão, 2004). Considerando a importância da escola para estes/as jovens (Heggen, 2000), explora-se o conceito de abordagens de resiliência desenvolvidas pelas escolas perante adversidades associadas à sua condição geográfica de fronteira e em intersecção com outras desigualdades. Considera-se que escolas com abordagens de resiliência (Whitney et al., 2012) podem influenciar de modo positivo os percursos educativos juvenis. Esta comunicação procura compreender a relação entre as características apontadas pelos/as jovens como presentes ou ausentes nas instituições escolares (características indicadoras de abordagens de resiliência) e o sentimento de pertença destes/as jovens às suas escolas (Lam et al., 2015). Recorre-se a dados de um inquérito por questionário aplicado em 4 escolas de fronteira nas regiões Norte, Centro, Alentejo e Algarve (N = 651 estudantes do 9º-12º ano). Estes dados integram-se num projeto mais alargado que combina uma abordagem qualitativa e quantitativa e que se desenvolve a nível nacional. Dados preliminares sugerem que as características que estes/as jovens mais reconhecem nas suas escolas focam-se maioritariamente numa cultura de escola de apoio/cuidado em relação aos/às estudantes. Procura-se problematizar o modo como características de resiliência das escolas podem influenciar a construção de sentimentos de pertença à escola de jovens de fronteira.

Referências: Estevão, C. (2004). *Educação, Justiça e Autonomia: os lugares da escola e o bem educativo*. Porto: Edições ASA; Heggen, K. (2000). Marginalisation: On the Fringe of the Periphery: Youth as a Risky Life Stage? *Young*, 8, 45–62; Lam, U., Chen, W., Zhang, J., & Liang, T. (2015). It feels good to learn where I belong: School belonging, academic emotions, and academic achievement in adolescents. *School Psychology International*, 36, 1-17; Silva, S. M. (2014). Growing up in a Portuguese Borderland. In Spyros Spyrou & Miranda Christou (Eds.), *Children and Borders* (pp.62-77). New York: Palgrave Macmillan; Whitney, S., Maras, M., & Schisler, L. (2012). Resilient schools: connections between districts and schools. *Middle Grades Research Journal*, 7, 35-50.

Palavras-chave: Abordagens de resiliência; Sentimento de pertença à escola; Desigualdades educativas em regiões de fronteira

Resumo 087

CINECLUBE: CONSTRUINDO UM CINECLUBE NA ESCOLA DA INFÂNCIA

Milene Figueiredo
mmilenefigueiredo@gmail.com

Sandro Cordeiro
sandro.ufrn@gmail.com

Lenart Nascimento
lenartvn@gmail.com

Maristela Mosca
maristelamosca@gmail.com

Núcleo de Educação da Infância - NEI-Cap/UFRN, Brasil

Esse trabalho apresenta o projeto de extensão desenvolvido no Núcleo de Educação da Infância-NEI-Cap/UFRN/Brasil denominado “Práticas Cineclubistas na Escola da Infância”. Propõe uma reflexão sobre as práticas de mídia-educação na escola, assim como as ações realizadas durante o ano de 2017 envolvendo a criação de um cineclube na escola da infância. O projeto objetiva desenvolver práticas pedagógicas que contemplem a Mídia-educação, mais especificamente, a participação das crianças com práticas de apreciação e leitura crítica sobre o cinema, através da

criação de um Cineclube na escola. Para tanto, busca promover ações em que as crianças do Ensino Fundamental do Núcleo de Educação da Infância (NEI-CAP/UFRN) sejam protagonistas de sessões de apreciação, leitura crítica e discussão de diferentes obras cinematográficas junto à crianças de diferentes escolas da rede pública da cidade de Natal/RN. Essa sistemática de trabalho, que é planejada, pensada e oferecida pela/com as crianças envolvidas, contribuindo para um processo de autonomia dos participantes envolvidos, também conta com a participação dos professores do Núcleo de Educação da Infância, de docentes do Centro de Educação/UFRN, do Departamento de Comunicação Social da UFRN, professores da rede pública e de Natal/RN e de profissionais e estudiosos na área de cinema e audiovisual. Autores como Fantin (2011), Napolitano (2003), Gonnet (2001) e Orozco Gomez (1996) fundamentam nossas discussões em relação ao uso de audiovisuais na escola. Mediante a participação dos envolvidos no projeto, pretende-se contribuir com o desenvolvimento de práticas que contemplem as mídias e tecnologias na Educação da Infância, assim como estabelecer uma conexão do cinema com a escola, cultura visual tão presente na contemporaneidade. Por meio da linguagem cinematográfica e das práticas envolvendo a Mídia-educação, as crianças terão acesso a novas oportunidades de conhecimento e novas formas ler e interpretar o mundo contemporâneo, contribuindo para a formação cidadã.

Palavras-chave: Cinema; Mídia Educação; Culturas Infantis

Resumo 088

"QUERES BRINCAR COMIGO?": A BRINCADEIRA E OS DIÁLOGOS INTERGERACIONAIS EM ONCOLOGIA PEDIÁTRICA

Rita Ramos de Sousa

ritasousa12@hotmail.com

Manuela Ferreira

manuelaferreira@fpce.up.pt

CIIE - Centro de Investigação e Intervenção Educativa/FPCEUP, Portugal

Contrariamente ao que as crianças costumavam vivenciar quando se encontravam em boas condições de saúde, em que assumiam diferentes papéis consoante os vários contextos por onde iam circulando e se inseriam no quotidiano, agora, na situação de internamento em meio hospitalar, todas aquelas relações e contextos convergem e co-existem na sala de brincar da Pediatria. Com efeito, tanto a Carta da Criança Hospitalizada (1988), como a Convenção sobre os Direitos da Criança (1990) defendem que os hospitais devem ter espaços adequados e proporcionar às crianças atividades educativas e de lazer adaptadas à idade. Tendo estes pontos de partida e por referência teórica os contributos da Sociologia da Infância, baseamo-nos nos dados recolhidos numa etnografia de 18 meses nas salas de brincar do Serviço de Pediatria do IPO do Porto, com 35 crianças entre os 2 e os 16 anos, para mapear as ações das crianças durante o brincar de modo a analisar as relações intergeracionais que no seu decurso acontecem. A análise de excertos de vários episódios revela que: i) as crianças mais pequenas exploram mais os espaços de brincar do que as mais velhas e brincam, preferencialmente, com outras crianças, pais e educadoras; ii) os temas do brincar versam a reprodução interpretativa de cenas familiares maioritariamente relacionados com a rotina doméstica e médica; iii) materialidades médicas como o suporte do soro, o sistema, a máscara, entre outros, são incorporadas e resignificadas, muitas vezes, na brincadeira; iv) nos casos em que as ações são iniciadas pelas crianças os adultos acompanham o “faz-de-conta”, deixando a criança liderar a brincadeira. Assim é possível explorar as fronteiras e interdependências das relações intergeracionais no internamento hospitalar e de como estas crianças, na sua condição de crianças e na sua condição de crianças doentes oncológicas, prosseguem as suas experiências de infância, de modo a compreender a relevância das culturas lúdicas no âmbito das culturas infantis, e, de entre aquelas, muito em particular, o brincar.

Palavras-chave: Crianças; adultos; brincar; relações intergeracionais; contexto hospitalar

Resumo 089

DESAFIOS DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO POLITÉCNICA NO COLÉGIO AGRÍCOLA DE FRANCISCO BELTRÃO, PARANÁ, BRASIL

Nara Tatiana Costa
naratatianacosta@gmail.com

Clésio Acilino Antonio
clesioaa@hotmail.com

Fernanda Ribeiro de Souza
fernandinhaa_sj@hotmail.com

Unioeste, Brasil

O artigo apresenta resultados de uma pesquisa de mestrado, desenvolvida a partir de um estudo de caso, de abordagem qualitativa, a qual investigou o projeto educativo do Colégio Agrícola de Francisco Beltrão, Paraná, Brasil. O Colégio Agrícola atende, em grande maioria, filhos de pequenos agricultores que estudam em jornada escolar de tempo integral e em regime de internato. O Curso Técnico em Agropecuária do Colégio constitui-se por um tempo escolar que potencializa práticas pedagógicas diversificadas e que apresenta uma configuração voltada à educação associada ao trabalho, como relação pertinente de uma educação politécnica, cujas tais práticas abrangem a formação teórica e técnica de modo indissociável. Nesse contexto, a educação politécnica pode ser identificada no projeto educativo de Ensino Médio e Profissional do Colégio Agrícola, especificamente porque ganha centralidade no tempo escolar para as práticas pedagógicas desenvolvidas na relação educação e trabalho. Essas práticas pedagógicas tornam-se um importante campo de análise para novos conhecimentos e perspectivas educativas acerca de formações escolares de Ensino Médio e Profissional para jovens agricultores, do ponto de vista científico e profissional. O objeto de estudo da pesquisa foi subsidiado pelo referencial teórico e exploratório com coleta e análise de dados para caracterizar, de modo mais significativo possível, as práticas pedagógicas identificadas por suas potencialidades ou limites para a educação politécnica dos jovens agricultores. Por isso, a educação politécnica tornou-se um dos importantes eixos temáticos de reflexão teórica da pesquisa, que considera a formação tecnológica para o trabalho a partir de fundamentos científicos e práticos integrados nos processos formativos escolares. Como resultado principal da pesquisa, evidenciou-se que as práticas pedagógicas, pautadas na relação educação e trabalho e nos princípios pedagógicos da politécnica, compõem uma base importante da organização curricular do projeto educativo do Colégio Agrícola. Assim, ao considerar significativas formas de práticas pedagógicas para a garantia de uma consistente formação teórica e prática, o ensino dos conhecimentos científicos e técnicos no Colégio tornou-se um dos pilares fundamentais da formação dos jovens agricultores.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas; Educação politécnica; Colégio Agrícola

Resumo 090

A ESCOLA, OS PROFESSORES E AS CRIANÇAS E JOVENS EM ACOLHIMENTO RESIDENCIAL - CAMINHOS PARA A INCLUSÃO

Carla Daniela Ferreira
carla.daniela.pmf@gmail.com

Ariana Cosme
ariana@fpce.up.pt
FPCEUP, Portugal

No âmbito do Doutoramento em Ciências da Educação, a presente investigação visa perceber de que forma a ação dos professores contribui para o percurso escolar de crianças e jovens em acolhimento residencial ao abrigo de medidas de promoção e de proteção. Tendo como principal foco a ação dos professores, pretende-se estudar a ação de toda a comunidade académica. As crianças e jovens em acolhimento residencial apresentam um elevado número de insucesso escolar. Por sua vez, a escola acolhe crianças e jovens com diferentes realidades familiares e culturais. Tendo em conta as alterações políticas que influenciam a Escola de hoje, pretende-se perceber de que forma as práticas pedagógicas diferenciadas estão, ou não, presentes nas salas de aula. O projeto envolverá três agrupamentos da área metropolitana do porto, mais especificamente, um do concelho do Porto, outro de Vila Nova de Gaia e o terceiro de Matosinhos. À luz do paradigma fenomenológico-interpretativo, desenvolver-se-á um estudo de caso. É preocupação do investigador compreender esta realidade à luz dos significados da mesma para os sujeitos. Paralelamente, pretende-se um estudo exaustivo sobre estes três agrupamentos, no seu contexto, e tendo em conta

as percepções dos sujeitos. Serão utilizados, como instrumentos de recolha de dados, as entrevistas exploratórias, a análise documental, as entrevistas individuais, os grupos de discussão focalizada e a observação participante. No que se refere à análise e tratamento de dados, será utilizada a análise documental. Com este estudo espera-se contribuir para a reflexão dos professores sobre a sua prática com estas crianças e jovens, procurando que a sua ação possa incluir positivamente a diferença. Para uma melhor compreensão e contextualização dos motivos subjacentes à realização deste projeto, apresento de seguida, uma breve apresentação do meu percurso profissional.

Palavras-chave: ação dos professores; crianças e jovens em acolhimento residencial escola; práticas pedagógicas diferenciadas; inclusão

Resumo 091

O COMPARTILHAMENTO NA REDE SOCIAL: FACEBOOK E PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE

Cíntia Demaria

cikademaria@gmail.com

Chá de Conteúdo, Brasil

A atual organização social é caracterizada pelos novos meios de comunicação digital, que ultrapassam fronteiras geográficas e sociais. O sucesso das redes sociais digitais é fruto de um contexto mercadológico, que reflete aos novos bens de consumo – como celulares e internet de ponta, ao mesmo tempo em que acompanha a rotina humana cada vez mais objetiva, que anseia pela praticidade e economia de tempo. Além de serem promotoras de suas próprias ideias nas redes sociais, as pessoas também compartilham ideias de outras em seus próprios perfis, em busca de visibilidade – que também pode ser compreendido por likes (ou curtidas). Mas qual é o real motivo do compartilhamento de postagens de outras pessoas? Em que ponto ele constroi a identidade do sujeito? Tornar público o pensamento de uma outra pessoa diz sobre o processo da formação da própria identidade?

Palavras-chave: facebook; identidade; redes sociais; psicanalise

Resumo 092

RECURSO INFORMACIONAL DIGITAL DISTRIBUÍDO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO EM CURSO TÉCNICO INTEGRADO DO IFG FORNECIDO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PARA USO DIDÁTICO

Maria Aparecida Rodrigues de Souza

mcidarsouza@gmail.com

Carmencita Ferreira Silva Assis

carmencita.assis@yahoo.com.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Brasil

Na sociedade da informação e do conhecimento os recursos didáticos disponíveis aos alunos em bibliotecas escolares e para uso em sala de aula, para apoio ao ensino-aprendizagem, em instituição pública, devem ir além do livro impresso (SANTANA, ROSSINI, PRETTO, 2012). Isso, devido às tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) possibilitarem mecanismos de maior alcance de interação, de pesquisa e de acesso à informação de maneira diferenciada, com impacto na geração de novos conhecimentos. A utilização de recursos educacionais abertos com conteúdos e informações potencializa o ensino-aprendizagem de forma diferente do material impresso (CARVALHO, 2010) por exigir habilidades informacionais de quem acessa e de oferta de ferramentas tecnológicas por parte da instituição. Cabendo, assim, as escolas trazerem para os espaços das bibliotecas e salas de aulas recursos digitais para apoio ao ensino-aprendizagem. Com base nos autores Queiroz (2014), Lanzi, Vidotti e Farneda (2013) realizou-se a investigação acerca do acervo disponível em bibliotecas de instituições públicas de ensino médio. Dessa maneira, o pôster tem por objetivo apresentar resultado da pesquisa de campo realizada acerca dos tipos de material informacional digital disponível nas bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) para atender o ensino-aprendizado de estudantes de curso técnico integrado. E, também, verificar se alguns deles

foram disponibilizados pelo Programa Nacional da Biblioteca da Escola (PNBE) ou pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Ambos são programas do governo brasileiro. O estudo de caso ocorreu por meio de análise de documentos produzidos pelo Ministério da Educação, análise do Projeto Político Pedagógico 2012-2016 e da página eletrônica das bibliotecas pertencentes ao Sistema Integrado de Bibliotecas do IFG. Durante a investigação diagnosticou-se que o MEC distribuiu aos alunos livros didáticos de Inglês e Espanhol contendo CD-Rom, por meio do PNLD. E, também, foram incluídos nos acervos das bibliotecas do IFG, oriundos do programa PNBE audiolivros.

Palavras-chave: Recurso Didático; Curso Técnico Integrado; Tecnologia Digital de Informação e Comunicação

Resumo 093

THE PLACE OF THE TEACHER IN DIGITAL CULTURE

Nádia Lima

nadia.laguardia@gmail.com

Juliana Berni

jutassara@hotmail.com

Vanina Dias

vaninadias@gmail.com

Universidade Estadual de Minas Gerais, Brasil

The virtuality introduced by digital technologies adds great complexity to the learning process, radically changing the traditional forms of knowledge acquisition. However, the school space has not followed the transformations imposed by digital culture. The crisis of the school institution was aggravated by technological development, which reinforced the decline of teacher authority and students' lack of interest in academic knowledge. The pedagogical and virtual fields are incommunicable and teachers feel increasingly threatened by the strong appeal of digital technologies to students. The lack of interest in academic activities contrasts with the lively interest of children and young people in reading and writing in the virtual universe. The school today is devalued as a social institution of transmission of knowledge, since the students have access to the information in the network, without the mediation of the teacher. Thus, the following question emerged: "What is the teacher's place in the digital culture?" The following methodologies were used to answer the questionnaire: interviews and conversation with teachers, adolescents, teachers and school coordinators. The interpretation of the data was based on analysis of the discourse, using the theoretical reference of psychoanalysis in dialogue with social psychology and anthropology. It was concluded that the teacher's place needs to be rebuilt today. To make this discussion, we will present a reflection on three aspects involved in education, relating them to the digital culture: transmission, authority and knowledge. This research was financed by FAPEMIG (FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS- BRASIL).

Palavras-chave: virtuality; teacher; knowledge

Resumo 094

TRANSIÇÃO ESCOLAR E CURRÍCULO EM CICLOS DE APRENDIZAGEM EM BRASÍLIA/BRASIL: A NECESSIDADE DE DISCUTIR A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Livia Gonçalves de Oliveira

liviagoliveira03@gmail.com

UNB, Brasil

O objetivo geral desta pesquisa é o de compreender como se configura a transição escolar no discurso de professores que atuam em escolas de Brasília/Brasil organizadas em ciclos de aprendizagem, a fim de discutir a formação continuada dos professores. Os objetivos específicos são: Conhecer a proposta da organização do currículo em ciclos de aprendizagem; Analisar o discurso de professores sobre a transição escolar na proposta dos ciclos de aprendizagem; Refletir criticamente sobre como decorre a oferta de formação continuada dos professores dentro da proposta de ciclos de aprendizagem em Brasília/Brasil. A abordagem da pesquisa é qualitativa, e tem a entrevista e

a observação participante como principais técnicas de coleta de dados, esta última apoiada na utilização de um caderno de campo para registrar o cotidiano das escolas que já desenvolvem os ciclos de aprendizagem em todos os anos iniciais do Ensino Fundamental. Para fundamentar teoricamente a pesquisa foram utilizados alguns teóricos, dentre eles: Alves e Dutra (2012); Ferreira (2003) Freitas (2003); Imbernón (2005); Mainardes, (2009); Redua (2003); Souza (2004). Esta investigação encontra-se em fase inicial e até o presente momento buscou-se embasamento e direcionamento a partir de uma pesquisa bibliográfica. Refletiu-se sobre as contribuições do currículo organizado em ciclos, assim como algumas dificuldades e desafios que dele emergem. Foi verificado que o regime de ciclos foi implantado, em sua grande maioria, em 2009 no Brasil, contudo há registros que o termo “Bloco único” foi utilizado no Rio de Janeiro em 1979, mostrando que antes de sua implementação oficial já se havia uma busca por melhorias no processo de aprendizagem nesse formato de organização curricular. O presente trabalho sugere um estudo aprofundado, observando a necessidade de se atingir uma compreensão mais clara, ampla e crítica da proposta de ensino ancorado nos ciclos de aprendizagem e as implicações na formação continuada dos professores. Com essa análise procura-se considerar os aspectos descritos nos objetivos da pesquisa, a fim de tornar esta, um recurso de reflexão para os professores e demais profissionais que trabalham com essa proposta.

Palavras-chave: Currículo em Ciclos de Aprendizagem; Transição Escolar; Formação Continuada de Professores.

Resumo 095

O QUE ACONTENCE NA ESCOLA? PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS NA PESQUISA

Jeruza Rocha

luaia.je@gmail.com

Marta Nörnberg

martanornberg0@gamil.com

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Este estudo é um recorte do projeto de tese em andamento na Universidade Federal de Pelotas/UFPEL, com a colaboração de quatorze crianças que freqüentam a escola pública. O objetivo é apresentar os caminhos metodológicos construídos com a participação das crianças na investigação, salientando a inserção de suas vozes como fonte para pensarmos na heterogeneidade de culturas presentes nas práticas educativas. Os aportes teóricos decorrem do campo dos Estudos da Criança (SARMENTO, 2013) e da Sociologia da Infância (CORSARO, 2011), pois abordam sobre processos de agenciamento, participação e culturas infantis conceitos fecundos à pesquisa com crianças. Também dialoga com aportes da Pedagogia, especialmente as discussões sobre educação intercultural (CANDAU, 2016). As metodologias participativas inspiram este estudo, pois potencializam a inserção das vozes e ações das crianças na pesquisa. (SOARES; SARMENTO; TOMÁS, 2005). Os dados gerados são constituídos por material audiovisual produzido pelas crianças no pátio da escola a partir da pergunta norteadora: O que acontece na escola? Na análise parcial da cena intitulada – o que se aprende em uma aula física – com base na descrição da disciplina de AAR (Administração e Agricultura Rural), as crianças apontam a organização do conhecimento da escola (copiar, escrever, aprender) em contraponto com os saberes do trabalho campesino (plantar, cuidar e colher). Assim, dois eixos de análise mobilizam a interpretação da cena: saberes e vivências do cotidiano campesino e práticas educativas sistematizadas pelo conhecimento da escola. Nessa direção, percebemos termos e práticas que ora se aproximam das experiências vivenciadas pelas crianças, ora se distanciam, quando organizam ações descontextualizadas do trabalho campesino. O movimento reinterpretaivo das crianças quando descrevem os processos de manuseio da terra, de construção de artefatos e da organização econômica da região, sinalizam o trabalho no campo e da escola como aprender a fazer algo. Apostamos na descentralização e questionamento da cultura escolar hegemônica, como possibilidade para que a escola reconfigure suas práticas contemplando e incorporando saberes das culturas das familiares e das crianças, redimensionando, assim, sua proposta curricular a partir de uma perspectiva e visão pedagógica intercultural.

Palavras-chave: Escola; Crianças; Participação

Resumo 096

HISTORIOGRAFIA DAS COLETIVIDADES JUVENIS PUNKS NO BRASIL E SEUS DIÁLOGOS INTERGERACIONAIS

Tiago Vieira

tiago.vieira@ueg.br

Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Este trabalho tem por finalidade analisar a escrita sobre os punks no Brasil, em trabalhos monográficos, procurando evidenciar como nesses quase 30 anos os investigadores retrataram as experiências desses indivíduos, bem como desenvolveram os constantes diálogos intergeracionais estabelecidos no bojo destas coletividades juvenis. Dessa maneira, objetivou-se demonstrar os diálogos tecidos entre os pesquisadores e suas respectivas conjunturas de inserção social. Visando, sobretudo, compreender como as identidades do punk brasileiro foram construídas nos trabalhos acadêmicos ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000. Diante desse desafio se tornou imprescindível à utilização de ferramentas conceituais de diversos autores, destacando-se Michel de Certeau, que permitiu explorar as condições de produção do saber em distintos contextos, atentando-se ao lugar social, assim como Stuart Hall foi fundamental por meio de suas três concepções de sujeito que contribuíram para a compreensão dos modos como os sujeitos são retratados de forma identitária nos empreendimentos analisados.

Palavras-chave: Coletividades juvenis; Punks; Diálogos intergeracionais

Resumo 103

“ELES TÊM LÁ SEUS MOTIVOS”: OS PAIS COMO MEDIADORES NA RELAÇÃO DOS JOVENS COM A TECNOLOGIA

Vanina Dias

vaninadias@gmail.com

Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Paula Melgaço

paulamelgaco.psi@gmail.com

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil

Candida Silva

candidapsico@bol.com.br

Faculdade de Nova Serra/MG, Brasil

Participamos, hoje, de uma sociedade construída a partir da inter-relação cada vez mais profunda entre o social e o tecnológico, que modifica todos os setores da vida humana. Diante das atuais possibilidades técnicas desenvolvidas nesse campo da informação, é possível perceber que novas formas de sociabilidade estão surgindo nesse ambiente tecnológico e virtual, o que vem trazendo embaraços ou questionamentos tanto para pesquisadores desse campo quanto para pais e profissionais que trabalham com adolescentes. Soma-se a isso a queda da centralidade da autoridade de pais e professores que, até então, tinham o papel primordial de auxiliar os adolescentes na difícil passagem entre a infância e a adolescência, dando-lhes amparo e referências de orientação. Diante de tais modificações, nos perguntamos sobre a relação que os pais estabelecem com os seus filhos diante do acesso constante dos adolescentes aos recursos tecnológicos. Estariam eles numa posição de mediação e controle e invasão da privacidade? Partindo de conversações realizadas com adolescentes em escolas públicas sobre o uso que eles fazem das redes sociais, o presente trabalho almeja discutir como os jovens descrevem a posição dos pais diante do uso que eles fazem das redes sociais e de outras formas de comunicação introduzidas pelas novas tecnologias informacionais e comunicacionais (TICs). A escuta dos jovens permite recolher, através de suas falas, como eles percebem as medidas tomadas pelos pais diante do uso que eles fazem da internet. Em alguns casos, eles demandam claramente uma demanda de intervenção dos pais, pois não conseguem colocar um limite próprio. Como disse uma das adolescentes participantes das conversações, “eles têm lá seus motivos”, isto é, os pais têm razões, como o uso excessivo e “tretas no what’s app”, para intervir em sua conexão com o mundo virtual. Em outros casos, eles

reclamam da forma invasiva e autoritária com que o pai intervém, extrapolando o seu papel de colocar limites e orientar os filhos em sua navegação pela vida.

Palavras-chave: Adolescência; Virtualidade; Mediação Parental

Resumo 107

O DIREITO AO SUCESSO: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE E INOVAÇÃO EM PRÁTICAS SOCIOEDUCATIVAS ORIENTADAS PARA A SUPERAÇÃO DO INSUCESSO E ABANDONO ESCOLAR

Joana Lúcio

joana.lucio@ie.uminho.pt

Fátima Antunes

fantunes@ie.uminho.pt

CIEd - Centro de Investigação em Educação, Universidade do Minho, Portugal

Enquadrada por um projeto mais amplo, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e que se debruça sobre a análise de práticas, vozes e percursos de superação do insucesso e abandono escolar, esta comunicação propõe-se discutir fatores que suportam a construção de práticas socioeducativas inclusivas – ou seja, aquelas que potenciam a interrupção da espiral negativa insucesso-abandono – e que suportam a remobilização de jovens para o sucesso. A base empírica desta comunicação é um estudo multi-caso de onze práticas socioeducativas, desenvolvidas em quatro municípios portugueses, focado na análise da intervenção sobre o insucesso e abandono escolar, que mapeia os pontos de vista de atores institucionais envolvidos em projetos enquadrados por dois programas de intervenção de âmbito nacional. Estes atores identificam e caracterizam práticas socioeducativas bem-sucedidas, contribuindo para a compreensão dos processos, lógicas e parcerias que as sustentam. Esta comunicação pretende aprofundar a discussão sobre o direito à educação, especificamente a promoção da assiduidade e a redução das taxas de abandono (artigo 28.º da Convenção sobre os Direitos da Criança), bem como o papel da educação no fomento da igualdade com identidade, valorizando a(s) cultura(s) de origem dos jovens e a sua participação na comunidade (artigo 29.º da CDC). Pretendemos perceber de que forma(s) é que a atenção aos Direitos da Criança se traduz, por exemplo, em formas de participação ou num esforço para negociar a identidade comunitária e cultural dos jovens em práticas socioeducativas quotidianas, ou até num reforço dos recursos disponíveis para a melhoria das aprendizagens. Integraremos nesta discussão algumas reflexões sobre aspetos inovadores destas práticas socioeducativas, bem como sobre a participação de pais/famílias e comunidade na promoção do sucesso educativo de crianças e jovens, com base na análise qualitativa e quantitativa dos resultados obtidos na primeira fase de recolha de dados (2016-2017), realizada através de entrevistas semi-diretivas e análise documental/estatística.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Práticas socioeducativas; Insucesso escolar; Abandono escolar; Direitos da criança

Resumo 108

AS VOZES DAS CRIANÇAS E O DESENHO CURRICULAR NO ENSINO DE MÚSICA: IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS

Maristela Mosca

maristelamosca@gmail.com

University of Minho, Portugal

O presente trabalho tem como objetivo principal apresentar e dialogar acerca dos processos de (re)construção curricular do ensino de música na escola básica. Para tanto, conduzimos o texto a partir de reflexões sobre as infâncias, a escola infantil, o currículo de música e as implicações metodológicas nos processos de aprender e ensinar música. Nesse diálogo teórico-metodológico, apresentamos o Tema de Pesquisa como abordagem metodológica adotada pela equipe de uma escola de educação básica e seus desdobramentos no ensino de música. No percurso metodológico utilizamos os grupos focais com as crianças como técnica investigativa, que tem como objetivo coletar

os dados por meio das interações grupais. Uma opção que buscou o diálogo com essas crianças para obter informações relevantes sobre o que pensam da aula de música, como percebem a condução dessas aulas no cotidiano escolar, bem como suas concepções sobre o conhecimento musical e a inter-relação com outros saberes. A partir de conversas que implicaram a bidirecionalidade, procuramos compreender o significado que as crianças atribuem aos processos de aprender e ensinar música. Nesse sentido, pretendemos legitimar as vozes das crianças nas escolhas, ao compor um currículo escrito à várias mãos e que tem como foco promover a aquisição da autonomia das crianças, o pensamento investigativo e crítico e o trabalho coletivo. Abordamos também as implicações metodológicas que se desenham no cotidiano escolar que tem o professor em seu papel de mediador e não detentor de todo o conhecimento. Uma opção metodológica construtivista, que parte do estudo da realidade das crianças: suas realidades imediatas, a curiosidade sobre o mundo – para organizar o conhecimento a partir de uma lógica investigativa. Assim, assumimos a criança como ser participante nos processos de aprender e ensinar música.

Palavras- chave: Voz da Criança; Tema de Pesquisa; Ensino de Música; Currículo

Resumo 109

O ENSINO DE SOCIOLOGIA E SUA INFLUÊNCIA NAS OCUPAÇÕES DOS COLÉGIOS ESTADUAIS DE FRANCISCO BELTRÃO/PR

Denise Aparecida Lenzi

denilenzi@hotmail.com

Rosangela Roza

rosangeladaroz@hotmail.com

Jaqueline Tubin Feira

jakefeira@hotmail.com

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Brasil

O presente artigo apresenta algumas reflexões acerca da posição da Sociologia no Ensino Médio, haja visto as ações do atual governo do Brasil que sinalizam para o desmonte da estrutura educacional. Busca-se aqui explicitar, baseado em alguns apontamentos realizados na pesquisa em nível de Mestrado, como as diferentes conjunturas nas quais a Sociologia esteve presente ou ausente na história da educação brasileira, bem como as reformas educacionais vigentes e o contexto político, social e econômico de cada época interferem na compreensão de sua atual situação. Pretende-se, a partir daí, atrelar e relatar a experiência do movimento estudantil com as ocupações das escolas, no município de Francisco Beltrão – PR, ocorridas em 2016. A metodologia adotada orienta-se por uma concepção que vê a realidade como um processo dinâmico, complexo, repleto de relações e determinações, ou seja, o materialismo histórico dialético, opção teórico-metodológica que possibilita uma reflexão crítica sobre os dados, considerando-os em sua totalidade, relações e contradições. Apoiamo-nos em pesquisas sobre o tema e em aspectos da trajetória de institucionalização da disciplina no Ensino Médio. Ademais, utilizamo-nos de revisão documental e bibliográfica, bem como da realização de grupo focal, ferramenta utilizada para a coleta de dados. Assim, com o intuito de abordar e analisar o campo pesquisado minuciosamente e considerar toda a largueza e subjetividade dos detalhes, sete estudantes - envolvidos nas ocupações das escolas do município - participaram da discussão. Outrossim, o presente artigo encontra-se organizado em duas seções. A primeira seção aborda a retrospectiva histórica da disciplina no currículo escolar brasileiro, explicitando o entrelaçamento entre a educação e a política. Na sequência, apresenta o contexto e a situação atual que se encontra a disciplina e o breve relato sobre da participação dos estudantes no movimento das ocupações das escolas estaduais. Afere-se que, mesmo diante das inúmeras dificuldades que perpassam o ambiente escolar público e dos entraves impostos às Sociologia, a disciplina consegue promover, mesmo que minimamente, a mudança de postura que muitos alunos apresentam. Tem-se que, ao ampliar a compreensão de mundo desses sujeitos, amplia-se também as possibilidades de inserção destes como protagonistas na realidade que estão inseridos.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia; Ocupações das escolas; Reformas educacionais

Resumo 110

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E AS NOVAS REFORMULAÇÕES CURRICULARES

Silvani K. Bolgenhagen

silkbol@hotmail.com

Ariana Cosme

cosme@fpce.up.pt

FPCEUP - Universidade do Porto, Portugal

Ana Cristina Pinheiro

anapinheiro@esepf.pt

Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti

Políticas públicas educacionais para a educação pré-escolar. O Governo Português tem investido na educação da infância, principalmente no que diz respeito a idealização de uma educação de qualidade do desenvolvimento e determinadas competências sociais. Um dos exemplos desta comunicação é visível nas Reformulações Curriculares de 1997 (ME, 1997), nomeadamente com relação a matemática e os conteúdos abordados. Para tal procurou – se compreender esta dimensão através das análises das pesquisas bibliográficas realizadas em alguns Repositórios das Faculdades e dos Institutos de Educação em Portugal. Com base na Sociologia de Infância e nos estudos do currículo pretende-se nesta comunicação, de que forma e em que medidas as políticas educativas da infância e as Reformulações curriculares tem prevalecido o ponto de vista do adulto, direcionando a criança para o ofício do aluno. Percebe-se cada vez mais a política educacional da infância tem-se voltado para o ponto de vista dos adultos, direcionando a criança para o ofício de aluno, e aos poucos ela está perdendo o direito de viver o ofício de criança.

Palavras-chave: Brincadeira; matemática; políticas públicas; produção académica

Resumo 111

PROTAGONISMO DOS JOVENS NA DOCÊNCIA NO/DO CAMPO NO BRASIL: A EXPERIÊNCIA DA UFMG

Maria de Fátima Martins

falmartins.ufmg@gmail.com

UFMG, Brasil

Este texto tem como objetivo apresentar o protagonismo dos jovens camponeses vinculados ao curso de Licenciatura em Educação do Campo da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. De modo geral, pretendemos apreender como os jovens estudantes envolvem-se nos processos formativos propiciados pelo curso. De modo específico, visamos compreender como o movimento da formação no curso se concretiza como protagonismo dos educandos por meio de suas atuações nas atividades de Tempo Comunidade, nas Jornadas Socioterritoriais (2013 a 2017). Na experiência da UFMG, primeiro curso de formação de professores para o campo, a presença da juventude camponesa se dar através dos movimentos sociais no campo, especialmente os sindicatos rurais. O protagonismo destes jovens educandos no curso é demarcado por uma trajetória histórica de luta. “Protagonizar” é o que faz o ator principal de uma peça. A ação está, por assim dizer, centrada nele. Recentemente vimos a palavra protagonismo surgir na área social aplicada à atuação dos jovens em certos contextos, principalmente referentes à importância de assumirem eles próprios o papel principal em questões de seu interesse. Neste sentido, a discussão sobre o protagonismo dos jovens professores do campo na universidade tem como base o desafio e a manutenção das condições experienciadas pelos jovens no cotidiano do curso através da alternância entre o trabalho e sua formação na universidade. A licenciatura em Educação do Campo, fruto do protagonismo dos movimentos sociais e da juventude camponesa tem seu fortalecimento, enquanto prática pedagógica, quando incorpora na sua base de formação o projeto de campo e de sociedade que contempla a vida dos que nele vivem, alcançando sua diversidade. A metodologia utilizada voltou-se para a análise de um conjunto de atividades realizadas nas jornadas Socioterritoriais por esses jovens estudantes nas escolas do campo. Após análise dos dados, considera-se fundamental apontar a

centralidade do protagonismo juvenil como um dos princípios ou uma das dimensões estruturantes no processo de aprendizagem da docência em cursos superiores de formação de docentes na/para a Educação do Campo.

Palavras-chave: Juventude; Educação do Campo; Protagonismo

Resumo 112

A ATUAÇÃO DAS CASAS FAMILIARES RURAIS NO BAIXO SUL DA BAHIA, BRASIL: JUVENTUDE RURAL EM FOCO

Adelcio Sousa

adelciosousa2006@hotmail.com

Mila Rocha

milafw@gmail.com

Rosineide Garcia

rose.mubarack@ufrb.edu.br

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Brasil

Apresenta-se um estudo referente a atuação das Casas Familiares Rurais no Baixo Sul da Bahia, Brasil, provedoras de processos formativos voltados para a população rural desse território geográfico e de identidade. Trata-se de três instituições educacionais: Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves (CFR-PTN), Casa Familiar Agroflorestal de Nilo Peçanha (CFAF) e Casa Familiar Rural de Igrapiúna (CFRI), que promovem o Curso Técnico integrado ao Ensino Médio através da Pedagogia da Alternância na modalidade da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Cada Casa Familiar tem seu foco formativo: Técnico em Agropecuária (CFR-PTN), em Florestas (CFAF) e em Agronegócio (CFRI), todos estes integrados ao Ensino Médio. Atualmente, possuem 307 alunos em formação nessas Instituições, oriundos de 09 municípios do Baixo Sul da Bahia. Tais instituições estão inseridas no território geográfico e de identidade do Baixo Sul da Bahia, região com riquezas naturais e o potencial humano contrapondo-se à pobreza da população, no litoral e no interior, exibindo o claro paradoxo Riqueza versus Pobreza ao alcançar mais de 50% da população e a região possui um IDH de 0,63 (IBGE, 2010). A pesquisa está embasada teoricamente com os estudos: Frigotto (1977 e 1983), Saviani (2007), Tafarel e Molina (2012), entre outros. Sendo assim, o objetivo geral foi estabelecido na pretensão de estudar o processo formativo das instituições educacionais mencionadas. Dentro da necessidade de se obter informações para a pesquisa, far-se-á a coleta através de pesquisa documental e publicações disponíveis relativas às instituições e seus processos formativos. A pesquisa realizará um levantamento descritivo destas iniciativas educacionais voltadas para a juventude rural do Baixo Sul que subsidie diagnósticos para implantação de políticas públicas para a categoria teórica aqui evidenciada. Pretende-se ao final deste trabalho, descrever o processo formativo desenvolvido pelas Casas Familiares, cujo objeto social se ancora na formação de jovens empreendedores rurais apropriados de conhecimentos a serem aplicados ao campo, a partir da promoção da educação profissional com estímulo ao Protagonismo Juvenil e Comunitário, ao Associativismo e ao Cooperativismo e Produção Sustentável, promovendo a inclusão socioproductiva e a efetiva realização na atividade rural.

Palavras-chave: jovens, rurais; cooperativismo

Resumo 113

DO SONHO À REALIDADE: POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À TERRA PARA A JUVENTUDE RURAL

Adelcio Sousa

adelciosousa2006@hotmail.com

Cibele Pereira Pereira

ciba_rp@hotmail.com

Rosineide Garcia

rose.mubarack@ufrb.edu.br

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Brasil

O trabalho parte da perspectiva de relatar a experiência exitosa da Associação dos Produtores Rurais do Condomínio Agrícola Eliane Oliveira (CEO), na implantação da primeira Unidade Produtiva no Estado da Bahia viabilizada pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário - Nossa Primeira Terra (PNCF/NPT), que beneficia, exclusivamente, jovens rurais. O CEO foi implantado em 2013, assentando inicialmente, sete jovens formados na Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves (CFR-PTN) e que já tinham ingressados no quadro de sócios da Cooperativa dos Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves (COOPATAN). Tem-se como objetivo geral, a proposta de descrever o processo de implantação do CEO, no contexto da regularização fundiária no estado da Bahia, primeiro Condomínio Agrícola cujos beneficiários são jovens rurais. Entre os objetivos específicos, destaca-se: descrever o processo de idealização do CEO, assim como, a escolha dos beneficiários; expor sucintamente os resultados alcançados pelos beneficiários do CEO; contextualizar o CEO nos Programas Nacional de Crédito e Regularização Fundiária. O universo de análise será formado pelo idealizador do Condomínio e por sete jovens egressos da CFR-PTN, moradores da zona rural deste município, com idade entre 20 a 27 anos, todos solteiros e do sexo masculino. Trata-se de uma pesquisa qualitativa onde foi utilizada a técnica da entrevista semiestruturada, com os sujeitos beneficiados e envolvidos na implantação da iniciativa, visando entender como se concebeu a ideia, identificando as vantagens e desvantagens da utilização do sistema de condomínio agrícola, os desafios e avanços presentes na vida dos beneficiários. A pesquisa está embasada teoricamente com os estudos: Stédile (2012), (Silva, Silva e Xavier, 2008), Olívio (2000), entre outros. Dada a condição da pesquisa em andamento, os resultados encontram-se em estruturação, contudo, já é possível observar as características positivas da iniciativa. O sistema de condomínio agrícola tem se apresentado no município de Presidente Tancredo Neves como uma estratégia para melhorar o acesso à terra. Contudo, precisa-se levar em consideração a escolha de áreas menos declivosas que permitam o uso de máquinas, minimizando assim o problema da falta de mão-de-obra que se apresenta com a principal dificuldade na vida dos condôminos.

Palavras-chave: crédito; jovens; rurais

Resumo 114

CONTEÚDO E FORMA ESCOLAR NA PERSPECTIVA DOS JOVENS

Sandra Luciana Dalmagro

sandradalmagro@yahoo.com.br

UFSC, Brasil

O artigo apresenta resultados dos estudos de pós-doutorado da autora, o qual foi realizado em três escolas portuguesas de perfis distintos: uma escola de localização periférica, outra voltada a setores sociais elitizados e uma terceira com métodos inovadores de ensino. A pesquisa teve por objetivo investigar conteúdo e forma da escola nestes diferentes contextos, utilizando de observações nas classes e grupos focais com estudantes. Aqui nos detemos a debater o conteúdo e forma da escola em relação aos sentidos atribuídos pelos estudantes ao processo educativo nela vivenciado. Conteúdo e forma escolar apresentam algumas regularidades entre as escolas pesquisadas, mas tendem a se ajustar ao contexto, modulando o sentido que os jovens atribuem à escola. As escolas de perfil elitizado e a de localização periférica mostraram-se bastante distantes dos jovens, apesar dos esforços inclusivos nesta última. Presas em uma forma rígida, foram alvos de duras críticas pelos estudantes, os quais possuem também pertinentes sugestões. A escola elitizada mostrou-se ainda mais inflexível quanto ao conteúdo e a forma escolar. A relação dos jovens com a escola é preocupante, mas na escola de periferia ainda mais, pois os jovens não estão sendo preparados para serem sujeitos de suas vidas. Observamos que são precárias as relações que estabelecem entre o mundo extra e intraescolar, resultando num sentido no limite assistencial da escola e, portanto, na reprodução de sua condição de jovem de periferia. A escola com proposta pedagógica inovadora, por seus objetivos e público, diferencia-se significativamente das demais. Nesta observamos um ambiente educativo agradável e fecundo, em continuidade com espaço social e familiar destes estudantes. A conclusão a que chegamos é de que a escola precisa ser transformada radicalmente para estar em sintonia com a juventude e os desafios da sociedade atual. Mas o conjunto social igualmente precisa ser revolucionado pois, no limite, é este que modula o conteúdo, a forma e os sentidos que os sujeitos imprimem à escola. Os jovens demonstram querer aprender e se desenvolver, sobretudo quando o meio em que se insere os desafia nesta direção.

Palavras-chave: Conteúdo e Forma escolar; Juventude; Teoria e Prática

Resumo 115

INTERNACIONALIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONCEPÇÕES E CONTEXTOS

Juares da Silva Thiesen

juares.thiesen@ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Brasil

O trabalho que submeto ao evento apresenta resultados parciais de pesquisa em andamento no estágio pós-doutoral, atividade que realizo na Universidade do Minho e que tem por objetivo analisar implicações dos movimentos de internacionalização curricular no/do Ensino Superior sobre as atuais políticas e reconfigurações curriculares na Educação Básica, particularmente, nos cenários de Brasil e Portugal. No texto em pauta, como recorte, apresento e exploro, com base em pesquisas já realizadas, um conjunto de aspectos conceituais e outros elementos de contextualização do movimento de internacionalização da educação, com o propósito de destacar a presença da Educação Básica no debate desta problemática, que, como se sabe, tem a Educação Superior como lócus principal. Trata-se, pois, de um objeto de investigação que, salvo análise mais apurada, ainda não foi realizada no Brasil. Opero com procedimentos metodológicos comumente utilizados em investigações do tipo descritivo-exploratórias, com base em textos de periódicos indexados, teses e dissertações, além de trabalhos apresentados em anais de eventos científicos. Nesta tarefa de pesquisa, me associo ao esforço de outros investigadores brasileiros, que vêm trabalhando em direção semelhante, considerando, todavia, que estes focam suas lentes nos movimentos de internacionalização envolvendo predominantemente a Educação Superior. Refiro-me, especialmente, aos trabalhos de (Morosini, 2006, 2011, 2014); (Almeida, 2015); (Nogueira, Aguiar e Ramos, 2008), (Maués, 2015), (Lima e Maranhão, 2009, 2011), (Aguiar, 2007), (Luna, 2016), para citar alguns. O artigo está organizado em três seções. Na primeira apresento definições conceituais referentes à internacionalização da educação e do currículo formuladas por pesquisadores que se dedicam ao estudo desta problemática e proponho, inclusive, uma hierarquização provisória das definições. Por extensão, na segunda, formulo um conceito preliminar para o que chamo de 'Internacionalização do currículo na Educação Básica', considerando não existir na literatura do campo educacional e curricular definições para este objeto de conhecimento. Na última, situo contextos nos quais se insere, de algum modo, a problemática da internacionalização do currículo na Educação Básica, com especial atenção à realidade do sistema educacional brasileiro. Concluo chamando a atenção para a necessidade de estudos que aprofundem a temática.

Palavras-chave: Internacionalização; Currículo; Educação Básica

Resumo 117

TRANSFORMAÇÕES EMOCIONAIS E DIGITAIS POTENCIADORAS DOS ESTILOS DE APRENDIZAGEM

Sabina Valente

sabinavalente@gmail.com

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Orlando Pires

orlandopires@iol.pt

Universidade de Vigo, Spain

A atividade docente solicita uma grande capacidade no que concerne à gestão eficaz das emoções e ao domínio das novas tecnologias, em benefício do desenvolvimento de ambientes de aprendizagem mais eficazes e salutareos. O desenvolvimento de competências no domínio da Inteligência Emocional (IE) e nas novas tecnologias apresenta-se, cada vez mais, potenciador dos estilos de aprendizagem dos alunos, sendo componentes cruciais para a melhoria das relações interpessoais e profissionais no processo de ensino e aprendizagem. Investigações salientam que a aprendizagem não depende apenas do quociente intelectual, os alunos aprendem através da aplicação de distintas metodologias e a sua motivação modifica-se de modo diversificado, com base no que os professores facultam na sala de aula. Um dos fatores que os alunos classificam como importante fonte de motivação à sua aprendizagem é a IE dos professores. Docentes que usam as novas tecnologias, como metodologias, para aumentar a satisfação dos alunos, melhorar a sua aprendizagem ou mediar transformações no seu comportamento de aprendizagem, são mais

bem-sucedidos profissionalmente. Este estudo tem como objetivo abordar a relação patente entre a IE, as novas tecnologias, nomeadamente plataformas de ensino, nos estilos de aprendizagem, realçando a sua importância na relação pedagógica. Conclui-se existir a necessidade de dinamizar na escola transformações digitais e emocionais, que permitam o desenvolvimento de um clima de aprendizagem mais salutar e eficiente.

Palavras-chave: inteligência emocional; plataformas de ensino; estilos de aprendizagem; alunos; escola

Resumo 118

INFLUÊNCIA DAS CAPACIDADES EMOCIONAIS NA EFICÁCIA PARA ENSINAR

Sabina Valente

sabinavalente@gmail.com

Ana Paula Monteiro

apmonteiro@utad.pt

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Abílio Afonso Lourenço

privadoxy@gmail.com

Universidade Fernando Pessoa, Portugal

A atividade docente implica uma grande capacidade no que concerne à gestão eficaz das emoções em benefício de ambientes de aprendizagem mais eficazes e salutar. O estudo do conceito da eficácia para ensinar tem surgido como importante e atual, particularmente em teorias cognitivo-sociais, que destacam a escassez de investigações e a necessidade de aprofundamento dos estudos existentes. Nesse sentido, abordamos a influência das capacidades da inteligência emocional dos professores na eficácia pessoal para ensinar. A autoeficácia do professor parece ser uma variável preditora da conduta e da realização escolar dos alunos. Não obedecendo, unicamente, a eficácia do professor à sua formação científica e didática, mas principalmente à capacidade que possui para estabelecer e gerir relações interpessoais. Investigações salientam que a aprendizagem não depende apenas do quociente intelectual, os alunos aprendem através da aplicação de distintas metodologias e a sua motivação sofre mutações de modo diversificado, com base no que os professores proporcionam na sala de aula. Sendo a inteligência emocional dos professores, o principal fator que os alunos classificam como importante fonte de motivação à sua aprendizagem. O presente estudo, utilizando modelos de equações estruturais, analisa a relação das diferentes capacidades que constituem o constructo inteligência emocional (perceção emocional, expressão emocional e capacidade para lidar com a emoção) com a eficácia para ensinar. Foram aplicados os instrumentos: Questionário de Competências Emocionais, Escala de Eficácia dos Professores na Gestão da Sala de Aula e Ficha de Dados Pessoais e Profissionais, numa amostra de 559 professores, do Ensino Básico e Secundário, do norte de Portugal. Os resultados mostram que docentes que apresentam maior perceção emocional demonstram mais eficácia para ensinar. Conclui-se existir a necessidade de dinamizar nos professores transformações emocionais, que permitam o desenvolvimento de maior eficácia para ensinar, proporcionando um clima de aprendizagem mais eficiente, que promova o sucesso educativo e mudanças qualitativas na escola.

Palavras-chave: inteligência emocional; eficácia no ensino; alunos; escola

Resumo 120

“QUEREIS TER BONS ALUNOS, PROMOVEI O ESCOTISMO”. APOLOGIAS E APLICABILIDADES DO MÉTODO DE BADEN-POWELL NA REDE ESCOLAR DE LISBOA (1913-1926)

Gonçalo Brito Graça

ggraca@campus.ul.pt

PIUDHist / Universidade Católica Portuguesa, Portugal

A comunicação que proponho apresentar ao III Colóquio Internacional de Ciências Sociais da Educação percorre o estudo da introdução do método escotista na rede escolar de Lisboa entre 1913 e 1926, e integra-se no painel

temático “Participação, movimentos cívicos e associativismo”. O escotismo serviu de modelo educacional não-formal para crianças e jovens, concentrando em si competências extracurriculares para a formação de futuros cidadãos “exemplares”. Por ser um movimento educativo específico, instituído ainda pela diretriz de coadministração da Instrução Militar Preparatória durante a Primeira República, a Associação dos Escoteiros de Portugal procurou criar grupos nas principais áreas escolares logo a partir de 1913. Por ser um objecto de estudo de grandes amplitudes geográficas, centrou-se a amostra na cidade de Lisboa, onde as apologias ao estabelecimento de grupos de escoteiros se dispersam pelos liceus Gil Vicente, Passos Manuel, Pedro Nunes e Luís de Camões. A análise dos periódicos e documentação interna revela uma geminação entre o modelo educacional idílico da Primeira República e a proposta do general Baden-Powell, em que a preparação física e moral dos jovens em contexto de ar livre facultada pelo Escotismo encerraria o ciclo escolar.

Palavras-chave: Escoteiros; Associativismo; Escolas Primárias

Resumo 121

RELAÇÕES AFETIVAS, VIRTUALIDADE E ADOLESCÊNCIA

Márcia Stengel

marciastengel@gmail.com

Jacqueline Moreira

jacdrawin@yahoo.com.br

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas, Brasil

Nádia Lima

nadia.laguardia@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Brasil

A construção psíquica dos sujeitos de uma determinada sociedade não se dá separada daquilo que acontece no nível social. A internet é um exemplo atual de como uma tecnologia produzida utilizada por uma determinada sociedade afeta a vida social e pessoal dos sujeitos desta sociedade. A forma de lidar com os afetos e comportamentos também é marcada pela história, modificando-se socioculturalmente. É na adolescência que o indivíduo vive suas primeiras experiências afetivo-sexuais, que participam na organização de sua vida e na sua construção subjetiva. Ao considerarmos essas questões, intencionamos compreender os efeitos da virtualidade nas relações amorosas entre os adolescentes, buscando investigar se a virtualidade introduz novas formas de relacionamento afetivo entre adolescentes. Para tanto, realizamos uma pesquisa qualitativa, na qual foram entrevistados 12 adolescentes de 18 anos, estudantes de distintos cursos de graduação da PUC Minas, de ambos os sexos. Os entrevistados afirmaram que as redes sociais auxiliam nas relações na medida em que possibilitam as conversas, trocas de mensagens e fotos. Localizam essa facilidade mais para relacionamentos que já estão estabelecidos e menos para iniciarem relações. Esse fato se deve, entre outras razões, à percepção de que na internet as pessoas passam imagens idealizadas, seja através de fotos que não correspondem exatamente à realidade ou por postagens que podem não ser o que a pessoa pensa, sente ou é. Assim, por um lado, a internet facilita, mas, por outro, ela dificulta na medida em que as pessoas podem enganar e ser enganadas. Há uma percepção de que a internet facilita a traição, pois traz um número maior de possibilidades de conhecer e encontrar pessoas. Eles afirmam que não se deve postar coisas íntimas na internet para que não haja muita exposição e porque acreditam que aquilo que é da intimidade não é para ser compartilhado com qualquer pessoa. Percebemos que como lidar com a virtualidade, fazer bom uso dela pelos adolescentes são questões a serem mais exploradas e mais bem compreendidas.

Palavras-chave: relações afetivas; virtualidade; adolescência

Resumo 122

PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBT NO ESPAÇO ESCOLAR: “SE EU DEPENDESSE DA MINHA MÃE, EU ERA 100% HOMOFÓBICA”

Rosângela Roza

rosangeladaroza@hotmail.com.br

Benedita Almeida

beneditaalmeida@yahoo.com.br

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Eliane Maio

elianerosemaio@yahoo.com.br

UEM - Universidade Estadual de Maringá, Brasil

O artigo apresenta resultados de pesquisa de mestrado em educação sobre diversidade sexual, com alunos/as do 3º ano, do Ensino Médio, de uma escola pública urbana do Sudoeste do Paraná, Brasil, no contexto em que as escolas brasileiras são apontadas como o 3º lugar de discriminação contra homossexuais, vencido somente pelo familiar e pelo de amigos/as e vizinhos/as. Pela perspectiva do materialismo histórico-dialético, analisa as práticas relacionadas à discriminação, preconceito e violência contra a população LGBT no espaço escolar. Realizada com questionário (a 93 adolescentes, com idade entre 16 e 18 anos) e grupos focais (25 adolescentes, dos/as participantes do questionário), seus resultados evidenciam que a realidade excludente encontrada na escola, no que se refere à população LGBT, justifica-se, principalmente, pela falta de conhecimento dos/as professores/as e alunos/as sobre a sexualidade, a diversidade sexual e os direitos sexuais e, por esse motivo, é totalmente compreensível que suas explicações sejam, a nosso ver, incompletas e equivocadas. Ficou claro que, para os/as alunos/as, a homo e a bissexualidade são muito mais aceitas, na escola, do que as identidades transgêneros, aceitação, no entanto, vista de uma posição de superioridade e sempre condicionada, isto é, a população LGBT pode fazer parte da escola, mas deve ser discreta e o mais normal possível. Constatamos, também, que os/as professores/as e alunos/as demonstraram dificuldades para identificar práticas preconceituosas, discriminatórias e violentas, no que se refere à diversidade sexual, no ambiente escolar, uma vez que muitas dessas práticas estão naturalizadas e são reconhecidas como brincadeiras. Segundo os/as alunos/as, além de realizarem e/ou participarem de brincadeiras homofóbicas, os/as professores/as também não intervêm nessas práticas e nem mesmo discutem essas questões. Ao discutirmos sobre as consequências que afetam a vida dos indivíduos que sofrem preconceito e discriminação dentro da escola, concluímos que os/as alunos/as possuem noções razoáveis a esse respeito, no entanto demonstram pouca sensibilidade e empatia com relação à população LGBT. A partir dessa realidade, defendemos que, se as escolas criarem espaços para falar sobre a homofobia, certamente estarão ajudando a romper com o silêncio das vítimas que, diariamente, são submetidas a situações de humilhação e desrespeito.

Palavras-chave: diversidade sexual; escola; preconceito

Resumo 126

MUITAS CONTINUIDADES E POUCAS RUPTURAS COM PRÁTICAS DE ABANDONO

Joana Garcia

joanagarcia@ufrj.br

Carlos Cesar Souza Lima

carloscsarsouzalima.ccs@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

No Brasil, a política voltada para infância e adolescência, na forma de um sistema próprio de justiça, data do século XX e foi predominantemente marcada pela vigilância e pelo enquadramento moral. Sob o respaldo de legislações restritivas que vigoraram por 63 anos (1927-1990), o Estado brasileiro exerceu um tratamento seletivo entre os chamados “menores”, objetos de tutela/repressão pelo Estado e as crianças e os adolescentes, sob a proteção das famílias. Fruto de uma grande mobilização na sociedade brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) redesenhou a política, ao considerar todos os segmentos de 0 a 18 anos de modo igualitário e prescrever ações protetivas. Como uma lei não espelha automaticamente o espírito de uma época, as mudanças prescritas pelo ECA encontram resistência em vários planos: cultural (superação das visões depreciativas acerca das assimetrias de classe, cor, referência de moradia), institucional (redesenho das instituições com base na perspectiva da proteção, da “Socioeducação” em substituição a práticas punitivas, despersonalizadas, com privação da convivência familiar e comunitária), material (garantia de recursos expressos em orçamentos próprios, em profissionais capacitados e em

unidades de atendimento equipadas para as diferentes atividades), político (arranjo intersectorial organizado na forma de uma rede integrada de proteção). Em termos de programas e políticas sociais, o cenário contemporâneo apresenta desafios importantes em termos da escolarização de adolescentes de baixa renda, profissionalização qualificada deste segmento, cobertura de ações de atenção primária em saúde, exposição à violência urbana, particularmente em relação aos conflitos armados com o mercado das drogas, bem como o recrutamento da mão-de-obra de crianças e adolescentes para este mercado. Este artigo pretende debater um conjunto selecionado de dados demográficos, indicadores sociais, programas sociais em curso e sua observância aos preceitos legais. Considera-se que entre o desenho da lei e as práticas efetivas, há muitas continuidades e poucas rupturas com o modelo punitivo que resulta em abandono e maus tratos por parte do Estado.

Palavras-chave: política social; direitos sociais; infância e adolescência; Brasil contemporâneo

Resumo 127

A REINTRODUÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO SISTEMA DE EDUCAÇÃO EM TIMOR-LESTE: O LUGAR E PAPEL DOS PROFESSORES E O CONCEITO DE 'RESISTÊNCIA' EM EDUCAÇÃO

Karin Indart

jkindart@yahoo.com.br

Manuel Silva

masilva@ie.uminho.pt

University of Minho, Portugal

Neste artigo procuramos demonstrar como a identidade profissional em Timor também está ligada à identidade linguística dos professores, principais responsáveis (no plano das práticas educativas) por reintroduzir a Língua Portuguesa no sistema de educação. Igualmente, observamos que estes docentes são geridos por administradores pertencentes a outro grupo linguístico e ensinam alunos identificados com um grupo distinto de ambos. Para tal análise utilizamos principalmente Giroux (1986), que é o primeiro autor a introduzir o conceito de 'resistência' em educação, mas também Dubar (1997), Morrow & Torres (1997), Enguita (2007) e Giddens (2013). Este texto é o resultado parcial de uma pesquisa de doutoramento e propõe-se a analisar o discurso de gestores situados na macro dimensão da educação (ex-ministros e diretores do Ministério da Educação, ex-reitores e decanos da Universidade Nacional Timor Lorosa'e), responsáveis por influenciar as políticas linguísticas vertidas em lei e também pela sua implementação. Após uma reflexão sobre o conceito de resistência tal como nos é proposto por Giroux e uma análise aos discurso dos entrevistados, ousamos concluir que não existe 'resistência' no sentido político e sociológico à Língua Portuguesa por parte da classe docente. Não encontramos indícios suficientes nesta representação que provem que a suposta oposição ou descontentamento com a língua é consciente, engajada politicamente e manifesta como luta contra língua de dominação. Porém, a passividade em implementar a política de língua em sala de aula por parte dos professores pode indicar 'assimilação' da ideia de uma prática monolíngue – apenas Tétum como língua escolar.

Palavras-chave: Políticas de Educação; Resistência dos Professores; Língua Portuguesa em Timor-Leste

Resumo 128

AS DIFERENTES IDENTIDADES LINGUÍSTICAS REPRESENTADAS NO SISTEMA DE EDUCAÇÃO EM TIMOR-LESTE E SUA RELAÇÃO COM A QUESTÃO GERACIONAL

Karin Indart

jkindart@yahoo.com.br

Manuel Silva

masilva@ie.uminho.pt

University of Minho, Portugal

Para observarmos a construção de uma identidade coletiva e secundária no contexto timorense sustentamo-nos nos textos de Dubar (1997) e de Bauman (2003, 2005 e 2010). Neste artigo discutimos sobre os diferentes grupos linguísticos coexistentes no sistema de educação na atualidade timorense e como essa heterogeneidade identitária

afeta o desenvolvimento da identidade nacional, considerada como necessária para a edificação do Estado timorense, apresentando o resultado parcial da pesquisa de doutoramento que a autora concluiu recentemente e na qual se propôs analisar o objeto acima referido. Para tal, analisou o discurso de gestores situados na macro dimensão da educação (ex-ministros e diretores do Ministério da Educação, ex-reitores e decanos da Universidade Nacional Timor Lorosa'e), os principais responsáveis pela definição das políticas linguísticas (consagradas em lei) e também pela sua implementação. Encontramos na análise das entrevistas a descrição de três grupos distintos representados por três gerações, que têm sua identidade linguística construída em diferentes línguas não maternas. Cada um dos grupos reage de forma distinta à unificação da nação timorense através da Língua Portuguesa, tal como é idealizada pelos gestores educacionais. Encontramos uma atitude de acomodação muito maior por parte da geração educada pós-independência para com o ideal da geração educada no tempo colonial, enquanto que para a geração intermediária, educada em língua indonésia, a nova identidade nacional parece representar um custo bastante elevado, tanto do ponto de vista pessoal como profissional, sendo importante perceber as implicações deste custo no plano identitário, por um lado, e num plano político-educativo, por outro.

Palavras-chave: Identidade Linguística; Conflito Geracional; Sistema de Educação em Timor-Leste

Resumo 129

PESQUISARcom AS TECNOLOGIAS VIRTUAIS - NOVAS MODALIDADES DE “ESTAR-JUNTO” NA PESQUISA-INTERVENÇÃO COM O PÚBLICO JOVEM

Gilead Tavares

gileadmt.2014@gmail.com

Rayanne Francisco

rayannesuim@gmail.com

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

O objetivo deste artigo é abordar uma linha analítica que compareceu na composição de uma pesquisa de mestrado desenvolvida com jovens. Utilizamos a pesquisa-intervenção e seu manejo cartográfico como modos de fazer pesquisa que acompanham os fluxos de eventos, ideias, sentimentos, discussões, controvérsias, em um processo de intervenção no qual pesquisadores e participantes fazem juntos o trabalho, sem hierarquias de conhecimento, segredos em relação aos objetivos ou metas, procedimentos pré-estabelecidos etc., ainda que suas posições na situação e localidade em investigação sejam diferentes. A esta política de pesquisa chamamos de PesquisARCOM. Aos nos depararmos com a utilização frequente das redes sociais facebook e whatsapp pelos jovens, fomos surpreendidos pelos dispositivos virtuais como novas modalidades de “estar-junto” com a juventude. Lançando mão de duas experiências em pesquisa com jovens usuários de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Rede de Assistência Social da Cidade de Serra (ES/BR), entendemos a constituição do campo “virtual” tecnológico como experiência de “estar-junto” em conexões que não possuem raízes, mas que vão se engendrando e produzindo afetos entre corpos resistentes a práticas de controle e vigilância. Os dispositivos tecnológicos virtuais interpelam nossos modos de cuidar uns dos outros, convocando-nos a pensar o “estar-junto” a partir da constituição de um hipergrupo: corpo hiperconectado e hiperarticulado. Corpo “eu-outro”, dado a uma constituição partilhada e coletiva, que rompe as barreiras de um corpo organizado por meio de um saber biológico em direção à infinita invenção de um corpo-devir: controverso, provisório, povoado, por isso rico em suas possibilidades de ser sempre outro, novo, metamórfico, inventivo. Com o ato de intervir-investigar, entendemos que é preciso nos aliar aos mecanismos e às tecnologias virtuais para nos articularmos com a juventude, cuja dinâmica parece operar de modo virtual metamórfico.

Palavras-chave: PesquisARCOM; Virtualização; Juventude

Resumo 130

DIALOGANDO SOBRE A PEDAGOGIA DE PROJETOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Analucia Vieira

tutor3analucia@yahoo.com.br

Pamela Oliveira

pamela8oliveira@hotmail.com

Paula Faria

paula_afaria@yahoo.com.br

O texto se configura em um ensaio teórico e prático a respeito da pedagogia de projetos na Educação Infantil. É um relato desenvolvido por professoras que atuam nesse segmento do ensino básico, em uma escola da rede pública federal, da cidade de Uberlândia- Minas Gerais. O interesse pela temática originou-se da inquietude dessas professoras, que ao longo das suas trajetórias profissionais, no contato com projetos, levantaram alguns questionamentos: Quais as contribuições em organizar o currículo da educação infantil por projetos? Qual o papel do professor e das crianças no desenvolvimento dos projetos? De que maneira avaliar os processos de aprendizagem por meio da pedagogia de projetos? Na tentativa de buscar respostas a esses questionamentos, nosso trabalho possui a intenção de levantar bibliografia, inicial, e relatar algumas destas experiências em sala de aula a respeito do tema. Para tanto, num primeiro momento apresentamos alguns princípios teóricos que norteiam a pedagogia de projetos. Na sequência, apontamos sinais da sua origem histórica, das possibilidades de construção de um currículo por meio dessa proposta de trabalho, entre crianças e professores. Dialogamos, brevemente, com a proposta de Reggio Emilia a qual se utiliza de projetos em suas ações com as crianças. E por fim, desenvolvemos reflexões em torno da avaliação e das possíveis contribuições da pedagogia de projetos. Portanto, compreendemos que essa proposta se constitui em um dos caminhos possíveis para a realização de trabalhos junto às crianças pequenas. Proposta, esta, que admite o ponto de vista infantil em diálogo com o do adulto, que é justamente a partir dele que o currículo é delineado e as aprendizagens são avaliadas.

Palavras-chave: Currículo; Infância; Pedagogia de Projetos

Resumo 131

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA ENTRE PARCEIROS JOVENS E ADOLESCENTES ENTRE PARCEIROS JOVENS E ADOLESCENTES

Jurandir Santos

jurandir@sp.senac.br

Universidade Metodista, Brasil

Este estudo pretende explorar e tentar responder as seguintes questões: O que ocasiona comportamentos violentos entre parceiros jovens e adolescentes? Como se dá o processo de naturalização das formas sutis e veladas, mas perversas, como é o caso da violência psicológica? Como se pode atuar para a interrupção do ciclo da violência? Essas preocupações nos fizeram fundar o “Grupo de Estudos e Ações para a Paz e não Violência” (Geapavi) e a publicar a obra “Criança e adolescente em foco: dialogando com profissionais e cuidadores”. Algumas respostas surgiram e alimentaram as nossas ações sócio-educacionais, no entanto, a complexidade do problema da violência requer mais estudos e compreensão, portanto, pretendemos avançar com essa proposta de pesquisa, na busca de soluções para uma convivência social mais saudável e reverter as situações de autoestima rebaixada, frustração, bloqueios emocionais, bem como o ciclo de história de vida na herança familiar e social. A investigação será realizada com 2.000 alunos, com idade entre 14 a 24 anos, de ambos os sexos, de 07 unidades de uma instituição educacional de formação profissional, de diferentes cidades do Estado de São Paulo/Brasil. Será utilizado o método quantitativo de pesquisa, com amostragem por acessibilidade ou por conveniência, isso porque a pesquisa será realizada com os alunos de uma determinada instituição educacional que se mostra favorável e disponível ao trabalho e, dessa forma, não será possível fazer generalizações com outras instituições e contextos sociais. Pela escassez de instrumentos originalmente validados para o diagnóstico de violência psicológica, será validado e adaptado o “Questionário de Maltrato Psicológico – CMP, composto de 07 fatores e 23 subfatores, através de uma escala LikeRt, com 5 pontos com variação dos critérios “discordo muito” a “concordo muito”. Os dados serão inseridos no Sistema estatístico (SPSS), por oferecer maior possibilidade de análise e comparações dos dados. Também será aplicado coeficiente Alfa de confiabilidade e eliminados os elementos que reduzem a confiabilidade de consistência interna das escalas. Com esse estudo pretendemos contribuir para o planejamento de ações de prevenção da violência psicológica e colaborar com o avanço do desenvolvimento científico nas áreas da Psicologia e Educação.

Palavras-chave: Violência Psicológica; Violência entre Parceiros Íntimos (IPV); Jovens / Adolescentes

Resumo 132

LOCALIZANDO A INCLUSÃO: UM PROJETO DO PROGRAMA ESCOLHAS E A PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR

Raquel Rodrigues Monteiro

raquelrodriguesm@outlook.pt

Tiago Neves

tiago@fpce.up.pt

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Portugal

Em Portugal, desde a década de 1980 e no quadro das preocupações da União Europeia, têm sido desenvolvidas diversas políticas e programas destinados a promover o sucesso educativo e reduzir o abandono escolar. Apesar de atualmente se verificar uma redução da prevalência do abandono precoce da escolaridade e do insucesso escolar, ambos os fenómenos continuam a ser considerados problemáticas de importância central no panorama nacional. O projeto EDUPLACES (Locais Educadores – práticas, vozes e percursos de educação inclusiva), resultado de uma parceria entre 4 universidades nacionais, centra-se no estudo de práticas socioeducativas inclusivas desenvolvidas no contexto de dois programas nacionais direcionados para a inclusão social e a superação do insucesso e abandono escolares: o Programa TEIP e o Programa Escolhas. É neste quadro que apresentamos o caso de um projeto de intervenção sociocomunitária do Programa Escolhas que visa a inclusão social de crianças, jovens e famílias de bairros sociais da cidade do Porto. Fruto de entrevistas semiestruturadas e grupos focais realizados com profissionais de ação socioeducativa que integram o projeto em causa, identificámos a prática de apoio escolar (individual, em grupo e em tutoria educativa) como central na promoção do sucesso escolar dos alunos nela envolvidos. Esta prática existe desde 2004, envolvendo cerca de 70 alunos do primeiro ciclo e 40 do segundo ciclo do ensino básico. Por intermédio da constituição de 25 critérios de análise, integrados em 4 blocos de categorias, descrevemos a forma como são promovidos o desempenho e a adaptação escolares destas crianças e jovens. Os blocos de análise identificados como mais relevantes foram: a Flexibilidade curricular e organizacional e a abertura para saídas profissionais, bem como a Monitorização/Avaliação e as práticas consolidadas. Relativamente aos critérios mais expressivos no contexto desta prática, indicamos os seguintes: o facto de ser uma prática consolidada no tempo, tendo um impacto relevante em termos de resultados; o facto de ser dirigida à generalidade dos jovens/estudantes/famílias e o facto de promover apoio específico, esforço e trabalho interinstitucional para favorecer transições bem-sucedidas entre ciclos. Estes parâmetros constituem a base para uma análise e discussão do conceito de 'boa prática'.

Palavras-chave: Práticas socioeducativas inclusivas; Comunidade de práticas; Inovação socioeducativa

Resumo 133

I FESTIVAL DE CURTAS DO NEI/CAp/UFRN: UMA EXPERIÊNCIA DE PRODUÇÃO DE AUDIOVISUAIS COM CRIANÇAS

Sandro Da Silva Cordeiro

sandro.ufrn@gmail.com

Milene dos Santos Figueiredo

mmilenefigueiredo@gmail.com

Maristela Mosca

maristelamosca@gmail.com

UFRN, Brasil

O trabalho a seguir discorre a respeito de experiência no campo da Mídia-educação, mais especificamente na produção de audiovisuais com crianças da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Evidencia o processo formativo instaurado mediante a proposição de um projeto de extensão, cujo objetivo foi promover um espaço de produção de curtas-metragens por crianças e professores na escola, a partir da implementação de diferentes estratégias didático-pedagógicas. Utiliza como princípio o protagonismo infantil, ancorado nos estudos de Sarmiento (2010), que consideram a criança como ator social competente, com condições de ser autônoma nas suas atitudes, considerando necessário o investimento em ações que auxiliem na construção da sua alteridade. Assegura a participação efetiva das crianças no projeto, tendo em vista a necessidade de ouvi-las, oportunizando que se

expressem por meio da linguagem audiovisual. Recorre, ainda, ao aporte teórico-metodológico fornecido por Belloni (1998), Buckingham (2000), Fantin (2010), Orofino (2015) Freire (1990), que contribuem para a compreensão do que é a Mídia-educação, enquanto campo interdisciplinar e multifacetado, além da apresentação de estratégias de inserção das mídias no cotidiano da sala de aula. Percorre as seguintes etapas para a sistematização do trabalho de intervenção: inscrição dos interessados (turmas/professores) para participar do festival; realização de oficinas para a formação dos envolvidos; construção de roteiros, sob a orientação dos coordenadores do projeto; ensaios e gravação das cenas; participação das crianças no processo de edição das imagens; pré-estreia com as turmas; estreia com toda a escola – I Festival de Curtas – com a presença de um mediador-crítico. Avalia como positivo os resultados do projeto, uma vez que os participantes – crianças e professores – relatam os benefícios de uma proposta dessa natureza, como a compreensão acerca de alguns conceitos que envolvem a produção de vídeos (curta metragem, roteiro, gravação, edição, profissionais da área), assim como um maior discernimento sobre a importância da leitura crítica das mídias, compreensão possível mediante a vivência dos bastidores e da percepção das intencionalidades presentes na construção de um audiovisual. Entende que tais iniciativas são importantes para uma participação efetiva das crianças nas práticas cidadãs contemporâneas, que incluem a leitura/produção dos discursos construídos pelas mídias.

Palavras-chave: Mídia-educação; Infância; Prática Pedagógica

Resumo 134

GAMIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: O QUE PODE A ESCOLA APRENDER COM OS GAMES?

Renata Boiteux

renata.boiteux@gmail.com

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – ULHT, Brasil

Vitor Teodoro

vdt@fct.unl.pt

Universidade NOVA de Lisboa, Portugal

As crianças e jovens contemporâneos já nasceram inseridos na cultura de jogos digitais e têm dedicado cada vez mais horas diárias aos mesmos. Hoje corremos o risco real de perder gerações para o mundo dos jogos virtuais. Certos de que este é um movimento irreversível, alguns cientistas buscaram compreender cientificamente dois fenômenos: como os jogos funcionam e como o cérebro humano funciona durante a atividade do jogo. A partir destes resultados surgiu a gamificação, que, por definição, significa utilizar os elementos de game (mundo virtual) em ambientes não game (mundo real). Aliada às novas teorias da psicologia positiva, que estuda cientificamente a felicidade, percebeu-se que os jogos suprem necessidades genuinamente humanas. Dito isto, apresento a seguinte problemática: A gamificação colabora para o processo de ensino e de aprendizagem na escola? Face a esta questão, delineei os seguintes objetivos: Relacionar a teoria dos games, da psicologia positiva e da gamificação. Analisar se a gamificação aproxima as crianças e jovens da escola e da aprendizagem. Explorar o potencial da gamificação como estratégia pedagógica para o ensino e para a aprendizagem no espaço escolar. Nesta comunicação, usarei como metodologia a abordagem teórica que se refere à pesquisa bibliográfica em questão. No decurso desta investigação, tivemos fortes indícios de que, aplicada à educação, a gamificação traz resultados como maior concentração e foco, autonomia e responsabilidade pela própria aprendizagem, motivação intrínseca, personalização e resiliência.

Palavras-chave: Gamificação; Educação; TIC; Psicologia Positiva

Resumo 139

ESCOLA SUSTENTÁVEL E CRIATIVA: PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS QUE NORTEIAM A PROPOSTA EDUCATIVA DA E.B.M VISCONDE DE TAUNAY

Silvia Buzana

silbuzana@outlook.com

Vera Lúcia Souza e Silva

verass@terra.com.br

Este artigo consiste na socialização de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado ao Curso de Pedagogia do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Regional de Blumenau, como requisito para a obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia. A pesquisa foi realizada com o objetivo geral de investigar os pressupostos teórico-metodológicos que norteiam a proposta educativa de escola sustentável para os anos iniciais da E.B.M Visconde de Taunay. Utilizou-se a abordagem qualitativa, sendo que os dados foram coletados por meio da aplicação de um questionário cuja leitura, interpretação e análise foram realizadas a partir de três unidades de análise: 1-Projeto educativo dos professores dos anos iniciais, considerando as dimensões da ecoformação nos aspectos, conceituais e de valores humanos, sociais e ambientais envolvidos no processo de ecoformação dos participantes; 2- Contribuições da escola no modo de vida, no aspecto social e ambiental dos participantes; 3- Necessidades e possíveis limitações que os participantes percebem para a melhoria da Proposta Pedagógica da Escola e conseqüentemente das ações desenvolvidas. Entre os resultados, destaca-se que nas atividades desenvolvidas pela escola pesquisada transparecem os princípios da transdisciplinaridade, as dimensões da ecoformação e a criatividade reconhecida no potencial criativo de cada ser. Os dados nos revelam que o aspecto conceitual nas falas dos participantes ainda necessita ser ampliado, contudo, a escola tem contribuído no modo de vida, no aspecto social e ambiental da comunidade escolar, no sentido de estimular a responsabilidade planetária; criando novas formas de estabelecer vínculos afetivos interativos e explorando a capacidade que cada um tem de sentir e pensar, essencial ao ser criativo, reconhecendo que a criatividade é, sobretudo, um processo desenvolvido no âmbito social.

Palavras-chave: Escola Criativa; Ecoformação; Criatividade

Resumo 140

DIREITO À EDUCAÇÃO BÁSICA OU INCLUSÃO EXCLUDENTE DOS MAIS POBRES? O QUE MOSTRA A REALIDADE BRASILEIRA

Jussara Marques De Macedo

jussara0712@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

O trabalho é resultado de pesquisa em andamento na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) acerca do direito à educação básica no âmbito legal do direito formal e das políticas públicas da educação no Brasil, levando em conta a educação como um direito humano e social. Objetiva-se analisar as políticas públicas de educação e as possibilidades da garantia ao direito à educação na educação básica, a partir da implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), tomando por base a lógica mercantil como reguladora da gestão pública. Utiliza-se a metodologia sugerida pelo materialismo histórico dialético por considerar que o contexto histórico com suas contradições nos possibilita ir além da aparência para chegarmos à essência do fenômeno. Trata-se, portanto, de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo. Neste sentido a coleta de dados se deu por meio da revisão de literatura nacional e internacional sobre o tema e, análise de fontes primárias e secundárias. Por fim, estabeleceram-se nexos entre a definição de políticas públicas na educação a partir dos anos de 1990 a fim de compreender a forma como o processo de contrarreforma do Estado brasileiro a partir de 1995 – com sua “Nova Gestão Pública” pautada no gerencialismo –, contribuiu ou não para a garantia do direito à educação como um direito humano. O resultado é que o direito à educação como parte dos direitos sociais tem seu princípio na ideia de igualdade entre as pessoas. Contudo, embora a Constituição brasileira de 1988 tenha reconhecido esse direito, evidencia-se a perpetuação de uma dívida referente ao oferecimento da educação básica aos mais pobres, uma vez que se considera apenas mínimo constitucional referente aos oito anos – mas que a partir de 2005 passa ser de nove anos –, do ensino obrigatório e gratuito que compõe o ensino fundamental. Conclui-se, portanto, que existe uma dívida educacional e social no Brasil para com a classe trabalhadora. Faz-se urgente a materialização de uma contra hegemonia no campo das políticas educacionais que contribua para formação de todos, independente de classe social e que tenha como finalidade a emancipação das pessoas.

Palavras-chave: Direito à Educação; Educação Básica; Brasil

Resumo 141

O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA: COMO A ESCOLA É PERCEBIDA PELAS CRIANÇAS E COMO A ESCOLA GOSTARIA DE SER PERCEBIDA FRENTE A ESTE PÚBLICO

Débora Gonçalves Siqueira

deborasiqueirainforma@gmail.com

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Ao nos referirmos as crianças, por serem crianças, suas opiniões devem ser consideradas? Entender as percepções dos adultos sobre seus contextos sociais e disponibilizar ferramentas de comunicação para dialogar com eles, são processos que já ocorrem, pois acredita-se que os adultos são formadores de opinião. Mas, é possível analisar quais valores são atribuídos aos significados e aos sentimentos acerca das percepções das crianças sobre o papel social da escola? Ao escutar as vozes das crianças sobre o cotidiano escolar, é possível estabelecer relações positivas por meio do currículo? Será possível alterar a visão e os pensamentos presentes nas escolas, de que as crianças não servem para complementar o que está posto? Existem barreiras que o cotidiano escolar enfrenta e a escola deixa de ser uma extensão do que as crianças percebem em suas realidades. As marcas e as identidades das crianças presentes nas escolas hoje, se diferenciam das marcas e das imagens que os adultos carregam sobre suas infâncias na escola em outras épocas. Este estudo refere-se à percepção das crianças e de adolescentes, na tentativa de proporcionar diálogos sobre as suas percepções sobre a escola, na tentativa de promover diálogos por meio de suas vozes que merecem ser escutadas. As crianças escutam, falam, observam e carregam significados para além da escola sobre os sentidos atribuídos nela.

Palavras-chave: Infância; Participação das crianças; Percepção do público infantil

Resumo 143

Exames nacionais como instrumento de regulação da educação: o aparato operacionalizador

Carlos Sant'Ovaia

santovaia@campus.ul.pt

Universidade de Lisboa, Portugal

Estela Costa

ecosta@ie.ulisboa.pt

Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Portugal

Como instrumento de regulação, os 'exames nacionais' apresentam-se num aparato de configuração compósita, com intrincada estruturação, facto que parece concorrer para a dificuldade do seu escrutínio e, simultaneamente, contribuir para o seu poder representativo. Radicando no Ministério da Educação, este aparato desenvolveu-se através de dois complexos de vocação diferente: um essencialmente técnico e outro sobretudo operacional. A componente técnica tem sido cometida ao Gabinete de Avaliação Educacional (GAVE) (hoje IAVE), criado em 1997, um ano após reintrodução dos exames no ensino secundário, com as específicas "funções de planeamento, coordenação, elaboração e controlo dos instrumentos de avaliação sumativa externa dos alunos do ensino secundário" (DL 229/97). Quanto à componente operacional, tem vindo a ser assegurada, desde o início, pelo Júri Nacional de Exames, uma unidade orgânica do Ministério da Educação criada com a missão de "coordenar a planificação dos exames nacionais no que respeita a realização das provas e estabelecer as normas para a sua correção e reapreciação (Despacho 112/ME/96, nº 5.1, al. a)). A segregação funcional, atrás referida, manter-se-á uma constante, ao longo dos anos, enquanto se reforçava a intrincada teia de dispositivos que atualmente enformam o instrumento. Esta comunicação constitui um recorte de um estudo mais alargado que visa compreender o poder e a dimensão organizadora dos exames nacionais, no campo da educação, em Portugal, elegendo a regulação e a instrumentação como dimensões primeiras da problemática. Nele se procura desconstruir o instrumento exames nacionais de forma a evidenciar a sua génese e percurso, bem como as ferramentas e utensílios que o suportam e operacionalizam. A comunicação convoca a produção legislativa sobre avaliação dos alunos dos ensinos básico e secundário, desde 1974, e baseia-se na produção documental efetuada pelos dois complexos que compõem o aparato, tendo por base a categorização das múltiplas ferramentas e utensílios que o operacionalizam. Da pesquisa efetuada resultam evidências dos propósitos

reguladores dos exames nacionais, induzindo a reflexão sobre os mesmos enquanto instrumento relevante para uma nova forma de regulação da educação, pós-burocrática e centrada nos resultados.

Palavras-chave: exames nacionais regulação da educação; instrumentos de regulação; políticas de avaliação.

Resumo 144

O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA DE ADOLESCENTES A PARTIR DE UM PROJETO DE OBSERVAÇÃO DE AVES

Ana Imhof

anamariaimhof@gmail.com

FURB, Brasil

A observação de fenômenos naturais do contexto e cotidiano dos estudantes, a partir da escolha de sequências metodológicas adequadas para a pesquisa sob a abordagem da alfabetização científica, pode contribuir para o desenvolvimento da autonomia de adolescentes. Neste trabalho relatamos uma pesquisa realizada durante os anos letivos de 2015 e 2016, com 29 estudantes com faixa etária de 13 a 14 anos, do sétimo ano da Escola de Educação Básica Feliciano Pires, em Brusque-SC, Brasil. O projeto “Mapeamento da biodiversidade das aves em alguns bairros de Brusque - SC” é resultado de um curso de formação continuada de professores realizado na Universidade Regional de Blumenau. Os objetivos do projeto foram investigar a biodiversidade das aves de alguns bairros da cidade; desenvolver a autonomia nas pesquisas e representações sobre o tema; e o desenvolvimento da alfabetização científica. A pergunta inicial da pesquisa consistia na seguinte questão de investigação elaborada juntamente com os estudantes: Onde encontraríamos maior biodiversidade de aves, nos bairros ou no centro da cidade? Para realizar a pesquisa estabelecemos como critério gravar o gorgoeio das aves, pelos alunos, nos bairros em que residiam. A investigação foi realizada a partir de pesquisas bibliográficas para identificação das aves, desenhos, mapeamento e estatística dos dados coletados. Houve envolvimento da comunidade, representada por pais, amigos, um empresário, um designer gráfico, professores: de informática, português, arte. Foram identificadas 19 espécies nos 13 bairros investigados, com dados relativos a nome científico, características gerais, representações gráficas. Após a identificação das aves o trabalho foi apresentado na feira de matemática da escola. O projeto culminou com a elaboração e publicação do livro no formato e-book, “Cores, Sons e Saberes: As Aves de Brusque na Escola”, disponibilizado pela plataforma SoundCloud e pelo QRCode. Percebemos que os estudantes se tornaram protagonistas da própria aprendizagem e enfrentaram desafios neste processo de organizar e implementar um projeto de pesquisa, tais como: trabalhar em equipe, tomar decisões individual e coletivamente, desenvolver o senso de observação e registro, organizar e interpretar dados coletados, pesquisar e selecionar fontes científicas de pesquisa, comparar dados, e sintetizar ideias para fazer uma transposição didática.

Palavras-chave: Adolescentes; Autonomia; Criatividade

Resumo 146

AS “APLICAÇÕES” COMO RECURSOS DIDÁTICOS: UMA EXPERIÊNCIA DESENVOLVIDA EM CONTEXTO DE PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA NOS 1º E 2º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

Alexandre Torres

alexandretorres75@hotmail.com

Alcina Figueiroa

alcina.figueiroa@gaia.iapiaget.pt

Instituto Piaget, Portugal

Numa época assinalada pela presença constante das Tecnologias de Informação e Comunicação, no nosso quotidiano e, por sua vez, cada vez mais notória no dia-a-dia dos nossos alunos, torna-se imprescindível refletir e intervir em contexto educativo, de forma a promover-se o uso de ferramentas e de recursos com os quais os alunos se identifiquem e, por conseguinte, possam prestar um ótimo contributo quer em termos de motivação, por parte dos

alunos, quer na promoção do sucesso das aprendizagens. Foi neste enquadramento que aqui se dá a conhecer um projeto desenvolvido e focalizado na utilização de Aplicações (App's) com recurso ao tablet, cujo ponto de partida foi a seguinte questão: De que forma as App's podem ser usadas, em contexto educativo, no sentido de auxiliar os professores e motivar os alunos, no processo de ensino-aprendizagem? Neste contexto, o presente artigo apresenta uma intervenção desenvolvida no 1º e no 2º Ciclos do Ensino Básico, durante o período de Prática de Ensino Supervisionada - PES (estágio), recorrendo-se a tablets e a várias App's, para exploração de alguns conteúdos programáticos. No sentido de se identificar o contexto de atuação, no que respeita à temática em apreço, aplicou-se, previamente, um questionário aos professores cooperantes envolvidos e aos alunos das turmas onde decorreria o estágio, identificando-se, assim, as suas conceções em relação à utilização do tablet e de App's em contexto escolar. A análise efetuada às respostas dadas no questionário revelam que quer alunos, quer professores, lidam com o tablet mas somente em situações diversas do dia-a-dia, não constituindo a utilização deste recurso, ainda, uma prática corrente e efetiva, no quotidiano da sala de aula. Em relação às atividades desenvolvidas, ao longo do período de estágio, estas revelaram-se uma mais-valia quer na motivação quer na promoção das aprendizagens.

Palavras- chave: Tecnologias de comunicação e informação; Tablet; Aplicações; Contexto escolar; Promoção das aprendizagens

Resumo 147

AVALIAÇÃO DA EXPRESSÃO MUSICAL DAS CRIANÇAS IMIGRANTES NA CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA DE ÉVORA

Benedita do Socorro Matos Santos

dra.bsms@gmail.com

Centro de Investigação em Educação e Psicologia (CIEP/Portugal)

António Nogueira De Sousa

dr.ansousa@gmail.com

Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Portugal

Nesta comunicação, abordamos, essencialmente, a avaliação da expressão musical das crianças imigrantes na Creche e Jardim de Infância de Évora. As crianças desfrutam do som musical ao ouvir a música percebe-se o prazer e desejo de realizar as atividades físicas através da música que contribuem para o seu desenvolvimento saudável. Em termos de posicionamentos teóricos, partimos dos contributos específicos de Minks (2002), Volk (2004), Frith (2004), Snyders (2008), Cudak (2012), Hirschman (2013), Bursztyn e Korn-Bursztyn (2015), Chou (2017) no sentido de perceber melhor a expressão musical no desenvolvimento de crianças e a sua relação com o domínio da linguagem oral, bem como identificar as aquisições destas aprendizagens e competências nas crianças em contexto de educação infantil em Portugal. A metodologia adotada baseou-se em método qualitativo, tendo sido realizada análise das fichas de avaliação das crianças imigrantes. A análise de 215 fichas de avaliação, de crianças na faixa etária de 2 a 5 anos, relativamente ao período 2016/2017, permitiu-nos detetar somente 12 crianças imigrantes de várias nacionalidades: brasileira (6), cabo verdiana (3), holandesa (1), ucraniana (1), tunisina (1), num total de 12 crianças, correspondendo ao percentual de 5,58%. Concluímos que o estudo evidenciou fatores positivos e negativos: positivos o bom relacionamento com seus pares e desenvolvimento nos domínios das expressões motora, dramática e plástica, negativos as dificuldades no domínio da expressão musical em consonância com a língua de ensino e a matemática.

Palavras-chave: música; imigrante; aprendizagem; jardim-de-infância

Resumo 148

ADOLESCENTE INFRATOR E A ESCOLA: DIREITOS, JUSTIÇA E DESIGUALDADES EDUCATIVAS NO CENÁRIO BRASILEIRO

Jacqueline Moreira

jackdrawin@yahoo.com.br

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Andréa Guerra
andreamcguerra@gmail.com

Marcelo Pereira
marcelorip@hotmail.com

Bráulio Silva
braulio.fas@gmail.com

Frederico Marinho
fcfrederico9@gmail.com

Claúdia Wermelinger
claudia.sws@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

A questão do adolescente identificado com a criminalidade tem sido um tema de estudo de diferentes áreas no cenário brasileiro. Nesse sentido, surge a necessidade de se pensar e intervir junto aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, com vistas a auxiliar o adolescente a construir outras saídas para sua vida. As medidas socioeducativas representam a ação legal do estado brasileiro para trabalhar junto ao adolescente que comete um ato infracional. Preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990, legislação brasileira de vanguarda que responde às diretrizes estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para o cuidado de crianças e adolescentes. O estatuto considera crianças e adolescentes como sujeitos em desenvolvimento sendo urgente e necessário garantir seus direitos e apresentar seus deveres. Sensibilizando pelo tema da vinculação entre o adolescente envolvido com a criminalidade e a educação que optamos por apresentar esta comunicação. Este texto apresenta uma reflexão sobre os descompassos entre a acolhida na instituição escolar e o adolescente envolvido com a criminalidade. Temos como ponto de partida a ideia da escola como um importante instrumento das sociedades modernas de socialização e transmissão de valores. Todavia, é preciso ressaltar que a escola opera sobre as bases do privilégio cultural: não somente pela rede de relações sociais, mas pela capacidade de transmissão da herança cultural que as classes desfavorecidas não possuem. Assim, realizamos uma revisão crítica da literatura brasileira em artigos científicos no âmbito da psicologia e sociologia que refletem sobre o tema da relação da escola com o adolescente infrator. Localizamos uma inamistosidade da escola formal em relação aos adolescentes em conflito com a lei e este afeto se refere à clássica repulsa pelos estratos populares que são vistos de maneira estereotipada, estigmatizada e preconceituosa. Mas, mesmo excludente e tão precária, seria essa escola formal melhor do que a não-escola? Os próprios adolescentes em cumprimento da medida talvez venham a dizer o quanto esperam que tal escola possa lhes servir como significante-mestre ou como um ordenador social mínimo para que tenham a chance de sair da medida que cumprem um pouco menos estigmatizados.

Palavras-chave: Escola; Delinquência; Adolescência

Resumo 149

A PRIMEIRÍSSIMA INFÂNCIA NO BERÇÁRIO: O TEMPO E ESPAÇO PARA O BEBÊ COOPERAR

Maria Paula Ferreira Maia da Silva
maria_paula023@yahoo.com.br
Uei Wilson Bahia de Souza, Brasil

Celi da Costa Bahia
celibahia@yahoo.com.br
Universidade Federal do Pará, Brasil

Sendo o bebê um ser competente, este trabalho tem como objetivo refletir sobre a relação de cooperação entre o bebê e o docente em uma turma de berçário, bem como repensar a organização do tempo e espaço da instituição para que essa relação, além de marcada pela cooperação, possibilite aos pequeninos tempo para responderem a quem o cuida. O cuidar e educar de bebês em instituições educativas apresenta especificidades que marcam a docência com e para eles, o que a diferencia da ação docente nas demais etapas da Educação Básica. Sabe-se que desde cedo o bebê apresenta competências para interagir com o adulto, por meio do seu olhar, seus balbucios, seus

movimentos, seus membros que relaxam ou se contraem demonstrando bem-estar ou mal-estar diante das situações por ele vivenciada. Apesar de reconhecer as competências do bebê, sabe-se que ele apresenta necessidades em virtude da idade em que se encontra. Nesse sentido, na creche, o tempo destinado à troca de fraldas, ao banho, à alimentação, ao descanso consomem quase que a totalidade do tempo de permanência do bebê no espaço e muitas vezes estes momentos são realizados de forma aligeirada e mecânica, fazendo com que ele se torne um objeto nas mãos do docente. Nesse ritmo acelerado o educador nem sempre percebe, mas o bebê demonstra necessidade de participar das ações dirigidas a ele e expressa seus desejos e emoções por meio de sua corporeidade. Baseado nos pressupostos da pesquisa-ação, este trabalho foi construído a partir da observação, registro e reflexão da prática docente de uma professora de berçário composta por bebês entre nove meses e um ano e onze meses de idade, localizada em Belém-Pará-Brasil. Assim, o processo de reflexão se traduziu em mudanças na prática da docente que reconhecendo a competência do bebê e a importância da organização do tempo e espaço que favoreça uma relação de cooperação, possibilita ao bebê a iniciativa de provocar uma ação, assim como a autonomia de dirigi-la completamente recebendo como recompensa a satisfação de realizá-la por sua própria competência.

Palavras-chave: cooperação; bebês; docência com bebê

Resumo 150

UM MODELO DE ENSINO DE CIÊNCIAS PARA CLASSES MULTISSERIIDAS

Vanessa Silva

wanessa_25silva@hotmail.com

Penha Silva

penhadss@gmail.com

Maria de Fátima Martins

falmartins@yahoo.com.br

UFMG, Brasil

No Brasil, o Movimento de Educação do Campo teve início nos anos 90 e entre as inúmeras lutas enfrentadas está a resistência ao fechamento das escolas do campo. Neste sentido, propõem-se ações diversas no âmbito das escolas do campo, a qual citamos a organização em classes multisseriadas, que reúne, em uma mesma sala, alunos de diferentes séries, orientados por um único professor. Isso ocorre em função do baixo número de alunos em cada ano/série e das longas distâncias entre as comunidades, constituindo um contexto marcado pela diversidade. Essa heterogeneidade presente em qualquer outra forma de organização do ensino, articulada a fatores identitários, como o ambiente, a cultura, a produção, os espaços sociais e geográficos, precisam ser considerados na elaboração de políticas e práticas educativas para a Educação do Campo. Neste contexto, elaboramos um Modelo de Ensino de Ciências para subsidiar o trabalho do professor de classes multisseriadas. Para isso, são indicadas estratégias que favoreçam a interação dos alunos de diferentes níveis de aprendizagem, a partir da integração dos ciclos em que se encontram, usando a heterogeneidade em favor da prática pedagógica. O Modelo proposto parte de temas geradores da área de Ciências da Vida e da Natureza, integrados a outras áreas do conhecimento e conteúdos. Cabe ao professor dividir os grupos de alunos de acordo com os objetivos propostos em cada atividade. O trabalho de um mesmo conteúdo pode acontecer ao mesmo tempo em todas as turmas, variando a abordagem que deverá considerar o nível de conhecimento e aprendizagem de cada grupo. Esse Modelo baseia-se nas três etapas piagetianas de construção de conhecimentos: as tríades dialéticas que Piaget denominadas INTRA, INTER e TRANS e busca servir como instrumento de análise para a estruturação e a avaliação do ensino em classes multisseriadas. Em cada nível apresentado são consideradas habilidades as quais contemplam os aspectos conceituais, procedimentais e atitudinais (BRASIL, 1997). Assim, não queremos que as abordagens didáticas sejam apenas inovadoras, mas que seja algo passível de ser testado e consumado nas salas de classes multisseriadas.

Palavras-chave: Educação do campo; Classes multisseriadas; Ensino de ciências

Resumo 151

PROJETO ÁGUA EM FOCO: LETRAMENTO CIENTÍFICO PARA ESTUDANTES DO ENSINO BÁSICO

Clarissa Rodrigues

rodriguesclarissa4@gmail.com

UFOP, Brasil

Penha Silva

penhadss@gmail.com

UFMG, Brasil

O letramento científico é um tema de debate em documentos oficiais e na comunidade de pesquisadores em ensino de ciências. Nesse trabalho discutiremos as relações entre o letramento científico e abordagens de problemas abertos como eixo norteador para aulas de Química. Para isso investigamos o letramento científico de estudantes do ensino médio por meio da apropriação da linguagem científica em diferentes tipos de sequências textuais. Entendendo que existem diversas concepções de letramento científico, assumiremos neste trabalho o letramento científico em uma perspectiva de prática social que implica a participação ativa do indivíduo na sociedade para que possa atuar utilizando o conhecimento científico (Roth, Lee, 2004) e também questionando os modelos e valores de desenvolvimento científico em nossa sociedade. Acreditamos que discutir o letramento no ensino de ciências, considerando-o como uma prática social, é extremamente oportuno, pois o letramento científico envolve mais do que ler e escrever textos. Envolve também a existência de um conjunto mais amplo de modos de falar, agir e estar no mundo (Kelly, 2008). Para isso, analisamos alguns textos produzidos por alunos de uma escola pública estadual de Belo Horizonte que participaram do Projeto Água em Foco. Esse projeto propõe discutir alguns conceitos químicos a partir de uma abordagem que considera as relações entre ciência, tecnologia e sociedade que permeiam as discussões sobre a qualidade da água em ambientes urbanos, partindo de uma situação local que é a qualidade da água da Lagoa da Pampulha, cartão postal da cidade de Belo Horizonte. Para analisar os textos produzidos pelos alunos utilizamos, inicialmente, o software NVIVO® que permite codificar passagens do texto e realizar buscas de palavras, frases, etc. A análise dos textos levou em consideração o total de palavras, a presença dos parâmetros físico-químicos e biológicos, os temas desenvolvidos nos textos, além dos tipos de sequências textuais presentes. As análises apontam diferentes graus de apropriação da linguagem científica e níveis de letramento científico dos estudantes.

Palavras-chave: Ensino básico; Ensino de Química; Letramento científico

Resumo 152

O POTENCIAL DOS LIVROS DE LITERATURA INFANTIL NO ENSINO DE CONCEITOS CIENTÍFICOS NAS SÉRIES INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Liliane Silva

lilianepatricia07@gmail.com

Penha Silva

penhadss@gmail.com

UFMG, Brasil

No Brasil, os professores das séries iniciais enfrentam o desafio de compatibilizar a alfabetização ao ensino das demais disciplinas do currículo. Para Piassi e Araújo (2012), não se pode deixar de lado a ciência, pois é um conhecimento importante para o acesso à cultura e à aquisição de habilidades de leitura e escrita. Carvalho et. al. (2004) chamam a atenção para a necessidade de se incluir novas estratégias para o ensino de ciências para crianças de modo a despertar o interesse por esta disciplina. É fato que livro de literatura é um recurso muito utilizado nas salas de aulas, pois, além de lúdico, é uma forma de compartilhar os conteúdos por meio de associações e assimilações dos fatos ocorridos em cada cena da história. Entretanto, estes livros nem sempre são devidamente explorados nas aulas de ciências. O uso da literatura infantil em sala de aula é voltado para as questões de letramento e ortografia nem sempre contemplando o ensino de ciências. Assim, consideramos adequado buscar formas de utilizar o livro de literatura infantil para, também, ser um recurso nas aulas de ciências. Portanto, o objetivo deste trabalho é propor estratégias pedagógicas para discutir conceitos científicos a partir do livro infantil “A amiga Abelhinha”

(Berenice Germano e Bento José). Para isso, vários professores do ensino básico leram este livro identificando possíveis conceitos científicos e, a partir disso foram elaboradas estratégias baseadas em referenciais teóricos já discutidos e consolidados para o ensino de ciências. Logo, atividades como reescrita do livro, jogos, desenhos, apresentações teatrais, filmes, etc. baseadas em Ensino por Investigação, abordagem CTSA, Abordagem Comunicativa, Aprendizagem Baseada em Resolução de Problemas, dentre outras, foram propostas e desenvolvidas com os alunos. Também foi realizada uma oficina com alguns professores para discutir as atividades e os respectivos referenciais teóricos. Observamos que os alunos participaram ativamente das aulas e esperamos que os professores possam refletir sobre o trabalho realizado e, posteriormente, criar novas estratégias com outros livros. O estudo proposto pretende sugerir o uso da literatura infantil nas aulas de ciências, pois esta ferramenta pode favorecer os usos de diversas estratégias para discutir conceitos científicos.

Palavras-chave: Ensino de Ciências; Literatura Infantil; Séries Iniciais

Resumo 153

EXERCÍCIOS DE AUTONOMIA E COGESTÃO NOS PROCESSOS DE PESQUISA-INTERVENÇÃO PARTICIPATIVA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA SAÚDE MENTAL

Luciana Caliman

calimanluciana@gmail.com

Janaina César

jhanainacesar@gmail.com

Victoria Pianca

victoriabrp@gmail.com

Alana Simões

alanaacsimoese@gmail.com

Anita Fernandes

anitanogfernandes@gmail.com

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

O ano de 2002 marca no Brasil o início da construção de uma rede de Centros de Atenção Psicossocial da Infância e da Adolescência (CAPSi). Assim, o CAPSi passa a atuar na mudança do modo de operar o cuidado com crianças e adolescentes com transtornos mentais, que inclui o questionamento de concepções arraigadas socialmente acerca do que são crianças e adolescentes. Em meio aos avanços alcançados, há ainda pontos problemáticos. Esta pesquisa-intervenção participativa localiza-se na intersecção entre dois deles: a prescrição e consumo de psicotrópicos e a infância. O objetivo da pesquisa é investigar a experiência infantil atravessada pelo uso de medicamentos psicotrópicos e pela inserção em uma rede de cuidados em saúde mental, corroborando a emergência da criança como ser múltiplo e capaz de expressão. Como diretriz do trabalho baseamo-nos na Estratégia da Gestão Autônoma da Medicação, GAM, que visa cultivar a cogestão e autonomia na relação com o tratamento e medicação. Elaborada inicialmente para o público adulto, no exercício da GAM deparamo-nos com o desafio de reposicioná-la com crianças. Utilizando de materialidades diversas (literatura, teatro, música, desenho e, tantas vezes, simplesmente a conversa atenta), construímos, no CAPSi de Vitória, a Oficina da Palavra, ativa entre março de 2015 e setembro de 2017, que se configurou como um campo de pesquisa COM crianças. Assim, o desafio tem sido acessar a experiência com o medicamento psicotrópico, acompanhando as diretrizes da estratégia GAM, promovendo a participação das crianças e adolescentes nas decisões sobre seu tratamento. Os dados colhidos apontam que pensar a Estratégia GAM para o público infantil é repensar a própria noção de criança como ser imaturo e incapaz; é também repensar os modos de se pesquisar com crianças, incluindo não apenas seus interesses para elaborar metodologias de ação, mas também sua capacidade de participar, de dizer de seus processos de saúde e sofrimento. O ofício COM crianças tem possibilitado a afirmação destas como legítimos sujeitos, cultivando e praticando a participação nos seus processos de vida e saúde.

Palavras-chave: Pesquisa-intervenção participativa; Saúde mental; crianças e adolescentes; cogestão

Resumo 154

PROJETO EDUCATIVO DO EMPRESARIADO E ESTRATÉGIAS DE (CON)FORMAÇÃO DOS JOVENS PORTUGUESES NO SÉCULO XXI

Camila Souza

camilaazevedosouza@yahoo.com.br

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Este trabalho apresenta parte dos resultados da pesquisa de Mestrado “Responsabilidade social na educação: Brasil e Portugal na divisão internacional do trabalho”, cujo estudo comparado vem sendo aprofundado na pesquisa de Doutorado “Mundialização da educação no século XXI: as relações mundiais e luso-brasileiras da McKinsey & Company”. No movimento histórico da mundialização do capital e da educação, o projeto educativo do empresariado é difundido como orientação estratégica para a educação escolar portuguesa, consubstanciando uma pedagogia de resultados atravessada pela cultura da avaliação. Para apreender esse processo na correlação de forças contemporânea, o objetivo do presente trabalho é analisar as estratégias de (con)formação dos jovens portugueses nos anos iniciais do século XXI, tendo como foco de análise o projeto educativo da associação Empresários pela Inclusão Social (Epis), uma entidade empresarial fundada em 2006, após o apelo de envolvimento de “todos” na educação, lançado pelo então Presidente da República Aníbal Cavaco Silva, que convocou uma mobilização voltada para a denominada inclusão social. O projeto educativo da Epis caracteriza-se, principalmente, pelos discursos da inclusão social e do sucesso escolar, com uma atuação específica voltada para o reforço das habilidades não cognitivas dos alunos, a capacitação familiar e a reforma da gestão escolar. Nessa direção, a perspectiva da entidade de formar os denominados “jovens de futuro” expressa a lógica gerencialista da eficácia escolar, em convergência com as estratégias burguesas de sedimentação dos modos de pensar, agir e sentir dominantes, buscando consolidar uma (con)formação técnica e ético-política dos jovens portugueses sob a lógica da cultura empresarial. Portanto, alicerçado no materialismo histórico e, mais especificamente, nas formulações de Antonio Gramsci, o trabalho desenvolve uma investigação com base em fontes documentais para explicitar o processo de hegemonia que atravessa a atuação da Epis na (con)formação dos jovens portugueses, com a perspectiva de contribuir com a construção coletiva do conhecimento evidenciando contradições que podem coadunar forças para a luta contra-hegemônica.

Palavras-chave: projeto educativo; empresários; jovens portugueses

Resumo 155

PILARES DA EDUCAÇÃO EMOCIONAL: AUTOCONSCIÊNCIA, COMUNICAÇÃO, EMPATIA E AUTORREGULAÇÃO

Carla Silva

cspriedu@gmail.com

Olinda Faleiro

olindafaleiro@aedpacheco.edu.pt

Cristina Rodrigues

anarodrigues@aedpacheco.edu.pt

Sandra Correia

sandracorreia@aedpacheco.edu.pt

Agrupamento de Escolas Engenheiro Duarte Pacheco, Loulé, Portugal

O presente artigo pretende dar a conhecer um projeto de educação emocional levado a cabo num Jardim de Infância, junto de um grupo de 25 crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos. A intervenção em equipa pluridisciplinar foi dinamizada pela educadora, pelas auxiliares da sala e por uma psicóloga educacional (equipa restrita), com o apoio dos alunos e das docentes de Educação Especial (equipa alargada). Foram realizadas 20 sessões, entre novembro de 2016 e maio de 2017, organizadas por módulos, visando os objetivos seguintes: reconhecer, nomear, discriminar e expressar emoções básicas; desenvolver a empatia; melhorar a relação interpares e treinar estratégias de autorregulação emocional. Recorrendo à metodologia do trabalho de projeto, ao longo de quatro módulos, as emoções básicas, de forma transversal e continuada, foram sendo trabalhadas pelos participantes.

O primeiro módulo, denominado “Apresentando as emoções básicas: Alegria, Tristeza, Raiva e Medo”, fez com que as crianças tomassem consciência dos cinco sentidos, relacionando-os com as emoções, em termos de função e de diferenciação; o segundo, designado “Dramatizando as emoções básicas”, procurou levar as crianças a distinguir, experimentar e expressar as sensações corporais associadas a cada uma das emoções básicas, com vista a uma gestão mais eficaz das mesmas; o terceiro, designado “Explorando situações que envolvem emoções”, permitiu às crianças desenvolver a capacidade de discriminar emoções, aceitando e lidando adequadamente com as mesmas e, ainda, potenciando o desenvolvimento da empatia, bem como uma reflexão mais aprofundada sobre o tema; o quarto e último, a que chamámos “Explorando as emoções através da arte”, contemplou a vivência das emoções através de uma componente artística, que passou pela música, dança, desenho e teatro enquanto formas alternativas de expressão emocional. Como resultados da intervenção, podemos destacar uma maior facilidade em expressar emoções em si e nos outros, mais empatia, solidariedade e resiliência, o desenvolvimento de competências sociais, nomeadamente ao nível da resolução de conflitos, com efeitos claramente positivos no autoconceito e na autoestima.

Palavras-chave: educação emocional; autorregulação; relacionamento interpessoal

Resumo 156

AS POSSIBILIDADES DE DOCUMENTAÇÃO NA BRINQUEDOTECA

Analúcia Vieira

tutor3analucia@yahoo.com.br

Universidade Federal de Uberlândia- Eseba, Brasil

O presente texto tem como objetivo, apresentar um relato de experiência que foi desenvolvido pela professora responsável pela Brinquedoteca da ESEBA - Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia UFU-MG e por alunas bolsistas da PROGRAD da Graduação em Pedagogia da UFU. Nossa intenção era tentar compreender como as crianças brincam, do que elas brincam, o que as crianças fazem ao brincar e como podemos possibilitar avanços no aspecto de suas escolhas do brincar. Para se realizar esta investigação utilizamos como ferramenta a documentação pedagógica, que é um recurso o qual nos permite observar, registrar e analisar a experiência vivida pelas crianças neste espaço. Entendemos que o brincar é fundamental e favorece a descoberta, uma vez que auxilia a criança na concentração, na observação, na percepção, na análise e no estabelecimento de hipóteses, e possibilita o desenvolvimento cognitivo, psíquico, social, das mesmas. Portanto, além de apresentarmos a importância do brincar, relatamos como as crianças brincam, estabelecem relações e inter-relações, produzindo e transformando sua cultura, criando assim, um papel social o que permite que elas possam compor sua identidade enquanto cidadã.

Palavras-chave: Brinquedoteca; Documentação; Educação Infantil

Resumo 159

EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Cibele Ribeiro Pereira

ciba_rp@hotmail.com

Adelcio Menezes Sousa

adelciosousa2006@hotmail.com

Susana Couto Pimentel

scpimentel@ufrb.edu.br

Priscila do Nascimento Silva

prilmg@gmail.com

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Brasil

O Nordeste foi o berço da colonização portuguesa no Brasil e hoje, enquanto carrega traços da sua herança colonial conjugados ao equivocado pensamento de que suas características geofísicas trazem implicações econômicas e

sociais para a população, a região tem buscado ressignificar esse legado em busca de novos caminhos. Até a década de 80 as intervenções estatais nesta região, sobretudo no semiárido, aconteciam de maneira descontextualizada, com foco no combate à seca. Entretanto, a partir da década de 90, essas ações passaram a ser severamente contestadas pela sociedade civil (CARVALHO, 2012). Sob esse panorama, surge o conceito de 'convivência com o semiárido', sugerindo uma supressão da ideia de 'combate à seca'. Nesse cenário, a educação passa a ser considerada um dos elementos fundamentais do processo de desenvolvimento sustentável da região. Para tanto, a educação necessitava de uma acepção contextualizada, pois se entende que, como um direito universal, além de ser acessível a todos, deve possuir ferramentas metodológicas distintas, que contemplem também as singularidades e potencialidades do contexto em que está inserida. Nessa perspectiva, Santos (2003, p. 56) assevera que "temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades". Assim, existem algumas iniciativas na região do sentido de fomentar a educação contextualizada, a exemplo da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro – RESAB que se constitui num espaço de articulação política regional da sociedade organizada, que tem como principal objetivo a disseminação da educação contextualizada para a convivência com o semiárido, fazendo inflexões curriculares e metodológicas, no sentido de fazer a educação vincular-se às formas de vida e às problemáticas ali existentes (RESAB,2006). Diante disso, este trabalho objetiva analisar a proposta de educação contextualizada desenvolvida pela RESAB, contribuindo para novas reflexões sobre essa temática. A metodologia utilizada para esse fim será a pesquisa bibliográfica, partindo de trabalhos já produzidos acerca desta temática. Espera-se que as reflexões feitas possam subsidiar novas propostas de educação contextualizada.

Palavras-chave: Educação contextualizada; Semiárido; RESAB

Resumo 160

O BRASIL NO MUNDO DIGITAL: UM ESTUDO SOBRE ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DIGITAIS NUM CONTEXTO DE DESIGUALDADE SOCIAL

Thiago Pereira

thiago.ingrassia@gmail.com

Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil

Valéria Lessa

lessavaleria@gmail.com

Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

As tecnologias digitais têm modificado significativamente os modos de comunicação, o acesso às informações e a relação com o saber na sociedade atual. Estamos diante de um processo de imersão numa sociedade repleta de inovações tecnológicas, ao mesmo tempo em que vivenciamos as desigualdades das condições de acesso ao aparato tecnológico. Este trabalho insere-se na temática sobre conhecimento, educação e mundo digital, tendo como objetivo apresentar um panorama sobre a realidade brasileira no acesso às tecnologias digitais. Para tanto, discute dados de pesquisas recentes sobre o tema e apoia-se na discussão conceitual a partir da Cibercultura. A relação entre acesso às tecnologias e desigualdade social justifica a interpretação sociológica que sugere o enfrentamento deste tema avançando em relação a análises idealizadas ou preconceituosas. Nesse sentido, observa-se quadro progressivo de acesso às tecnologias digitais no Brasil, em especial a partir da disseminação do uso de Smartphone. O mesmo cenário é verificado em relação ao percurso escolar, pois quanto maior o tempo de escolarização, maior a probabilidade de inserção no mundo digital. Este avanço no acesso às tecnologias é visualizado em cenário de estruturais desigualdades que forjam a sociedade brasileira, constituindo ambiente social desafiador para o país na "sociedade do conhecimento". Os reflexos desse cenário na produção de ciência, tecnologia e inovação sugerem a necessidade de participação do Estado por meio de políticas públicas.

Palavras-chave: Tecnologias digitais; Educação; Desigualdade Social.

Resumo 161

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DESAFIOS PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA

Isa Regina Santos Dos Anjos

isaanjos@yahoo.com.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, Brasil

Roseilda Alves da Silva Santana

rosepsico_33@hotmail.com

UNIVERSIDAD AUTONOMA DEL SUR, Brasil

Os Transtornos do Espectro Autista (TEA) decorrem de Perturbações do desenvolvimento neurológico, manifestadas geralmente a partir dos 3 anos de idade, período em que os neurônios responsáveis pela comunicação e pelas relações sociais não estabelecem as conexões tipicamente estabelecidas. A inclusão de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) é garantida pelas políticas públicas para a Educação Especial, entretanto, pouco tem sido discutido sobre essa inclusão por apresentarem problemas de comportamento e baixo rendimento escolar, na maioria das vezes, alunos com TEA são excluídos do meio social e a falta de informação sobre a temática pode causar encaminhamentos e diagnósticos equivocados ou incompletos, fazendo com que esses alunos não sejam atendidos pelas políticas públicas para a Educação Especial. Esta pesquisa teve como principal objetivo analisar o processo de inclusão de alunos com TEA em uma escola pública do Estado de Sergipe/Brasil. Pretendeu-se ainda identificar as causas que dificultavam a aprendizagem da criança com TEA e as lacunas que norteiam as práticas dos professores na atuação com alunos com TEA. No âmbito da pesquisa qualitativa, optou-se pelo estudo de caso múltiplos. Para a coleta de dados, optou-se pela entrevista semiestruturada aplicada à família, assim como, um questionário para os professores e gestores, e formulário de guia de observação direta em sala de aula com os alunos. Quanto às atitudes das professoras em relação à inclusão de alunos com TEA, notou-se a persistência de um discurso carregado de medo, insegurança, inquietação e a necessidade de formação sobre o tema, principalmente quanto à aprendizagem, comportamento e às características desses alunos. Em relação ao discurso das mães, notou-se credibilidade no trabalho dos professores e os gestores relataram a falta de investimentos em políticas públicas. Nesse contexto, precisamos refletir sobre a importância da escola enquanto instituição que precisa rever seus conceitos e paradigmas, propondo condições de desenvolvimento da pessoa com deficiência, minimizando as diferentes formas de exclusão que continuam sólidas no processo de inclusão, gerando desigualdades educativas.

Palavras-chave: Educação Especial; Transtorno espectro autista; Inclusão

Resumo 162

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL E OS DESAFIOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Adriana Ferreira

adriana.ferreira@ifg.edu.br

Walmir Barbosa

walmir.barbosa@ifg.edu.br

Instituto Federal de Goiás, Brasil

A presente proposta de comunicação tem por objetivo contextualizar sobre a recente reforma do Ensino Médio estabelecida pela Lei nº 13.415 de fevereiro de 2017, que altera a Lei nº 9.394 de 1996 que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, e os impactos por ela gerados na organização do currículo, nas (im)possibilidades na formação da juventude e nos desafios do Ensino Médio Integrado na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A Reforma, que não traz nada de novo, mostra-se como um retrocesso para a educação da juventude e reduzindo o papel do estado na oferta de uma formação que deveria ter como base a integração entre ciência, cultura e tecnologia. O governo tem dialogado por meio de forma arbitrária, com medidas provisórias, decretos, leis articuladas entre parlamentares, reforçando a possibilidade de flexibilização, sobretudo, do ensino profissional consubstanciado numa formação voltada para o mercado de trabalho. Este artigo visa refletir sobre esta legislação e defender o ensino médio integrado, forma esta de articulação que tem no seu bojo a defesa por uma concepção de

formação integral, na perspectiva de superar essa dualidade histórica em que se vê, por um lado, uma escola que prepara para a ação de executar e, por outro, uma escola que prepara para a ação de dirigir e planejar. A formação integral deveria ser uma garantia para todos e o que temos agora com essa Reforma da Lei de Diretrizes e Bases é um aprofundamento negativo dessa dualidade histórica.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio; Educação Profissional; Ensino Médio Integrado.

Resumo 163

INTERAÇÕES SOCIAIS EM TURMAS MULTITARIÁRIAS NA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL IPÊ AMARELO

Maria Fleig

talitafleig@hotmail.com

Gabriela da Ros de Araújo

gabrielaufsm@gmail.com

Jucemara Antunes

jucemaraantunes@gmail.com

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

O presente estudo compartilha resultados parciais de uma pesquisa em andamento desenvolvida na Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo, da Universidade Federal de Santa Maria/RS, que teve como objetivo investigar o processo de organização da ação pedagógica na ampliação das faixas etárias das turmas multi-idades na UEIIA considerando a interação entre as crianças e o processo de desenvolvimento da autonomia das mesmas. As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (Brasil, 2010) preconizam, na elaboração da proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil, a construção de novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade e com o rompimento de relações de dominação etária. Ademais se busca destacar a organização das turmas, 1 ano e 6 meses a 5 anos e 11 meses, pois as mesmas que possibilitam as interações sociais entre crianças de mesma idade e crianças de diferentes idades. Para tanto, foram realizadas observações das crianças, registro em diário de campo; vídeo-gravação; registro fotográfico; escuta das famílias e para complementar o uso de questionários para os segmentos da Unidade. Como resultados parciais, mas vivências de interagir, brincar e aprender no agrupamento multitário evidencia-se aprendizagem compartilhada entre as crianças; aumento da iniciativa e mobilização na realização de tarefas cotidianas; organização de brincadeiras e resolução de conflitos; maior desenvoltura no diálogo com as diferentes idades e, principalmente, respeito às diferenças, acolhimento recíproco entre às crianças e a colaboração entre elas. Além disso, destaca-se que as crianças nas turmas multitárias, ao oposto de comparar e competir, as crianças aprendem a valorizar as diferenças e participar de um ambiente escolar com mais respeito ao outro.

Palavras-chave: Educação Infantil; Multi-idades; Interações

Resumo 165

INVENTANDO O FUTURO: O PAPEL DA SENSIBILIZAÇÃO LÚDICA E DA DIDÁTICA CRIATIVA NA ESCRITA AUTORAL DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Sandra Popoff

popoffsandra@gmail.com

Cristina d'Ávila

cristdavila@gmail.com

Universidade Federal da Bahia, Brasil

O artigo traz resultados parciais de pesquisa qualitativa referente a implicação da sensibilização lúdica no desenvolvimento do potencial criativo em crianças e pré-adolescentes (07 a 13 anos), atendidos em projeto social no

Brasil. Os sujeitos pesquisados possuem dificuldades na escrita devido a alfabetização deficiente, distorção idade série, e ainda, um quadro social de risco. O estudo objetiva 1) compreender o papel da didática criativa no processo de criação de histórias imaginadas pelos sujeitos participantes partindo de “experivências lúdicas” para sensibilização do processo de escrita e 2) analisar a escrita autoral das crianças que concluem as etapas do processo criativo 3) Identificar possibilidades de intervenção ludocriativa na superação de obstáculos ao letramento literário. O percurso metodológico parte da pesquisa ação com inspiração etnográfica e utiliza os instrumentos: observação participante, diário de bordo, registros em foto e vídeos e entrevistas narrativas. O primeiro período de acompanhamento utilizou oficinas de desenhos e atividades lúdicas circenses resultando em maior interesse em imaginar (desbloqueios) histórias a partir dos temas abordados.

Palavras-chave: Criatividade; Didática; Escrita; Ludicidade.

Resumo 168

JOVENS ESTUDANTES AÇORIANOS EM TRANSIÇÃO PARA O ENSINO SUPERIOR NO CONTINENTE PORTUGUÊS: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA A PARTIR DE UMA SOCIOLOGIA DA INDIVIDUAÇÃO

Kelly Medeiros

kelly_medeiros_91@hotmail.com

João Eduardo Martins

jmartins@ualg.pt

Bernardete Sequeira

bsequei@ualg.pt

Universidade do Algarve, Portugal

Pretende-se com esta comunicação apresentar os resultados iniciais de uma primeira incursão exploratória no terreno, de uma investigação sociológica em curso, em torno dos processos de transição dos jovens estudantes Açorianos para o ensino superior no continente Português. Este objecto sociológico é aqui encarado a partir de uma tripla transição. A transição estudantil para o ensino superior, a transição de um contexto insular para um contexto continental e a transição destes jovens estudantes para a vida adulta. Do ponto de vista teórico, o olhar que é lançado sobre este fenómeno social, ganha a sua pertinência analítica a partir de uma sociologia da individuação, com centralidade do conceito de prova e a análise centra-se nos desafios, nas provações, nos suportes e nos obstáculos que enfrentam os jovens estudantes açoreanos face a esta tripla transição. Segue-se uma metodologia qualitativa com recurso à entrevista semi-estruturada como principal técnica de recolha de dados. Os primeiros resultados exploratórios indicam que a saída dos jovens estudantes açorianos está marcada pela relação forte entre constrangimentos sociais e as margens de escolha individual que estruturam as suas opções. Constata-se uma percepção do ensino superior como um mecanismo importante de valorização futura das suas vidas e como canal de mobilidade social ascendente. A saída dos açores é percebida como uma aventura que lhes pode trazer vantagens sociais em relação à escolha pela permanência nas ilhas. A saída da casa dos pais, mesmo quando são estes os principais suportes emocionais e financeiros das suas vidas, é sentida como um momento importante na construção da sua independência, durante o processo de transição para a vida adulta.

Palavras-chave: Estudantes Açorianos; Transições; Ensino Superior; Sociologia da Individuação; Provações

Resumo 171

OS DESAFIOS, RISCOS E TRAVESSURAS NO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA COM CRIANÇAS

Ana Paula Maletta

apaulabm@gmail.com

Universidade do estado de Minas Gerais, Brasil

Magali Reis

magali_reis@pucminas.br

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Este texto é decorrente de uma tese de doutorado e tem como objetivo suscitar uma reflexão fundamentada na agenda atual dos Estudos Sociais da Infância, em que uma das pautas de discussão é a necessidade de se ultrapassar a invisibilidade social das crianças nos diferentes contextos, garantindo a elas o direito à participação. Analisamos os desafios, riscos e travessuras no desenvolvimento de uma pesquisa com a participação das crianças, realizada a partir de uma investigação, de perspectiva comparada, cujo principal objetivo foi apreender as percepções das crianças a respeito dos currículos pensados para a formação delas, compreendendo os sentidos e significados que elas atribuíam ao que lhes era ensinado. Os contextos da pesquisa foram um Jardim de Infância situado em Vila Nova de Gaia, na cidade de Porto, Portugal e uma Unidade Municipal de Educação Infantil na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Considerando a concepção de criança e infância como diversa e, portanto plural, torna-se oportuno pensar e refletir sobre o que é investigar com crianças e como é que, com a participação dessas, podemos entendê-las melhor? De que forma os estudos e investigações no campo educacional fazem sentido em outros contextos? Como as escolhas metodológicas podem favorecer a compreensão do que se passa nos terrenos? Essas e outras tantas questões que emergiram durante o processo de investigação em curso só puderam ser compreendidas a partir um trilhar teórico-metodológico interdisciplinar que possibilitou uma aproximação de métodos, procedimentos e estratégias de pesquisa, que permitiu lançar um olhar distinto sobre os modos de enxergar com os olhos de criança. Assim, observar e participar intensamente das atividades com as crianças define, de forma breve, o escopo metodológico deste trabalho. Com a realização desta pesquisa pudemos perceber que investigar com crianças envolve sentimentos e expectativas, por vezes, inevitáveis, mas que só mesmo com a entrada no campo é que se tem a dimensão dos desafios e possibilidades da investigação. Portanto investigar com crianças é desbravar o novo, o desconhecido, é aventurar-se por um caminho que nem sempre está definido, é preciso despir-se de pré-conceitos e estar aberto para o impensado.

Palavras-chave: Investigação; Crianças; Participação

Resumo 172

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, OS TEMPOS E ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL – O QUE DIZEM AS CRIANÇAS?

Gisele Brandelero Camargo

gi_bcp@hotmail.com

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil

Este texto apresenta os resultados de uma das categorias de análise da pesquisa intitulada: Práticas pedagógicas, o tempo e os espaços da escola de Educação Infantil: o que dizem as crianças?, desenvolvida por duas professoras da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no Paraná – Brasil. Com a pesquisa, intentamos: Compreender como as crianças de quatro Centros Municipais Educação Infantil (CMEIs) de Ponta Grossa – PR percebem e são afetadas pela prática pedagógica, organização do tempo e dos espaços de suas escolas. Para isso, selecionamos, por amostragem aleatória, quatro CMEIs da rede municipal de Ponta Grossa e através de gravações de vídeos e áudios, observações com registros em diário de bordo e visitas monitoradas, no período de agosto a dezembro de 2016. Dessa forma, os campos dessa pesquisa se resumiram em treze turmas, de quatro CMEIs diferentes. Sendo seis turmas de Infantil 3 (crianças de 2 e 3 anos de idade); três de Infantil 4 (3 e 4 anos); e quatro de Infantil 5 (4 e 5 anos). Categorizamos os dados, estabelecendo três grupos de análise: a) pesquisadora conduz; b) professora conduz; e c) criança conduz. Em cada uma dessas categorias, buscamos identificar características da prática pedagógica, do tempo e espaço das escolas. Aqui, buscamos discorrer sobre um episódio (Dinâmica das profissões) que constitui um desses grupos de análise, o “b) professora conduz”. O episódio, ocorrido na turma Infantil 3ª do CMEI 2 foi gravado em vídeo. Como resultado das análises constatamos a conduta adultocêntrica na organização da escola, de suas práticas pedagógicas, seus tempos e espaços, acentuando a ideia de papel passivo e incapaz das crianças. Indicamos a necessidade de re conceituar as infâncias nas escolas de Educação Infantil da cidade, alterando a forma de percebê-las e de se relacionar com elas, assumindo as características das culturas das infâncias como válidas e as crianças como sujeitos competentes no processo de socialização e criação de culturas.

Palavras-chave: Discurso da criança; Educação Infantil; Pesquisa com crianças

Resumo 173

A AVALIAÇÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO: AS PERCEÇÕES DOS ALUNOS

Cláudia Santos

clsss@iol.pt

José Matias Alves

jalves@porto.ucp.pt

Lúisa Ribeiro

lmribeiro@porto.ucp.pt

Universidade Católica Porto, Portugal

A avaliação é um processo a que todos os alunos se sujeitam ao longo do seu percurso escolar, a fim de, supostamente, revelarem as aprendizagens que vão sendo adquiridas. No entanto, pouco se sabe sobre a forma como os alunos veem e sentem a avaliação, já que poucas vezes são ouvidos. Neste contexto, parece pertinente um estudo que dê voz aos alunos, no sentido de se perceber o que pensam sobre a prática avaliativa a que são submetidos. O propósito do estudo é investigar as perspetivas dos alunos do 11º e 12º anos de três organizações no âmbito do grande Porto e que integram a rede do Ensino Particular e Cooperativo face aos processos de avaliação interna e externa. O objetivo primordial da investigação é perceber as perspetivas e expectativas dos alunos face à avaliação. Assim, com este estudo, pretende-se compreender: i) de que modo os alunos reconhecem na avaliação uma oportunidade para a sua aprendizagem; ii) como encaram os alunos o processo de avaliação interna e externa; iii) como percebem a avaliação enquanto prática de autorregulação das suas aprendizagens; iv) se o peso que os professores atribuem à avaliação sumativa traduz o trabalho dos alunos; v) se se avalia o que se ensina ou o que se quer que se aprenda. A primeira fase do estudo compreende a aplicação de um inquérito por questionário a uma população de 1354 alunos do 11º e 12º, por serem alunos do ensino secundário e por terem já uma perceção não só da avaliação interna, mas que serão também sujeitos à avaliação externa. O questionário apresenta uma série de questões relativas à temática da avaliação, bem como à sua opinião ou conhecimento sobre a área em estudo. Embora sugiram uma situação heterogénea de atitudes e sentimentos dos alunos face às práticas de avaliação, os resultados obtidos, bem como as implicações educativas serão posteriormente apresentados e discutidos.

Palavras-chave: alunos; ensino secundário; avaliação interna; exames; perceções

Resumo 174

O CENTRO DE ATIVIDADES COMUNITÁRIAS DE SÃO JOÃO DO MERITI RJ E AS PRÁTICAS EXITOSAS EM EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO

Ana Lucia Souza

analucia.eja@gmail.com

Flávia Motta

flviamnotta@gmail.com

UFRRJ, Brasil

O presente trabalho insere-se numa pesquisa de doutoramento, em andamento, cuja finalidade é um estudo sobre o Centro de Atividades Comunitárias de São João de Meriti – RJ e sua ação educativa. Esta instituição criada a partir da iniciativa de representantes dos movimentos sociais, no ano de 1987, tem sido um equipamento de grande importância nesta região da Baixada Fluminense, sobretudo por manter até os dias atuais uma escola comunitária com oferta de educação infantil e de primeiro ano do ensino fundamental. Observamos a educação como uma política pública social, de responsabilidade do Estado e compreendemos que o papel de uma política social é a redução das desigualdades sociais e a elevação da cidadania. Propomos, então, neste trabalho refletir sobre a participação dos sujeitos envolvidos desde o planeamento até a execução de uma política pública para que as relações entre sociedade, Estado e Educação sejam para além da concepção de programas de governos ou de políticas estatais. Esta dinâmica de agir coletivamente evidencia sujeitos que saem da inércia ao qual se encontravam, aguardando a ação estatal e se negam permanecer na condição a que estavam predestinados - de subalternos. São sujeitos que se orientam por outra lógica, que não a do colonizador hegemônico, mas que através da experiência da luta política vão ao encontro

de suas conquistas. Observamos esta dinâmica como uma atitude decolonial. Quanto à metodologia, o trabalho caracteriza-se como uma análise documental teórico-discursiva, com base em documentos sobre a história da instituição em tela, bem como de estudos sobre política pública educacional, a ação dos movimentos sociais no Brasil e o decolonialismo. Os primeiros resultados de pesquisa revelam que a escola comunitária é reconhecida na comunidade do entorno pelo ensino de qualidade que desenvolve com as crianças ao longo de 30 anos. Sua existência evidencia a construção de um trabalho coletivo na busca de um espaço político e o empoderamento da comunidade atendida.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Práticas exitosas; Educação infantil; Alfabetização

Resumo 175

O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE NO BRASIL

Blenda Carine D Medeiros

blenda_carine@hotmail.com

João B. Martins

jbmartin@sercomtel.com.br

Universidade Estadual Paulista (UNESP-Assis), Brasil

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), marco no processo de mudança de vigência da doutrina da situação irregular para doutrina da proteção integral no Brasil, traz nova forma de pensar as políticas para infância e adolescência. Na legislação regulamentadora dos serviços de atendimento às crianças e adolescentes, incluindo-se o acolhimento institucional, há princípios direcionadores da garantia de direitos aos mesmos. As “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” elencam os seguintes documentos de caráter normativo, cujos pressupostos pautam os serviços de acolhimento para crianças no Brasil: ECA, Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS), Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS), e Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças. O objeto deste trabalho, recorte de uma pesquisa de doutorado, é a análise destes documentos, todos interligados à doutrina da proteção integral, introduzida no ordenamento jurídico brasileiro pelo artigo 227 da Constituição Federal de 1988. Enquanto o ECA enuncia direitos a serem assegurados às crianças e adolescentes, dentre eles o acolhimento familiar enquanto medida provisória e excepcional, o PNCFC foca na operacionalização do direito à convivência familiar e comunitária, com necessário reordenamento institucional. O PNAS, a NOB-SUAS e a NOB-RH/SUAS enfatizam a necessidade de articulação entre os programas e serviços ofertados pelo SUAS, com uma adequada gestão da assistência social e operacionalização dos serviços em acordo com seus princípios organizativos e éticos, definindo o acolhimento institucional para crianças e adolescentes enquanto um serviço da proteção social especial de alta complexidade. Já as Diretrizes de Cuidados Alternativos à Criança estabelecem orientações desejáveis para implementação de políticas e práticas para proteção e bem-estar das crianças afastadas dos cuidados parentais. Esperamos contribuir, a partir das problematizações realizadas, para o fortalecimento desse sistema de garantias e integração das políticas públicas para crianças e adolescentes, prezando pela prioridade absoluta e de recursos públicos para a proteção desses sujeitos de direitos.

Palavras-chave: Acolhimento institucional; Direitos da criança; Políticas públicas

Resumo 178

UMA ANÁLISE DO RENDIMENTO ESCOLAR DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO CÂMPUS GOIÂNIA DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS (2010-2016) E POSSÍVEIS RELAÇÕES COM A QUESTÃO DE GÊNERO.

Adriana Ferreira

adriana.ferreira@ifg.edu.br

Danielle Pavan
danielle.pavan@ifg.edu.br
Instituto Federal de Goiás, Brasil

Este artigo é parte dos estudos da tese de Doutorado em Educação cursado na Universidade de Santiago de Compostela, na linha de investigação: Teoria da educação, História da educação e Pedagogia social. O tema gênero, atualmente, tem recebido amplo espaço discursivo na mídia, nas políticas públicas voltadas para os direitos humanos e, igualmente, também no espaço escolar, seja pela afirmação ou pela negação. No Brasil, a temática tem sido tratada de forma sensivelmente negativa, ganhando força dos partidos políticos conservadores, sobretudo, naqueles que têm na sua estrutura uma forte fundamentação religiosa, tentando impedir que este diálogo seja feito dentro das escolas, inclusive com a criação de movimentos organizados, como é o caso do “Movimento Escola sem Partido”, onde o gênero é tratado erroneamente como “uma ideologia”. O interesse deste trabalho pela temática se justifica uma vez que tema gênero ainda é uma abordagem pouco explorada nas análises e estudos sobre a educação profissional, em especial no Instituto Federal de Goiás - IFG e que pode se configurar como um fator interveniente velado e ainda obscuro na formação acadêmica com possíveis rastros na evasão escolar. A problemática consistiu em investigar a existência de diferença na proporção de meninos e meninas ingressantes no IFG, no ensino médio integrado a educação profissional, em relação ao número dos egressos e se esta diferença é acentuada em algum dos cursos ofertados. Ademais, buscou-se verificar possíveis elementos de discriminação sofrida durante o processo de ensino que pudesse ter interferido na aprendizagem e na mobilidade acadêmica de alunos de ambos os sexos. A partir das análises realizadas e dos resultados, um dos desdobramentos deste estudo foi o de subsidiar, com elementos construtivos e estratégicos, a ampliação dos debates institucionais e a implementação de políticas educacionais e ações pedagógicas para a melhoria da permanência e êxito dos estudantes e das políticas para a igualdade de gênero no IFG.

Palavras-chave: Educação profissional; Gênero; Permanência e êxito

Resumo 179

PROJETO EDUPLACES - REFLEXÕES A PARTIR DOS CRITÉRIOS DE CONSTITUIÇÃO DO PORTEFÓLIO DE PRÁTICAS SOCIOEDUCATIVAS INCLUSIVAS

Isabel Costa

isacosta@utad.pt

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/CETRAD, Portugal

Armando Loureiro

aloureiro@utad.pt

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/CIIE, Portugal

Rosanna Barros

rosanna@net.sapo.pt

Universidade do Algarve/CIEO, Portugal

Num contexto europeu de esforço coletivo no combate ao insucesso escolar e à exclusão social, Portugal, que até há poucos anos tinha das taxas mais elevadas de abandono escolar, tem vindo a diminuir, e de forma consistente, os números do abandono escolar precoce. Não obstante o sucesso observado, pelo menos no que concerne aos atuais 3 primeiros ciclos do ensino básico, continua a ser necessário compreender melhor os méritos e deméritos das medidas implementadas. O Projeto EDUPLACES-Locais Educadores: Práticas, vozes e percursos de educação inclusiva (PTDC/MHC-CED/3775/2014) pretende compreender melhor práticas socioeducativas inclusivas que são desenhadas para contrariar a espiral negativa do insucesso escolar e que, deste modo, contribuem para concretizar o direito à educação das populações mais vulneráveis. Uma das questões que orientam o projeto é perceber que processos, fatores, racionais e parcerias contribuem para construir práticas socioeducativas inclusivas, ou seja, que contribuem para promover o sucesso escolar, a inclusão e a justiça social. Trata-se de um estudo multi-caso que analisa aspetos de dois programas nacionais - um mais centrado na escola, outro mais centrado no terceiro setor - que foram desenhados para, de modos diferentes, promover o sucesso escolar e a inclusão social. As primeiras duas tarefas deste projeto tinham como principal finalidade identificar e caracterizar práticas socioeducativas inclusivas. Com

base na análise de documentos relativos aos dois programas nacionais em estudo, bem como em entrevistas semiestruturadas a coordenadores locais dos programas, um dos produtos já alcançado do projeto foi um Portfólio de 11 práticas socioeducativas inclusivas. A lista de critérios que orientou a construção deste portfólio foi baseada na revisão de literatura e foi organizada nos seguintes blocos: expectativas positivas e valorização dos intervenientes; reforço de vínculos significativos e de processos democráticos; flexibilidade curricular e organizacional e abertura para saídas profissionais; monitorização/avaliação e práticas consolidadas. Esta apresentação fará uma reflexão sobre até que ponto as práticas que integram o portfólio vão ao encontro dos critérios previamente encontrados na literatura relevante sobre práticas socioeducativas inclusivas (focando-se em 4 das 11 práticas).

Palavras-chave: Práticas socioeducativas inclusivas; Desafetação escolar; Abandono escolar

Resumo 180

ENTRE (CRIAÇÃO E O SILENCIAMENTO: IMPLICAÇÕES PARA AS PRÁTICAS CURRICULARES PROVOCADAS PELA INSTITUIÇÃO DE UMA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Maria Clara Camões

m_cscamoes@hotmail.com

Universidade Estadual Rio de Janeiro / Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

Maria Julia Carvalho de Melo

melo.mariajulia@gmail.com

Universidade Federal de Pernambuco / Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

Este artigo se insere nas recentes discussões acerca do processo de implementação de uma Base Nacional Curricular Comum (BNCC) no Brasil, a qual intenciona equalizar conhecimentos, conteúdos e culturas, partindo de um discurso de efetivação de objetivos contínuos a serem alcançados pelos professores e alunos. Dessa maneira, objetivamos discutir o impacto da BNCC para o processo de criação e recriação das práticas curriculares desenvolvidas nas escolas. Diante disso, essa proposta de trabalho assume a idéia de currículo como prática discursiva que se produz histórica e contingencialmente a partir de disputas e negociações entre diferentes demandas que intencionam fixar sentidos de currículo (LOPES, 2014; FRANGELLA, 2016). Logo pesquisar as práticas curriculares possibilita a observação desses espaços de conflitos e disputas. Estas práticas que podem ser encontradas nos saberes e fazeres daqueles que praticam o currículo, são vistas neste artigo enquanto lugar de criação e superam o sentido de aplicação de currículo prescrito. Essa perspectiva se baseia na Teoria do Discurso (TD) (LACLAU; MOUFFE, 2000) que se configura como nosso caminho teórico metodológico e nesse sentido, ao operar com a TD, a compreendemos como potente aporte teórico que viabiliza pensar as políticas e as práticas como disputas discursivas. Diante disso, no presente artigo evidenciamos que a tentativa de produzir consensos em torno de uma política nacional intenciona silenciar as dimensões da cultura para além da relação com o conhecimento e, por essa razão, questionamos sobre os conhecimentos que são definidos como “necessários” para assegurar uma formação Nacional e Comum. Assim, a partir dessas articulações percebemos a BNCC como tentativa de silenciar as práticas curriculares construídas nas escolas, bem como das práticas criadas e recriadas pelos professores e alunos. Problematicamos, então, que a promoção de currículos centralizados em nível nacional, indica um caminho de empobrecimento da autonomia e criatividade nos contextos educativos. Desta forma argumentamos que qualquer normatização, é por si só falha.

Palavras-chave: BNCC; Práticas Curriculares; Teoria do Discurso

Resumo 181

“QUANDO EU ESTOU JOGANDO VIDEOGAME E MINHA MÃE MANDA EU BRINCAR, EU TENHO QUE IR”: RELAÇÕES INTER E INTRAGERACIONAIS ENTRE RISCOS E MITOS

Carla Loureiro

carlacrisloureiro@gmail.com

Colégio de Aplicação da UFSC, Brasil

Considerando que o contexto social das crianças de hoje tem uma configuração bem diversa daquela vivida por seus pais e que a urbanização trouxe como consequência a perda de seu espaço de brincar, a escola aparece como uma instituição importante para que as brincadeiras aconteçam. Nesse sentido, acompanhar as crianças interagindo com videogames em um ambiente organizado para o brincar, em uma escola, pode trazer novas lentes para a pesquisa das culturas da infância. As reflexões aqui apresentadas são parte da tese de doutoramento que investigou o brincar com videogame numa brinquedoteca escolar identificando e problematizando as relações tecidas entre crianças e outros atores, buscando, por meio das “vozes” das crianças, compreender como essa forma contemporânea de brincar tem influenciado na construção das culturas infantis. A pesquisa fundamentou-se nos pressupostos dos estudos da criança, especialmente nos estudos que vêm sendo feitos nesse campo sobre as culturas da infância e a cultura lúdica. Durante toda a pesquisa, as crianças destacaram os limites impostos por seus pais acerca da relação delas com os videogames: controlar tempo de jogo, selecionar jogos adequados e de certa forma opor com frequência o brincar (valorizado e incentivado) e o jogar videogame (desvalorizado e altamente controlado). Com essas ações e discursos, os pais definem as brincadeiras por eles referendadas e, por isso, consideradas “apropriadas” às crianças. Também foi possível perceber que as crianças compreendem o conteúdo controverso de alguns jogos, além de associar essa experiência e consequências negativas no futuro. Esses julgamentos críticos vistos por meio das interações das crianças com seus pares refletem também a forma como as elas acomodam as perspectivas dos adultos (incluindo as mídias) sobre os videogames, mesmo que não sendo exatamente a forma como as crianças veem e vivem suas brincadeiras. Além disso, com base no entendimento de que a brincadeira decorre de um processo de aprendizagem, as falas das crianças sobre como seus pais têm lidado com essa nova forma de brincar apontam para a forma diversa que adultos e crianças estabelecem relações e têm referenciais culturais diferentes para interpretar os brinquedos e as brincadeiras.

Palavras-chave: Criança; Videogame; Infância; culturas da infância

Resumo 183

JOGOS DE PODERES JUVENIS NUMA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES EM ANGOLA

Leda Gonçalves

risandraleda@gmail.com

University of Minho, Angola

A nossa comunicação, enquadra-se no âmbito do doutoramento que estamos a realizar, e tem como estudo a análise e reflexão das dinâmicas micro- políticas num estudo de caso numa escola e na sua associação de estudantes Angolana. Em Angola, poucos estudos foram realizados em prol do associativismo juvenil. No entanto, é necessário conferir importância à participação estudantil e à educação para a democracia e conhecer a intervenção das associações de estudantes na representação e defesa dos interesses dos alunos e na gestão democrática das escolas. O objetivo principal da comunicação resume-se em: i) compreender o plano das orientações para a ação e a ação da Associação de Estudantes da escola Ómega; ii) analisar a participação dos estudantes, e iii) compreender as relações micro- políticas existentes na associação dos estudantes. A metodologia que privilegiamos para esta investigação é a análise documental, observação não participante, conversas informais e entrevistas exploratórias. Quanto aos resultados preliminares obtidos, os dados da investigação direcionam-se no sentido em que a associação de estudantes, apesar de se encontrar inscrita no organograma da Escola, não detém um organograma próprio e, por isso, assenta em relações entre os seus membros pautadas por uma certa informalidade mas que ao mesmo tempo funciona como uma anarquia organizada onde os seus membros reconhecem os seus papéis e funções. No entanto, esta forma organizacional leva também à mobilização de diversos jogos de poder por parte dos estudantes mas também de alguns professores, nomeadamente dos professores que pertencem aos órgãos de gestão da Escola. Nos dados da observação, entrevistas exploratórias e conversas informais, apontam para um poder de influência muito grande por parte destes professores, que aproveitam algumas zonas de incerteza (Crozier & Friedberg, 1977) da Associação de estudantes para liderarem o processo de tomada de decisões dos estudantes. Por um lado, os estudantes da Associação consideram, nos seus discursos, os professores como “conselheiros”. No entanto, por outro lado, observamos que o papel destes professores vai muito mais além do que o mero conselho e representam atores centrais do processo decisório da própria Associação de Estudantes, secundarizando os poderes formais dos estudantes da Associação.

Palavras-chave: Juventude; Escola; Associativismo

Resumo 184

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL INDÍGENA E A APLICABILIDADE DA LEI Nº 11.645 DE 2008

Maristela Bortolon de Matos

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima, Brasil

Eduardo Lima Santos

eduardolimasantos@gmail.com

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins, Portugal

Esse texto tem como tema a formação de professores e a Lei 11.645 de 2008, em uma escola de educação infantil indígena. O problema de pesquisa levantado foi: existe aplicabilidade da Lei nº 11.645 de 2008 na Escola Municipal Indígena Vovó Tarcila e qual a influência da formação de professores nela? Quando levamos em consideração a Lei nº 11.645 que inclui a obrigatoriedade no currículo oficial das escolas sobre a temática de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e verificamos as mudanças que ocorreram até a presente data, é que percebemos que apesar dela estar em vigor desde 2008 ainda não atende a todos os segmentos, apesar de diversas ações para que ela fosse implementada, não chegando de forma efetiva até ao aluno. A escola pesquisada está localizada na Comunidade Indígena Guariba, no município do Amajari, no Estado de Roraima. Foi realizada uma pesquisa etnográfica sendo observado o conhecimento e aplicabilidade da referida lei, levando em consideração a formação dos envolvidos com as crianças da escola e posteriormente uma discussão entre os autores. No decorrer da pesquisa foi possível perceber como a Lei nº 11.645 e as outras leis são discutidas, consideradas e aplicadas dentro da escola. O texto inicia abordando a legislação, seguida de um pequeno texto referente à Formação de Professores. Por ser uma escola indígena a próxima abordagem expõe sobre a questão cultural, pois é ela que permeia todas as ações que ocorre na escola. E sendo uma escola de Educação Infantil e indígena a influência e participação dos pais é bastante efetiva, assim como de toda a comunidade indígena. No que se refere à Educação Infantil será relatado a pesquisa propriamente dita.

Palavras-chave: Legislação; Formação de Professores; Cultura; Educação Infantil

Resumo 185

A CRIANÇA COMO PRODUTORA DE CULTURA: TRILHANDO CAMINHOS DE PESQUISA NO COTIDIANO DE UMA CRECHE UNIVERSITÁRIA

Marilete Calegari Cardoso

calegari Cardoso@uesb@hotmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Brasil

Ana Lúcia Santos Souza

ubatense@yahoo.com.br

Maria Vitória da Silva

mariavitoria_s@hotmail.com

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil

Contemporaneamente, muitas são as discussões que tratam da necessidade de garantia dos direitos infantis, pautada em uma concepção histórico-cultural, que concebe a criança como sujeito protagonista, produtor e recriador de cultura. No entanto, poucos são os avanços no campo de materialização dessas premissas, no contexto do ensino brasileiro, ainda, fortemente influenciado pela concepção adultocêntrica de educação infantil, em que a criança é concebida como um vir-á-ser ou como um ser destituído de desejos, pensamento e visão sobre a realidade social. Ante tal constatação, é preciso colocar a criança na centralidade dos processos de educação nas instituições de educação infantil, bem como nos processos de investigação das práticas pedagógicas propostas a elas. Partindo dessa necessidade, as reflexões a que este artigo convida têm origem na pesquisa intitulada: "Imagens e Narrativas do

Centro de Convivência Infantil Casinha do Sol: fotografando o movimento de construção da mediação pedagógica de educadoras de crianças pequenas". Interessa a este trabalho, como um dos recortes da referida pesquisa, investigar o lugar ocupado pela criança no Centro de Convivência Infantil Casinha do Sol, levando em consideração as especificidades das crianças de 0 a 4 anos, suas demandas, experiências e produção cultural, a partir de um ambiente produzido para/e com elas, garantindo a mediação pedagógica, cultural e social estabelecida pela relação crianças-crianças, criança-adulto e criança-espço, que representações fazem e o que podemos acrescentar ao debate sobre a ênfase na escuta de crianças. A metodologia utilizada, a partir dos princípios da pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, vale-se de registros fotográficos e entrevistas realizadas com 17 crianças, entre três e quatro anos de idade. A análise dos dados produzidos baseia-se na teoria da sociologia da infância, a partir da compreensão da criança como sujeito e produtor da cultura. Os resultados da pesquisa apontam que as crianças desenvolvem percepções imiscuidas de sentidos quanto aos espaços e práticas de educação, cuidado e brincadeiras. As vozes das crianças expressam, ainda, o desejo de que a creche seja um lugar de brincadeira, arte, movimento e liberdade.

Palavras-chave: Infância; Cultura Lúdica; Protagonismo infantil

Resumo 186

DA INSERÇÃO À INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NA ITÁLIA. PRESSUPOSTOS E CONSEQUÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO ESCOLAR ITALIANA SOBRE INTEGRAÇÃO

[From "integration" to "inclusion" of students with disabilities in Italy. Assumptions and consequences of the school legislation on integration]

Vincenzo Lorubbio

lorubbio.vincenzo@gmail.com

Euro American Center on Constitutional Politics - University of Salento, Italy

Francesco Magni

francesco.magni@unibg.it

Academy for Teaching and Learning - University of Bergamo, Italy

A legislação escolar italiana passou por pelo menos três fases históricas diferentes, em relação à consideração de alunos com deficiência. Depois de uma primeira fase de exclusão desta classe de pessoas das escolas públicas italianas, tem-se assistido a primeira fase da chamada inclusão das pessoas com deficiência com a Lei 517/77, que aboliu as classes diferenciadas e apresentou a figura do professor de suporte. A segunda fase, conhecida como a fase de integração, alcançada graças à introdução da Lei 104/92, baseada no princípio da "normalidade especial" e por uma série de leis sucessivas orientadas na personalização de "planos de estudo". A última fase, no entanto, ainda em andamento, está sendo realizada graças à introdução de normas sobre as Necessidades Educacionais Especiais e sobre as Dificuldades Específicas de Aprendizagem inteiramente centradas na valorização do contexto como um lugar privilegiado de aprendizagem e inclusão. No entanto, diante de uma legislação abrangente e detalhada e em certos aspectos de vanguarda, ainda existe alguma distância entre a figura normativa e sua execução prática. No entanto, em comparação com o passado, está emergindo cada vez mais, a inevitabilidade dessa temática no contexto interno escolar italiano, uma vez que novos e interessantes desafios tornam obrigatório assumir a deficiência do sistema escolar como um todo, e conseqüentemente do legislador: a referência é principalmente para a realidade histórica e contingente (crianças migrantes), mas também para realidades situacionais (crianças adotadas e / ou estrangeira) e realidades comportamentais (bullying e distúrbios de comportamento em geral), em relação às quais a lei pode e deve desempenhar um papel valioso na tentativa de fornecer uma resposta orgânica a tantas questões diferentes, mas compartilhada pela mesma e crescente demanda educacional.

Palavras-chave: Direitos da infância e adolescência; Legislação escolar; Integração de pessoas com deficiência

Resumo 189

REVISÃO SISTEMÁTICA: DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA NAS PRÁTICAS DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Flávia Gontijo

Gabriela Correia de Castro
flavia.lamounier@ua.pt
University of Aveiro, Portugal

As indicações em utilizar registros por parte de educadores em suas práticas pedagógicas com as crianças não são recentes, encontramos, inclusive, nas produções de Celestin Freinet (1976) e Madalena Freire (1996) a valorização da escrita do professor sobre sua experiência como possibilidade de reflexão a respeito de sua própria prática. No Brasil e em Portugal, observa-se nos normativos oficiais para a educação de infância a indicação de utilizar os registros como forma de acompanhar e avaliar as crianças e as práticas pedagógicas. Nesse contexto, a prática de documentação pedagógica (DP), como processo envolvendo diferentes tipos de registros, assume um importante papel ao longo do processo educativo pois se torna forte ferramenta na ação cotidiana dos professores, uma vez que materializa as experiências das crianças e práticas pedagógicas no espaço da Educação Infantil (EI) constituindo-se como instrumento de memória e reflexão, envolvendo dimensões avaliativas e comunicativas. Dentre as diversas possibilidades de pesquisa, ressalta-se o planejamento e a avaliação como processos inerentes ao desenvolvimento de DP. Na intenção de entender as produções realizadas nos últimos 5 anos, encontram-se 108 publicações no banco de dados da WoS e 146 na Scopus (pesquisa iniciada em 25 de outubro de 2017, a partir do termo: Pedagogical Documentation). O propósito deste trabalho é apresentar uma revisão sistemática dessas produções a fim de identificar conceitos, comparar análises e levantar o que a literatura tem informado sobre o tema. Este estudo faz parte do Projeto de Tese de Doutorado (aprovado) junto à Universidade de Aveiro, sob a orientação da Professora Dra. Gabriela Portugal. Para tal objetivo, serão considerados como descritores: pedagogical documentation; children; planning; assessment. Ao final, espera-se contribuir com pesquisadores e profissionais que atuam na EI apresentando uma síntese das produções sobre DP disponíveis nos bancos de dados escolhidos.

Palavras-chave: Documentação Pedagógica; Educação Infantil; Criança.

Resumo 191

O PROTAGONISMO INFANTOJUVENIL E SUAS COMPETÊNCIAS EMPREENDEDORAS COMO INICIATIVAS EDUCATIVAS E PROFISSIONAIS EM UMA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ÉTICA

Marisa Batista

marisa.investigadora@yahoo.com

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - CEIED Lisboa, Portugal

Parte-se do pressuposto, de que os alunos possam agir como sujeitos de suas aprendizagens. Mas essas aprendizagens, representadas no Projeto Educativo da instituição escolar deve de facto, envolver diretores, professores e a comunidade. Salienta Liberato (2005) que ousadia e proatividade é o que faz a diferença. Castro (2006) enfatiza que a escola precisa oferecer espaços à criatividade e imaginação já que são elas os fundamentos basilares à formação plena do Homem. O protagonismo infantojuvenil capaz de trabalhar com ideias sustentáveis desenvolve competências e habilidades empreendedoras nos alunos, e essas rompem com velhos paradigmas do ensino cartesiano e são capazes de inovar a organização escolar. Compreende-se que o termo empreendedorismo começou a ser utilizado por académicos das áreas económicas e de gestão (Pereira, & Santos, 1995), mas hoje o termo e a ação são fundamentais nas organizações sociais que buscam a sensibilização e a participação efetiva de todos. A AES-McK (2001) contextualiza os aspetos sociais que fortalecem à essência humana com o empreendedorismo, dentre elas a confiança pessoal, a autonomia, a inventividade e a paixão naquilo que se faz. Percebe-se que muitos profissionais da educação, ao planearem e executarem um projeto empreendedor na Escola, empenham-se em encontrar alunos que tenham características intrínsecas às personalidades que se identificam com a vontade de criar, mas alerta Sarkar (2010) que as competências para o empreendedorismo podem ser ensinadas, fazendo com que todos sejam capazes de contribuir. Se a escola é o lugar de partilhar ideias, desejos e conhecimentos e esses, somados ao entendimento da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (1998) que aconselha ser um dos quatro pilares da educação Aprender a Fazer, enquadra-se neste perfil o empreendedorismo infantojuvenil, fundamento à construção plena da cidadania e da sabedoria. Destaca-se a importância, nos estudos realizados e das praxis observadas, que os agrupamentos escolares fomentem atividades para proporcionarem a responsabilidade, o comprometimento e o envolvimento de todos nos seus projetos educativos, de forma participada, assumindo riscos

com alunos e encarregados da educação, protagonistas nesta ação, concorrendo à mudança e inovação organizacional, trazendo à tona os padrões éticos de mediação, autonomia e responsabilidade coletiva.

Palavras-chave: Criatividade; Autonomia; Participação; Empreendedorismo; Organização Escolar

Resumo 193

PROJETO “SACUDINDO A MEMÓRIA”: CONSTRUINDO EXPERIÊNCIAS SIGNIFICATIVAS DE APRENDIZAGEM ATRAVÉS DE ENCONTROS INTERGERACIONAIS ENTRE JOVENS E IDOSOS

Katia Maria Pacheco Saraiva

katiasaraiva2011@gmail.com

Jacqueline Moreira

jackdrawin@yahoo.com.br

PUC-MINAS, Brasil

A educação é um processo contínuo de mudança vivido pelo ser humano ao longo de toda a sua vida. Relembrar esse princípio é reafirmar que existem diversas possibilidades de aprendizagem, em diversos tempos, nas diversas idades, em diversos lugares e em diversos contextos. A ação educativa enquanto um ato dialógico e vivencial é que se pretende focar com este trabalho e encontra raízes na proposta de educação para o século XXI da UNESCO intitulado “Relatório Jacques Delors”, que propõe quatro pilares da educação ou quatro formas de aprendizagem as quais as políticas educacionais devem basear-se: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. A partir desse paradigma surgiu a proposta de um projeto de pesquisa e extensão universitária na cidade de Poços de Caldas no Brasil, denominado: Projeto Intergeracional “Sacudindo a Memória”: recontando histórias, resignificando memórias e aproximando gerações, cujo caráter é eminentemente intergeracional, educativo, social, interdisciplinar e cultural, surgiu da necessidade de se criar uma estratégia de aproximação e troca entre gerações, entre idosos da comunidade local e estudantes dos cursos de graduação em Psicologia, Publicidade e Propaganda e Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas-Brasil. O projeto tem como objetivos: a) promover uma maior sensibilização, conscientização e a desconstrução de estereótipos e a compreensão mais significativa do processo de envelhecimento para os jovens; b) propiciar ações educativas gerativas (desenvolver competências) e produzir reflexões acadêmicas (desenvolver habilidades) destinadas a compreender a função social do idoso enquanto guardião da memória de uma cultura. Trata-se de uma intervenção psicossocial de base Freiriana e para coleta de dados utilizou-se a triangulação de dados e métodos: observação participante, o método de história de vida, diários de campo, entrevistas semi-estururadas e registros fotográficos dos encontros. O projeto promoveu uma aprendizagem diferenciada, significativa e produziu uma ação transformadora não só na comunidade de destino- idosos, mas nos jovens estudantes brasileiros. Portanto, pode-se dizer que o valor de projetos como esse está em criar uma estratégia de aproximação geracional promovendo aprendizagem de “viver com o outro” e a possibilidade de refletir, desmistificar estereótipos e exercitar valores como cidadania e solidariedade.

Palavras-chave: diálogos intergeracionais; aprendizagem significativa; jovens; idosos

Resumo 194

LEGISLAÇÃO E CURRÍCULO: UM OLHAR MONOCULTURAL OU INTERCULTURAL SOBRE AS PRÁTICAS ESCOLARES?

Rosane Santos

rosanebarretori@yahoo.com.br

Paulo Queiroz

ppqueiroz@yahoo.com.br

Universidade Federal Fluminense - UFF - Rio de Janeiro, Brasil

O presente estudo pretende analisar os diferentes aspectos culturais que envolvem o currículo desenvolvido pela escola, baseando-se em legislações que respaldam o trabalho técnico-pedagógico dos atores envolvidos no processo

de ensino-aprendizagem e as vivências de docentes e discentes no espaço escolar. Parte-se da premissa de que o currículo pode servir tanto para a manutenção do *status quo* quanto a sua contestação. Por um lado, este objeto pode consolidar nas rotinas escolares o pensamento da classe dominante em seu discurso monocultural padronizador e excludente. Por outro lado, pode fomentar, através de práticas educacionais interculturais, conteúdos que proporcionem diálogos críticos sobre a igualdade e as diferenças. Em face ao exposto, problematizamos duas vertentes: o currículo na/da escola e as leis que respaldam as divergências e convergências em assumir a interculturalidade presente no âmbito escolar. Utilizaram-se como referenciais teóricos trabalhos de Antonio Flávio Moreira, Jean Claude Forquin, Boaventura de Sousa Santos e Vera Maria Candau. Sob a metodologia de revisão bibliográfica, a análise permitiu identificar que a letra da lei preza por uma prática intercultural na escola, contudo, essa teoria acaba não se efetivando concretamente. O olhar do currículo sobre a clientela escolar ainda tende a ser monocultural, homogeneizando saberes e dessa forma desrespeitando as subjetivações dos atores envolvidos, com propostas pedagógicas abstratas e desinteressantes. O cenário mostra-nos o quanto é urgente admitirmos a educação intercultural, colocando em prática seus pressupostos, reconhecendo as identidades dos indivíduos e sua indelével importância no processo educativo, traduzindo-se concretamente as leis acerca dos direitos de igualdade e diferença. Dessa forma, podemos concluir que o currículo na/da escola se configura como fio condutor de uma educação emancipatória e intercultural ou conservadora dos indivíduos, dependendo da direção ética e política que norteia a escola básica em seu cotidiano sobre as culturas. Nesse sentido, cremos que a interculturalidade seja uma rota desejável a seguir, capaz de reconfigurar os currículos escolares como campos propícios ao diálogo crítico entre sujeitos, ideias e experiências, ao empoderamento de indivíduos e grupos identitários e a sempre reconhecer, respeitar e valorizar as diferenças culturais.

Palavras-chave: Educação; Identidade; Interculturalidade; Leis; Monoculturalismo

Resumo 195

EU ENSINO... POR QUE ELES NÃO APRENDEM? LIMITES E POSSIBILIDADES DO PROCESSO ENSINAR/APRENDER COM JOVENS ESTUDANTES SURDOS

Marise Gomes

marisepg56@gmail.com

PUC-Rio / INES, Brasil

O presente trabalho apresenta um debate sobre o desafio que nós, professores e professoras, vivenciamos no cotidiano escolar - o processo ensinar/aprender. Essas reflexões emergem das práticas pedagógicas com jovens estudantes surdos do Ensino Fundamental II e Médio, do Colégio de Aplicação do Instituto Nacional de Educação de Surdos, situado na cidade do Rio de Janeiro - Brasil. Como esse processo se constitui em nossas salas de aula? Como o estudante surdo constrói conhecimentos formais? Por que nós professores convivemos sempre com histórias de insucesso escolar e culpamos nossos estudantes? Sem dúvida, nós, professores ouvintes e estudantes surdos, estamos diante dessa grande provocação: como ensinar? Como aprender? Nesse artigo, recorre-se a referenciais teóricos relacionados à surdez, ciência da cognição e a reflexões sobre modos de ensinar e aprender, tendo como alguns dos interlocutores Skliar (1998), Damásio (2005) e Vygotsky (1993).

Palavras-chave: surdez; processo ensinar/aprender; ciência da cognição

Resumo 196

MINIGOLFE PARA CEGOS – DESENHAR PARA QUEM NÃO VÊ - UM PROJETO COM VISÃO

Luísa Orvalho

luisa.orvalho@gmail.com

UCP - Centro de Estudos de Desenvolvimento Humano; Portugal

Maria da Glória Leite

f162@aeje.pt

Agrupamento de Escolas José Estevão, Portugal

Pretende-se com esta narrativa partilhar uma experiência inovadora e inclusiva, protagonizada pelos jovens finalistas dos cursos profissionais da Escola Secundária José Estevão, em Aveiro. Postos perante uma atividade lúdica de prática de minigolfe, os alunos do 3º ano do curso profissional de Design Industrial decidiram avançar para a criação de equipamento adaptado para a prática desta modalidade, mas para cegos, uma vez que a mesma não existia. O apoio e incentivo do empresário da área, impeliram os alunos a trabalharem, como os seus professores, para levarem a cabo o projeto da primeira Prova de Aptidão Profissional (PAP) Pública Coletiva Intercursos. Intercursos, porque para dar resposta a tão arrojado desafio foi preciso envolver no projeto outros alunos do 3º ano dos cursos de Química Industrial, Apoio à Gestão Desportiva, e ainda do 2º ano do curso de Fotografia. O trabalho conjunto foi assumido com orgulho por todos, não só para valorização do Ensino Profissional, mas para concretização dos seus projetos de vida, resultante da abordagem articulada e diferenciada do currículo, tendo culminado numa apresentação pública inovadora. Este PAP permitiu o desenvolvimento de competências, atitudes e saberes e a sua divulgação foi feita ao nível nacional e internacional. Ainda na fase de desenvolvimento a apresentação pública em Évora, nos Encontros AR RISCAR VI, promovidos pela Universidade Católica Portuguesa - Católica Porto, na forma de poster científico, e a candidatura ao Concurso da Fundação Ilídio de Pinho, mereceu distinção com uma Menção Honrosa, reconheceram o esforço desenvolvido e o trabalho meritório. O PERFIL do aluno no final da escolaridade obrigatória é o referente comum que, com base nos princípios orientadores, valores e áreas de competências devem pautar toda a ação educativa e configurar as mudanças intencionadas e fundamentais para produzir os impactos no aluno, em relação ao modelo de pessoa que queremos educar. As mudanças deverão partir, simultaneamente, das escolas e do poder público e serem desejadas pela comunidade escolar e educativa. Só pessoas comprometidas podem levar por diante a Mudança. Porque nos focamos na mudança e nos seus impactos sobre o aluno que nos propomos relatar o que fizemos de forma distintiva.

Palavras-chave: Investigar para Aprender; Projeto de Aptidão Profissional; Ensino Profissional; Inovação e Criatividade

Resumo 199

SENTIDOS E SIGNIFICADOS DAS PRÁTICAS CULTURAIS DAS CRIANÇAS RIBEIRINHAS DA AMAZÔNIA MARAJOARA – PARÁ – BRASIL

Simeia Santos Andrade

simeiaandrade@uol.com.br

Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil

Magali Dos Reis

magali_reis@pucminas.br

Puc Minas, Brasil

O estudo que ora apresentamos se constituiu numa investigação acerca das infâncias da Amazônia, com destaque para a infância e as crianças ribeirinhas e suas práticas culturais. A pesquisa se deu no distrito Vila do Piriá, no município de Curalinho, estado do Pará, Amazônia Marajoara - Brasil. O referencial teórico-metodológico centrou-se nos Estudos Sociais da Infância, em diálogo principalmente com a Sociologia da Infância, mas também com aporte na Geografia da Infância, Antropologia da Criança e na História da Infância. Nosso percurso investigativo teve como objetivo analisar os sentidos e significados das práticas culturais no cotidiano das crianças ribeirinhas da Vila do Piriá – Curalinho/PA. A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa baseada numa etnografia com crianças. Nossa opção por esta metodologia se deu em virtude de ela responder com maior efeito às nossas expectativas no sentido de ouvir a voz das crianças e trazê-las para outro patamar – o de atores sociais que (re)constróem suas histórias, inseridos numa dada cultura e que influenciam e são influenciados por ela. Nossos interlocutores foram 25 (vinte e cinco) crianças, na faixa etária de 5 a 11 anos. Um estudo com e sobre crianças e sua infância, no qual elas são interlocutoras, não se restringe somente às crianças, mas alcança a unidade doméstica (pais, irmãos, avós, tios, vizinhos, padrinhos, amigos, parceiras, professores e outras pessoas da comunidade), por entendermos que as crianças não estão sós no mundo, mas rodeadas pelos adultos e suas culturas; no caso das comunidades ribeirinhas da Amazônia Marajoara, há entre crianças e adultos uma ligação tão estreita que não se pode analisar somente uma e deixar a outra numa posição secundária e vice-versa. As conclusões deste estudo possibilitaram a análise da identidade, da cultura, do cotidiano, do tempo de ser criança em condições objetivas. Mostram que as crianças ribeirinhas detêm saberes que norteiam suas práticas culturais e sociais cotidianas, embora

convivam com uma realidade nem sempre favorável ao seu pleno desenvolvimento, em virtude da precariedade social, econômica e política a que estão submetidas.

Palavras-chave: Práticas culturais; Crianças ribeirinhas; Amazônia Marajoara

Resumo 200

AS CONDIÇÕES QUE FAVORECEM A INTERACÇÃO SOCIAL EM CONTEXTOS ESCOLARES. UM ESTUDO FEITO EM DEZ ESCOLAS PRIMÁRIAS ANGOLANAS

Manuel Pedro

manueldacruz59@hotmail.com

Angola, Universidade do Minho

A escola, no quadro das suas responsabilidades, além do ato de educar e ensinar, deve também constituir-se num espaço onde os alunos(as), professores(as) e outros membros que fazem parte dela, possam desenvolver capacidades, aptidões e consciência para a convivência em sociedade. Para isso, é necessário que os responsáveis pela concepção e execução de políticas educativas para este nível de escolaridade, identifiquem as características mais específicas dos alunos e o perfil que devem possuir após a sua conclusão. A escola existe, porque existem alunos e professores e, por sua vez, o professor existe porque existem alunos. Isso torna imperioso que entre estes componentes (professor-aluno) existam boas relações, que por questões hierárquicas, devem ser protagonizadas pelo professor, não pelo facto de ser adulto ou mais experiente; mas pelo seu papel de mediador do processo que o obriga a estabelecer uma relação pessoal com o aluno. Vivemos hoje numa sociedade complexa e diversificada. A escola enquanto parte integrante dessa sociedade e instituição que acolhe todos e todas, independentemente da condição de cada um (género, condição económica e cultural), deve flexibilizar os elementos que a orientam de modo a atender as particularidades de cada um. Ou seja, a educação escolar para esse contexto, pressupõe abertura onde todos aprendem, apesar das dificuldades de cada, centrando o ato educativo na diferenciação curricular inclusiva construído em função dos contextos de pertença para dar resposta à diversidade (Roldão, 2005). Neste particular, para o desenvolvimento pessoal, adaptação ao próximo, intercâmbio com outros e a compreensão do mundo exterior (Gaston & Vial, 1978); são indispensáveis para além da relação pedagógica em sala de aulas, as infraestruturas nos espaços escolares que permitam o reforço da convivialidade/interacção de modo a contribuir para educação e aprendizagem dos alunos. Neste estudo, foram utilizados o inquérito por questionário dirigidos aos alunos e professores e a técnica de observação, que permitiram constatar a sua organização e funcionamento e apurar dos inquiridos as informações sobre suas escolas, o que têm e o que gostariam que tivessem, para a melhoria do ensino/aprendizagem e da convivência/interacção entre si.

Palavras-chave: Escola; relação pedagógica; infraestruturas escolares

Resumo 201

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: REFLEXÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO DE BEBÉS

Graziele Gonçalves Fulber

grazielefulber@gmail.com

University of Minho, Portugal

Marcio da Costa Berbat

marcioberbat@yahoo.com.br

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Brasil

O presente artigo tem por objectivo apresentar algumas reflexões a respeito da educação de bebês no contexto de uma sala de berçário a partir do conhecimento sobre o processo contínuo de formação pedagógica dos profissionais que atuam nos ambientes escolares de 0 a 3 anos, tomando como base uma pesquisa realizada em uma creche localizada em Braga/Portugal. Trata-se de um estudo de caso, com referenciais nos estudos da formação dos professores para a educação infantil em Portugal (Oliveira-Formosinho, 2008) no qual acompanhamos o cotidiano de

um berçário durante dois meses, utilizando como recursos metodológicos, entrevistas informais com os profissionais da creche, anotações em diário de campo e registros fotográficos. Partindo da análise dos registros das práticas vivenciadas neste berçário, pudemos perceber que o trabalho pedagógico está marcado pelas ações do cuidar, presente nas relações entre as professoras e os bebês, que muitas vezes não são percebidas pelas próprias professoras dentro da rotina diária, mas que são determinantes na caracterização desta profissão “professor de educação de bebês”. Estas ações na creche estão imbuídas de uma compreensão humana (Morin, 2015) que implica na percepção de cada bebê, tendo como cenário o papel da educação, da família e das docentes para humanização do cuidado com os bebês. Diante dos desafios atuais de uma mudança na política de formação para a infância em Portugal, percebe-se que a concepção pedagógica dos professores está baseada numa rotina de reprodução de trabalho, voltada apenas para as necessidades básicas do bebê, pouco explorando a potência que as emoções e expressões do corpo, alma e espírito contribuem no desenvolvimento integral dos bebês. Entende-se a partir da pesquisa, que a formação do professor de educação infantil com bebês deve compreender as infâncias na sua dimensão cultural, política e com os ambientes naturais e seus pares.

Palavras-chave: educação de bebês; educação infantil; formação de professores

Resumo 202

RELATO DA MOBILIDADE ESTUDANTIL NO CURSO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO NA UNIVERSIDADE DO PORTO

Nathalia Inácio De Souza

nathaliainaciodesouza96@gmail.com

Marcio da Costa Berbat

marcioberbat@yahoo.com.br

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Este relato de intercâmbio ou mobilidade estudantil é uma oportunidade única no âmbito acadêmico e profissional, com objetivo especial de nos permitir conhecer uma realidade que está fora do nosso cotidiano, mergulhando no conhecimento de outras culturas, e como outras pessoas realizam a mesma prática que estudamos e vivemos o cotidiano da vida. Mas o crescimento não para por aí. Viver em outro país permite-nos experimentar a vida em uma outra dimensão, encontrar saberes para além dos livros e das teses, conhecer pessoas, descobrir sobre outros e também sobre nós mesmos. Saudade, medo, dúvidas e incertezas são sentimentos que certamente nos encontramos nessa jornada. Mas, em resposta a eles, cresce a coragem, a responsabilidade, a autonomia e a segurança que somente a saída da zona de conforto pode proporcionar. No retorno, o mundo já está sendo visto através dos olhos de uma pessoa diferente da que partiu. Embora não se saiba definir exatamente o momento em que a mudança aconteceu, facilmente encontramos tudo o que há de novo. De cada pessoa que cruza o nosso caminho, de todos os professores, de cada cidade, dos hábitos e costumes daquela cultura, fica um pouco em nós. Certamente voltamos com muito mais do que fomos, não só nas malas, mas, principalmente no coração. Em síntese, apresentamos no texto narrativas formativas da convivência no Porto como um lugar onde se pode viver tranquilamente, conhecer a cidade com calma, de múltiplas culturas com estudantes e professores e em cada esquina descobrir uma nova razão para se encantar. A beleza mora em cada parte, a cultura nos acolhe e nos faz sentir em casa. Ao retornar, uma parte do nosso coração inevitavelmente fica por lá. É quase impossível viver a experiência do intercâmbio sem diretamente associá-la ao carinho e amor que a cidade do Porto nos desperta. Porque o Porto não é um lugar, é um sentimento, influenciando a nossa formação pedagógica e humana da licenciatura em pedagogia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Mobilidade Estudantil; Narrativas Formativas; Cultura

Resumo 204

LITERATURA E INFÂNCIA: DISCUSSÕES PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES

Lilane Maria de Moura Chagas

lilanemoura@gmail.com

A presente comunicação que tem como tema central Literatura, Infância e formação de leitores, especificamente, a formação leitora de crianças pequenas, objetiva apresentar o resultado dos estudos e da pesquisa no período do Estágio Pós Doutoral desenvolvido no Instituto de Educação da Universidade do Minho (Braga, Portugal), ligado ao Departamento de Estudos Integrados de Literacia, Didáctica e Supervisão e ao Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC). Problematisa-se o carácter instrumental do uso da literatura na escola, contrapondo-o à ideia da literatura como arte em que destaca seu potencial para desenvolver, desde a infância, a imaginação criadora, a fantasia e reflexões críticas. Salienta-se ainda a mediação do adulto e, no caso da escola, do/a professor/a nas práticas da leitura, voltadas à formação integral da criança. Para conceituar respectivamente as noções de imaginação criadora e de interação verbal no contexto das narrativas recorre-se respectivamente a Vigotski e a Bakhtin. Nesse sentido, trata-se de compreender o lugar e o tempo das narrativas literárias na escola; investigar sobre a relação entre o campo da didática e o papel mediador do professor e investigar a função das narrativas literárias como potencializadoras da imaginação criadora e de saltos qualitativos para a formação humana. Os procedimentos metodológicos percorridos foram: mapeamento e conhecimento de espaços de formação e experimentação da arte literária para as crianças, reflexões e estudos sobre o tema, levantamento de repertório de diversas literaturas infantis ibéricas e ibero-americanas. Salienta-se que as particularidades culturais dos diferentes contextos - Brasil, Portugal - podem iluminar e favorecer visão crítica sobre o que se faz e esse processo é particularmente crucial para o aprofundamento de novas questões de pesquisa e formação do pesquisador. Como resultado do estágio, além da importante contribuição nas atividades de ensino e extensão desenvolvidas nesse processo, enfatiza-se o enriquecimento pessoal e profissional no sentido de uma formação a mais, ora no exterior, e reforçar o grupo de pesquisa partilhando experiências no contexto do estudo e da pesquisa sobre a temática da literatura, infância e mediação literária.

Palavras-chave: infância; literatura; mediação literária

Resumo 206

POESIA E INFÂNCIA: APROXIMAÇÕES ACERCA DAS INTERAÇÕES DAS CRIANÇAS PEQUENAS COM POEMAS CANTADOS

Rosiane Pinto Machado

ane_machado2010@hotmail.com

Fernando Azevedo

fernando.uminho@gmail.com

University of Minho, Portugal

Trata-se de uma pesquisa em andamento no curso de doutorado na Universidade do Minho, na linha de investigação Criança, Infância e Sociedade cujo objeto de estudo é a poesia como relevante para o desenvolvimento integral da criança. Acredita-se que educar as crianças pequenas pelo género poético é uma forma de instigá-las e inseri-las no contexto da arte da palavra poética. A pesquisa está alicerçada numa metodologia qualitativa em que se buscará analisar os contributos específicos da interação das crianças das faixas etárias 3-5 anos com poemas cantados pelo grupo Crianceiras. Pretende-se ampliar o interesse pela linguagem poética, em uma proposta que visa apresentar um repertório de poemas cantado por esse grupo. Dessa forma, mediante o “Cd do grupo Crianceiras” pretende-se que as crianças entrem em contato os poemas dos poetas Manoel de Barros e Mário Quintana musicados por Márcio de Camillo. Considerando tais pontos, objetiva-se, nessa comunicação, apresentar os primeiros passos dessa pesquisa, como: a contextualização do grupo Crianceiras, o projeto desenvolvido, a concepção do CD e o espetáculo, a proposta de interação com as crianças, as imagens, as intenções extraídas dos recursos multimídias no contexto delineado pelas tecnologias da comunicação e informação. São novas formas de propostas de interação da criança com os poemas expandindo as fronteiras da criação poética. Ressalta-se que serão apresentados apenas resultados parciais, uma vez que a pesquisa se encontra em fase inicial de delineamento e está em estado de discussão.

Palavras-chave: infância; palavra-poética; poemas-cantados

Resumo 210

O PROCESSO INICIAL DE PESQUISA COM CRIANÇAS NO COTIDIANO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Paula Faria

paula_afaria@yahoo.com.br

Myrtes Cunha

myrtesufu@gmail.com

UFU, Brasil

O texto se propõe a apresentar formulações iniciais tecidas em pesquisa de doutoramento pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU), no Brasil; pesquisamos sobre como as múltiplas linguagens de crianças pequenas se constituem e como podem ser escutadas no cotidiano de uma escola de Educação Infantil da rede pública municipal da cidade de Uberlândia. A pesquisa fundamenta-se numa abordagem qualitativa e consiste num estudo de caso. A fim de delinear o trabalho de campo que estamos desenvolvendo, realizamos levantamento bibliográfico nos sites das bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior do Ministério da Educação do Brasil (Capes/MEC/BR), Plataforma Sucupira e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) sobre as seguintes palavras e expressões chaves: crianças, infâncias, linguagens, educação infantil e cotidiano escolar. De acordo com o levantamento bibliográfico realizado encontramos 651 trabalhos; a leitura dos resumos anteriormente selecionados ajudou-nos a escolher para serem lidos na íntegra 149 trabalhos, aqueles que se fundamentavam na perspectiva histórico-cultural da Psicologia e nos estudos da Sociologia da Infância. Tal levantamento bibliográfico guiou-nos para a realização de uma pesquisa com crianças pequenas no cotidiano da escola. Dessa forma, no momento presente, diante do desafio de fazer parte do cotidiano escolar com as crianças, exercitamos participar das suas dinâmicas com o brincar e também propusemos atividades diversas em parceria com os professores e as crianças ao longo dos dias escolares, no período da manhã e da tarde. A partir daí identificamos relações comunicativas e expressivas que se estabelecem entre crianças pequenas e adultos e das crianças entre si no contexto escolar. Logo, esse texto apresenta resultados parciais do processo de investigação sobre culturas e múltiplas linguagens infantis relativos ao levantamento bibliográfico concluído e ao trabalho de campo, em andamento, com crianças no espaço-tempo da instituição. Assim, esperamos compreender com certa profundidade as possibilidades e os limites de comunicação e de expressão na educação infantil.

Palavras-chave: Infâncias; Culturas infantis; Crianças; Cotidiano escolar; Linguagens infantis

Resumo 211

PROGRAMA TERRITÓRIO DO BRINCAR: A AUTONOMIA E A CRIATIVIDADE DOS BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS

Maria Silva

fatima-maria18@hotmail.com

Iolanda Santana

iolanda.ms@hotmail.com

Laura Daiana Apolinário Coutinho

lauracoutinho02@hotmail.com

Universidade de Pernambuco, Brasil

Este trabalho apresenta um recorte de uma investigação em andamento que está ser realizada na Universidade de Pernambuco, no âmbito do Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Formação de Professores, Política e Gestão Educacional e que tem por objetivo fazer uma análise do Programa Território do Brincar que é um programa baseado na escuta e em intercâmbios de saberes. O referido programa esteve sob a responsabilidade de dois documentaristas, Renata Meirelles e David Reeks, que percorreram o Brasil no período de abril de 2012 a dezembro de 2013 e registraram as sutilezas da espontaneidade do brincar, que nos apresenta a criança, a partir dela mesma. O recorte aqui apresentado reflete sobre a autonomia e a criatividade das brincadeiras retratadas em diversas cidades do Brasil.

O enquadramento teórico desta investigação está assente nos estudos de Cunha (2013), Friedmann (2012), Fortuna (2005), Gimenes e Teixeira (2011), Luckesi (2014), Kishimoto (2011), Maluf (2012), Moyles (2006), Piaget (1971), Vial (2015), Vygotsky (2007), Winnicot (1975), Silva (2009), entre outros. No que toca aos procedimentos metodológicos, fez-se opção pela abordagem qualitativa. A recolha de dados está a ser realizada por meio da análise documental, nomeadamente das diversas produções culturais do Programa Território do Brincar, ou seja, de vídeos documentários. Relativamente aos principais resultados e às conclusões, é de referir que os documentários intitulados de “séries infantis” analisados no âmbito deste trabalho, apresentam registros que apontam para a autonomia e a criatividade dos brinquedos e das brincadeiras, ora de forma latente, ora de forma manifesta, e que assim sendo, conclui-se, portanto, que as sutilezas e a espontaneidade do brincar das crianças possibilitam-lhes assimilar o mundo à sua maneira, aguçar a imaginação, partilhar experiências, disponibilizar novos conhecimentos e dar conta de novas perspectivas interdisciplinarmente.

Palavras-chave: brinquedo; brincadeiras; autonomia; criatividade

Resumo 212

VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DE ENSINO NA ESCOLA DE MÚSICA DE SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ - MINAS GERAIS

Jefferson Tiago de Souza Mendes Da Silva

jtamancio@gmail.com

Universidade Federal de Roraima, Brasil / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Este trabalho relata as experiências e as práticas do ensino de música desenvolvidas na Escola de Música de São Brás do Suaçuí (EMSBS), seus sucessos e as suas dificuldades. A cidade de São Brás do Suaçuí tem mais de 300 anos de história e está localizada no interior de Minas Gerais (Brasil), sua população média é entorno de 3.500 habitantes. Fundada na rota das estradas do ouro e pedras preciosas do século XVIII, São Brás sempre foi referência no sentido de fazer música na sua microrregião, mas aos longos do Século XX essa referência foi se perdendo em virtudes do êxodo urbano, da globalização, da apropriação de novos gostos musicais e a geração desenfreada de cultura de massa criada pela mídia. Em 2000 um grupo de músicos buscava resgatar a tradição do Canto coral através de concertos e oficinas de música erudita, a partir desde momento várias ações são realizadas para a sensibilização artística da cidade, dos adultos, jovens e crianças. A Escola foi criada em 2001 com os objetivos de fomentar e promover o ensino musical com crianças e jovens através de projetos socioculturais, resgatar a tradição musical da cidade e criar diálogos intergeracional de culturas musicais. A metodologia utilizada é a qualitativa, com estudos documentais, análise de entrevistas realizadas com alunos, professores, coordenação da Escola, ex-alunos, além da descrição das experiências vividas ao longo dos anos de formação como aluno e professor na Escola. Atualmente as ações são realizadas através de aulas diárias, oficinas, práticas de coro e orquestra, concertos, participações constantes em cerimônias religiosas e eventos civis e contam ainda com 4 corpos artísticos: Orquestra e Coro Infantil, Orquestra e Coro de Câmara, cuja participação são realizadas pelos alunos, professores e convidados.

Palavras-chave: Diálogos intergeracionais na música; Ensino informal; Escola de Música de São Brás do Suaçuí

Resumo 213

OS “BEBÊS” NAS PESQUISAS SOCIOLÓGICAS E EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEAS: UM ESTADO DA ARTE

Magali Reis

magali.reis33@gmail.com

PUC Minas, Brasil

Maria das Graças Oliveira

mariaeduc2013@gmail.com

Universidade Federal de Campina Grande, Brasil

Este estudo analisa a constituição das crianças muito pequeninhas – os bebês, como sujeitos privilegiados de pesquisas sociológicas e educacionais contemporâneas. Compreendemos que uma das mudanças mais importantes do século XX foi a socialização e educação de crianças em espaços coletivos. Esta mudança impactou na forma como educamos os mais novos e as relações que as famílias e em especial as mulheres estabelecem com a sociedade e com o mundo do trabalho. Observamos neste início de século, o crescimento da visibilidade social dos bebês e o crescente interesse das pesquisas sociológicas, inscritas na chave dos “estudos sociais sobre as crianças”, e nos estudos educacionais, sobre eles. No diálogo com a teoria e as práticas educativas procedemos uma ampla pesquisa bibliográfica sobre produções brasileiras, portuguesas e em língua inglesa, utilizando-nos dos descritores: infância, criança, bebês, crianças pequeninhas, crianças bem pequeninhas, miúdos, children, kids, toddler, babies, entre outros. Nesta proposta apresentamos os resultados parciais das pesquisas realizadas no Brasil. Como procedimento da pesquisa utilizamos diferentes bases de dados como o banco de tese e dissertações do Portal da Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (Capes/Brasil), Scielo, Portal da Associação Nacional de Pesquisas em Educação (ANPEd) e Google Scholar (Google Acadêmico). Delimitamos a busca de produções ao período de 2007 a 2017, e observamos que em uma década houve considerável aumento da produção sobre os mais novos com ênfase nas práticas pedagógicas ocorridas nos berçários, a relação com a família e a preocupação com a formação de professores para atuar com a faixa etária de 0 a 18 meses.

Palavras-chave: Infância; Pesquisa; Bebês; Crianças pequenas; Crianças pequeninhas

Resumo 214

(IN)SUCESSO DOS ALUNOS, CARTA EDUCATIVA E PAIS: DESENVOLVENDO UMA REDE DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

Fernanda Martins

fmartins@ie.uminho.pt

Teresa Sarmento

tsarmento@ie.uminho.pt

University of Minho, Portugal

De acordo com a Lei 159/99, de 14 de setembro, as autarquias passaram a ser entidades responsáveis pela elaboração da Carta Educativa, permitindo, desse modo, desenvolver as suas competências nos domínios do planeamento e da gestão do sistema educativo local, em sintonia com os normativos da política educativa nacional. Por outro lado, a importância da participação das associações de pais e encarregados de educação em processos de tomada de decisão, tem vindo a ser reconhecida em Portugal e, inclusive, nalgumas situações os seus representantes encontram-se envolvidos em algum tipo de articulação entre a escola/agrupamento, o município e outros atores, como é o caso do Conselho Geral das escolas/agrupamentos de escolas Face a estas novas redes, em construção, e nesta nova área de decisão, que é a construção da carta educativa, interessa-nos questionar: i) o papel dos municípios quanto ao (in)sucesso escolar dos estudantes das escolas/agrupamentos do seu Concelho; ii) a participação dos parceiros locais, designadamente das associações de pais e encarregados de educação, tanto na definição destas políticas, situadas ao nível local, bem como no seu envolvimento no desenvolvimento académicos das crianças e jovens. Assim, a partir de um estudo de caso, procuramos analisar a carta educativa de um Concelho do Norte de Portugal, de modo a identificar e problematizar as políticas de promoção de sucesso académico dos estudantes e, em que medida, os pais/encarregados de educação são um interlocutor neste desafio colocado ao município e às escolas/agrupamentos. Num outro nível de análise, procuramos em documentos reportáveis às escolas/agrupamentos de escolas, (des)articulações entre as orientações da carta educativa municipal no que ao sucesso diz respeito e à intervenção dos pais nesse domínio. A título de exemplo, podemos mencionar que tal análise poderá ser desenvolvida em documentos como o projeto educativo e nos relatórios da avaliação externa. Tomamos como pressuposto que a participação dos pais é fundamental para a construção de cidade e escola democráticas, bem como para o próprio sucesso escolar de crianças e jovens, reconhecendo estes como agentes no seu processo educativo, como têm vindo a alertar alguns estudos

Palavras-chave: pais; carta educativa; municípios; sucesso académico

Resumo 215

Guia prático para educar uma sexualidade feliz

José Manuel Resende

josemenator@gmail.com

David Beirante

dbeirante@gmail.com

Luís Gouveia

lcgouveia86@gmail.com

CICS.NOVA, Portuga

Em outubro de 2016 foi divulgado o mais recente Referencial de Educação para a Saúde. Deste, o subtema “afetos e educação para a sexualidade” interessa-nos particularmente dado o âmbito da investigação sociológica executada a este propósito. Tendo como horizonte o cotejo das metas e objetivos fixados pela OMS e para a Estratégia da EU2020, o texto fornece um quadro de referência para projetos escolares, que visem concretizar a exigência antropológica de capacitar os alunos para uma cidadania sexual responsável, saudável e feliz. Esta intenção traz injunções às formas institucionais que regem a sexualidade juvenil. Entre estas revelamos antigos debates, objeto de conflitos políticos vivos aquando da aplicação de projetos de educação sexual na escola. Sendo o objeto da sexualidade sensível ao excesso ou ao défice de zelo, ao requinte dos arranjos educativos, à exatidão regular das intervenções que põem à prova as fronteiras porosas entre íntimo, privado e exposição pública, à (des)conformidade com as políticas delineadas para esta área, o tema é alvo de disputas e de discórdias entre atores-educadores, atores-técnicos, ou atores-alunos e atores-pais. Assim, na comunicação mostra-se como se vão fundando os guias práticos de intervenção nos atos de fazer uma boa Educação para a sexualidade nas escolas visitadas. São selecionadas escolas do ES integrando o terceiro ciclo do EB. Em face da extensão desse guia, sempre inacabado, a comunicação vai dar ênfase particular às controvérsias à volta de questões que põem à prova problemas que deslizam entre a exposição pública da sexualidade e dos corpos e a exposição de dimensões do foro íntimo e privado de cada um, marcadas nos corpos, mas mediadas por gestos e por dizeres. As agitações que estes confrontos geram, indicam como os envolvimentos das formas de agir compõem diversos formatos – como se age, o que do agir expõe competências e vulnerabilidades dos atores ali afetados, os estratégias que são exercidos para que as ações se coordenem mínima e precariamente, etc. – que põem em causa a linearidade destas atividades escolares e das experiências que são ali trabalhadas pelos atores comprometidos com a educação para a sexualidade.

Palavras-chave: Educação Sexual; Políticas públicas; Íntimo; Público

Resumo 217

A AUTORIDADE DOCENTE E OS MODOS DE AGIR NO ESPAÇO ESCOLAR NA INTERAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

José Manuel Resende

josemenator@gmail.com

Luís Gouveia

lcgouveia86@gmail.com

David Beirante

dbeirante@gmail.com

CICS.NOVA; Portugal

A massificação da escolarização constitui um elemento incontornável de enquadramento quando se analisa as sociabilidades no espaço escolar. O alargamento da escolaridade obrigatória traz consigo profundas mutações para as interações que se desenrolam no quotidiano escolar. De um lado, a escola deixa de ser um espaço reservado para o trabalho, passando igualmente a ser um espaço de cultivo de sociabilidades e onde a cultura escolar coexiste com objetos oriundos da cultura massas. Por outro lado, este quadro de complexificação do quadro social estudantil é necessariamente acompanhado de uma complexificação do trabalho docente, nomeadamente, nas composições que presidem às formas de agir com os alunos, onde questões como a afetividade, enquadrada num envolvimento de

proximidade, pode ser um elemento que assume relevo nas lógicas atuantes na relação com a figura do discente – formas de agir essas que se mostram compósitas e que não deixam de assentar em rotinas incertas e que transportam incertezas do ponto de vista das suas consequências e efeitos na relação com os alunos e o estatuto profissional dos docentes. Estendendo-se esta complexidade relacional aos vários momentos e espaços escolares, é na sala de aula enquanto território específico de interação que estas lógicas atuantes assumem também especificidades do ponto de vista das dificuldades e dilemas colocados ao professor, em particular, do ponto de vista da gestão da autoridade enquanto elemento central nas apreciações críticas destes profissionais relativamente ao seu quotidiano. É em resultados obtidos de uma tese de doutoramento (mas igualmente antecedida e com contributos de outras incursões nas escolas no âmbito de um programa de pesquisa mais abrangente) e que abarca diferentes técnicas de recolha e análise de dados – nomeadamente, entrevista semidiretiva, questionário por cenários e observação etnográfica – que a presente comunicação se fundamenta. Tendo na relação docente-discente uma dimensão central de análise, é a partir de um olhar prexeológico, centrado nas práticas e operações críticas dos atores, que se pretende evidenciar estas complexas composições nas formas de agir nas interações entre estes protagonistas.

Palavras-chave: Relação professor-aluno; Autoridade docente; Regimes de envolvimento

Resumo 220

PELOS CONTORNOS E ENTORNOS DA VIDA E DA MÚSICA: A ORQUESTRA GERAÇÃO: A MÚSICA E AS VIVÊNCIAS SOCIAIS DOS JOVENS ATÉ À EMERGÊNCIA DE NOVAS DISPOSIÇÕES INDIVIDUAIS

Rute Teixeira

ruteateixeira@gmail.com

FLUP, Portugal

Na pretensão da Orquestra Geração enquanto projeto de mobilidade social de qualificação do tecido e da prática cultural, de desenvolvimento integrado e de envolvimento da população, é imperativo o contributo dos teóricos da sociologia da cultura, da educação, das disposições e variações individuais. Incontornável a pertinência deste projeto ligado à comunidade e às práticas musicais, uma vez que, permite aos atores envolvidos e comprometidos na ação, alcançarem transformações pessoais e sociais que terão grande impacto sobre suas vidas, em diferentes patamares cruciais, para atingirem, patamares mínimos, que permitiam a sua mobilidade social. Será nosso interesse na presente investigação demonstrar a relevância desta problemática, que propomos a investigação comparada de três agrupamentos escolares em Lisboa, exemplos sólidos e funcionais do projeto; procurando analisar os processos de (re) socialização e de (re) estruturação dos trajetos de vida dos atores, em distintas dinâmicas sociais, após o término do seu percurso musical na Orquestra. Pretende-se que, este projeto seja o resultado de uma vivência coletiva, onde os sujeitos possuem em si, através dos seus sistemas de disposições e dos múltiplos contextos onde se inserem, aquilo que Lahire (1998) designa por “dobras singulares do social”. Nesta etapa de sistematização, seguiremos, a metodologia que o autor propõe nos seus estudos: a construção de retratos sociológicos. No presente momento, já realizamos 15 entrevistas aos jovens que já saíram da Orquestra Geração e que através da sua análise, conseguimos distinguir quatro categorias, que caracterizam os seus percursos após o término desta etapa, permitindo-nos identificar regularidades ou disparidades sociológicas presentes nos trilhos das vidas destes atores sociais.

Palavras-chave: Orquestra; Jovens; Musica

Resumo 223

EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA COMO ESPAÇO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Lenira Hadadd

lenirahaddad@gmail.com

Universidade Federal de Alagoas, Brasil

Maria Assunção Folque

maf@uevora.pt

Universidade de Évora, Portugal

Este artigo pretende discutir a educação da infância como espaço para o desenvolvimento sustentável e para uma sociedade sustentável a partir de uma perspectiva global e local. A perspectiva global reconhece a intensa interconexão entre os sistemas de educação da infância e as múltiplas dimensões da existência humana na esfera da sociedade civil, tais como as relações de gênero e os papéis parentais, a relação entre a vida profissional e a vida familiar, a responsabilidade perante o cuidado e a educação das crianças; as formas peculiares como as crianças percebem e constroem conhecimento sobre o mundo e sobre si mesmas. Sua legitimação está intimamente associada à necessidade de romper paradigmas antigos - como a responsabilidade familiar exclusiva pelo cuidado e educação de crianças pequenas e o modelo de escolarização centrado no ensino de disciplinas. Assim, defende-se uma "dignidade específica" da educação da infância que se expressa em sua característica multifuncional e multidimensional e marca sua distinção de outros níveis de educação. A perspectiva local parte da apresentação de um projeto desenvolvido em parceria entre a Universidade de Évora e jardins-de-infância da cidade de Évora - Construir a Sustentabilidade a partir da Infância – para refletir sobre novos modos de estar no mundo que se caracterizam por: uma atenção sensível e cuidadosa ao outro e à realidade social e natural em que vivemos; pela partilha de recursos e resolução de problemas comuns; pelo reforço das redes sociais de apoio; pela determinação em combater as desigualdades e injustiças. Enquanto agentes da educação que se preocupam em responder aos desafios da contemporaneidade realçamos a participação das crianças neste projeto construindo um mundo como uma casa comum, mais coeso, integrado, solidário, justo e inteligente.

Palavras-chave: educação de infância; desenvolvimento sustentável; cuidado e educação; políticas públicas

Resumo 224

O GOVERNO DOS CORPOS DAS CRIANÇAS E A SUPRESSÃO DA LIBERDADE PARA BRINCAR E SE MOVIMENTAR NA EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA

Roselaine Kuhn

roselaineek@yahoo.com.br

António Camilo Cunha

camilo@ie.uminho.pt

University of Minho, Portugal

Andrize Ramires Costa

andrizec@yahoo.com.br

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Governar a infância significa educar as crianças moldando-lhes o corpo e a alma, instrumento da anátomo-biopolítica para que sejam integradas nas formas de vida partilhadas na modernidade. Na cultura ocidental emerge a combinação entre hierarquia e padrão, norma na qual todas devem se enquadrar, fomentada pelas artes de governo a partir do final do século XVIII para que os corpos-sujeitos sejam reunidos, ordenados, classificados, distribuídos, utilizados e produzidos por forças associativas excludentes, conforme cada papel e finalidades prescritas. Toda existência humana moderna é governada individual e coletivamente, tornando-se passivo objeto de comando, controlo, gestão, medida e organização, funções pré-estabelecidas pelos dispositivos que detêm esse poder: a escola e a família. Para haver governo da infância foi necessário criá-la como objeto de análise, classificação e diferenciação. A nosopolítica que a contorna é a mesma que vai-lhe autorizar uma nosoinfância preconizada em etapas, determinações, proposições de limites e medidas hierárquicas dicotómicas: crianças sadias-doentes, exemplares-delinquentes, normais-anormais, coligidas nas estratégias de governo pois é preciso educá-las, tratá-las, socializá-las, medicalizá-las, lançá-las nas estatísticas, enfim, fazê-las existir. O biopoder normalizador e a constituição de uma rede conceptual estabelecem o que é ser sujeito moderno através do poder disciplinar. A dimensão lúdica corpórea da criança é colocada ao serviço da aquisição de saberes e habilidades prescritas pelos adultos, a fim de que atinjam padrões motores pré-definidos pelas ciências. O poder exercido pelos adultos suprime as experiências lúdicas legítimas forjadas na corporeidade da criança e no diálogo original e singular do corpo-mundo. Para a criança brincar é como respirar e se movimentar em liberdade constitui acção imanente e essencial ao auto desenvolvimento. A educação, entendida modernamente como aquela que conduz o outro de modo formativo e correctivo, ocupa-se dos recém-chegados ao processo civilizacional e, de modo económico, os tange eficaz, duradoura, suave ou explicitamente de modo violento, materializando-se num eficiente dispositivo de poder sobre os miúdos. Para tal é necessário suprimir o que os liberta e promove a autonomia

e a criatividade: brincar e se movimentar em liberdade rompe com a camisa-de-força do governo dos corpos e, portanto, não tem um lugar legitimamente assegurado na educação moderna.

Palavras-chave: Brincar e se movimentar; Nosoinfância; Biopoder

Resumo 225

METODOLOGIA DOMINANTE NO BRASIL NA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE JUVENTUDE E TRABALHO

Giuliana Barros

giulianasfb@gmail.com

Rosemary Dore

rosedore@fae.ufmg.br

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

A investigação com crianças e jovens pressupõe metodologias. No que diz respeito principalmente aos jovens, e à relação entre jovens e mundo do trabalho, predomina no Brasil um tipo de metodologia chamada “materialismo histórico e dialético”, cujos adeptos afirmam tratar-se de um método proposto por Karl Marx. Teria sido esse enfoque efetivamente exposto por Marx? Ele poderia ser tomado como referência para investigar as relações entre a juventude e o mundo do trabalho? O objetivo deste trabalho é procurar identificar o “materialismo histórico e dialético” como recurso metodológico na pesquisa sobre as complexas relações entre jovens e trabalho. Partiu-se, inicialmente, de um estudo histórico sobre a emergência do conceito de “materialismo histórico”. Os estudos mostraram que tal conceito não se encontra na obra de Karl Marx. É Friedrich Engels quem o apresenta na obra *Anti-Dühring*, publicada pela primeira vez em 1878, que se tornou a principal fonte de conhecimento sobre a filosofia dele e de Marx. Engels estabeleceu uma tradição que atribui a Marx um sistema monista coerente da metafísica materialista no sentido comum desse termo, incluindo: a filosofia da natureza, a teoria da sociedade e uma visão da história (Jordan, 1967). O termo materialismo histórico também é utilizado por Engels na introdução à edição alemã de *Do socialismo utópico ao científico*, um excerto de *Anti-Dühring*, em 1882. Não só nesta obra, mas também em *Dialética da natureza* (1883), Engels trata a história humana como uma extensão da história natural e assume que as leis gerais da natureza aplicam-se ao destino da humanidade (1983). Abre uma ruptura entre concepção de mundo e ciência (Sacristán, 1964). Sua tentativa de dar uma explicação materialista da natureza foi um erro fundamental e uma ruptura com o método de Marx, que se preocupou exclusivamente com a sociedade humana (Avineri, 1968). Enfim, a pesquisa mostrou que não procede de Marx o “materialismo histórico e dialético”. No entanto, como questionar centenas de investigações sobre juventude e trabalho no Brasil, defendidas com base no suposto método “materialista histórico e dialético”, cuja autoria é atribuída a Marx? Este é o desafio desta investigação.

Palavras-chave: Jovens e mundo do trabalho; Materialismo histórico e dialético; Metodologia

Resumo 226

INFÂNCIA, GÊNERO E COTIDIANO EDUCATIVO: VIVÊNCIAS DE UMA ESCOLA DO INTERIOR DA BAHIA

Lilian Fonseca Lima

liflima@yahoo.com.br

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

A Educação Infantil consagra a primeira experiência que a criança terá enquanto discente em um contexto social mais amplo e diferenciado da experiência familiar. Nesse sentido, analisar as interações sociais estabelecidas entre crianças/crianças e adultos/crianças no que tange às questões de gênero permite aprofundar os conhecimentos sobre a Pedagogia da Infância, inserindo o fazer cotidiano da Educação Infantil onde meninos e meninas não são agentes passivos frente às ações educativas da qual participam. Trazemos uma compreensão de gênero que é móvel, fluida, em movimento de construção/reconstrução em decorrência das relações do sujeito com seu meio físico e social. A contemporaneidade nos mostra que estas identidades se ampliaram, e, em que reclame a educação por inclusão, de que modo o faz? Na seara das discussões sobre gênero e sexualidade, este artigo traz reflexões sobre

uma prática formativa e analisa o trabalho pedagógico colocando em destaque os saberes, as ações pedagógicas e a formação docente para a pequena infância e suas relações no tocante à temática apontada. A prática formativa em seus procedimentos metodológicos desenvolveu-se numa abordagem etnográfica no ambiente coletivo de uma escola pública localizada no interior do estado da Bahia, utilizando como dispositivos: roteiro para observação, diário de campo, entrevista com a professora, registros fotográficos. Apresentamos como referência os estudos da Sociologia da Infância cuja centralidade está na compreensão das crianças como atores sociais, entrecruzando os estudos sobre gênero. Em seu conjunto, os dados analisados demonstram a possibilidade em problematizar a formação e a prática docente, pois as interações entre meninos e meninas e entre adultos e crianças no ambiente coletivo de convívio indicam como os saberes sobre as relações que se estabelecem nesse contexto precisam ser (re) significadas no tocante às questões de gênero e sexualidade no sentido de uma educação justa.

Palavras-chave: Infância; Gênero; Cotidiano educativo

Resumo 227

INSTITUTOS FEDERAIS NO BRASIL E ESCOLA UNITÁRIA DE GRAMSCI: APROXIMAÇÕES E LIMITES

Jose Eduardo Moreira

zeduoltec@gmail.com

Rosemary Dore

rosydore@yahoo.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Brasil

Tomando-se como ponto de partida o primeiro mandato do presidente Luis Inácio da Silva (Lula) no Brasil, os estudos teóricos deste trabalho se concentraram no conceito do estabelecimento de evidências de que a histórica dualidade estrutural e política da educação no Brasil, entre a formação geral e a formação para o trabalho, continuaram a ser mantidas, mesmo com a realização das reformas educacionais da educação profissional promovidas pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT). A vitória de um governo de esquerda, em 2003, com o presidente Lula, representou para a sociedade brasileira a possibilidade da emergência de setores subalternos no cenário público como sujeitos capazes de apresentar uma agenda de transformações sociais. Sob esta perspectiva, os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (Institutos Federais), instituições federais de ensino profissional de nível médio ao superior que se configuraram numericamente como a maior expansão da Rede Federal de Educação Profissional de todos os tempos no Brasil, foram criados sob a expectativa de representarem o término de tal dualidade educativa, além de proporcionarem demais avanços para a educação de jovens brasileiros. Neste trabalho, a criação e o desenvolvimento de tais Institutos Federais serão analisados sob a perspectiva de ocorrência ou não de avanços para o fim de tais desigualdades educativas, tomando-se como referência os conceitos de Gramsci para a escola unitária e as similaridades desta à proposta dos Institutos Federais, como ocorrido no Brasil, no período compreendido entre 2008 e 2015.

Palavras-chave: Educação Profissional no Brasil; Institutos Federais; Escola Unitária de Gramsci

Resumo 230

APRENDER A APRENDER COM TECNOLOGIA DIGITAL EM AMBIENTE FORMAL E INFORMAL

Paula Flores

paulaqlfiores@gmail.com

Margarida Marta

mcmarta59@gmail.com

Susana Sá

susanasa@ese.ipp.pt

IPP, ESSE, Portugal

Aprender a aprender para saber fazer e conhecer constituem elementos fundamentais no processo de ensino e aprendizagem. Atualmente as tecnologias digitais potenciam ambientes de aprendizagem favoráveis à aprendizagem em qualquer espaço e tempo, pelo que, no âmbito da formação inicial de educadores e professores, mais especificamente em situação de estágio no Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º CEB, os estudantes são estimulados a aplicarem metodologias dinâmicas. Assim, este artigo pretende mostrar o modo como foi utilizado um recurso digital em ambos os níveis de educação. Utilizou-se uma metodologia de análise de conteúdo aplicada nos relatórios de estágio de 22 estudantes estagiários. Os resultados mostram que apesar do conhecimento técnico e pedagógico uns usaram o software de forma elementar e sustentado numa metodologia diretiva cujos efeitos tocaram apenas na motivação das crianças com efeito na atenção, concentração e desempenho, enquanto que outros implementaram metodologias mais ativas e de projeto, com enfoque na criança, verificando-se um impacto acrescido na abrangência dos espaços (espaços formais e não formais), no tipo e nível de participação das crianças, no envolvimento de trabalho colaborativo e no respeito pelo outro, na criação e produção no domínio da leitura e escrita em diferentes áreas curriculares, mas também na criação de avatares, funcionando como uma janela aberta para o mundo local e global. Além disso, verificou-se que a utilização do recurso digital depende do nível de educação no que respeita ao grau de complexidade e às dinâmicas específicas de cada um dos níveis, mas também da capacidade criativa do professor estagiário. Deste modo, esperamos contribuir para uma reflexão sobre a integração de tecnologias digitais nas práticas educativas.

Palavras-chave: formação inicial docente; tecnologias digitais; metodologia ativa

Resumo 232

OBSTÁCULOS À CRIATIVIDADE EM SALA DE AULA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO COM DOCENTES DO ENSINO BÁSICO

Ana Almeida

almeida.anateresa@gmail.com

Fatima Morais

fatima.morais@mail.telepac.pt

University of Minho, Portugal

Fernanda Martins

martinsfernanda80@gmail.com

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

O atual contexto de globalização e de massificação na educação fazem com que a promoção de criatividade seja muito reclamada na escola e desde a infância. A Escola tem um papel fundamental nesta possibilidade de promoção da criatividade, destacando-se o papel do Professor como potencial agente de desenvolvimento de criatividade nos alunos em sala de aula. Assim, conhecer barreiras à expressão criativa que são identificadas por parte dos docentes é uma condição necessária para superá-las e alterar práticas no sentido do ensino para a criatividade. A partir do trabalho destas conceções, tem-se obtido resultados frutíferos na alteração de práticas docentes, podendo tal investimento apoiar decisões a nível educacional. Este trabalho analisa o que professores identificam ser obstáculos específicos do contexto de sala de aula à expressão criativa enquanto profissionais. Participaram no estudo 272 professores portugueses do 1º ciclo e do 2º ciclo do Ensino Básico. As perceções de obstáculos foram avaliadas através de uma checklist já usada em trabalhos anteriores com o mesmo objetivo no Brasil. Tais perceções são analisadas tomando a amostra global e em função do género, do ciclo escolar de lecionação e da idade. Para cada uma destas variáveis foram encontradas diferenças estatisticamente significativas em diversos itens do questionário. Os resultados serão refletidos no sentido de potenciar práticas criativas a realizar em sala de aula.

Palavras-chave: Criatividade; Perceções; Professores; Barreiras

Resumo 234

DESENHO DE UM PROGRAMA DIDÁTICO DE DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA COMUNICATIVA ORAL (CCO): UMA VISÃO SOCIOCULTURAL DA LINGUAGEM

Carla Monteiro
cmonteiro.ie.uminho@gmail.com

Fernanda Leopoldina Viana
fviana@ie.uminho.pt

Instituto de Educação, CIEC - Universidade do Minho, Portugal

João Veloso
jveloso@letras.up.pt

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Dep. Estudos Portugueses e Românicos, Portugal

A viragem do século abriu caminho para que questões relativas à linguagem oral passassem também a ser um objeto de reflexão da Didática da Língua, da Psico e Sociolinguística. Neste sentido, o programa de desenvolvimento de competências de comunicação oral – Comunicação e Expressão Oral: falar, ouvir e ler no 3.º ciclo do Ensino Básico – visa o desenvolvimento das habilidades de comunicação oral, cujo exercício é essencial. A formação da personalidade é um processo social (Halliday, 1978) e a linguagem, em virtude da sua função social, desempenha, neste contexto, um papel preponderante. Assente no pressuposto teórico da práxis docente alicerçada numa dimensão funcional da linguagem, o Programa compreende 13 unidades didáticas que trabalham, em consonância com o Programa e Metas Curriculares do Português do Ensino Básico, a compreensão/expressão oral e escrita, a educação literária e os sistemas de comunicação verbal e não-verbal, numa lógica de estabelecimento dos objetivos didáticos, revisão e operacionalização de conceitos, atividades diversificadas e estratégias de avaliação. Esta investigação, que avalia o impacto do Programa de intervenção didática no desenvolvimento da CCO, envolve duas turmas do 7.º ano – grupo experimental e de controlo –, decorrendo nas aulas de Português, entre outubro de 2018 e maio de 2019, em cerca de 30 sessões – 1 a 2 tempos letivos semanais. São aplicados, em pré-teste (outubro de 2018) e pós-teste (maio de 2019): 1) Provas de ortografia, expressão/compreensão escrita, gramática e vocabulário, leitura e expressão oral; 2) GROACCO - Grelha de Registo de Observação e Avaliação da Competência Comunicativa Oral; 3) Prova de vocabulário da Escala de Inteligência de Wechsler para Crianças (WISC-III), considerando-se o nível final de Português do 6.º ano e a avaliação dos três períodos do ano 2018/2019. Além de contribuir para o desenvolvimento da CCO, espera-se que o Programa promova o alargamento vocabular e uma avaliação sistemática e reguladora das aprendizagens. Consequentemente, incrementa o sucesso escolar e, neste âmbito, é primordial o papel dos professores, pois no desenvolvimento da criança enquanto ser social torna-se necessário o uso da linguagem para a apreensão dos conteúdos, para o intercâmbio de informações e interações sociais.

Palavras-chave: Competência Comunicativa Oral; Programa de intervenção didática; Português; Interação social

Resumo 235

A PRIMEIRA INFÂNCIA NAS ELITES E CAMADAS POPULARES DO BRASIL

Maria Muanis
maria.muanis@gmail.com
UFRJ, Brasil

Este trabalho apresenta os resultados preliminares da pesquisa em desenvolvimento “Formas de Criação Familiar e Desigualdades na Educação Infantil”, da qual sou coordenadora, e tem como objetivo estudar as consequências da “pedagogização” da primeira infância (Chamboredon, 1973) na socialização primária das crianças em famílias de classes sociais distintas. Parte-se do pressuposto que a compreensão das “formas de criação” das crianças, bem como as relações estabelecidas entre as famílias e a escola, são eixos fundamentais na reflexão sobre as desigualdades educacionais (Lahire, 1997; Lareau, 2003; Thin, 2006). De fato, desde os anos 60, com a divulgação do relatório Coleman (EUA, 1966), e dos dados produzidos pelo INED (França, 1962-1972) mostrando a forte associação entre o perfil socioeconômico familiar e os desempenhos ou trajetórias dos alunos nos sistemas educacionais, as pesquisas sobre as relações entre família e escola passaram a ser centrais no panorama da sociologia da educação. No Brasil, estas investigações têm-se voltado ao estudo dos níveis de ensino fundamental, médio ou superior, priorizando a análise das estratégias educativas familiares (Zago, 2007; entre outros). Neste sentido, há uma lacuna em pesquisas sobre desigualdades na educação infantil, bem como sobre a socialização das crianças no âmbito familiar. Os objetivos específicos de nossa investigação são: (i) a identificação e análise de

diferentes “formas de criação” das crianças, especialmente, o uso dos horários extraescolares e as atitudes dos responsáveis com as crianças, como sanções e conversas (ii) o mapeamento dos significados atribuídos pelos responsáveis às escolas de educação infantil. Em ambos os casos, pretende-se analisar semelhanças e diferenças entre as famílias das camadas populares e as famílias das elites. A metodologia utilizada consiste na análise de 20 entrevistas semiestruturadas com responsáveis por crianças de 4-6 anos de idade matriculadas em escolas localizadas nas favelas e em bairros nobres da zona sul do Rio de Janeiro. A análise preliminar dos dados sugere que, enquanto nas classes mais altas a preocupação com cuidados pedagógicos e culturais na primeira infância é “naturalizada” como função familiar, nas camadas mais pobres tais aspectos são, em geral, delegados exclusivamente à escola ou incorporados instavelmente à vida familiar após contato com alguma instituição social.

Palavras-chave: desigualdades sociais; educação infantil; primeira infância; família; escola; socialização

Resumo 236

EDUCATING FOR AUTONOMY – A COMMON GOAL WITHIN AN ERASMUS+ PARTNERSHIP

Isabel Barbosa

isabel.maria.barbosa@sa-miranda.net

Lúcia Dourado

lucia.sameiro.dourado@sa-miranda.net

Agrupamento de Escolas Sá de Miranda, Portugal

Claudia Tabiano

Liceo Scientifico Statale Armando Diaz, Italy

Mena Mone

Liceo Scientifico Statale Armando Diaz, Italy

Ana Redondo

I.E.S. Juan Antonio Fernández Pérez, Spain

Elizabeth Thomas

Ysgol Dyffryn Taf, United Kingdom

Siôn Phillip

Ysgol Y Strade, United Kingdom

We live in a time of permanent and rapid change, which places great demands on schools and educators. Being aware of the imperative need to promote learner autonomy, a multidisciplinary group of teachers at Agrupamento de Escolas Sá de Miranda, in Braga, Portugal, has been developing the project “Pedagogy for autonomy and educational success – what relation?”, which rests on the assumption that learners must play an active role in their learning process if they are to grow as responsible citizens, capable of facing the challenges of our complex and uncertain world. For that purpose, the pedagogical approach adopted within this project involves engaging the learners in activities whose main aim is to develop their learning competence, by creating conditions for experimentation of cognitive and metacognitive strategies, reflection upon the teaching/learning process, pedagogical negotiation and self-regulation. Fostering the capacity to reflect upon and evaluate various dimensions of the learning process thus becomes a central educational goal, since it can be an important factor of holistic personal development and academic success. As pedagogical innovation towards learner autonomy is one of the objectives of an Erasmus+ project our school is involved in, our European partners have decided to try implementing, in their teaching contexts, one of the activities we have been doing in some classes, which consists in lesson observation by the learners, with a focus on learner involvement factors. The observation instrument used contains three sections – a first one for the reconstruction of the lesson observed (topics, activities and products); a second one consisting of a checklist with ten factors that potentially facilitate the learners’ involvement in the classroom activities; and a third one for the learners to express their global opinion about the lesson. In the foreign language classes, this short text is written in the respective language, thus promoting the integration between communicative and learning competences. The authors of this paper will present a report of the experience, including not only data analysis results, but also excerpts of learners’ and teachers’ written reflections about their involvement in the pedagogical experience itself.

Palavras-chave: learner autonomy; pedagogical innovation; learner involvement factors; lesson observation by learners; Erasmus+ partnership

Resumo 238

EDUCAÇÃO INFANTIL EM ÁREA RURAL, UMA QUESTÃO DE HABITUS

Mauricio Reis

mauriciomunizdosreis@gmail.com

University of Minho

Este artigo apresenta os resultados de minha dissertação de mestrado, na qual foi analisado o discurso de três mães de crianças, de até 3 anos de idade, residentes em área rural, sobre como concebem a educação e o cuidado do bebê. Partindo da teoria de Habitus, proposta por Pierre Bourdieu, através dos resultados obtidos, pretendeu-se entender, para além dos problemas relacionados à infraestrutura e ao conteúdo pedagógico, o que faz com que, apesar de ter o direito adquirido à educação pública e gratuita, as crianças residentes em área rural frequentem a creche bem menos do que as crianças residentes em área urbana. Os resultados das análises mostraram que, em área rural, para além dos problemas relacionados à infraestrutura e conteúdo pedagógico, no habitus da população rural, por consequência das muitas décadas de não existência e/ou valorização da educação extrafamiliar das crianças nos primeiros anos de vida para além do âmbito familiar, “cristalizou-se” a concepção de que o melhor ambiente para a educação e o cuidado da criança nos primeiros anos de vida é o âmbito familiar, tendo como principal cuidadora a figura da mãe. Mostraram ainda que, apesar de não concordarem totalmente com educação extrafamiliar dos bebês, as mães entrevistadas valorizam e consideram a creche pública como o local institucionalizado apropriado para educação extrafamiliar das crianças pequenas e que o desconhecimento das mães sobre o direito à educação é um fator que influencia negativamente em relação à reivindicação por vagas para seus filhos nas creches.

Palavras-chave: Creche; Bebê; Políticas públicas; Educação do campo; Educação Infantil

Resumo 239

INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE ESTUDANTIL

Isabel Ferreira

isabel_l.f@hotmail.com

Fátima Falé

fatima.fale@hotmail.com

IFA-Instituto de Formação Académica, Portugal

A internacionalização e muito especificamente a mobilidade estudantil a nível internacional, é de uma importância extrema no contexto educacional atual. Esta exposição visa aprofundar questões importantes, urgentes e diariamente presentes nesta permuta cultural que tem como intervenientes os estudantes, as instituições, as várias comunidades envolvidas e no topo da pirâmide os países promotores desta transversal ligação científico-cultural. Colocam-se questões sobre a eficácia dos mecanismos existentes de forma a maximizar as competências dos estudantes no estrangeiro. Alargar a mobilidade e criar estruturas de formação locais para alunos e orientadores já ao nível do secundário. Aferir ainda a eficácia das experiências adquiridas no estrangeiro e a sua aplicabilidade na vida presente e futura. As fundamentações das ideias têm como base a pesquisa documental a nível alargado e as conclusões serão apresentadas com o suporte de um poster.

Palavras-chave: Internacionalização; Mobilidade; Estudantes

Resumo 242

DA POLÍTICA EDUCACIONAL À VIVÊNCIA DIÁRIA: AS INTERAÇÕES CRIANÇA-CRIANÇA NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE 0 A 3 ANOS

Loani Cristina Pontes
loani.cbp@gmail.com
UNICAMP, Brasil

Pensar a criança, desde seu nascimento, inserida em contextos sociais diversificados, como ator social e sujeito histórico, percebemos que elas já exercem diferentes formas de influência no meio em que vive e principalmente com quem convive. Essas marcas, assim como outras são suas formas de estar no mundo, manifestada nas relações e práticas cotidianas vivenciadas nas instituições de Educação Infantil para atendimento das crianças de 0 a 3 anos. Desse modo propomos neste artigo pensar, refletir, compreender e retratar a experiência das vivências diárias de interações entre crianças pequenas no interior da creche, rompendo com a ideia de pensar esses momento apenas como uma questão pedagógica, mas também como uma questão de políticas públicas, gestão educacional e principalmente de concepção em torno da criança na primeira etapa da Educação Básica. Nesse sentido, faz-se necessário percorrer esse processo educativo a partir dos documentos oficiais destinados à educação das crianças de 0 a 3 anos, especialmente as discussões em torno do Plano Nacional de Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e os Indicadores de Qualidade na Educação Infantil, para entender como as políticas em torno das interações estão postas nesses documentos. Depois, a partir dos referenciais teóricos e estudos realizados por pesquisadores da área, compreender como essas experiências diárias impactam o desenvolvimento dos alunos dentro dos contextos sociais e da autonomia, pensando essa criança enquanto sujeito histórico e de direitos. Por fim ao romper com a “miopia” do adultocentrismo, trazer o relato da prática dos educadores e as percepções iniciais em torno da implantação, processo de organização e a vivência dessas interações diárias, para refletir o quanto esse processo tem apresentado mudanças significativas no desenvolvimento das crianças.

Palavras-chave: Educação Infantil; Interações; Políticas públicas; de 0 a 3 anos.

Resumo 243

DE ESPAÇO A LUGAR: CONHECENDO A CRECHE ATRAVÉS DO OLHAR DA CRIANÇA

Loani Cristina Buzo Pontes
loani.cbp@gmail.com
Secretaria Municipal de Educação de Jundiaí – Brasil

Esta não é mais uma pesquisa sobre crianças. É uma pesquisa COM crianças. Partindo desse provocação, compreendemos que “ouvi-las” é preciso, uma vez que diversas pesquisas sobre crianças, em ambientes escolares, resultam em mudanças norteadas unicamente pela ótica do adulto, e pela interpretação que ele faz diante das observações e dados, e que, afetam direta ou indiretamente a realidade das vivências infantis dentro desses espaços educacionais. Pensando nisso, o presente estudo busca investigar como essas crianças, ainda tão pequenas, compreendem e se relacionam com os diferentes espaços da creche, questionando a potencialidade destes, enquanto espaços brincantes ou não-brincantes, o que o torna mais significativo e o quanto afetam as vivências e as produções das culturas infantis. Nesse sentido, essa pesquisa de caráter qualitativo, foi desenvolvida em uma creche municipal de Jundiaí, cujos protagonistas foram crianças entre 02 anos e 03 anos e 11 meses, que foram observadas, ouvidas, e convidadas a agir, participando ativamente de todo o processo e desenvolvimento da pesquisa a partir da abordagem do mosaico, proposta por Alison Clarck e da cartografia. Utilizamos como embasamento teórico os conceitos de Tuan (2013) sobre “Espaço e Lugar” e a “Terceira Incerteza: os objetos também agem” de Latour (2012). A partir dos estudos realizados e dos dados levantados, foi possível obter diversas percepções através do que as crianças trouxeram, tais como: a criança não entende a creche fracionada; que um espaço não necessariamente tem significado para a criança tal como para o adulto; alguns espaços, que são planejados para brincadeiras são vistos apenas como locais de passagem; que os objetos em muitos momentos são protagonistas e interferem diretamente no modo como as crianças se movimentam e agem no espaço. Outro fator de grande importância foi a descoberta de que os pares e os educadores também influenciam no modo como as crianças atuam nesse espaço. E ao refletir sobre essas percepções e descobertas, sugere-se que os espaços sejam repensados e reorganizados considerando os aspectos levantados a partir dessa pesquisa.

Palavras-chave: Espaço e Lugar; Creche; Infância

Resumo 245

ENTRE A ESCOLA E O SISTEMA DE JUSTIÇA: A TRAJETÓRIA DE JOVENS AUTORES DE ATO INFRACIONAL

Douglas Ribeiro Weber

douglasrweber@gmail.com

Universidade do Minho - Escola de Direito, Portugal

Elisiane Spencer Quevedo Goethel

lisispencer@gmail.com

Débora Cristina Fonseca

deboracf@rc.unesp.br

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp/Campus Rio Claro, Brasil

Neste trabalho pretende-se discutir os resultados da pesquisa “Trajetória de Alunos Protagonistas de Violência”, realizada no Brasil, que teve por objetivo conhecer a trajetória escolar, judicial e socioeducativa de jovens autores de ato infracional. A pesquisa caracterizou-se como qualitativa e utilizou-se da análise documental e a entrevista individual/grupal. Na primeira etapa os dados foram coletados em 4 escolas públicas, de dois municípios do Estado de São Paulo e se referem aos Livros de Ocorrências Escolares e entrevistas realizadas com a equipe gestora. A segunda etapa consistiu na análise de processos judiciais de jovens denunciados pelas escolas por seus comportamentos naquele contexto e a terceira etapa consistiu em verificar como se constitui a identidade do autor de ato infracional. Na primeira etapa, os dados apontam que os atos praticados pelos alunos são majoritariamente incivildades e uma parte menor atos de agressividade, potencialmente considerados violentos. Revela-se que o problema da violência escolar está superestimado, sendo também observada a existência de um componente de resistência dos alunos em relação à escola. Na segunda etapa, evidenciou-se que as situações de violência ocorridas no âmbito da escola estão sendo direcionadas para o sistema de justiça na tentativa de que o conflito seja afastado e resolvido fora da escola. Sobre as ações dos atores jurídico-sociais, dentro das fases dos processos, observaram-se práticas questionáveis diante do que consta no Estatuto da Criança e do Adolescente, indicando a persistência da Doutrina da Situação Irregular, principalmente quanto aos aspectos punitivos das atitudes e decisões tomadas. A terceira etapa revela que os jovens tiveram uma trajetória escolar marcada pelo fracasso escolar. Embora consigam elencar suas dificuldades, não tem a percepção que a aprendizagem é parte de uma relação dialética entre ensino-aprendizagem, sendo o professor integrante do processo. Constatou-se a incorporação do discurso de culpabilização do indivíduo pelo fracasso escolar. Os resultados da pesquisa permitem reflexões importantes para a elaboração de políticas públicas voltadas ao público infanto-juvenil, na perspectiva de prevenção de situações de violência na escola e de violação de direitos, além de apresentar importantes análises sobre os procedimentos escolares e judiciais que marcam a vida de muitos jovens.

Palavras-chave: Juventude; Ato Infracional; Justiça; Escola; Trajetória

Resumo 246

RELATO DO BAÚ DE HISTÓRIAS AO PÉ DE CANELA LITERÁRIO

Fernanda Sena

nanda_ufpa@hotmail.com

Karen Xavier

pedksx@yahoo.com.br

Daniele Dorotéia

danieledoroteia@gmail.com

Secretaria Municipal de Belém, Brasil

O desenvolvimento de práticas narrativas de contação de histórias com bebês nos desafiou a construir o Pé de Canela Literário, desencadeado num processo dialógico, onde assumimos o compromisso de elaborarmos ações formativas que envolvam além dos bebês, as suas famílias. Assim, partindo do interesse dos bebês pelos livros do Baú de Histórias criamos um ambiente pedagógico aconchegante e propício a diferentes sensações e movimentos que foi construído num pé de canela existente ao fundo de nossa UEI. Nesta intenção, a caneleira se torna mágica ao passar a ter em sua composição arbórea o acréscimo de livros, brinquedos e instrumentos musicais ao alcance dos bebês, pendurados com elásticos e fitas coloridas, além dos tapetes, almofadas e outros adereços viabilizando a relação entre as linguagens oral, simbólica e imaginária, bem como placas apresentando algumas curiosidades sobre esta especiaria que é a canela, propiciando aos pais o conhecimento da cultura desta planta. Traçamos caminhos com o Projeto “O Mundo das Sensações e Movimentos”, o qual iniciamos com uma Ciranda Formativa sobre a importância da contação de histórias com toda a comunidade. Entre algumas ações chama nossa atenção um Chá Literário entre os bebês, seus pais e professoras, com destaque para a utilização do livro “O Telefone sem Fio”, que a partir de sua apresentação adentramos nas lembranças sobre as brincadeiras de infância dos pais. Momento singular entre saberes e aprendizagens proporcionando curiosidades, encantamentos e divertimentos aos bebês, promovendo a socialização, enriquecendo o vocabulário, linguagem, imaginação, atenção e o prazer pela leitura ao sabor de um bom chá de Canela servido, ao final. Construir e valorizar momentos lúdicos em ambientes acolhedores evidenciam práticas pedagógicas narrativas que articulam o cuidar e o educar conectados às experiências infantis que respeitam o verdadeiro tempo de se aprender brincando em interação com tudo que diz respeito à vida.

Palavras-chave: Aprendizagens; Bebês; Família; Linguagens

Resumo 248

ART_DISPOSITIVOS MÓVEIS NA PRODUÇÃO DE DADOS DE PESQUISA: RELATO DE EXPERIÊNCIAS COM O BRINCAR EM REGISTROS COMPARTILHADOS POR REDES SOCIAIS NO PROJETO BAÚ BRINCANTE.

Cristina d'Ávila

crisdavila@gmail.com

UFBA, Brasil

Sandra Popoff

popoffsandra@gmail.com

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Antonete Araújo Silva Xavier

antonetex@gmail.com

UNEB, Brasil

Iaçanã Simões

iacanasimoes@hotmail.com

Escola Municipal Governador Roberto Santos, Brasil

Reflexão sobre o uso da conexão em rede para a formação dos envolvidos no projeto “BaúBrincante”, por meio de registro e narrativas dos professores do ensino fundamental e a utilização do potencial da conexão em rede e dos dispositivos móveis. O “BaúBrincante” – consiste num dispositivo em forma de um caixa com materiais não estruturados para o brincar livre das crianças, um projeto realizado Gepel/UFBA/UNEB/UESB em parceria com o Prof. Drº Gilles Brougère do grupo Experice da Universidade Paris XIII, Sorbonne. Para este artigo, buscamos compreender a potencialidade da cibercultura e da conexão em rede e dos dispositivos móveis nos Diálogos formativos e do BaúBrincante para o fomento do brincar livre na escola, propondo um dispositivo para processo de pesquisa e formação em rede para os atores implicados nas ações do brincar livre. Uma ciber pesquisa formação, com base nos princípios qualitativos de cunho etnográfico. Na primeira fase da pesquisa realizada entre agosto de 2016 e setembro de 2017, a produção de dados deu-se por diário de bordo compartilhado no Facebook, pelas observações in locu da implantação e funcionamento do BaúBrincante, pelos registros das imagens (fotos e vídeos), áudios e relatos feitos pelos professores durante a abertura do BaúBrincante com as suas turmas, enviadas pelo grupo criado no aplicativo Whatsapp criado com os professores e participantes do projeto. As primeiras análises apontaram para a necessidade de constituição de ambientes formativos sistematizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, que agregassem as outras interfaces que já estão sendo utilizadas desde o início do processo de imersão no campo. Nesse

interim foi criado o Ciber@teliêBrincante, uma ambiência formativa que é campo, objeto e dispositivo da presente pesquisa. Espaço foi constituído para estimular o potencial formativo do uso da conexão em rede, e dos dispositivos móveis, para as reflexões e compartilhamentos sobre o brincar livre, bem como para a troca das impressões sobre as observações, registros, reflexões e produções sobre o brincar, instigando os professores a descobrir os potenciais formativos e de colaboração destes dispositivos para a criação de vínculos entre os engajados no fomento do brincar livre no ensino fundamental.

Palavras-chave: Pesquisa-formação na cibercultura; Conexão em rede; Brincar Social Espontâneo.

Resumo 249

A RELAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE E ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - EEI UFRJ: DESAFIOS DOS PÓS INSTITUCIONALIZAÇÃO

Alessandra Melo

alessandrasarkis@gmail.com

Aline Jorge Silva Crispim de Carvalho

alinecrispimufri@hotmail.com

Vivian de Oliveira

viviandeoliveira24rj@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

A Escola de Educação Infantil da UFRJ foi inicialmente criada como benefício aos servidores da universidade em 1981. A partir da Resolução nº 01 de 2011 do Ministério da Educação iniciou-se um processo de institucionalização enquanto unidade acadêmica. Em 2013, a Escola de Educação Infantil foi incluída no Estatuto da UFRJ como órgão suplementar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Desde então, funciona como uma escola de Educação Infantil pública federal que atende crianças na faixa etária de 4 meses a 5 anos e 11 meses. A unidade atende ao público que é selecionado por meio de sorteio público. Realiza atendimento às crianças em horário integral com proposta pedagógica que preconiza a participação ativa das crianças, tendo como metodologia de trabalho o desenvolvimento de projetos construídos nos grupos de crianças. Como unidade universitária, a realização do trabalho se dá a partir do ensino, pesquisa e extensão universitária. Atuamos assim, na formação de professores e profissionais para a Educação Infantil, sendo campo de pesquisa, buscando a articulação com os profissionais da rede pública de ensino. Temos vivenciado importantes mudanças no perfil das famílias atendidas. Dados de acesso e permanência, tem revelado um cenário diferenciado do público a quem se destina a oferta de Educação Infantil, o que traz impactos para o projeto político pedagógico da unidade, para as relações estabelecidas neste contexto, e para a construção de políticas públicas para a infância. Este trabalho pretende apresentar as mudanças vividas pela unidade após sua institucionalização, no que tange ao perfil das famílias e crianças atendidas, indicando as principais conquistas e desafios desta unidade de Educação Básica no contexto universitário. Dentre estes desafios cabe ressaltar a efetivação de práticas que proporcionem a permanência das crianças na unidade, em consonância com a luta pela consolidação da política de educação Básica da UFRJ.

Palavras-chave: escola de educação infantil universitária; institucionalização; desafios

Resumo 252

Rethinking pedagogical practice: the role of the science fair in Elementary School I

Nayra Paoli

nayrapaoli@yahoo.com.br

Penha Souza Silva

penhadss@terra.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

The initial series of Basic Education is the moment in which students have the opportunity to develop different skills, which can contribute potentially in their day to day. Therefore, it is up to the teacher, as mediator of the process, to stimulate his students by providing different activities within the range of subjects of Fundamental I, taking into account the different contexts of the classroom. The Science, in addition to enabling knowledge about nature, is a discipline that contributes to the student reflecting on problematizing issues and consciously orient their actions in the environment in which they are inserted. Oliveira and Faltay (2008) indicate that teachers encourage their students to enjoy learning, including science and promoting not only their knowledge, but also their popularization, that is, their application in life. Mancuso (2000) emphasizes that the science fair is a form of work that enhances the learning of this discipline in the initial grades, thus favoring the development of different skills during its process. In addition to covering different stages such as: preparation, development, completion and culmination, it can be developed different work resources such as research, experience, observation, discussion and presentation. It is also important to highlight the mobilizing role of this work, bringing together not only teachers and students, but also the community involved. Thus, the present paper intends to present the role that a science fair represents in the initial series of Basic Education. In order to do so, a participant research was carried out in a period of eight months, following the development process of a science fair with three teachers, including the researcher in question, and 100 students from this segment of a private network institution. It was possible to verify during the whole process the great involvement of the students in the development of the activities, presentation and, also, in the assimilation of the subjects worked in the discipline. Conjuntura that led the team of teachers to a reflection of their practice before this discipline.

Palavras-chave: Science fair; elementary school; science teaching

Resumo 253

O BRINQUEDO E O BRINCAR EM TEMPOS DE CIBERCULTURA

Carla Cunto

carlacunto@unifeso.edu.br

Centro Universitário Serra dos Órgãos e Universidade Católica de Petrópolis, Brasil

Carlos Eduardo Rebuá

carlos.rebua@ucp.br

Universidade Católica de Petrópolis, Brasil

A partir da compreensão da estrutura da nova sociedade que atualmente está baseada material e tecnologicamente na conexão online (CASTELLS, 2003), é fundamental conhecer como os novos meios e formas de brincar se estabelecem para que seja ampliada a percepção de infância na sociedade contemporânea. Essa nova estrutura cultural, a cibercultura, não surge apenas da conexão online e sim das mudanças históricas e sociais que ocorrem em virtude dela. A presente pesquisa identificou na fala de docentes um discurso “de fim dos tempos”, afirmando que as crianças não brincam mais. As novas relações e posturas infantis em tempos de cibercultura, podem causar estranhamento a memória de alguns adultos, mas são a vivência atual da infância do século XXI. Assim, suscitou-se nos pesquisadores o interesse em investigar as relações do brincar e do brincar com as tecnologias digitais conectadas a web. Para tanto, a escolha metodológica, apontava para uma pesquisa qualitativa de tipo intervenção, já que não se trata de intervir para obter resultados mensuráveis. A pesquisa nesta abordagem está centrada no processo, na relação entre sujeitos, relação dialógica que, portanto provoca compreensão ativa de seus participantes (FREITAS, 2001). Compreendemos que os estudos deste trabalho tem fundamento teórico metodológico centrado na pesquisa histórico-cultural, já que a realidade só poderia ser compreendida a partir das condições sociais e históricas. A realidade seria o produto da relação contínua e dialética entre o homem e o mundo material num determinado contexto histórico (CHAUÍ, 2008). Identificamos que as escolas não disponibilizavam os equipamentos de tecnologias digitais para as brincadeiras, como computadores, notebooks e tablets. Por tanto, a pesquisa propôs o uso dos equipamentos e dos espaços, nas propostas de brincadeira tecnológica digital conectada, sem cobrança de desempenho. As crianças se tornaram as maiores promotoras de mudança a partir da apropriação que faziam dos novos espaços criados e dos equipamentos disponibilizados. Algumas transformações garantiram a continuidade do brincar e do brincar tecnológico digital na escola que foi assegurado não só pela equipe gestora, que já se comprometeu com as propostas, mas acima de tudo pelas crianças que ocupam os espaços a elas oferecidos.

Palavras-chave: Brinquedo; Brincadeira; Infância; Cultura; Cibercultura; Tecnologias Digitais

Resumo 255

A PHARMÁCIA LITERÁRIA: O PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO ATRAVÉS DA LITERATURA E SUA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA LUDICO CRIATIVA

Cristina d'Ávila

cmdt@ufba.br

Fabiana Mariano Moraes

fabianamoraes.desenho@gmail.com

Sandra Popoff

popoffsandra@gmail.com

GEPEL/UFBA, Brasil

Este artigo tem como proposta apresentar a didática criativa no processo de ensino e aprendizagem na disciplina de literatura no ensino médio. A formação do leitor e sua percepção de mundo se faz nas leituras de obras literárias, narrando e retratando as situações do comportamento humano, que são percebidas na sociedade. Refletir como a literatura cabe no processo de humanização da sociedade, ampliando a aprendizagem não apenas para o conteúdo escolar dirigido aos processos seletivos, mas a leitura e visibilidade de mundo, se faz pertinente no processo de ensino e aprendizagem de literatura. Apresenta-se aqui uma forma de letramento literário associado a atividades criativas que convidam o aluno a criar e buscar de forma lúdica a aprendizagem significativa em literatura, propondo a reconstrução do saber literário que envolvam pesquisa e desenvolvimento de um projeto por parte dos alunos. Com o projeto intitulado Pharmácia Literaria, as atividades foram criadas através da utilização de metáforas lúdicas e da linguagem artística, trazendo as obras literárias como remédio para a saúde da alma e a para humanização do leitor. Através das narrativas de Clarice Lispector, Machado de Assis e Jorge Amado, os alunos diante dos seus olhares e descobertas criaram bulas, receitando as obras para a comunidade escolar e para além dos muros, o leitor paciente. Para o embasamento teórico metodológico desta proposta nossas principais referências são Antônio Candido (1998), Cristina d'Ávila (2014), Rildo Cosson (2014) e Dante Gallian (2017).

Palavras-chave: Didática Criativa; Ensino de literatura; Letramento literário; Humanização

Resumo 258

COLIBRI – PROJETO DE INTERAÇÃO SOCIAL E GERACIONAL DESENVOLVIDO EM CONTEXTO DE FORMAÇÃO

Helena Santana

hsantana@ua.pt

University of Aveiro, Portugal

Rosário Silva Santana

rosariosantana@ipg.pt

Instituto Politecnico da Guarda, Portugal

O trabalho que nos propomos apresentar mostra como o desenvolvimento e aquisição de conhecimentos e competências musicais em crianças em idade escolar, pode ser desenvolvida tendo como variável a interação não só social como geracional. Motivados para esta realidade, apresentamos um projeto que pretendeu perceber a importância da criação e desenvolvimento de projetos em que a interação entre gerações e contextos sociais e vivências, se mostra fundamental no processo educativo. Nesta tipologia de projeto, os intervenientes tiveram a possibilidade de desenvolver e otimizar as suas capacidades cognitivas, criativas, lúdicas, expressivas e musicais num contexto de prática artística e musical diversificada. Neste projeto, desenvolvido no âmbito das atividades de enriquecimento curricular, os envolvidos, professores, alunos, e utentes do Centro de Dia, em interação e colaboração estrita, desenvolveram um conteúdo performativo de natureza colaborativa onde todos tiveram um papel fundamental na determinação dos seus conteúdos técnico-expressivos. Neste projeto estiveram envolvidas 17 crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos de idade, e 12 seniores, com idades superiores a 65 anos. Como objetivos, pretendemos perceber de que forma este tipo de abordagem educativa e criativa desenvolve as capacidades cognitivas, criativas, lúdicas e musicais dos alunos, contribuindo ainda para o desenvolvimento da motivação e da memorização. Em seguida move-nos o intuito de perceber de que forma os conteúdos desenvolvidos, contribuem para

uma melhoria da prática educativa, bem como de que forma contribuem para o desenvolvimento e consciencialização moral, social e cívica dos intervenientes. O Colibri simboliza a liberdade e a diversidade. Neste sentido, foi o tema de um espetáculo para o qual foram criados diversos conteúdos de natureza literária, dramática e musical que tiveram por base estes temas. As sessões foram programadas em estreita colaboração com os utentes do Centro de Dia. Desta forma pretendeu-se fomentar a capacidade criativa e comunicativa de todos, contribuindo para que o grupo sentisse que o projeto lhes pertencia. Foram criadas um conjunto de canções, inspiradas não só nos temas descritos, como nas vivências e experiências de todos. Inseridas no âmbito de narrativa musical mais vasta apresentada publicamente, foi intitulada de: COLIBRI.

Palavras-chave: criação artística; interação social; interação artística; interação geracional; motivação; criatividade

Resumo 259

INFÂNCIA E ALTERIDADE NA ESCOLA

Eliana Rodrigues Medeiros da Silva
eliana-rodrigues@hotmail.com
Associação Educacional Dom Bosco, Brasil

O presente artigo tem por finalidade apontar a relação de alteridade que os indivíduos (crianças) constituem dentro do ambiente escolar. A consolidação social que acontece através da interação com o outro e as transformações através do outro. Diante dessa perspectiva trago a Escola como lócus do campo de pesquisa para compreender como essas relações acontecem dentro do tempo e espaço que são indissociáveis e estão entrelaçados com a vida desses sujeitos. A escola é um cronotopo em constante transformação, onde a polifonia é um conjunto de vozes heterogêneas carregadas de significados essenciais para a interação e construção da criança. Compreendo a Escola como lugar de grande importância na vida e formação dos pequenos, eles chegam carregados de curiosidades e surgem com seus valores sociais e sua cultura familiar. Lopes nos diz que a criança não está no espaço, não está no território, não está no lugar, nem na paisagem; ela é o espaço, ela é o território, ela é o lugar, é a paisagem e, por serem produtoras de culturas e geografias, enriquecem nossa condição humana. Para a construção desse artigo dialoga-se com Bakhtin e Vygotsky evidenciando a Educação Infantil, o lócus e esse período da infância como um amplo recurso para pesquisa.

Palavras-chave: Alteridade; Interação; Transformação; Construção; Ambiente Escolar; Infância

Resumo 260

ASSEGURANDO DIREITOS NA DESIGUALDADE EDUCATIVA: A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Márcia da Silva Freitas
marciadsfreitas@gmail.com
Laila Pinto Vilela
lailavilela@bol.com.br
Universidade Federal Fluminense (UFF) / Colégio Pedro II, Brasil
Isabela Pinto Vilela
isabelavilela@hotmail.com
Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil
Nelma Alves Marques Pintor
nelmapintor@uol.com.br
Universidade Estácio de Sá (UNESA) / Red Internacional de Investigadores y Participantes sobre Integración Educativa, Brasil

O presente trabalho refere-se a uma pesquisa realizada na Rede Municipal de ensino de Itaboraí, cidade localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro (Brasil), entre os anos de 2013 a 2015, e trata-se de uma análise acerca da

inter-relação entre Educação de Jovens e Adultos e a Educação Inclusiva em nosso país, no campo do direito à educação em seu caráter de política pública. Encontramos nessas modalidades de ensino situações que reafirmam seu caráter duplamente excludente, pois ambas têm como escopo a responsabilidade de incluir aqueles que estiveram à margem do nosso sistema educacional. Nesse sentido, a pesquisa tem por principal objetivo investigar, no âmbito das políticas públicas, as ações do poder público local para garantir o direito à educação de jovens e adultos com deficiência, analisando os modos pelos quais se realiza o enlace entre as duas modalidades no município pesquisado. Destacamos que a pesquisa foi realizada numa abordagem qualitativa, sem desconsiderar dados quantitativos atualizados trazidos pelo Ministério da Educação, pela Secretaria Municipal de Educação da cidade investigada e através de entrevistas semiestruturadas realizadas com componentes das Equipes Diretivas, professores e funcionários de Unidades Escolares e com profissionais que atuam na Secretaria de Educação. Os procedimentos metodológicos utilizados durante a elaboração da pesquisa foram: análise documental, pesquisa de campo e entrevistas semiestruturadas.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Educação Inclusiva; Direito à Educação

Resumo 262

A EXCELÊNCIA ESCOLAR NO SECUNDÁRIO E O TEMPO DA ESTRANHEZA NO ENSINO SUPERIOR

Germano Borges

germanopinto@gmail.com

Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho (CIEd/UM), Portugal

Leonor Lima Torres

leonort@ie.uminho.pt

Instituto de Educação da Universidade do Minho (IE/UM). Departamento de Ciências Sociais da Educação (DCSE), Portugal

Enquadrada num projeto de doutoramento financiado pela FCT(SFRH/BD/102429/2014), a presente comunicação incide sobre a adaptação ao 1.º ano da universidade por parte dos estudantes considerados excelentes no ensino secundário. O estudo envolveu alunos de cursos científico-humanísticos que integraram o quadro de excelência de 3 escolas secundárias públicas portuguesas entre 2013-2015, com médias internas superiores a 18 valores. A estes alunos, no momento atual do ensino superior, foi solicitada a colaboração no preenchimento de um inquérito por questionário, e o número de respondentes, à data desta comunicação, é de 352, respetivamente 60,8% do total da amostra (N=579). Os resultados preliminares mostram que cerca de 40,1% (n=141) dos inquiridos confirma ter dificuldades de adaptação à Universidade, apresentando como principais razões: i) o trabalho académico, traduzido em lastimações quanto ao excessivo grau de exigência, a quantidade de trabalho requerido e o ritmo de estudo exigido, argumentando que o ensino superior exige métodos de estudo assentes numa maior autonomia e numa mais expressiva autoaprendizagem (ao contrário do ensino secundário, mais focado na memória); ii) a adaptação ao meio, dificuldades resultantes de um novo e desconhecido ambiente (institucional, educacional, social), em que o maior grau de autonomia é fator desencadeador de desadaptação (neste quadrante, surge como exemplo, a saída da casa dos pais, a mudança de cidade, o estar longe de casa, a ausência da família e dos amigos, o ter que lidar com as tarefas domésticas e a gestão do orçamento); iii) as características dos professores, expressas pelas dificuldades quanto ao relacionamento pedagógico descrito como formal e impessoal e quanto à avaliação caracterizada como nimenitamente rigorosa. As dificuldades de adaptação elencadas por aqueles que teoricamente estariam melhor preparados para enfrentar os desafios escolares do ensino superior, deve fazer questionar-nos sobre vários aspetos de pertinência sociológica, particularmente o tempo da estranheza (Coulon, 1997), o tempo resultante de se estar a ingressar num contexto desconhecido e de rutura com o passado imediato, um tempo alheio à média de ingresso e ao curso de ingresso, um tempo que requer uma atenção institucional especial.

Palavras-chave: Excelência Escolar, Adaptação ao 1.º ano do Ensino Superior, Tempo da Estranheza

Resumo 263

MULTICULTURALISMO: DIVERSIDADE CULTURAL NA ESCOLA

Patricia Romero

patricia.robenitez@hotmail.com

Universidade do Minho, Portugal

A sociedade, nos últimos anos, tem sido objeto de muitas mudanças o que tem levado ao aparecimento de novas realidades educativas e, ao mesmo tempo, tem desencadeado um acréscimo de exigências feitas aos professores e à escola. A globalização e a crise financeira mundial recente têm levado a novos desafios e a novos paradigmas. A temática deste estudo teve como proposta investigar o multiculturalismo na escola. Para tanto, utilizamos a prática educacional de professores e gestores de uma escola. A nossa pergunta de partida: “Como incluir crianças de nacionalidades, culturas e religiões diferentes na escola?” O objetivo geral do estudo foi demonstrar que o educador/gestor, através da sua vivência e formação é capaz de considerar a inclusão do aluno de nacionalidade, cultura e religião diferentes na escola, visando seu desenvolvimento e aprendizado. A pesquisa-ação foi a metodologia usada para levantamento de dados. Embora a escola brasileira seja um dos espaços mais ricos de construção da cidadania e acesso ao conhecimento sistematizado, além de construção de identidade social e cultural, para alunos em contextos multiculturais, nem sempre acontece. Os resultados apontam que os professores ainda sentem dificuldades para abordar o multiculturalismo, existindo poucos momentos de diálogo com as famílias, além de ser limitada a troca de experiências, entre professores, acerca dos alunos. Face aos dados obtidos, propomos um Plano de Formação para Professores, coordenado por nós, que passa pelas áreas: os desafios da inclusão multicultural, estratégias de troca de experiências e o espaço como terceiro educador. No sentido de fortalecer o vínculo entre famílias e a escola apresentamos algumas atividades que contribuam para fortalecer a relação Escola /família, pois é necessário criar nas famílias um conceito positivo da escola.

Palavras-chave: Diversidade; Escola; Multiculturalismo; alunos; Professores; famílias

Resumo 265

AS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRAS: UM OLHAR PARA A ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (EEI-UFRJ)

Isabela Lopes

isabelaufjr@gmail.com

UERJ, Portugal

Esta comunicação procura contextualizar as funções históricas e contemporâneas de unidades de educação infantil que estão no contexto universitário, dando ênfase à Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EEI-UFRJ), que apesar de contar com uma história de 36 anos, teve uma institucionalização bem recente. Para esse mergulho, se apoiou metodologicamente em revisão bibliográfica e análise documental. Após a Resolução N° 1, de março de 2011, do Conselho Nacional de Educação, as unidades universitárias federais de educação infantil foram instigadas a repensar suas identidades, já que oferecer igualdade no acesso e permanência das crianças é um dos principais pontos dessa legislação. Isso significa democratizar unidades que em sua maioria, eram entendidas como benefício para filhas e filhos de servidores e/ou estudantes. A Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro foi utilizada como locus privilegiado desse trabalho, para entender as tensões e perspectivas desses espaços na educação brasileira.

Palavras-chave: Creches universitárias; Resolução N° 1; Educação Infantil

Resumo 266

ENTRE MULHERES: O ENSINO DOMÉSTICO E A PROFISSÃO

Alvaro Ribeiro

alvarochaves.ribeiro@gmail.com

Universidade do Minho, Portugal

A partir de uma pesquisa qualitativa realizada em Portugal sobre famílias que praticam ensino doméstico, o autor dá a conhecer as diferentes abordagens que as mães tecem como gestoras dos planos dos percursos familiares. Tendo o lar como micro-organizações, entre a burocracia racional e os modelos anárquicos, dos tipos ideais de famílias estudados, o autor defende que as mães assumem uma carreira sem fronteiras por tenderem a abandonar a ideia de carreira profissional delimitada por fronteiras organizacionais. Durante o período de escolaridade obrigatória dos seus filhos, estas mulheres tendem a fazer a autogestão do seu autoemprego como estratégia de conseguirem um maior equilíbrio entre o ensino doméstico dos seus filhos e o trabalho.

Palavras-chave: ensino doméstico; mulheres; profissão; gestora familiar

Resumo 267

O LUGAR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NOS TERRITÓRIOS DE EXCEÇÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Luana Pereira

luanapilarpp@gmail.com

Jussara Macedo

jussara0712@gmail.com

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

O trabalho é resultado de pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos (PPDH) do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida (NEPP-DH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Trata-se de uma investigação sobre a existência ou não de políticas públicas para escolas em territórios de exceção no estado o Rio e Janeiro onde cresce a violência urbana. Entendemos como território de exceção o espaço geográfico submetido a situações de violência resultantes da ausência e/ou omissão do Estado. O Censo Escolar da Educação Básica brasileira (2016) revela a existência de um tipo de fracasso escolar estrutural, que é encoberto por variáveis que direcionam as responsabilidades para os sujeitos isolados como o professor, o aluno, os gestores escolares, etc. que direta ou indiretamente integram o processo educacional. Nossa hipótese é que não há políticas públicas capazes de amenizar, reparar e/ou extinguir os impactos causados a essas escolas, como as do Morro do Alemão, da Rocinha ou da Maré. Objetiva-se analisar a existência ou não de políticas educacionais para escolas situadas em territórios de exceção no município do Rio de Janeiro, Brasil, por meio das ações da Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro (SME/RJ). Analisaremos em que medida se dá ou não o processo de invisibilização dessas escolas, de forma a impedir ou não o direito à educação básica dos estudantes. Nossa investigação se orienta a partir das mudanças nas políticas públicas oferecidas pelo Estado brasileiro a partir da reforma do Estado de 1995 quando se implementou a “Nova Gestão Pública” com base no gerencialismo. Toma-se por base a metodologia do materialismo histórico dialético uma vez que se busca ultrapassar a aparência do fenômeno observado para alcançarmos sua essência no que diz respeito à existência de políticas públicas para escolas situadas em territórios de exceção. Os resultados preliminares apontam certa negligência por parte do Estado quanto à garantia do direito à educação das crianças que estudam em escolas localizadas em territórios de exceção e, por isso, estão sujeitas a diversos tipos de violência.

Palavras-chave: Educação; Políticas Públicas; Violência; Territórios de Exceção

Resumo 268

A MEDICALIZAÇÃO DAS DIFICULDADES ESCOLARES NA ERA DA “ECONOMIA DA ATENÇÃO”: MUNDO DIGITAL E TDAH

Maria Renata Prado

mariarenataprado@gmail.com

Université Paris Descartes - França

Luciana Caliman

calimanluciana@gmail.com

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

No cerne das transformações dos modos de ser e estar na escola contemporânea, nossas formas de estar atento ao mundo são continuamente remodeladas, entre o paradoxo das demandas e exigências de foco e o bombardeio de estímulos que, cada vez mais velozmente, disputam nossa atenção. Na era designada como “economia da atenção”, esta se tornou o bem “econômico” mais importante e investido pelas tecnologias midiáticas. É neste contexto que se fortalecem os processos de medicalização e medicamentação da (des)atenção e se proliferam os diagnósticos de Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade e a prescrição de psicoestimulantes. Esta pesquisa objetivou acessar a experiência de crianças e jovens diagnosticados com TDAH que fazem uso de metilfenidato, no Brasil e na França. As entrevistas realizadas nesses dois países nos mostram como as contradições entre a necessidade de focalização nas tarefas escolares e a onnipresença do mundo digital permeiam a realidade dos jovens diagnosticados. Entre a obrigação de “prestar atenção na aula” e a imersão diária nos jogos e redes virtuais, essas crianças e adolescentes revelam a face coletiva e conjunta da atenção, não mais pensada como uma capacidade individual. Além disso, em sua totalidade crianças e jovens entrevistados relacionam o uso do medicamento às necessidades de aumento do rendimento escolar e adaptação ao sistema escolar. As exigências de produtividade e do alcance de metas escolares impossibilitadas pelo suposto problema de atenção legitimam o uso do medicamento que, “magicamente” solucionaria o problema. No entanto, diferentemente da apologia ao efeito miraculoso dos psicoestimulantes, os entrevistados explicitam as controvérsias e paradoxos em torno da toma do medicamento, no que tange aos seus efeitos secundários, ao estigma criado e especialmente ao sentimento de insegurança em torno de “ser (in)capaz” sem estar sob o efeito do medicamento. A proposta de comunicação aqui apresentada parte de uma questão de grande atualidade na intersecção dos campos médicos e educativos. A análise do ponto de vista das crianças e jovens diagnosticados nos permite alcançar, numa perspectiva macro e micro sociológica, o processo de medicalização da vida como tendência mundial mas também como “modo de existir” local.

Palavras-chave: Dificuldades escolares; Medicalização; Mundo digital

Resumo 270

NARRATIVAS DE CRIANÇAS SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO RELACIONADAS ÀS LETRAS DE MÚSICA FUNK

Maria Inês Sousa

ines.sol1@hotmail.com

Andrea Astigarraga

astigarragaandrea@yahoo.com

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Brasil

Fernando Ilídio Ferreira

filidio@ie.uminho.pt

University of Minho, Portugal

Qual a importância de escutar narrativas de crianças sobre sua vida cotidiana? Que influência tem na formação identitária das crianças ouvir letras de música funk? O funk brasileiro tem origem na cultura afro-americana e possui vários tipos: ostentação, melody, proibidão e o consciente. Os três primeiros, geralmente, estão associados a estereótipos, tais como, a marginalização, conteúdo erótico-sexual e com representação negativa das mulheres. Diferentemente, as letras do funk consciente apresentam um conteúdo que traduz empoderamento, pois as funkeiras utilizam as músicas e as danças onde seus corpos demonstram que elas se sentem mais fortes e mais valorizadas. Neste trabalho buscamos compreender como crianças da periferia narram e interpretam as manifestações do funk sobre gênero e, mais especificamente, as implicações da exposição às letras do funk na construção social, educacional e identitária das crianças. A pesquisa desenvolveu-se com seis crianças de 08 a 12 anos de idade que participavam de atividades educacionais da Sociedade de Apoio a Família Sobralense - SAFS, uma ONG localizada no Bairro Dom José, periferia do município de Sobral-CE. Realizamos uma pesquisa-ação, sobretudo através de oficinas, no período em que a primeira autora atuava nessa ONG como coordenadora pedagógica. As crianças narraram, através de roda conversas, desenhos, pinturas, sonhos, desejos, etc., e relatavam os tipos de violências que vivenciavam no bairro onde vivem. Observamos que as crianças são expostas às letras das músicas de funk proibidão com incitação ao

sexo, reproduzindo as palavras e coreografias, sem saber exatamente o significado destas. Em relação às questões de gênero, observamos que a comunidade (re) produz o machismo enraizado em nossa sociedade patriarcal e, nas oficinas, as crianças reproduziram esse pensamento, sendo as mulheres funkeiras desvalorizadas. Esta pesquisa salienta a importância de escutar as crianças sobre as manifestações culturais do contexto onde elas estão inseridas; de dialogar com esses processos sociais a partir das suas representações e subjetividades; e de refletir sobre a formação dos docentes, pois, em grande medida, as escolas onde estas crianças estudam desconhecem essa influência sócio-cultural, desconsiderando, assim, o mundo-da-vida cotidiano das crianças da periferia e suas influências.

Palavras-chave: Crianças; Narrativas; Gênero; Funk

Resumo 271

THE ORGANISATIONAL MEDIATION OF THE YOUTH WORKER WORKING WITH YOUNG MIGRANTS, REFUGEES AND ASYLUM SEEKERS

Álvaro Ribeiro

alvarochaves.ribeiro@gmail.com

Universidade do Minho, Portugal

Nowadays, the migration and humanitarian crises in the European Continent, with the increase of migration flows, are posing new challenges to the European Union and to its Member States. In this context, new needs are emerging for effective and innovative ways to foster the integration of refugees and migrants in a mid and long term perspective. Therefore, the study of Youth Work experiences and practices is crucial to satisfy the need for a better integration and inclusion process, to enhance the quality of non-formal learning activities, and to prevent radicalisation and conflicts. With this paper we aim to study the contribution of Youth Work to give an actual and specific support to the creation of a more inclusive society and to the integration process in addition to a contribution for the formulation of new policy recommendations. One important topic of our study is the organisational models youth workers have been developed in order to foster social inclusion of young migrants, refugees and asylum seekers (YMRA) in 9 European countries. In order to study this topic we have been developing an inductive research based on multi-site case studies, 114 good practices reports, 20 exploratory interviews, 15 life stories. One of the conclusions that we would like to explore by this communication is the nature of the organisational structure and the relations with environment. There is a tendency to become more institutional, objective, managing the responsibility of the work/organisation with some level of mediation, sharing decisions and participation. Here the youth worker mediates, shares and participates with YMRA. Mediation shows up as the corner stone to construct a trans-cultural society which aims to be cultural-linguistic, meaningful of interactions, connections and collaborations, based on confidence, self-reliance, problem solving skills and equal opportunities.

Palavras-chave: Organisational theory; Mediation; Youth work; Young migrants refugees and asylum seekers; Social inclusion

Resumo 272

ESTADO DA ARTE: O CENÁRIO DAS PESQUISAS SOBRE A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA COM ENFOQUE NAS PERCEPÇÕES DE CRIANÇAS A RESPEITO DA VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR

Gislene de Souza

gislene_caabral@hotmail.com

Emília Vilarinho

evilarinho@ie.uminho.pt

Universidade do Minho Portugal

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa de doutoramento em andamento, e tem como objetivo evidenciar o volume das produções científicas relacionadas à Sociologia da Infância, com enfoque nas percepções de crianças a

respeito da violência no contexto escolar, a partir da construção de um Estado da Arte. O período investigado foi de 2000 a 2017, com pesquisas em dissertações, teses e artigos publicados em periódicos e, no período de 2012 a 2016, para as produções investigadas nos eventos científicos. Para a realização da pesquisa foi adotada a metodologia qualiquantitativa. Procedeu-se, inicialmente, as buscas dos artigos, dissertações e teses nos sites da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Portal Brasileiro de publicações científicas em acesso aberto (OASIS) Biblioteca Digital desenvolvida em Software livre (Domínio Público) e no Banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para a investigação dos eventos científicos foram selecionados quatro eventos, um em nível internacional, dois nacionais e um estadual, sendo eles o Congresso Internacional de Pesquisas (Auto) Biográfica – (CIPA), as reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Congresso Nacional de Educação (EDUCERE) e um terceiro em nível regional/local que foi o Seminário de Educação realizado anualmente pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Os resultados apontaram que estudos sobre a Sociologia da Infância, são ainda escassos, tanto nacionais quanto internacionais, pois na perspectiva dessa investigação foram localizadas somente dez (10) produções que reportavam sobre o tema investigado.

Palavras-chave: Concepções de Violência na Educação Infantil; Violência na Perspectiva da Criança; Violência e Educação Infantil; Narrativas/Memória de Crianças e violência

Resumo 273

SENTIDOS DE PRÁTICA CURRICULAR: ESPAÇO-TEMPO DE CRIAÇÃO DOS PROFESSORES

Maria Angélica da Silva

angelicasilva.ufpe@gmail.com

Maria Julia Carvalho de Melo

melo.mariajulia@gmail.com

UFPE CE, Brasil

Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida

nina.ataide@gmail.com

UFPE CAA, Brasil

Inscrevemos nossa proposta no âmbito do debate das práticas curriculares docentes, tomando como objetivo estabelecer um diálogo teórico no que concerne a evidenciar os sentidos de prática curricular como espaço-tempo de exercício criativo e criador do currículo na prática docente. Tomando o currículo enquanto discurso constituinte da prática curricular e entendendo que esta prática excede a estrutura das políticas educacionais e curriculares, na mesma medida em que temos a prática como uma ação política (LOPES, 2014), tecemos um conjunto de reflexões sobre o caráter sempre parcial e contingencial (LACLAU, 2001) das práticas curriculares empreendidas no cotidiano. Partimos ainda, da compreensão de que tais práticas são tecidas em múltiplos contextos, sem fronteiras definidas de uma vez por todas, e que são fabricadas em meio a sentidos de currículo construídos pelo terreno de disputas, no qual a autonomia que caracteriza o saber-fazer específico da docência possibilita a criação cotidiana de projetos de currículos. (MACEDO; OLIVEIRA, 2011). Na trilha dessas ideias, partimos de um referencial teórico metodológico baseado na Teoria do Discurso (LACLAU; MOUFFE, 2000), a qual ao não fazer distinção entre o linguístico e o extralinguístico, permite tratar as práticas curriculares como discurso. Diante disso, em nossas análises percebemos que os sentidos de currículo não são completos, conclusos ou acabados e que as práticas curriculares atuam como espaços-tempos de criação (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016) de políticas-práticas curriculares (FERRAÇO; CARVALHO, 2012). Sendo assim, o currículo tem se apresentado como um conjunto de práticas entrecruzadas, desenvolvidas por sujeitos que ao mesmo tempo em que produzem o currículo são também produzidos por ele, sendo este movimento de produzir/produzir-se mediado pelos discursos, tomados aqui como práticas de construção de sentidos. Assim, as discussões curriculares, enquanto campo teórico-prático de fixação parcial de sentidos nos solicitam a tessitura de diálogos que superem a visão binária entre o pensar e o viver o currículo, entendendo que o currículo é pensado-vivido num movimento constante de organização e desenvolvimento que se materializa a partir das práticas curriculares.

Palavras-chave: Sentidos; Práticas Curriculares; Teoria do Discurso

Resumo 275

A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NAS PESQUISAS: NUANCES A PARTIR DA ETNOGRAFIA E DA INVESTIGAÇÃO PARTICIPATIVA

Rita Marchi

rt.mc@bol.com.br

Universidade de Blumenau, Brasil

Natália Fernandes

natfs@ie.uminho.pt

University of Minho, Portugal

Afirmar que a investigação com crianças assumiu uma visibilidade inédita já deixou de ser uma novidade, uma vez que é inegável o modo como, na academia, sobretudo a partir dos estudos da criança, se tem vindo a afirmar esta possibilidade ético-metodológica de construir conhecimento com as crianças. A partir das significativas conquistas realizadas nas últimas décadas acerca da possibilidade de considerar as crianças sujeitos de pesquisa, têm-se multiplicado publicações que anunciam a sua participação em investigações. No entanto, muitas vezes, o conceito de participação é equivocadamente invocado em práticas de pesquisa que não asseguram sequer um nível básico em como tomar as vozes das crianças em consideração. O objetivo deste texto é, assim, discutir metodologias de pesquisa com crianças, argumentando pela mobilização crítica de um conceito de participação a partir da etnografia e da investigação participativa, discutindo aproximações, distanciamentos e *nuances* entre essas duas metodologias e interrogando sobre os modos e significados que a participação das crianças pode assumir nos processos de investigação.

Palavras-chave: Infância; Participação; Investigação

Resumo 277

EXPERIÊNCIAS PARTICIPATIVAS NA ESCOLA: CRIANÇAS, COMUNIDADE E EDUCAÇÃO PARA O RISCO

Ana Sofia Ribeiro

sofiaribeiro.sofia@gmail.com

Jussara Rowland

jussara.rowland@ics.ulisboa.pt

Ana Nunes Almeida

ana.nunes.almeida@ics.ulisboa.pt

Universidade de Lisboa, Portugal

A participação das crianças e jovens nos processos de investigação que lhes dizem respeito tem sido cada vez mais comum, partindo do pressuposto de que as crianças estão epistemologicamente melhor posicionadas para aceder às vivências contemporâneas da infância. De facto, com a Convenção sobre os Direitos da Criança a sublinhar o direito a serem ouvidas e envolvidas nos assuntos que lhes dizem respeito, contrapõe-se ao paradigma da vulnerabilidade o da agência coletiva, considerando-as como parceiros capazes de atos de cidadania quotidiana, que desejam ser ouvidas e envolvidas nas suas comunidades. Ancorada no projeto de ação-coordenação europeu CUIDAR (Culturas de Resiliência à Catástrofe entre Crianças e Jovens, financiado pelo H2020), esta comunicação irá centrar-se sobre os processos de co-criação de conhecimento na área da prevenção e resposta ao risco de catástrofe em contexto urbano. O projeto tem por objetivo promover a participação das crianças e jovens no desenho de iniciativas e políticas nesta área. Em Portugal, a equipa centrou-se nos desastres causados pelas alterações climáticas, tendo feito workshops consultivos com crianças do 4^a ano e jovens do 9^o ano em dois municípios do país. Os workshops realizaram-se em contexto escolar, proporcionando por isso uma cooperação multisectorial e interdisciplinar com metodologias de educação não formal a serem aplicadas em contextos formais. Durante os workshops, os participantes conceberam materiais de comunicação com mensagens e ideias específicas destinadas à comunidade escolar e a decisores políticos locais. Estas mensagens foram posteriormente apresentadas em eventos de

aprendizagem mútua e de disseminação, durante os quais crianças e adultos apresentaram as suas ideias e as debateram como pares. A riqueza pedagógica e sociológica desta experiência, possível pela diversidade de agentes envolvidos dentro e fora do âmbito escolar, surpreendeu os participantes (crianças e adultos), que apreciaram sobretudo a natureza mais dinâmica do processo de investigação, tornando-se dessa forma, atores de uma educação para o risco mais participativa. São essas ideias e esse processo que propomos aqui discutir, argumentando que as metodologias participativas e criativas de investigação constituem uma ferramenta valiosa nestes contextos.

Palavras-chave: Cidadania; crianças e jovens; metodologias criativas e participativas; educação para o risco

Resumo 279

A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NA GESTÃO ESCOLAR: ESTUDO COM PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DE UMA ESCOLA DE ANGOLA

Ricardo Canepa

ricardo.canepa75@gmail.com

Angola - University of Minho

A nossa comunicação enquadra-se no âmbito do doutoramento que estamos a realizar, no domínio da organização e administração escolar na Universidade do Minho, e tem como objeto de estudo a participação dos pais na gestão escolar, apontando-se esta como uma dimensão importante para a construção da escola democrática angolana. Para o desenvolvimento deste estudo, do ponto de vista teórico, optamos por analisar a escola na perspetiva política, onde enfatiza-se a diversidade de interesses e objetivos, dando grande visibilidade às questões do poder e do conflito subjacentes ao exercício da participação dos pais em órgãos de gestão da escola. Por outro lado, também recorreremos a outras perspetivas teóricas, nomeadamente a tipologias da participação em contexto organizacional, de modo a caracterizar as práticas de participação dos pais no caso de uma escola. Quanto à metodologia para esta investigação, procuramos combinar métodos de diferentes abordagens, quer qualitativas, quer quantitativas. De modo específico, recorrer a diferentes técnicas de recolha da informação com análise documental, inquérito por questionário e entrevistas. Assim, quanto aos resultados preliminares obtidos, os dados da investigação direcionam-se no sentido em que a associação de pais e encarregados de educação, apesar de se encontrar inscrita no organigrama da Escola e em outros normativos, os seus representantes não participam de forma efetiva nos órgãos onde são tomadas decisões importantes da escola. Sendo-lhes apenas reconhecida e reservada a possibilidade de reclamar, a posteriori, na qualidade de consumidores. Por outro lado, segundo testemunhos recolhidos até ao momento, parece haver de forma pontual contactos mais individualizados entre professores e pais, em torno de assuntos relativos à criança, na sua condição de estudante. Atualmente a relação escola-família ainda não está muito estudada no contexto angolano, tornando-se, assim, uma temática complexa e desafiante. Deste modo, o estudo da participação na organização escolar é um elemento relevante de reflexão em torno da realização de uma escola democrática.

Palavras-chave: Escola; democracia; pais/ encarregados de educação; participação; gestão; professores

Resumo 280

AULAS DE CIÊNCIAS: O QUE PENSAM E QUAL A OPINIÃO DOS JOVENS BRASILEIROS?

Jaqueline Pinafo

jaquelinepinafo@bol.com.br

Nelio Marco Vincenzo Bizzo

nelio.bizzo@gmail.com

University of São Paulo, Brasil

O desencanto dos estudantes pelas aulas de ciências tem promovido grandes discussões e em muitas pesquisas, são consideradas pelos jovens como descontextualizadas, cheias de conteúdo transmissivo e com dificuldades desnecessárias (OSBORNE; SIMON; COLLINS, 2003; JISDEJÓ et al., 2009; NERESINI; CROVATO; SARACINO, 2010; DANAIA; FITZGERALD; MCKINNON, 2012). Assim, percebe-se que as aulas se constituem em um momento

importante para fomentar o interesse dos jovens, não só por temas/assuntos científicos, mas também estimulá-los a seguir carreiras que lidem com ciência e tecnologia ou científicas. Diante dessa constatação, conhecer a percepção dos jovens brasileiros matriculados no primeiro ano do Ensino Médio por meio da expressão de suas opiniões acerca da ciência e tecnologia é uma forma significativa de tentar fomentar o interesse destes pelas aulas de ciências, fato que poderá determinar ao longo sua vida, as suas decisões e ações, sendo este o objetivo desta pesquisa, que tem como enfoque ampliar e aprofundar essas discussões, inserindo-se no campo da avaliação educacional de natureza quantitativa. Os dados da pesquisa foram coletados pelo questionário Barômetro Brasil: Os Jovens e a Ciência, (BIZZO; PELLEGRINI, 2013), em uma amostra de representação nacional, baseado em um plano amostral em que 78 escolas e 2.368 jovens foram objeto de estudo. O questionário foi organizado em 9 seções, sendo a seção “D” com o título (As minhas aulas de ciências) alvo das discussões. Os resultados encontrados, no presente estudo, por meio do teste deMann-Whitney, com p-valor $p < 0,005$, consideradas significativas, apontaram que os jovens brasileiros possuem atitudes positivas com relação às suas aulas de Ciências com um grau ligeiramente maior de concordância para as jovens. Tanto meninos como meninas concordam que a ciência apresentada na escola amplia as possibilidades de carreira e ainda ajuda a melhorar a saúde. Também foi possível perceber que características regionais, condições culturais e sociais exercem influência no que os jovens pensam, desse modo, observa-se que os jovens do Norte e Nordeste são os mais motivados a aprender Ciências, enquanto os jovens do Sul e Sudeste se mostram com menor motivação.

Palavras-chave: Percepção pública; jovens; avaliação.

Resumo 281

INVESTIGAR COM BEBÉS E CRIANÇAS PEQUENAS NO TEATRO ‘PARA’ E ‘COM’ BEBÉS.

Carla Cunha

carlasrcunha@gmail.com

University of Minho, Portugal

Esta comunicação será apresentada no âmbito do doutoramento em Estudos da Criança – Especialidade de Educação Dramática, a partir do projeto de tese “As linguagens teatrais na educação de infância: diálogos artístico-pedagógicos a partir de um estudo etnográfico com bebés e crianças até aos 3 anos”. O estudo, enquadra-se, epistemologicamente, na área de expressão dramática e teatro em interlocução com a sociologia da infância e pedagogia da infância. Apesar da escassez de estudos nacionais e internacionais relativos às linguagens teatrais 'para' e 'com' crianças com menos de três anos, constata-se que o 'teatro para os primeiros anos' tem um espaço próprio que se vem conquistando há, pelo menos, 30 anos. Este poderá ser um meio de acedermos aos mundos da infância, conhecermos e compreendermos os bebés e as crianças pequenas, escutar a sua 'voz' e proporcionar-lhes oportunidades de participar ativamente na sociedade em que se inserem, reconhecendo-os como competentes, capazes e portadores de direitos. No entanto, investigar práticas artístico-pedagógicas 'com' e não apenas 'sobre' crianças tão pequenas, acarreta grandes desafios ao investigador. Convocaremos, nesta comunicação, a título de exemplo, algumas investigações sobre 'Teatro para os primeiros anos'/'Teatro para e com bebés' que convocam diferentes metodologias e diferentes instrumentos de recolhas de dados. Apresentaremos, ainda, o enquadramento metodológico do projeto de doutoramento que está a ser desenvolvido através do acompanhamento do trabalho de uma Companhia de teatro 'para' e 'com' bebés em articulação com três contextos educativos (creches) e que tem como objetivo central compreender as formas de comunicação e participação de bebés e crianças até aos três anos, atores e educadores de infância em performances teatrais 'para' e 'com' bebés e crianças pequenas. Neste sentido, apresentaremos os instrumentos de recolha de dados que serão convocados para auscultar as 'vozes' dos diferentes sujeitos envolvidos na investigação. Por fim, refletiremos em torno dos desafios que se colocam ao investigador relativamente à escolha dos instrumentos de recolha de dados em estudos 'com' crianças que ainda não dominam a linguagem verbal.

Palavras-chave: Teatro 'para' e 'com' bebés; Participação; Comunicação; Estudo etnográfico

Resumo 282

A FOTOGRAFIA COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO

Márcia Maria Martins Parreiras
marciaparreiras@yahoo.com.br
Mariléa Antônia da Paixão
marileiapaixao@gmail.com
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Brasil

As cidades são em si mesmas potencialmente educacionais e dinâmicas, e que, por essa razão, devem ser exploradas como singular espaço pedagógico, a fim de se estimular a reflexão, o questionamento, a elaboração de propostas de intervenção, contribuindo assim, na construção de identidades, saberes, culturas, criatividade. A partir desse entendimento, o presente trabalho trás o relato de um projeto de fotografia desenvolvido junto a estudantes do Segundo e Terceiro Ciclos de Formação da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Em linhas gerais, o projeto teve por objetivo permitir aos educandos (1) vivenciarem a educação para os múltiplos olhares, isto é, estimular uma reflexão sobre os valores artísticos e sócio-culturais da fotografia; (2) desenvolverem conhecimentos em técnicas de fotografia; (3) utilizarem a fotografia como instrumento de registro e expressão das realidades, e, finalmente, (4) compreenderem a fotografia como mediadora para a apropriação dos espaços e cotidiano da cidade. Diante disso, o projeto foi organizado em quatro etapas, sendo: a) capacitação de docentes, por um profissional da área, sobre os conceitos básicos de fotografia; b) formação de turmas de estudantes, a respeito das técnicas fotográficas, pelos professores participantes; c) visitas a praças e parques da cidade, de reconhecido valor histórico e ambiental, para realização dos registros; d) exposição e premiação. Ao todo, considerando o ano de 2012, participaram da atividade dezenove professores e trezentos e oitenta estudantes. Dentre os resultados obtidos, a partir da análise de registros elaborados pelos professores sobre o projeto, verificou-se que este consistiu em uma iniciativa pedagógica relevante, uma vez que a metodologia utilizada foi capaz de contribuir para o desenvolvimento teórico-prático da sensibilização do olhar, além de oportunizar reflexões, apropriação e valorização de espaços diversos da cidade. Assim sendo, em linhas gerais avalia-se que a experiência do projeto oportunizou que os discentes deixassem de ser observadores passivos, tornando-se autores críticos de visões de sua própria cidade, desenvolvendo, assim, criatividade e autonomia.

Palavras-chave: Fotografia; Criatividade; Autonomia; Apropriação da cidade

Resumo 283

A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM ALUNOS COM DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE

Aparecida Mendes Barbalho
cidinhabarbalho@hotmail.com
Jaqueline Pinafo
jaquelinepinafo@bol.com.br
ESCOLA ESTADUAL BOA ESPERANCA, Brasil

O trabalho que ora apresentamos é resultado de uma pesquisa realizada com alunos que apresentam o Déficit de Atenção e Hiperatividade (DAH) e objetivou-se identificar e analisar como os professores detectam em sala de aula alunos com o problema de Déficit de Atenção e Hiperatividade (DAH) com o apoio da sala de recursos e buscar compreender se o mesmo tem suporte teórico/prático para trabalhar com os alunos. A pesquisa teve como sujeitos alunos do Ensino Fundamental das 1ª, 2ª e 3ª fases do I ciclo das Escolas Estadual "Boa Esperança" e Escola Municipal "Carlos Masson Netto". Com a finalidade de atingir os objetivos propostos, decidiu-se por desenvolver uma pesquisa dentro da abordagem qualitativa, de natureza documental, com entrevistas no tratamento metodológico do estudo, pois a mesma tem o ambiente natural como principal instrumento. Por se tratar de um assunto pouco explorado optamos trabalhar em consonância com Luis August P. Rodhe: Eydrene B. P. Benczik (1999). Constatou-se que a criança portadora do Déficit de Atenção e Hiperatividade (DAH) demonstra com mais precisão as características da doença em idade escolar. O profissional da educação é um dos mais indicados para encaminhar crianças para um diagnóstico especializado deste problema devido à sua convivência cotidiana com a criança em situações grupais. Mediante a constatação do problema, o educador deve informar aos pais orientando qual o procedimento a ser seguido. Verificou-se que as crianças com Déficit de Atenção e Hiperatividade (DAH) são frequentemente acusadas de "não prestar atenção", mas na verdade elas prestam atenção em tudo. O que não possuem é a capacidade para planejar com antecedência, focalizar a atenção seletivamente e organizar respostas

rápidas. Ressalta-se através desta pesquisa que é necessário que as escolas criem alternativas para amenizar os problemas apresentados pelos portadores de Déficit de Atenção e Hiperatividade (DAH) e que desenvolvam métodos variados utilizando apelos sensoriais diferentes (som, visão, tato) para ser bem-sucedido o ensino-aprendizagem desses alunos.

Palavras-chave: Conhecimento; Transtorno de Déficit de Atenção; Ensino aprendizagem

Resumo 284

“CÁ NA AFURADA NÃO TEMOS ONDE BRINCAR, ENTÃO TEMOS DE BRINCAR AOS CANTOS”: CRIANÇAS, ESPAÇOS PÚBLICOS E INTERGERACIONALIDADES

Ivana Rosa

ivanamros@gmail.com

Manuela Ferreira

manuela@fpce.up.pt

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação - Universidade do Porto, Portugal

Patrícia Lima

patricia.demoraeslima@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Esta comunicação decorre de uma pesquisa de doutoramento em curso com crianças na comunidade da Afurada, Vila Nova de Gaia-Portugal. É uma comunidade que emerge a partir da pesca na margem esquerda do Rio Douro e, desta atividade se constrói um quotidiano enredado pelas linhas da tradição, religião, costumes, tragédias... Não obstante, estes traços vêm reatualizando a sua organização e redesenhando a sua cultura, afectados que são pelos processos de globalização que caracterizam a contemporaneidade, e que aqui se traduzem pela sua permeabilidade ao turismo, migração, tecnologias ou reurbanização...No caso da requalificação espacial da comunidade da Afurada, por conta da sua crescente urbanização e investimentos económicos na área do turismo, têm se gerado efeitos sociais ao nível das condições de vida de todos e todas que ali convivem.É neste cenário, em que ainda é possível encontrar crianças brincando nas ruas, vivendo as suas infâncias em interações intrageracionais e intergeracionais que se assiste, aos modos como também elas são afectadas pelas mudanças urbanísticas em curso, já que foram reduzidas e limitadas as áreas usadas por si para o convívio entre pares. Tal confinamento obriga-as a procurar e a usar outros espaços públicos, abertos e aparentemente disponíveis, o que tem gerado alguns constrangimentos intergeracionais.Com base neste contexto social em mudança a presente comunicação toma as disputas e negociações intergeracionais observadas no uso de espaços públicos com vista i) a analisar as interdependências e autonomias relativas que ali se jogam entre as agências de crianças e as dos adultos; ii) a compreender os modos como esses processos contribuem para a construção social das categorias conceptuais de infância e de adultez.

Palavras-chave: Crianças; Infâncias; Comunidade Piscatória Afurada; Espaços Públicos; Intergeracionalidade

Resumo 286

DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA E CRIATIVIDADE DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: RELATO DE EXPERIÊNCIAS COM PROJETOS EM ESCOLAS PÚBLICAS

Cristiano Rodolfo Tironi

professortironi@hotmail.com

Vera Lúcia de Souza Silva

verass@terra.com.br

Universidade Regional de Blumenau / Secretaria Municipal de Educação de Massaranduba-SC, Brasil

O desenvolvimento da autonomia e da criatividade com estudantes pode originar respostas significativas aos desafios éticos, políticos, ambientais e socioculturais tão urgentes e necessários no mundo contemporâneo. Este trabalho relata a experiência realizada com cerca de 700 estudantes da educação básica do ensino público do município de Massaranduba-SC, Brasil, que em 2017 implantou um Programa educativo para incentivar a prática docente a partir de projetos nas escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino. As ações deste Programa visam incentivar, reconhecer e valorizar a ação de professores e gestores que desenvolvam projetos com impacto positivo no processo educativo, buscando o aperfeiçoamento da educação na Rede Municipal de Massaranduba. Atualmente existe uma parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e a Rede Internacional de Escolas Criativas, com sede na Universidade de Barcelona, para desenvolver práticas docentes mais criativas, humanizadoras e ecoformadoras (Torre & Zwierewickz, 2009; Torre, Pujol & Silva, 2013) com implementação de projetos de ecoformação e criatividade, e, com isso aprimorar aspectos relativos à pesquisa, docência e desenvolvimento da autonomia e criatividade dos estudantes da rede municipal de ensino de Massaranduba. O Programa mobilizou professores de 06 centros de educação infantil, que desenvolveram 24 projetos com 400 crianças de 0 a 06 anos de idade. Além disso, participaram 9 gestores da educação básica com projetos implementados. No ensino fundamental foram 300 estudantes que participaram ativamente do desenvolvimento e implementação de 9 projetos. Percebemos, a partir do trabalho realizado, que houve uma transformação visível na prática docente na direção de processos de aprender mais humanizados e contextualizados, com participação mais efetiva das crianças e adolescentes nos planejamentos e implementação das atividades de pesquisa, escolhas metodológicas para a solução de problemas e desafios gerados durante os trabalhos. Além disso, a diversidade de atividades e a problematização de conteúdos impactou os processos de aprender para o desenvolvimento de atitudes (aprender a ser), habilidades (aprender a fazer) e procedimentos (aprender a conhecer) dos estudantes para aprimorar a autonomia e criatividade dos estudantes que participaram ativamente da implementação do Programa.

Palavras-chave: Autonomia; Criatividade; Educação básica; Projetos.

Resumo 287

DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA A PARTIR DO ENSINO DA MATEMÁTICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES E PROFESSORES

Cristiano Rodolfo Tironi

professortironi@hotmail.com

Vera Lúcia de Souza Silva

verass@terra.com.br

Universidade Regional de Blumenau, Brasil

A escola do século XXI pode ser um espaço em que se aprenda matemática de forma significativa, provocando reflexões a partir de referenciais organizacionais, pedagógicos e metodológicos, construídos numa cultura reflexiva para o desenvolvimento da autonomia. Para isso é preciso inovar no ensino da matemática, a partir de uma abordagem que contemple a integração da matemática com as demais áreas do saber, contextualizando os conteúdos e valorizando as experiências dos estudantes para transformá-los em cidadãos autônomos e críticos. Formar professores nesta dimensão é necessário para avançar no ensino da matemática. Porém, a formação de professores deve assumir uma forte componente prática, centrada na aprendizagem dos alunos e no estudo de casos concretos, tendo como referência o trabalho escolar (NÓVOA, 2009). É a partir destes pressupostos que o Laboratório de Ensino de Matemática Isaac Newton (LEMIN) atua na formação continuada de professores no município de Massaranduba-SC-Brasil, a partir de suas experiências como um espaço de educação matemática para estudantes e professores da educação básica. O presente artigo relata as experiências realizadas no LEMIN, desde o ano de 2010, com cerca de 900 estudantes do ensino fundamental e na formação continuada de 180 professores da educação básica. Nesta perspectiva o LEMIN desenvolveu algumas atividades, projetos, assessorias pedagógicas, fabricação e uso de materiais didáticos para dar suporte às aulas de matemática contextualizadas e problematizadoras com a integração de várias áreas do saber. A partir dessas experiências os professores e estudantes tiveram a oportunidade de vivenciar um processo de ensino da matemática contextualizado e integrador de conteúdos. Além de aproximá-los do contexto em que vivem permitiu ainda o seu progressivo envolvimento nas tarefas e na responsabilidade de gestão de projetos do LEMIN, o que permite vivenciar escolhas e desenvolver autonomia. Fundamentar a formação continuada de professores na contextualização de conteúdos, na escolha de propostas didáticas emancipadoras e no diálogo com outras áreas do conhecimento favoreceu práticas educativas inovadoras e estreitou a relação entre escola e

comunidade. Desta forma, o ensino de matemática no LEMIN colabora para o desenvolvimento da autonomia e da cidadania dos estudantes.

Palavras-chave: Autonomia; Educação Matemática; Educação Básica

Resumo 291

AFINAL, QUEM SÃO OS ESPECIALISTAS? JOVENS EM ABANDONO E EM RISCO NO PAPEL DE ESPECIALISTAS NA INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO

Sandra Mateus

sandra.mateus@iscte-iul.pt

Patrícia Amaral

patricianevesamaral@gmail.com

Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, CIES, Portugal

Nesta apresentação discute-se o processo metodológico utilizado numa pesquisa qualitativa sobre causas e processos de abandono escolar precoce, realizada em 2017 na Amadora, uma cidade localizada na Área Metropolitana de Lisboa, no âmbito do projeto europeu Below 10 (Erasmus +). Um dos objetivos originais da pesquisa foi dar voz às experiências diretas dos jovens sobre o insucesso e o abandono escolar. O envolvimento dos jovens e a realização de um processo de pesquisa mais crítico levaram os jovens a assumir o papel de especialistas, mais do que simplesmente abordando questões de distribuição de poder no campo educacional. Cerca de 30 jovens que abandonaram a escola precocemente, ou que estão em risco de abandonar, foram envolvidos em grupos focais e entrevistas dentro e fora das instalações escolares. Como especialistas, os jovens esboçaram soluções e ofereceram insights sobre o tema da pesquisa, evidenciando simultaneamente a natureza sistémica do abandono precoce e os processos complexos que marcam a trajetória escolar e a biografia dos alunos até ao momento do abandono, e para além do mesmo.

Palavras-chave: Metodologia qualitativa; Educação; Desigualdades; Poder

Resumo 293

NARRATIVAS DE ABANDONO E INSUCESSO ESCOLAR NA PERIFERIA DE LISBOA – FATORES E PROCESSOS

Sandra Mateus

sandra.mateus@iscte-iul.pt

Filipa Pinho

ana_filipa_pinho@iscte-iul.pt

Patrícia Amaral

patricianevesamaral@gmail.com

Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, CIES, Portugal

Nesta apresentação irão debater-se os fatores e processos geradores de insucesso e abandono escolar através da análise de 6 entrevistas biográficas e 4 grupos focais a jovens com diversos perfis sociais, de desempenho escolar e de relação com a educação. As entrevistas e grupos foram desenvolvidos em 2017 no quadro de uma pesquisa qualitativa sobre as causas e características do abandono precoce e do insucesso escolar num concelho da Área Metropolitana de Lisboa. A pesquisa decorre do projeto europeu Below 10 (Erasmus +), tendo como objetivo conhecer os diversos perfis de jovens em risco ou em situação de abandono escolar em diferentes territórios europeus. Da análise sobressaem condições de desigualdade específicas e um conjunto de fatores individuais, familiares, escolares e comunitários, que configuram quer as trajetórias escolares, quer as trajetórias biográficas dos jovens. São também esboçadas recomendações específicas para promover o sucesso escolar.

Palavras-chave: Educação; Abandono Precoce; Insucesso escolar; Desigualdades

Resumo 295

UM OLHAR JURÍDICO EM TORNO DO FENÓMENO DA VIOLÊNCIA EM MEIO ESCOLAR

Rita Almeida

ritameida_84@hotmail.com / rita.almeida@ipleiria.pt

Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria, Portugal

Propomo-nos reflectir e debater sobre o fenómeno da violência em meio escolar no contexto das intervenções de promoção e protecção de crianças e jovens em perigo e tutelar educativa. Tema particularmente sensível, diante dos diversos problemas que suscita, ele impõe uma investigação cuidada e, claro está, também, uma atenção redobrada, sobretudo se atendermos às mais recentes notícias divulgadas nos meios de comunicação social, dando conta não apenas de um eventual acréscimo do número de casos de violência entre jovens, como também da maior gravidade que os mesmos assumem, alguns deles desembocando mesmo no suicídio das suas vítimas. Na nossa perspectiva, a resposta à problemática em causa não passará tanto pelo esforço na delineação de novos crimes, mas antes, sobretudo, por uma aposta urgente no que à actuação preventiva respeita, para além, naturalmente, de um reforço das condições de aplicação do leque de disposições legais de que já dispomos, designadamente da imprescindibilidade de inversão do claro desinvestimento nas condições necessárias à aplicação da lei tutelar educativa. O estudo que ora se propõe empreender não esgotará, certamente, todas as questões que poderiam e podem vir a ser suscitadas, reclamando a temática um contínuo aprofundamento dos dados que se almejam lançar. Porém, se com a presente reflexão conseguirmos contribuir para a sensibilização quanto problema em apreço, e lançar alguns argumentos para o debate, sob o ponto de vista científico, então, teremos o nosso objectivo por alcançado.

Palavras-chave: bullying; violência entre jovens; delitos em ambiente escolar; promoção e protecção de crianças e jovens; lei tutelar educativa

Resumo 296

O ENVOLVIMENTO ESCOLAR DE JOVENS EM SITUAÇÃO DE ABANDONO PRECOCE DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO: PISTAS PARA A SUA COMPREENSÃO E PROMOÇÃO

Filipe Martins

fdmartins@porto.ucp.pt

Lúisa Ribeiro

lmribeiro@porto.ucp.pt

Raquel Matos

rmatos@porto.ucp.pt

Isabel Baptista

ibaptista@porto.ucp.pt

Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano / FEP-Católica.Porto, Portugal

Em Portugal, o ainda expressivo e persistente abandono precoce da educação e formação tem colocado os jovens menos qualificados no topo dos debates locais e nacionais sobre políticas sociais e educativas, evocando preocupações simultaneamente económicas, de coesão social e de cidadania. No entanto, as políticas públicas e respostas institucionais direccionadas aos jovens fora da escola continuam a ser escassas, descoordenadas, pouco consistentes, e frequentemente subfinanciadas e desconhecidas e/ou desvalorizadas por profissionais e população em geral. Com base em resultados preliminares do projeto internacional PROMISE - Promoting Youth Involvement and Social Engagement – Opportunities and challenges for 'conflicted' young people across Europe (financiado pelo programa Horizonte 2020), esta comunicação propõe uma análise qualitativa e interpretativa sobre o (re/des)investimento educativo de jovens adultos/as portuguesas/as em situação de abandono escolar precoce. A pesquisa consiste num estudo de caso etnográfico, com recurso a observação participante, entrevistas individuais e grupos de discussão focalizada com um grupo de 20 jovens adultos (18 a 25 anos) integrados em duas instituições

socioeducativas da região Norte do país dirigidas a jovens que abandonaram a escola antes de completarem o ensino básico ou secundário. Serão discutidos resultados provisórios relativos às representações e experiências dos e das jovens face à estigmatização social e aos desafios educativos que enfrentaram no passado, bem como à sua participação nas instituições socioeducativas que atualmente frequentam e aos respetivos impactos nas suas identidades e trajetórias de vida. Os dados recolhidos serão interpretados à luz do conceito de envolvimento escolar (Fredricks, Blumenfeld e Paris, 2004), um construto teórico multidimensional que possibilita articular dimensões cognitivas, emocionais e comportamentais na análise da participação educativa destes e destas jovens. Esta análise permitirá identificar fatores relacionais, pedagógicos e organizacionais particularmente significativos para a promoção do envolvimento escolar de jovens com trajetórias de insucesso e abandono escolar, potencialmente relevantes para o desenho de novas e/ou mais consequentes respostas socioeducativas a esta problemática.

Palavras-chave: Jovens; Abandono escolar; Envolvimento escolar

Resumo 300

CAMINHOS E TRAJETOS: UM ESTUDO SOBRE NOSSA CIDADE E O BAIRRO DO NOSSO COLÉGIO

Wallace Santana Da Silva

wallace.santana.ped@gmail.com

Colégio de Aplicação de Resende, Brasil

O presente trabalho visa relatar e refletir sobre as pesquisas e práticas do ensino de geografia realizada com o 3º ano do ensino fundamental do Colégio de Aplicação de Resende, a partir de uma perspectiva, em que as crianças se tornam protagonistas do processo. Conversamos sobre os governantes do município de Resende e também sobre a Associação de moradores do bairro Morada da Colina. O estudo do município, com enfoque no bairro do colégio possibilita o estudo do processo de como a sociedade foi constituída e também como as pessoas se relacionam, partindo de uma organização, de um senso de coletividade e empatia, a partir das experiências concretas do aluno. Realizamos uma aula-passeio pela comunidade, observando os diferentes espaços e paisagens, valorizando as percepções de cada aluno. As crianças fizeram uma investigação sobre o bairro, como ele surgiu, seus principais moradores e sua contribuição para a cidade. A análise do mapa e do trajeto que percorremos foi realizada, identificando os pontos cardeais e marcando os mais relevantes do bairro, inclusive, a casa de algumas crianças que residem próximo ao colégio. Os alunos, enquanto cidadãos, precisam se sentir pertencentes, sujeitos de um grupo. As crianças a partir das relações sociais e da interação com o meio tornam-se seres críticos e atuantes na sociedade. Alguns questionamentos permearam todo o trabalho, contribuindo para que os alunos pensassem sobre diversas questões que envolvem a temática pesquisada Quais as melhorias que podem acontecer no bairro do colégio? Como o bairro foi constituído? Quem governa o nosso município? Como são as casas do bairro? Há parque no bairro do colégio? Está conservado? A turma elaborou a planta do bairro, registrando as ruas, casas, comércio, igreja, dialogando, estruturando e organizando as construções e paisagens naturais. Ao longo do processo, os alunos registraram suas diferentes percepções em relação ao bairro, fizeram uma análise do parque, considerando os aspectos positivos e quais as possíveis melhorias que a prefeitura poderia oferecer aos moradores, principalmente para as crianças.

Palavras-chave: Pesquisa; Estudo do meio; Aprendizagem

Resumo 301

A CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA JUNTO DE JOVENS EM RISCO: UMA EXPERIÊNCIA A PARTIR DOS JOVENS

Florbela Samagaio

florbelamsamagaio@gmail.com

Bárbara Garcês

barbaragarces_95@hotmail.com

Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, Portugal

A construção da autonomia de jovens em risco constitui um dos temas fundamentais que as Casas de Acolhimento deverão considerar, de forma regular, na abordagem da realidade. Deverão desenvolver um trabalho socioeducativo sistemático junto de jovens que ao sair do processo de institucionalização terão de enfrentar a realidade da vida sem retaguarda familiar. Pensar no futuro e criar projetos de vida com os jovens e para os jovens torna-se um desafio. Ainda mais, quando chegam às Casas de Acolhimento tardiamente, ou seja, com idades a rondar os quinze anos. Esta proposta de trabalho apresenta o processo de construção de um projeto de autonomia com jovens institucionalizados. A entrada na adolescência traz consigo dúvidas e receios sobre o futuro, ainda mais junto de crianças e jovens em risco, onde o insucesso escolar e os comportamentos desviantes são uma constante que, no entanto, se forem trabalhados do ponto de vista socioeducativo, poderão ser minimizados. A construção de projetos de vida favorece a perspetiva de futuro e ajuda a construir autonomia em geral assim como pode promover a segurança e autodeterminação. Esta proposta de trabalho parte de uma situação real, no âmbito de um Estágio Profissional em Educação Social e pretende dar a conhecer um projeto original de construção de autonomia junto de jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 17 anos em contexto de Casa de Acolhimento. Partiu-se de um diagnóstico participativo – grupo focal com jovens - através do qual se procurou conhecer as suas representações sociais sobre a autonomia e diagnosticar as necessidades sentidas. Tratando-se de jovens com comportamentos desviantes, o que obsta à implementação de um projeto de intervenção pois estamos perante jovens que não são, regra geral, cooperantes pois não manifestam interesse e ou implicação, conseguimos, pela via do diagnóstico participativo, envolver os mesmos num processo conjunto de construção de autonomia a partir dos indicadores por eles criados. Para isto foi crucial ter ouvido os jovens e os seus interesses e permitir que os mesmos participassem na escolha/construção das atividades realizadas no âmbito do projeto de autonomia.

Palavras-chave: casa acolhimento; jovens; autonomia

Resumo 302

JOVENS INSTITUCIONALIZADOS: ESCRIVENDO EM COAUTORIA HISTÓRIAS PARA O FUTURO

Florbela Samagaio

florbelamsamagaio@gmail.com

Isabel Oliveira

isabel.oliveira1982@gmail.com

Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, Portugal

“Crescer tem implícita noção de tempo. E o tempo só existe enquanto houver movimento. Assim, surgem outros espaços, pessoais e de relação. Cada adolescente está constantemente a reescrever a sua história.” Pedro Strecht

A presente proposta de trabalho tem como objetivo fundamental demonstrar, com base na prática profissional da Educação Social, um processo de construção conjunta de autonomia em contexto de Casa de Acolhimento: com os jovens e para os jovens. As Casas de Acolhimento enfrentam um desafio no desenvolvimento de competências com vista à autonomização futura dos jovens que acolhem, na medida que a intervenção ainda não se encontra devidamente amadurecida nesse sentido. Pensar e fazer planos para o futuro são aspetos “naturais” para os jovens, porém, organizarem-se para alcançar os seus objetivos e realizarem aquilo a que se propõem com determinação e apresentando resultados constitui um desafio real. O projeto de intervenção, desenvolvido no âmbito de um estágio profissional em Educação Social foi implementado numa Casa de Acolhimento, no concelho do Porto, a partir das necessidades detetadas junto dos jovens. Estes foram ouvidos quer na seleção das atividades a desenvolver quer no que concerne à sua própria implementação. Esta proposta de comunicação retrata o processo de construção e implementação de um projeto, em coautoria, como se se escrevesse em conjunto uma história. Assim, a história deste processo começa com a (des)construção das rotinas estabelecidas, as tomadas de atenção face às vivências sociais e pessoais, com um diagnóstico de situação participativo, ouvindo os jovens sobre o que significa, para eles, ser autónomo e porque é que a autonomia é importante e deverá fazer parte do seu processo de crescimento e desenvolvimento, passando por questões dilemáticas a considerar tais como: o lugar do técnico/educador - a invasão da privacidade do jovem institucionalizado. Neste sentido, importa a reflexividade constante do Educador na implementação e gestão das atividades diárias em contexto risco. Importa ainda, e fundamentalmente, ouvir os jovens. E, mesmo sabendo que estes jovens têm histórias de vida multiproblemáticas, importa atribuir-lhes os devidos lugares de coautoria na história da construção da sua autonomia.

Palavras-chave: casas de acolhimento; jovens institucionalizados; autonomia

Resumo 304

INTERGERACIONALIDADE E APRENDIZAGEM PARTILHADA – APROXIMAR GERAÇÕES EM CONTEXTOS EDUCATIVOS

Teresa Martins

teresamartins@ese.ipp.pt

ESE.IPP, Portugal

Silvia Veiga

silviaL27@hotmail.es

Luís Midão

midao@ua.pt

UCIBIO, REQUIMTE, Faculty of Pharmacy, University of Porto, Portugal

Grazyna Busse

hipokamp@onet.eu

Mariola Bertram

hipokamp1@onet.eu

Association Educational Centre for Intergenerational Integration HIPOKAMP, Poland

Alix McDonald

alix.mcdonald@strath.ac.uk

Gemma Gilliland

gemma.gilliland@strath.ac.uk

University of Strathclyde, United Kingdom

Carmen Orte

carmen.orte@uib.es

Marga Vives

marga.vives@uib.cat

Department of Pedagogy and Didactics, University of Balearic Islands, Spain

Elísio Costa

emcosta@ff.up.pt

UCIBIO, REQUIMTE, Faculty of Pharmacy, University of Porto, Portugal

A intergeracionalidade tem vindo a ser advogada como uma aposta essencial na atualidade, crescendo as vozes que defendem que é imperativo aproximar gerações, identificar ou proporcionar espaços e tempos de encontro entre os mais jovens e os mais velhos, numa conjuntura em que boa parte dos contextos institucionais tendem a separar crianças e jovens de pessoas de grupos etários mais distantes. A partir de um projeto internacional - Projeto Sachi2 – Sharing Childhood, foram desafiadas 6 instituições da cidade do Porto para desenvolver um projeto intergeracional – três colégios e três estruturas residenciais onde habitam pessoas mais velhas. Em oito encontros entre um grupo de cinco pessoas mais velhas – com mais de 65 anos - e um grupo (turma) de crianças entre os 10 e os 12 anos, em cada um dos colégios, pretende-se perceber se este contacto intergeracional contribui para uma mudança de atitudes e representações das crianças relativamente às pessoas mais velhas e das pessoas mais velhas em relação às crianças. Todos/as os/as participantes preencherão um questionário pre e post-teste, bem como questionários de avaliação de cada uma das sessões temáticas. Os questionários pre e post teste serão também preenchidos por um grupo de controlo composto por crianças do mesmo grupo etário e outro de pessoas mais velhas que não estarão a participar nas sessões. Serão formados três grupos intergeracionais que terão 8 encontros semanais nos quais serão desafiados a debater temas concretos em pequenos grupos compostos por 4/ 5 crianças e uma pessoa mais velha. Apesar de muito se debater a questão da intergeracionalidade são ainda escassas as publicações científicas sobre o assunto, sobretudo quando procuramos estudos nos quais se procura avaliar o impacto destes encontros intergeracionais. Conscientes das limitações deste projeto, nomeadamente no que concerne ao curto tempo de encontro entre crianças e pessoas mais velhas, entendemos que os resultados deste trabalho poderão constituir um contributo relevante para a discussão científica da intergeracionalidade. Procuraremos também, ao longo de todo o

projeto, reforçar entre as instituições envolvidas a vontade de dar continuidade a estes encontros e partilha intergeracional.

Palavras-chave: Intergeracionalidade; Contextos educativos; Aprendizagem

Resumo 307

POLÍTICAS DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ENTRE GARANTIAS E VIOLÊNCIAS NOS COTIDIANOS INFANTIS

Ana Maria Eyng

eyng.anamaria@gmail.com

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil

Jéssica Pianezzola

jessicaadriane@hotmail.com

PUCPR; Brasil

O estudo tem como objeto políticas e programas que atuam na garantia de direito das infâncias no âmbito das Américas. A metodologia integra estudo bibliográfico, análise documental de políticas para a infância e dados empíricos advindos da investigação de programas governamentais e da sociedade civil no Brasil, México, Guatemala e Chile. Os referenciais documentais das políticas públicas internacionais abrangem documentos exarados pela ONU, OEA, UNESCO e estudos de Arroyo (2007; 2012), Candau (2008; 2009; 2011), Cardoso (2009; 2014), Estevão (2006; 2012), Fraser (2001; 2009), Eyng (2013; 2014), Santos (2011; 2013; 2014), Santos e Meneses (2010) e Walsh (2009). A investigação empírica foi desenvolvida, no âmbito do acordo de cooperação entre Instituto Interamericano del Niño, la Niña y Adolescentes (IIN), Organização dos Estados Americanos (OEA), Fundação Marista de Solidariedade Internacional (FMSI) e Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Dos resultados destacamos a naturalização e invisibilização das violências nos cotidianos infantis que se caracteriza como o maior fator de risco, incidindo sobre as crianças nos contextos familiares, escolares e comunitários. Assim, direitos são ignorados e violados por sujeitos e contextos que tem a responsabilidade de produzir e aplicar estratégias protetivas. Os principais fatores de risco originários e perpetuados por questões econômicas e culturais tem mantido a violação de direitos por sucessivas gerações. Os grupos excluídos, os que mais necessitam de proteção são ainda os mais fortemente impactados pelas violências que atingem, sobretudo os mais pobres. Os fatores de proteção, na garantia de direitos advém de políticas e programas que promovam o diálogo intercultural, incluindo os grupos juvenis. O reconhecimento e valorização da diversidade e identidade cultural se constituem forte possibilidade para ressignificar os cotidianos de crianças e adolescentes, mediante maior inclusão desses sujeitos nos processos políticos e educativos, tanto na escola, como na família, quanto nos espaços comunitários. A garantia da escuta, da participação nas decisões que lhes afetam, garantem o direito às condições de desenvolvimento integral e autonomia progressiva. Portanto, fatores de risco podem ser atenuados mediante programas de garantia de direitos que efetivem o reconhecimento e participação de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

Palavras-chave: Políticas públicas; Direitos Humanos; Violências nos cotidianos infantis; Fatores de risco

Resumo 308

O QUE DIZEM AS CRIANÇAS SOBRE A ESCOLA QUANDO A FOTOGRAFAM?

Ana Alice Esteves Sampaio

aannalli@hotmail.com

Associação Educacional Dom Bosco/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Flávia Miller Naethe Motta

flavia_motta@hotmail.com

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Como diria Cartier-Bresson, as fotografias constituem formas de compreender com os olhos. Ao mesmo tempo em que dizem o que elas são, apontam para aquilo que somos. No ambiente escolar, furtam e apresentam momentos preciosos, mas o que dizem as crianças quando fotografam sua escola? Que vivências são apresentadas por elas quando revelam seus olhares? Este trabalho pretende desvelar através do protagonismo infantil as percepções que os pequenos têm sobre a escola, as ações e relações que nela se estabelecem e a importância de reconhecê-los coautores em pesquisas sobre o cotidiano escolar. O foco está na compreensão da infância como uma construção social resultante de ações coletivas das crianças com os adultos e de umas com as outras. Entendemos a infância como uma forma estrutural e as crianças como agentes sociais que, por meio da negociação com adultos e da criativa cultura de pares entre crianças, contribuem para a reprodução e transformação da infância e da sociedade. Sabendo que os enunciados são réplicas de diálogos que se estabelecem entre os sujeitos falantes, recebemos e ressignificamos o uso dos registros das crianças em seu fluxo de uso, promovendo a alteridade nas relações instituídas no ambiente escolar. Diante disso a pesquisa fundamenta-se na perspectiva da filosofia da linguagem de Mikhail Bakhtin (e outros autores por ele inspirados), da Epistemologia da Infância orientada por Manuel Sarmento, da abordagem sociocultural abalizada em Vigotski e da Sociologia da Infância a partir dos referenciais teóricos de William Corsaro.

Palavras-chave: Protagonismo infantil; Fotografia; Dialogismo; Cotidiano escolar

Resumo 309

MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE: O OLHAR DAS CRIANÇAS E DOS JOVENS SOBRE BEM-ESTAR E DIREITOS NA ESCOLA

Sofia Castanheira Pais
sofiapais@fpce.up.pt

Isabel Menezes
imenezes@fpce.up.pt
CIIE, FPCE-UP, Portugal

João Arriscado Nunes
jan@ces.uc.pt
CES-UC, Portugal

Em Portugal, a discussão em torno das diversas dificuldades sentidas por crianças e jovens na escola não é nova. Comportamentos disruptivos, dificuldades de aprendizagem e de concentração são alguns dos que compõem o leque de classificações ou rótulos que tendem a contribuir para discriminar os alunos e evidenciar as diferenças que, porventura, existem entre estes e que nem sempre a escola é capaz de abarcar de modo eficaz (Guarido, 2007). De facto, ao longo de décadas o debate sobre os comportamentos ditos problemáticos das crianças e dos jovens tem ocupado um lugar central na nossa sociedade, tendo sido, progressivamente, associada à esfera biomédica. Para além de mães, pais e profissionais de Educação, hoje sabe-se que o estudo e a intervenção a propósito destas situações de aparente “inadaptabilidade” envolve outros agentes, como sejam os profissionais de Saúde, com forte influência na tomada de decisão sobre a emergência de diagnósticos, como sejam o transtorno de déficite de atenção e hiperatividade, o transtorno desafiador opositivo, o transtorno obsessivo compulsivo, etc., e a exploração de formas de intervenção que tendem a não esgotar-se em abordagens de natureza pedagógica, mas incluem (também, senão essencialmente) abordagens terapêuticas (Pais, Menezes & Nunes, 2016). Atendendo a que as crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem ou comportamento tendem a ser “categorizadas como corpo[s] biológico[s] a-histórico[s] desprovido[s] de vida social e afetiva” (Cruz, Okamoto & Ferrazza, 2016: 703), pretende-se questionar as implicações do fenómeno da medicalização da infância e da juventude na sua relação com os direitos e a qualidade das experiências de alunos em idade escolar. É, pois, sobre este processo de considerar, abordar e definir em termos médicos comportamentos que anteriormente não eram entendidos enquanto patológicos (Maturó, 2012) que versa o presente estudo. Para tal apresentam-se dados de dez grupos de discussão focalizada realizados com adolescentes dos 8º e 9º anos de escolas do Norte do país. De entre as dimensões emergentes destes grupos destaca-se a necessidade de reconhecer as crianças e os jovens como protagonistas com papel nuclear na definição de estratégias para a promoção do seu bem-estar na escola e, particularmente, em sala de aula.

Palavras-chave: Escola; Medicalização; Crianças e Jovens; Bem-estar; Direitos

Resumo 311

UM ESTUDO DE CASO SOBRE A HOMOPARENTALIDADE EM UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO

Gislene Santos

tiagi2010@gmail.com

Mauricio Reis

mauriciomunizdosreis@gmail.com

Brasil, University of Minho

Nas últimas décadas novos formatos de famílias se constituíram e demandaram a sociedade brasileira a necessidade de uma reflexão aprofundada sobre as transformações da instituição familiar brasileira e sua inserção na instituição escolar, sobretudo, no que tange os casais homoafetivos e os novos métodos pedagógicos utilizados pelos professores da Educação Infantil. Segundo o IBGE, São Paulo, locus da minha pesquisa, registrou em 2016 mais de 14.680 uniões estáveis homoafetivas, aliado ao tema, a decisão da Presidente do STF Brasileiro, Cármen Lúcia, baseada na decisão do plenário do Supremo, que reconheceu, em 2011, por unanimidade, a união estável de parceiros do mesmo sexo, manteve decisão que autorizou a adoção de crianças por um casal homoafetivo. Sendo assim, faz-se urgente a necessidade de problematizarmos e compreendermos como se organizam as escolas e os professores de Educação Infantil para receber as crianças que vivem no âmbito de famílias homoafetivas. Partindo dos pressupostos da teoria de relações de gênero e diversidade, analisamos os discursos de 18 (dezoito) professoras de Educação Infantil, buscando entender quais são os métodos pedagógicos utilizados por essas professoras nas creches e pré-escolas em relação aos filhos e filhas de casais homoafetivos. Os resultados do estudo demonstraram que, em linha gerais, ainda há muitas dúvidas e incertezas no contexto dos novos arranjos familiares, entretanto foi possível observar que já existe uma nova concepção no sentido de aceitar a homoparentalidade. A pesquisa concluiu que apesar dos avanços, há a necessidade de ampliarmos as discussões no sentido de esclarecer e quebrar preconceitos enraizados na nossa sociedade, pois apesar da pesquisa mostrar uma aceitação acerca dos arranjos familiares, ainda constatou-se a existência de preconceito com relação essas novas composições familiares.

Palavras-chave: Família; Homoparentalidade; Gênero; Educação Infantil

Resumo 312

TRABALHO DE PROJETO NA ESCOLA NOVA DE FARIA DE VASCONCELOS: UM EXEMPLO DE AUTONOMIA E CRIATIVIDADE

Ana Paula Cotovio

lc.anapaula@gmail.com

Agrupamento de Escolas de Soure, Portugal

Lucia Ferreira

luciamealhada@gmail.com

Agrupamento de Escolas de Mealhada, Portugal

Num momento em que a Europa coloca o relançar do crescimento económico como prioridade máxima, a atenção centra-se, como nunca, nos seus sistemas educativos. Atualmente, a Comissão Europeia recomenda que em todos os níveis de ensino e em todas as disciplinas se desenvolvam competências transversais e, concretamente, competências empreendedoras que permitam experienciar o mundo real, nomeadamente: planeamento, criatividade e inovação, pensamento crítico, colaboração, comunicação, resolução de problemas e assunção de riscos. O objetivo é levar os alunos a “transformar ideias criativas em ações empreendedoras”, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social, cidadania ativa e produtiva, inclusão social e empregabilidade. Nesta conformidade, as práticas pedagógicas têm de assumir inequivocamente o paradigma da complexidade (Edgar Morin), partindo do princípio que aprender “não é repetir”, mas sim mobilizar competências e habilidades na construção do próprio conhecimento,

através da colaboração e cooperação com os outros, a fim de formar cidadãos mais criativos, mais competitivos e mais adaptados às mudanças que terão de enfrentar ao longo da vida. Em 1912-1914, Faria de Vasconcelos desenvolveu na Bélgica um modelo de escola onde os alunos construíam conhecimento a partir da resolução de problemas concretos e reais, em colaboração uns com os outros e em solidariedade, integrando as diversas áreas para uma aprendizagem significativa ligada à prática da vida ativa. Nesta escola desenvolvia-se a autonomia e a responsabilidade de cada um ao transformar ideias em ação, ao planejar, ao resolver problemas, ao trabalhar, ao assumir riscos e ao avaliar. Cada aluno avaliava o seu trabalho, tendo em conta o próprio percurso, e o trabalho dos colegas, sendo a avaliação final traduzida na média entre a sua nota, a dos colegas e a do professor. Pretende-se fazer uma análise reflexiva, numa perspetiva histórico-comparativa, do modelo pedagógico da escola nova de Faria de Vasconcelos, enquanto contributo inovador das práticas pedagógicas que levavam ao desenvolvimento de competências transversais e empreendedoras, à semelhança do que se preconiza hoje.

Palavras-chave: autonomia e responsabilidade; criatividade; trabalho de projeto; aprendizagem colaborativa

Resumo 316

A EDUCAÇÃO COMPARTILHADA ENTRE A FAMÍLIA E A CRECHE PÚBLICA: O QUE PENSAM AS FAMÍLIAS?

Maria das Graças Oliveira

mariaeduc2013@gmail.com

Universidade Federal de Campina Grande, Brasil

A educação das crianças menores de três anos é um tema que ganha relevância na sociedade contemporânea, tanto nos estudos a respeito das práticas educativas familiares, quanto nos estudos das práticas educativas nas instituições de educação infantil. No Brasil nos últimos vinte anos a opção das famílias de diferentes configurações e classes sociais em matricular as crianças pequenas em espaços de educação coletiva tem aumentado consideravelmente. No contexto da legislação brasileira essa relação entre as famílias e as instituições de educação infantil é de complementaridade. Essa comunicação tem como objetivo apresentar o recorte de uma pesquisa já concluída sobre a expectativa das famílias em relação aos cuidados e à educação das crianças na creche pública. A pesquisa de abordagem qualitativa foi realizada em duas creches públicas municipais localizadas na cidade de Campina Grande-PB/Brasil. As técnicas de coleta de dados foram: observação e gravação em áudio de reuniões de pais, realização de grupos focais com as famílias das crianças, aplicação de questionários e observação de eventos realizados nas instituições investigadas que tiveram a participação das famílias. As análises foram subsidiadas pelos pressupostos teóricos da análise de conteúdo e de autores do campo da educação infantil e dos estudos sobre a relação entre família e escola. Os resultados da pesquisa mostram que as famílias em geral tem baixa escolarização e as expectativas delas em relação à formação humana de seus filhos são que a creche proporcione para eles, a educação, a interação com as outras crianças e o desenvolvimento da autonomia. Pode-se concluir que as famílias participantes da pesquisa tem uma concepção da creche como espaço educativo para as crianças e que a creche pública se consolida na sociedade como espaço coletivo de educação e cuidados com vistas a sua formação integral.

Palavras-chave: família; creche; criança

Resumo 318

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA PRIMEIRÍSSIMA INFÂNCIA: ABORDAGEM DISCURSIVA

Celi Bahia

celibahia@yahoo.com.br

Solange Mochiutti

solymo@ufpa.br

Tatiana Oliveira

tatiana@ufpa.br

Luciana Paiva

lumagalhaes@ufpa.br

Universidade Federal do Pará, Brasil

Este texto tem como pressuposto a formação do professor centrada nas reflexões sobre a prática docente. Prática constituída pelo domínio teórico do conhecimento, pelos saberes docentes acumulados e pela articulação destes com as situações do cotidiano institucional, reafirmada por meio do diálogo. Neste processo, destaca-se o discurso dos professores, pois a interlocução é um movimento imprescindível para evidenciar diferentes opiniões, experiências e compartilhar saberes. Assim, é possível entender a complexidade vivida pelo coletivo da instituição educativa por meio do encontro/confronto de diferentes vozes, as quais pontuam as minúcias da vida cotidiana e que fazem parte da reflexão do professor. Discute-se a formação de professores de berçário mediante a abordagem discursiva como possibilidade de (re) significar os saberes docentes que vem orientando o trabalho com a pequeníssima infância. O processo da pesquisa entrelaçou escuta ativa e compreensão responsiva das professoras durante os encontros. No decorrer do ano de 2017, realizaram-se encontros mensais com dez professoras de bebês da Rede Pública do Município de Belém. As professoras foram convidadas a dialogar sobre suas práticas, bem como registrá-las. Assim, as vozes das docentes e o registro reflexivo de suas práticas foram centrais no processo formativo. Os encontros visaram à reflexão sobre o sentido da docência na creche, a partir da compreensão de quem é o bebê, do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, bem como o significado de ser professora de bebê. Por meio de interações, diálogos, palavras e contra palavras, descobertas, dissensos, consensos e novas formas de compreender a si e o trabalho que as docentes desenvolvem com os bebês, foi possível a todos os envolvidos a ampliação de seus saberes sobre a docência com bebês. Ao dar visibilidade ao discurso das professoras, romperam-se as relações hierarquizadas tão presentes na inter-relação entre formadores (da Universidade) e professores (da Educação Básica).

Palavras-chave: Formação; Primeiríssima infância; Abordagem discursiva

Resumo 321

OS FAZERES ARTÍSTICOS NA SALA DE AULA: A NEGAÇÃO DA AUTORIA DA CRIANÇA

Isabel Cristina Cabral

agjilisabel@hotmail.com

Maria das Graças Oliveira

mariaeduc2013@gmail.com

Universidade Federal de Campina Grande, Brasil

A linguagem de Artes Visuais na educação infantil possibilita experiências significativas e ampliação do universo cultural da criança. Este artigo traz um recorte da pesquisa monográfica que teve como objeto a prática docente com Artes Visuais na pré-escola Pública Municipal de Campina Grande-PB. Para isso, foi realizada uma investigação qualitativa tendo como instrumentos de coleta de dados a observação, as anotações do diário de campo, os registros fotográficos e a realização de entrevista semiestruturada. Para a análise de dados utilizamos os pressupostos teóricos da análise de conteúdo e contribuição da proposta triangular de Ana Mae Barbosa. Nessa triangulação, o ensino de Artes passa a ser composto por três ações que incluem: a produção, (fazer artístico) a leitura da obra ou da imagem e a contextualização. Esses aspectos são de suma importância para a organização do conhecimento, permitindo que a criança produza cultura infantil e compreenda a Arte enquanto pertencimento e leitura do seu próprio mundo. Isso nos faz pensar sobre o impacto da prática pedagógica da professora participante da investigação na relação da criança com a linguagem das Artes Visuais. Os resultados da pesquisa mostram a tendência em silenciar a expressão da criança, limitando seu processo criativo nas atividades majoritariamente dirigidas pela professora no dia-a-dia. Além disso, constatamos que as propostas de atividades se concentram na reprodução ou cópia de modelos selecionados pelo adulto.

Palavras-chave: Fazer Artístico; Prática Docente; Educação Infantil

Resumo 322

A PESQUISA EM SEU PRINCÍPIO EDUCATIVO: EXPERIÊNCIAS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Cirlene Cristina de Sousa

cirlenesousa@yahoo.com.br

Ana Paula Braz Maletta

apaulabm@gmail.com

Liliane de Souza

lilianesouza@hotmail.com

Universidade do estado de Minas Gerais, Brasil

O presente trabalho tem como objetivo suscitar uma reflexão sobre o educar pela pesquisa a partir de uma análise teórico/documental das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e do relato de uma experiência com pesquisa numa escola da Rede Estadual de Minas Gerais, no Brasil. Por meio desta, professores e alunos passam a concretizar um debate sobre a vida escolar de um grupo de jovens negros, gays, lésbicas e transexuais, neste cotidiano educativo. Tal experiência é relatada por meio de cartas escritas por estes jovens-alunos que refletem sobre suas vidas escolares desde suas entradas na educação básica: experiência que atinge assim suas infâncias e juventudes. Para tanto, trazemos como discussão teórica “a pesquisa no seu princípio educativo” a partir de Pedro Demo (2006) e Paulo Freire (1987) e dos Estudos Sociais das infâncias (Manuela Ferreira, 2012) e JuventudeS (Juarez Dayrell, 2007)

Palavras-chave: Pesquisar; Educar; Ser jovem

Resumo 324

QUEM ESCUTA AS CRIANÇAS NAS ESCOLAS? NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Andrea Astigarraga

astigarragaandrea@yahoo.com

Universidade Estadual Vale do Acaraú, Brasil

Teresa Sarmento

tsarmento@ie.uminho.pt

Instituto de Educação – Universidade do Minho; Portugal

A pesquisa objetiva descrever e analisar narrativas de crianças da educação infantil inseridas em escolas públicas do município de Sobral, estado do Ceará, Brasil, cuja proposta político-pedagógica da Secretaria de Educação apoia-se na política de resultados. O município tem alcançado os maiores índices no IDEB nacional. No entanto, nas narrativas de alunos (as) estagiários do curso de Pedagogia da UVA, sobressaem muitos relatos de crianças sobre seu cotidiano familiar, crianças essas que não possuem o mesmo aproveitamento escolar que as suas colegas de classe. Os conteúdos relatam situações de: pais usuários de drogas, presidiários, mães em conflitos com parentes, dificuldades na formação identitária (ser menino ou ser menina), esquecimento-negligência dos pais, etc. As (os) estagiárias (os) observaram esses fenômenos existenciais das crianças nos espaços escolares, principalmente em sala de aula. Enquanto a professora titular da sala direciona atividades para um grupo de crianças, a (o) estagiária (o), ao mesmo tempo em que ajuda no desenvolvimento de atividades, mantém a escuta sensível às narrativas das crianças. Em medida a proposta pedagógica da prefeitura de Sobral propicia a escuta sensível da realidade sócio-econômica-cultural, familiar e emocional das crianças? Por que não ouvir e dar voz a essas crianças? Por que não utilizar suas vivências e narrativas, para o ensino e aprendizagem e a formação humana das crianças? A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa. O referencial teórico-metodológico da pesquisa (auto) biográfica utilizado para análise dos dados da pesquisa foram principalmente: Delory-Momberger (2008); Passeggi (2014); Astigarraga; Gomes; Ferreira (2017); Teresa Sarmento (2002; 2016). Dessa forma, tecemos reflexões sobre a proposta político pedagógico da educação de Sobral que avalia o desempenho dos alunos a partir de resultados. Observamos que as crianças se expressam por meio da fala no ambiente escolar, mas não são ouvidas e suas vozes são negadas. Ouvir as crianças é uma prática relevante que contribui para refletir e compreender o dualismo presente na proposta pedagógica da educação de Sobral e sua incoerência com as Diretrizes Curriculares voltadas para a primeira infância.

Palavras-chave: Narrativas autobiográficas; Infâncias; Educação Infantil

Resumo 325

CRIANÇAS E JOVENS INSERIDOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS INTEGRATIVAS, NO ÂMBITO DO CRAS – LIMOEIRO-PE

Marineide Mercês

marineidemota@yahoo.com.br

Maria Melo

mcbmeloupe@gmail.com

Universidade de Pernambuco - Campus Mata Norte, Brasil

A escola tem um papel fundamental na construção dos sujeitos, considerando que é um espaço onde se deve acolher e cuidar das diversidades humanas, promovendo e garantindo conhecimentos baseados nas demandas que favoreçam as identificações singulares e coletivas. Pensar a escola através de sua história é tarefa multidimensional, uma vez que o processo de formação e das mudanças ocorridas na educação se deu também a partir dos importantes momentos vivenciados pela sociedade. Nesse sentido, faz-se importante entender as novas configurações sociais; os interesses e a importância do protagonismo dos sujeitos (crianças e jovens) em fase de desenvolvimento, acerca de suas identidades e direitos, e ainda, a forma como se tem tratado tais temáticas, baseadas nas políticas públicas integrativas brasileira, especialmente na atual conjuntura, pensadas para os espaços de formação educacional formal e não formal. Neste trabalho se propõe a pensar sobre a lógica da educação na contemporaneidade, como estão sendo acolhidas as crianças e jovens oriundas das diversas camadas sociais, com seus interesses plurais no que tange a garantia de direitos para pertencer e permanecer no universo escolar, sendo este formal ou não formal. Para tal, utilizam-se os autores que mais têm refletido a essas questões, como GOHN (2014), HALL (1997), WOODWARD, (2000), e a Cartilha Orientações Técnicas sobre o CRAS (2009), dentre outros. Destaca-se, ainda, a utilização da base metodológica a pesquisa qualitativa com estratégia de inserção social, considerada Pesquisa-ação, exigência do Programa de Pós-Graduação no Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Pernambuco. Como técnicas de recolha de informações, recorreremos a observação da realidade de crianças e jovens que são assistidos e amparados no âmbito do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, com diferentes fontes provenientes dos contextos de observações e das reações situadas, localizado na cidade de Limoeiro/Pernambuco. Essa análise indica que o Centro de Referência de Assistência Social tem uma política integrativa com vários setores, dentre eles, a construção socioeducativa, que visa promover e garantir direitos, fortalecendo assim a proteção social, integrada com outros saberes e práticas que possam subsidiá-los para este fim.

Palavras-chave: Educação; Políticas; Direitos

Resumo 326

PROGRAMA JUVENTUDES DO SESC SÃO PAULO

Gabriela da Silva Neves

gabrielaneves@sescsp.org.br

Cristina Riscalla Madi

crismadi@sescsp.org.br

Cristiane Ferrari

crisferrari@sescsp.org.br

Serviço Social do Comércio, Brasil

O Sesc - Serviço Social do Comércio é uma instituição privada, sem fins lucrativos, criada em 1946 pelo empresariado do comércio de bens, serviços e turismo, com o objetivo de promover o bem-estar da população por meio de um projeto educativo. O Juventudes é um dos programas, de educação não formal, desenvolvido pelo Sesc São Paulo. É destinado a adolescentes e jovens com idades entre 13 e 29 anos. Por meio de ações em diferentes linguagens,

desenvolve projetos para, com e sobre os jovens, objetivando incentivar o protagonismo, a autonomia e a alteridade; estimular a convivência, formação de vínculos e o respeito às diferenças; e desconstruir estereótipos e preconceitos, a partir da reflexão e discussão sobre os jovens e as juventudes contemporâneas. A construção das atividades está pautada na análise do contexto social, na relação com o território, no compartilhamento de informações e no direito à participação efetiva do jovem, de maneira a reconhecer suas potencialidades e valorizar as diferentes manifestações e expressões culturais. O Sesc SP atendeu, entre janeiro e setembro de 2017, em suas 38 unidades - centros culturais e esportivos - mais de 50 mil jovens a partir de ações como: Diálogos da Cidadania, bate-papo, realizado em parceria com a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, sobre temas relacionados aos direitos humanos e a defesa da cidadania, como feminismo jovem, participação política juvenil e refugiados; (IM)Pulso, ação que tem por objetivo aproximar músicos iniciantes da produção musical contemporânea, por meio de bate-papos, oficinas e shows. Partindo do incentivo e valorização de projetos autorais, as atividades formativas abrangem o aperfeiçoamento da performance e aspectos da produção. O projeto culmina na mostra das bandas inscritas ao longo do processo; Experimentos Criativos, oficina de teatro em que os participantes exercitam seu protagonismo por meio da criação de cenas individuais e coletivas, tendo como inspiração assuntos e depoimentos trazidos por eles; e Voz ao Corpo, propondo a vivência e experimentação da dança em diálogo com outras linguagens artísticas, possibilitando a expressão das muitas formas de ser, sentir, estar e se colocar diante das questões contemporâneas.

Palavras-chave: Juventudes; Participação; Protagonismo

Resumo 328

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA E DA EDUCAÇÃO FRENTE AO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO

Marineide Mercês

marineidemota@yahoo.com.br

Maria Melo

mcbmeloupe@gmail.com

Universidade de Pernambuco - Campus Mata Norte, Brasil

Esse estudo traz em si, um convite para repensar a lógica social atribuída aos adolescentes que estão em conflito com a lei, de que são substratos das camadas que retratam apenas a pobreza financeira. Há nesse discurso no mínimo um grave equívoco, é possível pensar que para que os mesmos tenham alcançado resultados sociais tão negativos, indubitavelmente tenham tido muitos de seus direitos negados e violados pelos atores indispensáveis, para que se desenvolvesse de forma ampla, no que tange a promoção biopsicossocial garantidas por lei. E esses atores como tão bem retrata o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90, não é apenas a família a qual pertencem, mas, sobretudo ao desamparo social e violação de direitos aos quais estão submetidos através do Estado e da Sociedade como também responsáveis para o desenvolvimento amplo e direito equânime da criança e do adolescente. Considerar apenas a família como principal responsável, é deixar de lado, ou mesmo, eximir a responsabilidade do Estado e da Sociedade no que concerne as garantias de direitos fundamentais para que os adolescentes possam reintegrar-se ao convívio familiar e social. Entretanto pensar em ressocialização não mais será possível sem que se tenha anteriormente pensado em socialização. Assim, no mesmo instante em que se debruça sobre os principais meios para alcançar a ressocialização dos adolescentes, faz-se necessário retomar a história de vida dos mesmos, suas experiências familiares, bem como sua história frente ao universo escolar e social. O procedimento deste trabalho será precedido de intervenções desenvolvida em parceria com o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, na cidade de Limoeiro – Pernambuco, com debates e ações realizadas em parceria com a rede de assistência e a Secretaria de Educação. Essa análise indica que a possibilidade de ações articuladas, possam contribuir efetivamente com a promoção e garantia de direitos, a partir das políticas públicas brasileiras, que preconizam a inserção e permanência desses jovens, na sociedade e no universo escolar, o que traduz a necessidade em resistir a toda e qualquer iniciativa política que ameace a interrupção desta ação.

Palavras-chave: Família; Educação; Ressocialização

Resumo 331

CAMINHOS E CONSTRUÇÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO 1º CICLO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Jaqueline Pinafo

jaquelinepinafo@bol.com.br

Aparecida Mendes Barbalho

cidinhabarbalho@hotmail.com

Escola Estadual Boa Esperança, Brasil

O trabalho que ora apresentamos é um relato da experiência sobre a realização de uma pesquisa realizada nas escolas municipal e estadual da cidade de Curvelândia-MT, tendo por objetivo verificar e analisar se a teoria e a prática pedagógica dos professores em sala de aula contribuem para que os alunos conheçam a realidade dos problemas ambientais na escola, levando-os a sensibilizar-se de seu papel como membro atuante na preservação, tendo como base teórica Marcos Reigota e Michèle Sato por apresentarem trabalhos significativos voltados à questão ambiental onde haja comprometimento por parte da escola e sensibilização de toda a sociedade na preservação do meio ambiente objetivando uma melhoria de vida. Como recurso metodológico utilizou-se o método qualitativo, análise bibliográfica, entrevista com dois diretores, dois coordenadores e oito professores que atuam na 1ª e 2ª Fase do II Ciclo da Educação Básica da Escola Estadual e Municipal, observação in loco e análise do PPP das referidas escolas. De acordo com os dados analisados, chegou-se à conclusão de que ambas escolas pesquisadas dão ênfase ao trabalho com a Educação Ambiental, observou-se que a preocupação das escolas é buscar formar cidadãos capazes de colaborar na construção de uma sociedade que possa preservar e proteger todas as formas de vida do planeta. Enquanto a Escola Estadual realiza um trabalho em conjunto e toda a comunidade escolar contribui para um bom resultado, a Escola Municipal, na tentativa de fazer o mesmo, não recebe a colaboração de toda a comunidade escolar, ficando um trabalho fragmentado. Sugerimos à Secretaria Municipal de Educação que ofereça palestras com pessoas especializadas na área, procurando sensibilizar a comunidade escolar de que esse trabalho só poderá surtir efeito, se todos colaborarem, já que somos responsáveis pela qualidade de vida de nosso planeta.

Palavras-chave: Práticas Pedagógicas; Educação Ambiental; Escola

Resumo 332

A INFLUÊNCIA FÍLMICA NA CRIAÇÃO DE PERSONAGENS DAS CRIANÇAS A PARTIR DE BRINCADEIRAS DE FAZ DE CONTA

Danielle Almeida

daniberbel@hotmail.com

University of Minho, Portugal

A criança brinca como forma de interagir com o mundo e ao brincar de ser e estar socialmente experimenta através do faz de conta os mais diversos papéis e desempenha funções que imita o universo em que vive. É através de brincadeiras com seus pares que as crianças, na função de atores sociais, criam seus personagens e dramatizam a realidade pelo faz de conta. Alguns personagens experimentados pelas crianças remetem aos filmes infantis e desenhos animados vinculados em programas de televisão e cinemas em que cada vez mais fazem parte do universo infantil. Mas essa exposição ao mundo fílmico influencia as dramatizações e criações de personagens nas brincadeiras de faz de conta das crianças? Essa pesquisa se realizou em uma aula de dança criativa onde foi colocado 2 máscaras de cores diferentes para uma atividade de criação de personagens. Participou da pesquisa 15 meninas de idades entre 4 e 5 anos alunas de uma escola de educação infantil de Curitiba- Pr. A proposta resultou em criações envolvendo princesas e bailarinas, mas a grande maioria das meninas vinculou as personagens do desenho Frozen Elsa e Anna em suas dramatizações. Tal pesquisa mostra uma influência do personagem fílmico no universo das brincadeiras infantis e nos aponta para um novo caminho onde a tecnologia está cada dia mais presente no cotidiano das crianças pequenas.

Palavras-chave: Faz de conta; Personagens; Universo fílmico

Resumo 338

MAIS DO QUE “FUN AND GAMES”: AS PERSPECTIVAS DOS/AS ESTUDANTES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE VIDEOJOGOS NO ENSINO SUPERIOR

Lucinda Saldanha

Lucindasaldanha@fpce.up.pt

Marta Pinto

mpinto@fpce.up.pt

Pedro Ferreira

Pedro.d.t.ferreira@gmail.com

Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Portugal

Sofia Castanheira Pais

sofiapais@ces.uc.pt

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal

Tem sido claro o investimento que vem sendo feito na utilização de diferentes tecnologias educativas. Os videojogos, nomeadamente os jogos sérios, não escapam a esta tendência. Os seus usos educacionais têm vindo a multiplicar-se (Young et al., 2012), também no ensino superior (Lean et al., 2006). A literatura tem vindo a reforçar a ideia de que os jogos desenhados com fins educacionais são eficazes na motivação dos alunos para a aprendizagem e na promoção da mudança de comportamentos (Boyle et al., 2012; Connolly et al., 2012). Quando olhamos para o ensino superior, a evidência, vinda sobretudo da utilização de simulações (Lean et al., 2006) vai além havendo autores que defendem o uso de jogos sérios para apoiar a aprendizagem de competências complexas. Embora pareça haver uma crescente aceitação do potencial educacional dos videojogos (Young et al., 2012), e esteja muito presente o discurso sobre o seu potencial, faltam ainda estudos que nos apresentem dados empíricos capazes de alargar a nossa compreensão dos contributos efectivos que estas tecnologias podem trazer tendo em conta os modos como são vistas e recebidas pelos/as estudantes. O trabalho que aqui se apresenta contribui para a construção deste corpus empírico nomeadamente a partir de dados recolhidos em Portugal. Serão apresentados os resultados de um inquérito por questionário realizado no primeiro trimestre de 2017 a estudantes da Universidade do Porto e do Politécnico do Porto. O inquérito foi disseminado por email tendo sido enviado para o universo de estudantes de ambas as instituições. A amostra final inclui respostas válidas de cerca de 500 estudantes. É a partir destes dados que se apresenta e discute o modo como os/as estudantes avaliam a experiência de jogar videojogos no contexto das suas aulas no ensino superior e a relação desta com a sua experiência prévia com videojogos quer com as suas visões relativamente às maneiras como se pode aprender jogando.

Palavras-chave: Ensino superior; Estudantes; Tecnologias educativas; Videojogos; Experiência

Resumo 342

DIVERSIDADE DE GÉNERO NAS POLÍTICAS EDUCATIVAS. CONTRIBUTOS PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA AO TRANSGÉNERO

Sandra Palma Saleiro

sandra.saleiro@iscte-iul.pt

CIES-IUL - Instituto Universitário de Lisboa, Portugal

Esta comunicação centra-se na problemática da diversidade de género na infância e juventude e na necessidade da sua contemplação nas políticas educativas. As crianças trans ou diversas em termos de género - ou seja, as que se expressam em termos de género de formas não expectáveis face ao sexo que lhe foi atribuído à nascença - estão a emergir como uma nova categoria social (Meadow, 2013), não porque não tivessem existido antes, como mostram as narrativas das pessoas trans adultas (Saleiro, 2013), mas porque estão agora a ser reconhecidas enquanto tal. Sobretudo desde a segunda década deste século assistimos ao surgimento da primeira geração de crianças a crescer com a possibilidade de expressar e partilhar o seu sentido de género em todas as dimensões sua vida, o que coloca desafios às políticas e práticas educativas. A inclusão da problemática da diversidade de género nas orientações

internacionais para sector da educação foi recentemente inaugurada, tendo tido já acolhimento nas políticas públicas em alguns países (por exemplo em Malta e em algumas províncias de Espanha), encontrando-se em fase de discussão noutros, como é o caso de Portugal. Partindo do acesso às experiências escolares de mais de três dezenas de pessoas transgénero, captadas através de entrevistas de carácter biográfico, identificam-se dimensões críticas que sugerem caminhos de atuação no sentido de construir uma escola que reconheça e acolha estas crianças e jovens. Argumenta-se que a atenção à diversidade de género no sistema educativo implica não apenas medidas que lhe são especificamente direcionadas, mas também a sua incorporação nos instrumentos e iniciativas de combate ao sexismo e aos estereótipos de género. Esta comunicação tem por base dois projetos de investigação desenvolvidos no CIES, ISCTE-IUL na área das ciências sociais com componentes de análise de políticas públicas e de entrevistas a pessoas de diversas identidades e expressões de (trans)género: o projeto “Transexualidade e transgénero: Identidades e expressões de género” (2007-2010), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e o projeto “Diversidade de Género, Cidadania e Saúde” (2016-2019), também no âmbito da FCT.

Palavras-chave: Diversidade de género na infância; Políticas educativas; Transgénero; Escola

Resumo 343

ENSINO DA LÍNGUA E CIDADANIA: UMA PROPOSTA SOCIOINTERACIONISTA PARA O ESTUDO DE ADJETIVOS

Izabela Jangoux
haberiza@gmail.com
1984, Brasil

O ensino da língua deve ser visto como um exercício de cidadania por todos os sujeitos atuantes neste processo, tal posicionamento vem sendo defendido pela professora Irandé Antunes em obras como “LÍNGUA, TEXTO e ENSINO: OUTRA ESCOLA POSSÍVEL”, na qual ela afirma ser necessário o envolvimento da sociedade para que as aulas de Língua Portuguesa extrapolem os “muros” da escola e tornem-se um espaço-tempo no qual os envolvidos sejam convidados à reflexão acerca dos fenômenos estudados. Assim, este trabalho tem como objetivo a proposição de uma sequência didática direcionada a estudantes adolescentes (11º ciclo, em Portugal e 1º ano do Ensino Médio no Brasil) para o estudo de adjetivos a partir da análise das sequências descritivas presentes em diários de viagens escritos entre os séculos XVI e XIX e em blogs de viagem, pós anos 2000. Desta forma, vislumbra-se, dialogar as teorias gramaticais aos contextos linguísticos que permeiam a produção destes gêneros, bem como ideologias, contextos históricos e sociais, os sistemas de comunicação, as linguagens e tecnologias envolvidas, o que possibilitará ao discente uma participação atuante no processo de estudo da língua, a partir da reflexão dos usos dos adjetivos nos diferentes momentos. Acredita-se, com esta apresentação, colaborar com a integração teoria x prática, elucidada por Irandé Antunes, dentro de proposta sociointeracionista de ensino da Língua Portuguesa. Para compor o cerne da base teórica desta comunicação, além das publicações da professora Irandé Antunes, recorre-se a Vygotsky e Todorov.

Palavras-chave: sociointeracionismo; cidadania; juventude; adjetivo; língua portuguesa

Resumo 344

PRÁTICAS DE LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO COM CRIANÇAS DE SEIS ANOS: UM ESTUDO DE CASO EM BELÉM-PARÁ

Adelice Sueli Braga Delgado
adelicebraga@uol.com.br
Maura Lúcia Martins Cardoso
mauralmc@ufpa.br
Maureanna Cardoso Alvão
maureanna@gmail.com
Universidade Federal do Pará, Brasil

Este trabalho é fruto do estudo realizado acerca da prática de letramento e alfabetização ocorrida em uma escola pública da região amazônica brasileira, com crianças de seis anos, a partir de seus olhares. Realizou-se uma pesquisa qualitativa de abordagem etnográfica, em uma turma do primeiro ano do Ensino Fundamental, de uma escola pertencente à rede estadual de ensino do município de Belém, no estado do Pará. Nesta pesquisa foram utilizados, como instrumentos de coleta de informações, a observação em sala de aula; anotações no diário de campo; rodas de conversa com as crianças, conversas com a criança em situações de atividades direcionadas em sala de aula ou em momentos livres, no ambiente escolar, fora de sala de aula e cópia das atividades propostas pela professora da turma. Para dar conta da discussão sobre o tema Letramento e Alfabetização partiu-se de autores como Soares (2008), Ferreira e Teberosky (1999), Leite (2008, 2010), Kramer (1993, 2003), entre outros. Estudou-se, ainda, a perspectiva histórico-cultural de Vigotski que pensa a aprendizagem da leitura e da escrita como um processo mediado nas interações com o outro, no meio social. Ao destacar autores como Vigotski, Luria, Leontiev (2010) e Smolka (2008) salienta-se a necessidade de melhor compreender e de se perceber o processo de letramento e alfabetização, a partir das crianças. A ênfase é sobre a criança como sujeito sócio-histórico, que constrói seu conhecimento em suas relações com a professora, com outras crianças e com a própria cultura. Reflete-se sobre a criança como produtora de cultura, que pensa e expressa seu pensamento e, portanto, que pode emitir um olhar sobre seu processo de letramento e alfabetização. Foram destacadas as seguintes questões orientadoras deste estudo: como se manifesta o olhar da criança sobre as atividades propostas em sala de aula? Como pensam as crianças acerca do processo de letramento e alfabetização? Os resultados desta pesquisa indicam como é importante e imprescindível, que se revele e desvele o olhar das crianças, para que o olhar do adulto se alimente da riqueza do pensamento e do discurso, que os pequenos constroem.

Palavras-chave: Alfabetização e Letramento; Ensino Fundamental; Criança

Resumo 345

VIDAS ONLINE EM ESCOLAS OFFLINE: APRENDER COM OS MEDIA FORA DA SALA DE AULA

Sara Pereira

sarapereira@ics.uminho.pt

Pedro Moura

pedromourarsp@gmail.com

Joana Fillol

joanafillol@gmail.com

University of Minho, Portugal

Prevalece na nossa sociedade uma visão excessivamente escolarizada da aprendizagem, que parece marginalizar os conhecimentos adquiridos pelos jovens nos seus momentos de lazer, nas plataformas digitais, na comunicação entre pares. Não sendo um fenómeno recente, é notório hoje, como realça Castells (2007), um “desfasamento cultural e tecnológico” entre a vida dos jovens dentro e fora da sala de aula, uma situação que tem vindo a acentuar-se (Ito et al., 2012) com o rápido desenvolvimento das tecnologias. Para dar resposta aos múltiplos e constantes apelos do universo digital, os jovens vão desenvolvendo por si próprios e com os seus grupos de pares estratégias de aprendizagem que raramente se relacionam ou são convocadas para os espaços e os contextos de ensino-aprendizagem formal. A relação entre aprendizagens em contextos formais e não-formais e as práticas de consumo transmedia de adolescentes de oito países são alguns dos objetivos do projeto de investigação Transliteracy - Transmedia Literacy (645238/Horizon 2020 – Research and Innovation actions) onde se enquadra a presente comunicação. Tendo por base os dados das entrevistas realizadas a 40 adolescentes com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos no âmbito do referido projeto, pretende-se perceber se existe uma relação entre aprendizagens formais e não-formais e de que forma as últimas (relacionadas especificamente com o digital e os novos media) contribuem para o desenvolvimento de capacidades e competências por parte dos jovens. Algumas notas conclusivas confirmam a existência de dois mundos separados (o ponto de contacto entre escola e digital parece circunscrever-se às questões de segurança) e apontam para um contributo positivo das aprendizagens desenvolvidas fora da escola (autonomamente ou com recurso a amigos, familiares e Internet) na formação dos jovens, promovendo capacidades como a resiliência, a curiosidade e a autossuperação. Serão estes alguns dos pontos de partida para a reflexão e a discussão que esta comunicação pretende apresentar.

Palavras-chave: Meios digitais; práticas transmedia; adolescentes; aprendizagens formais e informais

Resumo 346

SUPORTAR UM MUNDO ESCOLAR INCLUSIVO: ROTURAS E ROTINAS DA INTERVENÇÃO NA VULNERABILIDADE

Bruno Dionísio

bmdionisio@gmail.com

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH/NOVA), Portugal

A condição infantil e juvenil marcada por uma longa experiência escolar é uma realidade cada vez mais totalizante. Ser criança e jovem sem a marca da escola(ridade) na afirmação e na projeção de si rapidamente nos atira para a categoria de «seres insuficientes». A escola, decididamente, reinventou as modalidades de (vi)ver a infância e a juventude, pluralizando, por um lado, mas reduzindo, por outro, os modos possíveis de se ser criança e jovem. Quer as políticas educativas quer os dispositivos de governação das escolas são hoje atravessados pela gramática da inclusão – de todos, obrigatória e duradouramente – e pela injunção à intervenção eficaz em cenários mais vulneráveis que ameaçam o cumprimento de tal desígnio. Os estudos extensivos que medem indicadores de persistência das desigualdades, injustiças ou exclusões nem sempre dão conta de rotinas escolares – mais ou menos invisíveis, dolorosas e insuportáveis – que visam revertê-las. O foco desta comunicação é justamente esse: perscrutar o trabalho que é realizado por professores e «profissionais do social» (psicólogos, assistentes sociais, mediadores, animadores), em dispositivos de intervenção administrados pelo princípio da reversibilidade de casos sensíveis, quer dizer: casos qualificados como vulneráveis, de risco ou de perigo. Dar conta das rotinas da intervenção na vulnerabilidade permite-nos adentrar em mundos onde «fazer a inclusão escolar» se reveste de um caráter ambivalente, tensional e dilemático: por um lado, as situações em que fazer a inclusão gera, paradoxalmente, a rotura onde se procurava a sutura; por outro lado, as situações de vida (infantil e juvenil) mais delicadas e melindrosas produzem dilemas éticos e morais que condicionam a intervenção e geram um sofrimento profissional dificilmente suportável; por fim, a crescente explosão de situações qualificadas como vulneráveis faz-nos entrar numa nova categoria da experiência escolar: a da criança e do jovem intervencionados.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Intervenção social escolar; Vulnerabilidades

Resumo 348

INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO: BUSCANDO COMPREENDER O CONTEXTO DA GARANTIA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

Caroline Araujo

carol.s.araujo14@gmail.com

Patrícia Freitas

p.defreitas@hotmail.com

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Este trabalho é parte de uma pesquisa, ainda em andamento, que tem por finalidade estudar a adoção de crianças e adolescentes, buscando analisar o papel que as políticas públicas e sociais têm ou poderiam ter diante desta problemática. A metodologia a ser seguida será de cunha qualitativo e utilizará, na pesquisa de campo, métodos que garantam a participação dos diferentes sujeitos da/na pesquisa. O intuito é pôr em prática uma investigação que tenha a perspectiva de não apenas pesquisar, mas contribuir com as ações voltadas para adoção. Nesta fase inicial, estamos realizando estudos bibliográficos, levantamentos documentais na legislação que trata da questão da adoção e dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil, como, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Entendendo que conhecer as instituições de acolhimento é primordial para o refinamento dos resultados da pesquisa, estamos realizando um levantamento quantitativo e qualitativo de algumas instituições, com o intuito de conhecer dados sobre o quadro técnico, o número de crianças/adolescentes abrigadas(os), observar a estrutura física institucional, como a instituição interage com os abrigados e buscar compreender o seu histórico. De acordo com um mapeamento realizado, o Estado do Rio de Janeiro tem, ao todo,

169 internatos, 1 semi-internato, (ou seja, que tem funcionamento de 2ª a 6ª), 5 unidades de atendimentos de dependentes químicos e 1 serviço de atenção à população de rua, totalizando 176 unidades, além de 20 Programas de Acolhimento Familiar. Sendo assim, este trabalho é importante não só por entender uma pequena parte da complexa temática que é a adoção, mas também por se constituir em uma possibilidade de propiciar um debate sobre como os/as institucionalizados/as são tratados em sua condição de crianças/adolescentes e detentores de direitos: direito de ter acesso ao ensino, ao desenvolvimento comunitário e as demais formas de manutenção de uma vida de qualidade. No que tange à educação buscamos refletir sobre as interrelações de crianças e adolescentes com os demais estudantes nos cotidianos escolares com o intuito de compreender se a condição social destes interfere em seus processos de socialização.

Palavras-chave: Adoção; Direitos sociais; Instituições de Acolhimento

Resumo 349

LETRAMENTO VISUAL COM CRIANÇAS EM ÁREA DE ASSENTAMENTO NA AMAZÔNIA

Maura Lúcia Martins Cardoso

mauralmc@ufpa.br

Adelice Sueli Braga Delgado

adelicebraga@uol.com.br

Maureanna Cardoso Alvão

maureanna@gmail.com

Universidade Federal do Pará, Brasil

O presente estudo trata acerca do letramento visual, com crianças do 1º ano do ensino fundamental, na área do assentamento “Jesus de Nazaré”, na ilha de Caratateua conhecida por Outeiro, região amazônica do Brasil. Surgiu do desejo de entender até que ponto se pode ser mais aplicado, para fazer com que a leitura de imagens aconteça de modo significativo em sala de aula, haja vista que o texto imagético pode ser construído a partir de efeitos de sentido. O letramento visual se constitui na capacidade de ver, compreender e finalmente, interpretar e comunicar o que foi interpretado por meio da visualização (ROCHA, 2008). O letramento visual é também a habilidade de entender e produzir mensagens visuais, capacidade que gera benefícios a professores e alunos advinda da inversão do domínio da escrita para o uso da imagem, produzindo assim, uma revolução nos usos e efeitos do letramento, requerendo do leitor um letramento visual (PROCÓPIO; SOUZA, 2009). Esta pesquisa tem por objetivo geral identificar os níveis de leitura visual das seis crianças, do 1º ano do ensino fundamental I, do assentamento, por meio de textos visuais do livro didático utilizado em classe, a partir de perguntas por indução e respostas por indução e abdução. No plano metodológico no que concerne a abordagem do problema optou-se pela pesquisa qualitativa e quantitativa (KUHN, 2006), do ponto de vista dos objetivos o uso da pesquisa exploratória e pesquisa bibliográfica (GIL, 2007), incluindo apontamentos do método etnográfico (PEIRANO, 2008) e nas análises dos textos visuais (DONDIS, 2003) e (PEIRCE, 2005) e na consistência teórica do letramento visual (SANTAELLA; NÖTH, 1998) e (SILVINO, 2012) dentre outros. Os resultados da pesquisa sinalizam que por meio de textos visuais, as crianças do assentamento se tornam mais habilidosas em atividades de leitura e escrita e as imagens contribuem para a melhoria do nível de compreensão dessas crianças no processo de escrita e leitura. Conclui-se então, a inegável contribuição do letramento visual nas fronteiras territoriais e textuais da vida escolar contemporânea.

Palavras-chave: Letramento Visual; Livro didático; Leitura e Escrita

Resumo 350

DISCUTINDO GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA: RETROCESSOS E TENSÕES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Jacqueline Cavalcanti Chaves

jcchaves2@terra.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ, Brasil

No Brasil do século XX, a educação sexual na escola passou por diferentes movimentos. Foi de uma intervenção apoiada em pressupostos higienistas, passou por programas inspirados nos movimentos feminista, negro e homossexual, silenciados pelo regime de moralização de costumes imposto pela ditadura militar, e chegou aos anos 1990 com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Os PCNs foram um importante marco na consolidação da educação sexual na escola ao publicar um fascículo sobre “orientação sexual”. Eles visam auxiliar professorxs no trabalho escolar sobre temas tais como sexualidade e igualdade de direitos. Ainda que problematizações e críticas sejam feitas aos PCNs, tal como a ênfase dada por ele à lógica preventiva, os parâmetros têm possibilitado a abordagem da sexualidade e do gênero de modo mais frequente e transversalmente nas disciplinas escolares. Apesar dos PCNs serem um documento proposto pelo Ministério da Educação e orientar o projeto pedagógico de diversas escolas brasileiras, nos últimos anos, o trabalho sobre gênero e sexualidade na escola têm sido objeto de fortes ataques e disputas nos âmbitos da política nacional e da sociedade civil. Estes ataques têm partido particularmente do movimento Escola Sem Partido, o qual inspirou um Projeto de Lei do Senado Federal. Este Projeto, que está em tramitação, pretende incluir entre as diretrizes e bases da educação nacional o Programa Escola Sem Partido. Nele é vedado aos/às professorxs abordar as temáticas de gênero e sexualidade. Movimentos contrários ao ESP, tais como a Frente Nacional Escola Sem Mordança e o Movimento Educação Democrática, têm feito frente aos seus discursos e ações. No meio deste campo de conflitos e disputas, ocorre um crescimento do feminicídio, recrudescimento da violência sexual contra mulheres e crianças, expansão dos casos de agressão verbal devido à orientação sexual e identidade de gênero, e aumento da evasão escolar de membros LGBTs. O objetivo deste trabalho é discutir a inserção das questões de gênero e sexualidade nas escolas brasileiras, particularmente no âmbito dos PCNs, e analisar retrocessos e tensões decorrentes do movimento ESP. O trabalho vem sendo desenvolvido a partir da revisão da literatura e de documentos produzidos pelos movimentos mencionados.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Educação afetivo-sexual; Escola; Políticas educacionais

Resumo 353

O GÊNERO E EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA DO COTIDIANO ESCOLAR NAS SÉRIES INICIAIS DE ESCOLAS BRASILEIRAS

Carla Cunto

carlacunto@unifeso.edu.br

Centro Universitário Serra dos Órgãos e Universidade Católica de Petrópolis, Brasil

Cecília Reis Carvalho de Souza

ciissa.souza@hotmail.com

Camila Barroso Pereira de Andrade

pcamila66@yahoo.com.br

Centro Universitário Serra dos Órgãos, Brasil

O presente trabalho procura apontar, dentro dos primeiros anos de escolarização, como as crianças se relacionam em uma escola constituída historicamente feminina. O presente trabalho não pretende esgotar o debate sobre o gênero no espaço escolar e sim explorar o tema complexo, a partir da análise de observações de campo de duas escolas de pré-escolar, pública e privada de Teresópolis, cidade do interior do estado do Rio de Janeiro. O trabalho se divide em três debates principais: a) priorização docente do contimento corporal, idealizando conceitos de bons alunos como sendo disciplinados, que acatam as ordens sem questionamento, priorizando a estética no desenvolvimento de atividades; b) os professores observados na pesquisa, reproduziam relações de conduta e interação que estabelecem papéis sociais de gênero na cultura escolar infantil; c) ao analisar algumas práticas pedagógicas e discursos docentes, revelou-se a subjetividade das práticas pedagógicas impregnadas de preconceitos no estabelecimento e cumprimento de papéis de gênero, mesmo na tenra idade pré-escolar. A pesquisa revelou três grandes aspectos que merecem um aprofundamento da pesquisa: 1) ausência de diversidade de gênero entre os adultos na escola, já que 100% na escola pública e 90% na escola particular são do sexo feminino, limitando a cultura de pares, que ocorrem apenas entre os alunos. 2) O segundo aspecto está centrado na disciplina e punição de comportamento inadequados que são caracterizados pelos professores pelo excessivo movimento. Nesse sentido, os alunos do gênero feminino conseguem melhor êxito no autocontrole corporal, sendo reforçado positivamente o controle e subordinação. No entanto, os meninos têm seus comportamentos constantemente repreendidos sofrendo muito mais sanções e punições, que sem

intencionalidade, acabam por estimular a ousadia, impulsividade e obstinação. 3) algumas práticas docentes revelaram explicitamente os padrões de papéis tradicionais masculinos e femininos idealizados e construídos num longo processo cultural da sociedade teresopolitana. As observações revelaram que os professores incomodavam-se e até impediam brincadeiras onde os papéis foram “trocados”. Havia murais e cartazes que enfatizavam comportamentos masculinos e femininos tradicionais e principalmente durante diálogos informais docentes o constrangimento e incomodo em assistir brincadeiras onde meninos eram mães e meninas assistiam a futebol.

Palavras-chave: Gênero; Escola; Escola Feminina; Brincadeiras de Gênero; Cultura Escolar

Resumo 356

PROJETO FÊNIX NO PRÉ-ESCOLAR - FLEXIBILIZAR PARA INOVAR

Diana Gomes

Diana_gomes86@hotmail.com

Filipa Castro

filipa.i.castro@gmail.com

Helena Costa

helenamariacosta13@gmail.com

Vânia Ribeiro

Vaniafribeiro@hotmail.com

Elisabete Dias

betycleo@hotmail.com

Cristiana Trocado

Cristiana_trocado@hotmail.com

Claudia Carvalhido

claudinhacarvalhido06@hotmail.com

Cátia Santos

Catinhasantos@hotmail.com

Miminho, Portugal

Lúisa Moreira

Luisatavaresmoreira@gmail.com

Helena Fonseca

Helenaafonseca@gmail.com

Academia Fénix / Miminho, Portugal

O Projeto Fénix é uma tecnologia organizacional destinada ao ensino básico e secundário que permite flexibilizar grupos de crianças/alunos de forma a implementar estratégias e metodologias de ensino-aprendizagem com o objetivo de levar todos os alunos a atingirem o seu máximo potencial. O Miminho é o primeiro Jardim-de-Infância a adaptar e implementar a metodologia Fénix ao pré-escolar. Com o lema “no mesmo tempo, uma melhor qualidade de tempo”, este projeto permitiu quebrar as barreiras das salas e dos grupos de crianças, dando lugar a novos espaços de interação, criatividade e aprendizagem. É operacionalizado segundo a metodologia de trabalho de projeto, que se inicia por uma atividade motivadora integradora para todas as crianças. Desta emergem os diálogos, as ideias e as questões, a partir das quais as educadoras desenham de forma colaborativa e interdisciplinar cada projeto, que é único, considerando as orientações curriculares e a articulação entre quatro grandes áreas: Linguagem, Matemática, Ciências e Artes. É promovida a escolha inicial autónoma de atividades pelas crianças que irão realizar aprendizagens em todas as áreas referidas, em grupos flexíveis multi-etários, ao longo do projeto e nos espaços Fénix. O projeto Fénix pretende fomentar a autonomia, a criatividade, a resiliência, a responsabilidade, o trabalho em equipa, a entreaajuda, entre outras competências, estando as crianças no centro de todo o processo. As mais-valias deste projeto são múltiplas considerando vários domínios - a aprendizagem das crianças, o trabalho colaborativo entre docentes e a melhoria das práticas.

Palavras-chave: Tempo; Espaço; Escolha; Autonomia; Criatividade; Resiliência; Inovar

Resumo 358

AS POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO COTIDIANO ESCOLAR: O QUE PENSAM OS DIFERENTES SUJEITOS ENVOLVIDOS?

Patricia Oliveira Freitas

p.defreitas@hotmail.com

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

No estudo aqui apresentado pretendemos conhecer a importância dos programas sociais voltados para crianças e adolescentes e que se efetivam a partir da escola, na perspectiva dos administradores escolares, dos professores, das famílias, das crianças e adolescentes, bem como dos responsáveis pelas políticas de assistência social nas cidades de Braga, em Portugal, e Seropédica (RJ), no Brasil. Considero importante trazer uma rápida referência a um importante programa brasileiro que busca reduzir a pobreza e promover inclusão social. O Programa Bolsa Família tem obtido, ao longo dos últimos anos, uma grande relevância, especialmente, por estar provocando impactos na vida dos pobres, ao possibilitar o acesso a uma renda mínima. Algumas beneficiárias do programa o reconhecem como direito. No entanto, o Programa não é baseado na concepção de direitos, pois existe um limite quantitativo, o que não garante o acesso a todos que dele necessitariam. Um outro aspecto envolvendo os programas sociais é o preconceito sofrido pelos beneficiários, que sofrem com a estigmatização decorrente da participação em um programa de transferência de renda. No Brasil, alguns estudos têm chamado a atenção para a necessidade de o governo investir em políticas que reforcem a geração de emprego e renda, oferecendo não só o benefício, mas a oportunidade das famílias beneficiadas conseguirem superar a linha de pobreza. Embora seja inegável a contribuição do programa para aliviar a situação de miséria dos beneficiários, não se deve deixar de refletir sobre a necessidade, a longo prazo, de se investir no capital humano, e romper o ciclo da intergeracional da pobreza através da inclusão social, garantindo os direitos sociais e humanos não só dos pais como também das crianças. Essa breve contextualização tem o sentido de trazer elementos para os quais esse estudo pretende se dedicar. Ao fazer um esforço de caracterizar os programas sociais voltados para as crianças e adolescentes nos cenários português e brasileiro buscaremos ir além do que está estabelecido em suas diretrizes, e tentar compreender a importância, o significado e os sentidos atribuídos pelos sujeitos envolvidos direta ou indiretamente em sua efetivação.

Palavras-chave: Políticas Sociais; Crianças; Adolescentes; Cotidiano Escolar

Resumo 359

JOVENS E A PESQUISA: ENTRE O INTERIOR E O EXTERIOR DA ESCOLA NOVOS DESVIOS E OUTROS RUMOS AINDA ENCOBERTOS

Cineri Fachin Moraes

cfmoraes@ucs.br

Nilda Stecanela

nstecane@ucs.br

Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Esta comunicação tem o objetivo de problematizar percepções de jovens do Ensino Médio com relação a interação entre suas investigações e o entorno da escola, no sentido de descobrir o que é pesquisado no espaço escolar, buscando uma articulação com a comunidade. Este estudo está inserido no contexto do componente curricular do Ensino Médio do estado do Rio Grande do Sul, localizado no extremo sul do Brasil, denominado Seminário Integrado, o qual se afasta da tradição disciplinar, trazendo uma abordagem inovadora. Essa proposta curricular efetivou-se entre o período de 2012 e 2016. Buscou promover espaços onde o jovem vivenciasse situações de investigação, de mobilização e de interferência na realidade, oportunizando a pesquisa como princípio pedagógico e fortalecendo a ideia do caráter formador da experiência escolar possibilitando ao jovem transitar por caminhos que integrem o cotidiano da escola com possibilidades de intervenção nos processos de participação. A problemática dessa comunicação se estabelece em torno da questão: como pesquisas vinculadas ao componente curricular Seminário Integrado podem ser potencializadas como um canal de diálogo e de interação entre o interior e o exterior da escola?

Os dados construídos constituem um corpus com narrativas de 400 jovens do Ensino Médio de 20 escolas da rede pública da região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, pertencentes à 4ª Coordenadoria Regional de Educação, com abrangência em 14 municípios. O trabalho de campo, à luz da sociologia da vida cotidiana, oportunizou reflexões e conclusões apoiadas teoricamente nas produções de Demo, Pais, Freire, Carrano e seus seguidores, com vistas a discutir respectivamente a pesquisa como princípio educativo, a sociologia da vida cotidiana, o diálogo e os jovens. Os achados dessa comunicação indicam o apelo dos jovens por uma maior aproximação com espaços fora da escola para pesquisar, além de uma melhor interação com a comunidade, evidenciando o valor atribuído ao que é investigado no Seminário Integrado. Esses elementos nos desafiam pensar a pesquisa na escola como um canal de diálogo articulador entre o espaço escolar e o seu entorno.

Palavras-chave: Ensino Médio; Seminário Integrado; Jovens; Pesquisa na escola

Resumo 361

EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DA SOCIEDADE DE CLASSES: QUESTÕES DE CURRÍCULO E DIREITOS HUMANOS

Wanda Lúcia Borsato Silva

wandalborsato@gmail.com

Livia Miranda

liviamiranda01@yahoo.com.br

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Ao se considerar a escola como instância social implicada nos múltiplos movimentos inerentes às contradições que constituem e alimentam a sociedade de classes e as demandas atuais por uma escola democrática temos que conceber a dinâmica escolar como espaço onde não só se reproduzem interesses, valores, políticas, culturas e ideologias, mas onde também se podem exercer influências sobre tais questões. Isto posto, contundente desafio cabe à educação contemporânea, pois supõe romper com a perspectiva homogeneizadora e padronizadora que historicamente impregna suas práticas. Elemento central na organização do processo educativo, o currículo envolve aspirações e objetivos de escolarização que não são possíveis de compreensão se não estiverem devidamente referendadas ao contexto social de sua produção e às intencionalidades subjacentes à sua concretização. Apoiando-nos em pensadores da Teoria Crítica da Sociedade, com especial foco para os estudos de Adorno, Horkheimer e Marcuse, que contribuem para a problematização e o enfrentamento dos limites e das contradições sociais presentes nas políticas de currículo escolar, que se voltam mais à dominação, à autoconservação da sociedade do que para a emancipação dos indivíduos e para a superação da violência e exclusão reinantes na sociedade atual, ousamos questionar: a serviço de quem (ou de quê) está o currículo escolar? Esta pesquisa apresenta como questão central a discussão/problematização de políticas para o currículo e as influências que exercem sobre a organização da escola em perspectiva crítica e emancipatória, com vistas ao compromisso humanizante da educação de crianças e jovens. Nesse sentido, o estudo se propõe a instigar e instigar-se a um movimento dialético sobre a educação, busca refletir sobre as condições sociais vigentes no atual estágio civilizatório e os reflexos da conjuntura social contemporânea sobre os discursos das políticas de currículo para a Educação Básica nas duas últimas décadas no Brasil, sua função social e as possíveis interferências que exerce sobre a organização da escola pública e seu compromisso com a formação humana.

Palavras-chave: direitos humanos; currículo; educação

Resumo 362

PRIORIDADES INFANTIS PARA BRINCAR FELIZES EM PARQUES E JARDINS

Grécia Rodríguez

greci777@gmail.com

Leonardo de Albuquerque

leonardoalbu100@gmail.com

As narrativas das crianças demonstram que elas partilham olhares, pensamentos e sentimentos comuns. Elas identificam-se entre elas e consideram que vivem um período de vida distinto e especial, que as fazem diferentes aos adultos. “A infância é divertida, é um tempo de proteção e provisão, de privilégios e desfrute, quando elas percebem coisas essenciais para o futuro” (Gaitán, 2006). Um tempo onde sonhamos e onde “ninguém pode tirar-nos o direito de brincar” (crianças de Ponte de Lima). Quando as crianças participam na construção de um conceito, de uma narrativa, de um pensamento crítico e analítico de um sistema vivo, todos são atores do teatro da própria vida. Elas são grandes intérpretes da alegria, do aprender brincando... seu conhecimento traduz e desvela os segredos da natureza (Punset, 2009). As crianças podem vivenciar experiências e colocar em papéis e planos, pensamentos e sentimentos coletivos onde propõem ideias. Assumem sua cidadania infantil sendo protagonistas de uma participação concertada e comprometida. Elas demonstram ser capazes de intervir localmente e perceber que suas ações podem trazer consequências, quando em rede e em acordo intergeracional, constroem colaborativamente, soluções a seus problemas. No marco do projeto educativo de intervenção de “Educomunicação, Ambiente e Cidadania Infantil” realizaram-se uma série de atividades de sensibilização nas diferentes escolas do Município de Ponte de Lima. Procurou-se conhecer opiniões, reclamos e certezas sobre o território do recreio. Foram recolhidos análises infantis através de planos, narrativas, desenhos, textos e fotografias. Como desafio, todas as crianças foram convidadas a participar em um Ateliê de Paisagismo e a formar equipas para trabalhar como desenhadores, paisagistas e planejadores. A intervenção teve metodologias de natureza qualitativa e como raízes teóricas os princípios da Sociologia da Infância, tomando em conta que as crianças são capazes de produzir cultura e de contribuir com os espaços que formam parte de seus quotidianos (Sarmiento, 2004). Os grupos de crianças estiveram a volta da rádio produzindo narrativas. Tormentas de imaginação, reflexão, invenção e expressão deram força as propostas. A demonstração do afeto e a postura sincera da escuta permitiu o ato de comunicar sem timidez, aceitando fazer partes dos desafios.

Palavras-chave: Cidadania infantil; Paisagismo; Parques; Bem-estar; Narrativas

Resumo 364

MERITOCRACIA, SELETIVIDADE, EQUIDADE: QUE JUSTIÇA(S) PERCORRE(M) AS POLÍTICAS EDUCATIVAS E AS PRÁTICAS ESCOLARES?

Aline Seica

aline-seica@sapo.pt

Escola Sec. D. Pedro V / UIDEF, Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Portugal

Tendo como horizonte de referência a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, recomendações da OCDE preconizam uma educação que forme “mão-de-obra competente e qualificada” e o desenvolvimento de estratégias que articulem resultados da educação com necessidades das sociedades, visando “um crescimento inclusivo”. A ideia de que uma educação “de qualidade” e equitativa favorece a realização pessoal e promove o desenvolvimento económico sustenta essas recomendações. As políticas e a legislação educacionais portuguesas mais recentes denotam igualmente esta dupla finalidade e a ambivalência que a acompanha; a escola, dividida entre exigências de eficácia e sucesso e de inclusão de todos os alunos, de equidade e diversificação, enfrenta desafios de justiça que põem à prova diretores e professores quanto à capacidade de conjugação entre axiologias e éticas distintas, se não contraditórias. Integrando uma investigação de doutoramento sobre a problemática da justiça na escola, fundamentada em teorizações filosóficas e sociológicas de justiça, esta comunicação focaliza-se nos princípios e normas de justiça emergentes da legislação educacional, por um lado; por outro, dos documentos orientadores da escola. Focaliza-se ainda nas interpretações de justiça que alunos e professores constroem das suas experiências escolares. Assim, questiona-se (1) que dimensões de justiça são privilegiadas na escola por alunos e professores; (2) em que medida estas dimensões e os valores que lhes são associados correspondem ao enunciado axiológico dos normativos legais; (3) como conciliam as escolas o duplo mandato de inclusão e selecção meritocrática. Desenvolveu-se um estudo de caso em duas escolas urbanas implantadas em meios sociais, económicos e culturais contrastantes, usando diversos instrumentos de recolha de dados. Na presente comunicação, privilegiam-se (1) dados documentais; pontos de vista dos diretores e de outros membros do governo das escolas recolhidos mediante entrevistas; (2) dados resultantes de questionário e entrevistas a alunos. A análise fez emergir não apenas distintos princípios e normas de justiça dominantes em cada escola, mas também distintas formas de objetivação da legislação. Relativamente aos

alunos e aos professores, mostrou disparidades entre a intencionalidade de justiça de alguns princípios legais e práticas escolares e o modo como são interpretadas por eles as experiências a que tais práticas dão lugar.

Palavras-chave: justiça educativa; equidade; meritocracia; dimensões de justiça das práticas escolares

Resumo 367

POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO: A EDUCAÇÃO INFANTIL EM FOCO

Edinéia Castilho

edineiacastilho@yahoo.com.br

Jordanna Castelobranco

jordanna.branco@gmail.com

UFRJ, Brasil

O presente trabalho busca analisar as políticas brasileiras de avaliação em larga escala na EB (Educação Básica), dando enfoque ao debate contemporâneo acerca dessa avaliação da/na Educação Infantil, etapa que antecede o Ensino Fundamental. O estudo teve como referencial teórico os estudos dos campos: da política pública de avaliação (Silva Júnior, 1990; Afonso, 2009; Bonamino e Souza, 2012), da avaliação na/da Educação Infantil (Castro e Souza, 2017; Souza, 2014; Bondioli e Savio, 2000; Corsino e Guimarães, 2017) e da Educação Infantil (Corsino e Nunes, 2010; Campos, 2011 e Kramer, Corsino e Nunes, 2010). Realizou-se revisão bibliográfica a partir do levantamento de trabalhos publicados, acerca da temática de políticas públicas de Avaliação na/da Educação Infantil, nas reuniões anuais da ANPEd - Associação Brasileira de Pós-graduação em Educação - e no periódico RBE - Revista Brasileira de Educação-, ambos entre os anos 1996 e 2017. Analisou-se essa produção acadêmica, visando a compreender como esses trabalhos abordam o tema das políticas de avaliação da/na educação infantil no contexto brasileiro. Assim como também os documentos oficiais a cerca da temática em questão. O estudo apontou que na Educação Infantil a importância de compreender as crianças enquanto sujeitos que estão conhecendo o mundo a medida em que o experienciam e evidenciou a necessidade de avaliação dos contextos de aprendizagem a elas oferecidos, ou seja, como é ofertada a primeira etapa da educação básica. O que diz respeito não só a infraestrutura institucional, mas também a formação de professores e as suas condições de trabalho e quais as práticas pedagógicas presentes nesses espaços. Com esse trabalho pretende-se contribuir para o debate e reflexão acerca da avaliação da/na educação infantil por meio de apontamentos sobre uma avaliação em contexto que respeitem as especificidades das crianças pequenas.

Palavras-chave: avaliação; educação infantil; contexto

Resumo 368

ENVOLVIMENTO AFETIVO NA ESCOLA E DESEMPENHO ACADÊMICO: ESTUDO PRELIMINAR NO 2.º ANO DE ESCOLARIDADE

Sara Mendes

sa.mendes14@hotmail.com

Cristina C. Mateus

cristinamateus@iesfape.pt

Dulce Noronha e Sousa

dulcenoronha@iesfape.pt

Estrela Paulo

estrelapaulo@iesfape.pt

Rosa Martins

rosamartins@iesfape.pt

Cristina Machado

cristinamachado@iesfape.pt

Raquel Fernandes
patriciafernandes@iesfafe.pt
Instituto de Estudos Superiores de Fafe; Portugal

Iris M. Oliveira
iris@upt.pt
Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Portugal

O envolvimento na escola pode ser concebido como um processo que inclui dimensões afetivas, agenciativas, cognitivas e comportamentais. Em particular, o envolvimento afetivo dos/as estudantes refere-se ao seu sentido de pertença e sentimentos experienciados na escola, bem como às reações afetivas inerentes aos pares, docentes, outros agentes educativos, atividades extracurriculares e conteúdos escolares. A literatura tem identificado associações positivas entre o envolvimento afetivo na escola e a motivação, a orientação para objetivos escolares e o rendimento académico. Contudo, esta linha de estudos tem prevalecido junto de estudantes a partir do 3.º ciclo do ensino básico. Tendo em conta a centralidade dos primeiros anos de escolaridade, este trabalho baseia-se numa experiência de estágio curricular e tem por objetivo testar a relação entre o envolvimento afetivo na escola e o rendimento académico no 2.º ano de escolaridade. A amostra incluiu 12 estudantes (58% raparigas) de uma escola rural do norte de Portugal (Midade = 7.5). Administrou-se a subescala Afetiva da Escala de Envolvimento dos Alunos nas Escolas e obtiveram-se as classificações escolares dos/as participantes. Os resultados dos Coeficientes de Correlação de Pearson sugeriram uma relação positiva e estatisticamente significativa entre o envolvimento afetivo na escola e as classificações escolares de Estudo do Meio. Estudos adicionais poderão clarificar a importância das atividades práticas e em grupo inerentes à disciplina Estudo do Meio na promoção do envolvimento afetivo na escola. Estudos posteriores com amostras mais alargadas e provenientes de outras áreas do país podem ainda ajudar a enriquecer esta linha de pesquisa nos primeiros anos de escolaridade. Retiram-se implicações para a prática educativa, tendo em conta a articulação entre as vivências experienciais dos/as estudantes e o seu rendimento académico.

Palavras-chave: Envolvimento na escola; Rendimento académico; Ensino básico; 1.º ciclo do ensino básico

Resumo 371

CUIDADOS METODOLÓGICOS NA INVESTIGAÇÃO COM CRIANÇAS

Iris M. Oliveira
iris@upt.pt
Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Portugal

Cristina C. Mateus
cristinamateus@iesfafe.pt

Dulce Noronha e Sousa
dulcenoronha@iesfafe.pt

Estrela Paulo
estrelapaulo@iesfafe.pt

Rosa Martins
rosamartins@iesfafe.pt

Raquel Fernandes
patriciafernandes@iesfafe.pt
Instituto de Estudos Superiores de Fafe, Portugal

A literatura em áreas de conhecimento como as Ciências da Educação, a Psicologia, a Sociologia ou o Direito tem vindo crescentemente a destacar uma perspetiva de criança enquanto ser competente, que estabelece dinâmicas mútuas com o meio e que tem direito a que a sua voz e as suas perspetivas sejam escutadas. A transferência desta perspetiva de criança à investigação suscita desafios metodológicos que necessitam ser ponderados e integrados no desenho de estudos empíricos. Este trabalho tem como objetivo sensibilizar investigadores/as e profissionais que atuam na infância quanto aos cuidados metodológicos a atender no envolvimento da criança enquanto parceira e informante competente na investigação. Com base em literatura nacional e internacional, identificam-se considerações éticas subjacentes à investigação com crianças e recomendações quanto à seleção, adequação e implementação de

técnicas de recolha de dados, tais como entrevistas, grupos focais, questionários e produtos permanentes. Debatem-se implicações futuras para a realização de estudos empíricos com crianças, tendo em conta oportunidades e desafios na atuação junto deste público-alvo. Discute-se ainda a necessidade de metodologicamente atender ao desenvolvimento humano da criança e às suas idiossincrasias.

Palavras-chave: Criança; Infância; Investigação

Resumo 375

O DESAFIO DAS RELAÇÕES DE CONVIVÊNCIA COM OS COLEGAS DE TRABALHO: NARRATIVAS DE JOVENS DOCENTES INICIANTES NO ENSINO MÉDIO PÚBLICO

Alida Angelica Alves Leal

alidamail@gmail.com

Brazil - UFMG, Brasil

Esta pesquisa corresponde a um recorte da tese de doutorado intitulada “Desafios comuns, enfrentamentos singulares”: narrativas de jovens docentes iniciantes no ensino médio público, que abordou as experiências de jovens professores iniciantes de escolas do ensino médio público de uma região de Belo Horizonte (Minas Gerais/Brasil). Foram considerados jovens os sujeitos com até 29 (vinte e nove) anos de idade e docentes iniciantes aqueles com 05 (cinco) anos de profissão ou menos. O objetivo geral da investigação consistiu em identificar quais desafios comuns se apresentam mais agudos para os referidos docentes e compreender como estes indivíduos os enfrentam. No estudo apresentado neste Colóquio, exponho um dos maiores desafios enfrentados pelos jovens docentes pesquisados, qual seja, as relações de convivência com seus colegas de trabalho – docentes, gestores e demais funcionários da escola. O percurso metodológico da investigação foi organizado em três fases: levantamento de dados estatísticos sobre professores da rede pública do Ensino médio (PNAD/2013, Censo Escolar/2013, SEE/2015), aplicação de questionários e realização de entrevistas narrativas com 25 (vinte e cinco) jovens professores iniciantes que lecionavam em escolas públicas da referida modalidade de ensino situadas em uma regional do município de Belo Horizonte. O material empírico foi analisado a partir de algumas categorias analíticas da Sociologia do Indivíduo (Martuccelli, 2007, 2010; Araújo e Martuccelli, 2012; Martuccelli e Singly, 2012), da Sociologia da Experiência (Dubet, 1994, 1998) e da Sociologia da Educação (Fanfani, 2005). O estudo revelou que relações de convivência dos sujeitos investigados com seus colegas de trabalho, ao lado das relações de convivência com seus jovens estudantes e a entrada e a sobrevivência no mercado de trabalho podem ser denominados “desafios inaugurais da iniciação à docência por jovens”. No enfrentamento do desafio em análise neste trabalho, aspectos relativos a representações pejorativas da juventude, associados a uma forte hierarquização dos vínculos laborais dos docentes, que muitas vezes se mistura, nas escolas, às hierarquias intergeracionais, são marcas fortes das experiências de jovens docentes iniciantes, o que precisa ser melhor analisado e problematizado para compreendermos os regimes de interações sociais de hierarquia, igualdade e diferença na escola e na sala de aula.

Palavras-chave: Jovens professores iniciantes; Trabalho docente; Experiência docente

Resumo 377

SABERES DOCENTES: ENTRE O FAZER E O DESEJO DE CONHECER A MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Thais Sobral

tais.santo@hotmail.com

Educação, Brasil

A pesquisa consistiu em compreender a maneira com vem ocorrendo a mediação docente em escolas de Educação Infantil, no sentido de compreender o que fazem, sabem e desejam saber professores/as de educação infantil acerca da música. Utilizamos Torres (1998), Brito (2003), Nogueira (2003), Penna (2008) e Jeandot (1993) entre outros/as que relatam a respeito das múltiplas contribuições da música na Educação Infantil. Tais autores/as alertam que não

podemos encarar a música como algo pronto ou como proposta de reprodução, mas como uma linguagem cujo conhecimento se constrói. Trata-se de uma pesquisa de campo em uma instituição de educação infantil, envolvendo 4 professoras. Os procedimentos metodológicos necessários à realização dessa pesquisa se situam na abordagem qualitativa, conforme Minayo (2000) e observação participante e entrevistas semiestruturada, conforme Bardin (1977), trabalhamos com a análise temática tipo categorial. Os resultados emergiram das categorias: concepções nos significados e finalidades da música na Educação infantil. Concluímos em nossas reflexões que essas professoras pesquisadas pouco sabem sobre a real importância da música na Educação Infantil, apontando então uma grande necessidade de programas de formação de professores voltada para o estudo desse âmbito, especialmente no sentido de oportunizar o mesmo acesso aos saberes constitutivos de linguagem musical.

Palavras-chave: Educação Infantil; Musica; mediação docente

Resumo 378

EDUCAÇÃO POPULAR NA LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DA CONSTRUÇÃO DA REDE EMANCIPA, EM SÃO PAULO, ENTRE 2011 E 2014

Marcela de Andrade Rufato

marufato@yahoo.com.br

Universidade Federal de Alfenas-MG (Unifal-MG), Brasil

Cibele de Camargo Lima

emaildacibele@gmail.com

Universidade Federal de São Paulo-SP (Unifesp-SP), Brasil

O presente trabalho tem como objetivo relatar parte da experiência vivenciada pelas autoras na construção da Rede Emancipa, movimento social de educação popular, no âmbito da coordenação geral de São Paulo, entre os anos de 2011 e 2014. A Rede Emancipa é um movimento social que iniciou suas atividades em 2007, com a organização de um cursinho popular preparatório para vestibulares e ENEM no município de Itapevi, na periferia da região metropolitana de São Paulo. Naquele momento, estudantes universitárias/os de instituições públicas e privadas, estudantes secundaristas e docentes da rede básica se reuniram na luta pela democratização do conhecimento e do acesso ao ensino superior público. Pouco tempo depois, aquela experiência se multiplicou pela cidade de São Paulo, assumindo uma identidade de rede de cursinhos populares. A partir de 2011, esse trabalho ultrapassou os limites da cidade e do estado de São Paulo, chegando a Rio Grande do Sul, Pará, Minas Gerais, Distrito Federal e Rio Grande do Norte. Entre 2011 e 2014, fomos coordenadoras de cursinhos em regiões opostas da cidade e nos encontrávamos, quinzenalmente junto a representantes e coordenadoras/es de todos os cursinhos das cidades de São Paulo e Itapevi, para compartilhar as experiências e as dificuldades de cada cursinho e, principalmente, para organizar e planejar ações conjuntas, que possibilitaram superar a dinâmica de guarda-chuva de iniciativas particulares e, de fato, se constituir como uma rede de cursinhos populares e como um movimento social de educação popular, que atua diretamente com a juventude das classes populares na luta pela democratização do conhecimento e pela popularização da Universidade no Brasil, tendo a obra de Paulo Freire como importante referência.

Palavras-chave: Cursinhos; Educação Popular; Movimento Social; Acesso à Universidade; Vestibular

Resumo 379

INVISIBLE YOUTH? NEET POPULATION DIVERSITY AND PUBLIC POLICY RESPONSES

Maria Manuel Vieira

mmfonseca@ics.ulisboa.pt

Tatiana Ferreira

tatiana.ferreira@ics.ulisboa.pt

Social Sciences Institute, Portugal

Lia Pappámikail

lia.pappamikail@gmail.com

The economic crisis caused high rates of youth unemployment in most European countries, leading to a social alarm climate regarding the risks related to the European Social Model and the intergenerational contract that sustains it. In this context, in 2013 the European Commission launched the Youth Guarantee Programme (YG) to combat the marginalization/exclusion of young people under 25 who are not in employment, education or training (NEET), ensuring that they receive an employment offer, and/or continue education, and/or receive an apprenticeship or traineeship offer within a period of four months of becoming unemployed or leaving formal education. In Portugal, the high youth unemployment rate, above the European average, in young people under 30 years, extended the scope of YG measures in order to prevent their entry into long cycles of unemployment and promote their insertion in the labour market. Although around 300 000 NEET's under 30 have benefited from measures within YG, Portugal faces challenges in promoting early intervention and outreach of non-registered NEETs in public employment services. In Portugal YG strategy relies on a partnership network involving not only public institutions but also a set of local partners, whose proximity to youth population would allow them to identify and register NEETs and tackle the heterogeneity of their situations and trajectories, accordingly to their expectations and needs. However the implementation of such strategy has faced several difficulties. This paper is part of an ongoing research and intervention project granted by the European Commission - "Make the future... today!" (VS/2016/0373) - whose aim is to increase the number of NEET registered in YG system and to turn more effective the YG partner's network. The project implementation relies on the involvement of various stakeholders, with different levels of participation. Drawing on the diagnosis and evaluation tasks within this project, we intend to analyse the impact and challenges of the YG implementation in Portugal namely: i) mapping young NEET's in Portugal and their specificities when compared with other European counterparts; ii) questioning the political and academic use of the NEET category.

Palavras-chave: NEET; youth; European crisis; European policies; Youth Guarantee

Resumo 384

JOVEM: MOSTRE SUA CARA! UM ESTUDO ACERCA DA CONSTITUIÇÃO DA CONDIÇÃO JUVENIL NA INTERFACE "ESCOLA PÚBLICA" E "ESPAÇO URBANO"

Alexandre Santos Silva

prof.alexandre1982@gmail.com

UFSCar, Brasil

O presente estudo investiga o papel da escola pública e dos espaços urbanos, enquanto ambientes de socialização, na constituição das múltiplas culturas juvenis contemporâneas, a fim de compreender as rupturas e continuidades entre os espaços de produção de subjetividades. Abordaremos os principais estudos teóricos voltados à juventude na atualidade, com vista à análise da concepção atribuída por jovens no ensino médio à escola, ao processo de escolarização e ao que percebe como importante para sua socialização. A investigação tem como base a antropologia urbana e a inspiração etnográfica para parte da coleta de dados. Para tanto, pretendemos atingir as interfaces da constituição da condição juvenil, tomando os percursos urbanos de jovens de 36 escolas públicas que oferecem o ensino médio em uma determinada região da cidade de São Paulo. Inicialmente serão aplicados questionários a jovens do último ano do ensino médio dessas escolas, que oferecerão subsídios para um segundo momento da pesquisa, pautado por uma etnografia junto a jovens estudantes dessas escolas e aos seus percursos na cidade, trabalhando-se com observação participante, registro de notas de campo, registros fotográficos, relatos de observação e encontros também no espaço virtual. Almeja-se contribuir com a constituição e compreensão das múltiplas trajetórias e identidades que os jovens podem assumir, bem como a apropriação do espaço urbano e a atuação da escola pública na potencialização das culturas juvenis.

Palavras-chave: Educação; Escola Pública; Juventudes; Culturas Juvenis; Etnografia

Resumo 385

(RE) INTERPRETAÇÕES DAS INTERSECÇÕES ENTRE AS RELAÇÕES RACIAIS E DE GÊNERO NAS CULTURAS INFANTIS ENTRE AS CRIANÇAS DE 0-3 ANOS EM CRECHE

Flávio Santiago

flavio.fravinho@gmail.com

UNICAMP (Brasil) | UNIMIB (Itália)

O presente trabalho tem como objetivo contribuir com os estudos referentes à produção das culturas infantis, explorando os aspectos relativos às (re) interpretações das intersecções entre o processo de racialização, as relações de classe e as relações de gênero produzidas por crianças pequenininhas, negras e não negras, de 0 a 3 anos, de um coletivo infantil em uma creche pública. Trata-se de uma etnografia que foi realizada na região metropolitana de Campinas-SP/ Brasil, fazendo uso do registro em caderno de campo e entrevistas. Com base nas análises, podemos destacar que o processo de hierarquização dos sujeitos, desde pequeninhos/as, ocorre de modo interseccionado entre os marcadores sociais de diferença: raça, gênero, classe social e idade. Contudo, as crianças pequenininhas, negras e não-negras, tencionam as hierarquias pautadas na ordem patriarcal e racista criando outros modos de relação com o mundo e com os outros sujeitos.

Palavras-chave: Culturas infantis; Crianças pequenininhas; Racialização; Relações de gênero; Creche

Resumo 386

ESPIA, COLARES. A IMAGEM COMO FORMA DE REPRESENTAÇÃO VISUAL DO IMAGINÁRIO INFANTIL NUMA ILHA DO LITORAL PARAENSE

Anita Lima

anitalima@hotmail.com

Brazil - University of Minho

Neste trabalho apresentamos uma análise da representação visual sobre o imaginário infantil da Ilha de Colares, no litoral paraense, como instância demonstrativa da atualidade dinâmica da tradição oral no cotidiano do lugar. Através de oficinas de imagens fomos descobrindo um universo de lendas e história encantadas sobre um pedacinho da floresta da Amazônia Brasileira. A ideia do trabalho desenvolvido surgiu na minha primeira viagem para a ilha de Colares. Fiquei instigada com a realidade ribeirinha, com as histórias surpreendentes que ouvi, com a magia e as encantarias das águas que rodeiam a ilha. O estudo do imaginário das crianças, tendo como eixos de interpretação as histórias contadas pelos mais velhos e a representação visual dessas narrativas da oralidade feita pelas crianças, se constitui no objeto deste projeto. Desenvolvemos atividades que estimulam a expressão da criança por meio da imagem, em busca da reflexão sobre suas relações com o lugar onde vivem. Histórias e lendas do rio e da mata de Colares sempre permearam esses encontros. A construção da câmara escura, a técnica de pincel de luz, pinhole, fotografias e desenhos foram atividades desenvolvidas durante todo o projeto. E as imagens produzidas pelas crianças e apresentadas neste trabalho não representam uma mera ilustração, elas implicam numa participação afetiva, mexem com a nossa imaginação, desejos, medos, anseios... As imagens foram realizadas a partir das lendas e histórias contadas na ilha e revelam significações da representação do imaginário da cultura de Colares, uma comunidade ribeirinha.

Palavras-chave: Imaginário Infantil; Representação Visual; Participação

Resumo 387

CONTEXTOS EDUCATIVOS: BRINCAR PORQUÊ E PARA QUÊ?

Dulce Noronha-Sousa

dulcenoronha@iesfape.pt

Patrícia Raquel da Silva Fernandes

Brincar é um direito fundamental que promove o desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e estimula potencialidades inatas, ainda na infância. O período dos 0 aos 24 meses é visto como preparatório para o aparecimento do lúdico (Kishimoto, 2010). A autora indica que não se pode pensar no brincar sem as interações: interação com educadores; interação com crianças; interação com os brinquedos e materiais; interação entre criança e ambiente; interações (relações) entre a instituição, a família e a criança. Esta articulação entre áreas de desenvolvimento e aprendizagem assenta no reconhecimento que brincar é a atividade natural da iniciativa da criança que revela a sua forma holística de aprender, caracterizada pelo elevado envolvimento da criança revelado com sinais de prazer, concentração, persistência e empenhamento. Brincar possibilita o processo de aprendizagem, facilitador da construção na reflexão, na autonomia e na criatividade. O Brincar revela-se uma importante forma de comunicação. Para educar a criança desde as primeiras idades, no contexto educativo, é necessário integrar não apenas a educação ao cuidado, mas também ao desenvolvimento, autonomia, assim como à educação, e a aprendizagem lúdica pela brincadeira. O Brincar tornou-se um potente veículo de aprendizagem, permite, através do universo lúdico vivenciar a aprendizagem como processo social. Educar, hoje, não se limita a dar informações ou mostrar apenas um caminho, mas ajudar a criança a tomar consciência de si mesmo e da sociedade. O brinquedo é a essência da infância e permite um trabalho pedagógico que possibilita a produção do conhecimento da criança. O educador é mediador entre a criança e o conhecimento, organizando e proporcionando situações de aprendizagem que articulem os recursos e as capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança aos seus conhecimentos prévios e aos conteúdos referentes aos diferentes campos do conhecimento humano. A criança necessita de estabilidade emocional para se envolver com a aprendizagem. O afeto pode ser uma maneira eficaz de aproximar e, a ludicidade em parceria com educador-criança, ajuda a enriquecer o processo de aprendizagem. Quando o educador dá ênfase às metodologias que alicerçam as atividades lúdicas, percebe-se uma maior motivação da criança, pois aprende-se brincando.

Palavras-chave: brincar; autonomia; criatividade; cultura lúdica; criança

Resumo 388

TEMPO E RELAÇÕES DE PODER NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Susana Beatriz Fernandes

susanaf@unisc.br

Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Brasil

Circe Mara Marques

circe@uniarp.edu.br

UNIARP, Brasil

O presente texto tem por objetivo discutir e problematizar práticas pedagógicas na educação infantil relacionadas à gestão do tempo das crianças. Apresenta dados produzidos a partir de observações realizadas por alunas de um curso de pedagogia, em escolas infantis públicas e privadas, do interior do Rio Grande do Sul, Brasil. A partir dos relatos foram encontradas recorrências de práticas pedagógicas autoritárias, configuradas a partir de relações de poder que impõe um tempo igual, para todas as crianças, no que concerne à alimentação, ao descanso e ao brincar. As análises basearam-se em estudos advindos do novo Campo de Estudos da Criança, em especial das discussões propostas pela Sociologia da Infância e a Filosofia. O discurso do tempo da escola infantil como um tempo para viver a infância emerge no final do século XX, no país, a partir da ideia de criança como sujeito de direitos, inspirados tanto na constituição Brasileira de 1988, como na Declaração dos Direitos da Criança de 1989. O caráter individual que conforma a experiência do tempo vivido por cada criança não pode ser garantido em instituições cujos tempos são previamente definidos pelos adultos de forma rígida. Compreendemos as práticas observadas nesta investigação como desrespeito aos direitos das crianças, em instituições de educação infantil, como resultado de relações de poder e de dominação dos adultos sobre elas. O tempo compreendido não apenas como uma categoria pedagógica, mas também como uma categoria política, que organiza e produz a vida das crianças em contextos coletivos, constitui-se hoje em uma dimensão central na organização de propostas pedagógicas para a educação da infância. A partir dos relatos das observações realizadas pelas estudantes constatou-se o desrespeito ao tempo das crianças e às suas

necessidades. A forma como a gestão do tempo vem sendo conduzida em significativo número de escolas infantis, demonstra, de modo contundente, a urgência de que essa temática seja discutida e aprofundada tanto em cursos de formação inicial de professores/as para infância, como em espaços de formação em serviço. O estudo aponta que é preciso garantir o tempo da infância a partir do reconhecimento e do respeito a alteridade das crianças.

Palavras-chave: Infância; Direitos da criança; Tempo; Poder; Educação Infantil

Resumo 390

A DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA - O SEU PAPEL NA DIFUSÃO DE BOAS PRÁTICAS NO DIÁLOGO INTERGERACIONAL E NA CULTURA LOCAL

Fernando Jorge André

fernando.andre@cm-albufeira.pt

Sílvia Vaz

Câmara Municipal de Albufeira, Portugal

No âmbito do quadro de competências da Divisão de Educação e Ação Social desta edilidade procuramos estar atentos e em constante actualização das boas práticas que surgem quer ao nível local, quer ao nível nacional ou até mesmo internacional, quer através de parcerias, quer através de participação em colóquios ou acções de formação. Assim, parece-nos pertinente a partilha de duas boas práticas de natureza socioeducativa. 1. Grupo de Trabalho e Idosos: A preocupação com o bem-estar dos seus munícipes tem sido uma forte aposta da Autarquia de Albufeira ao longo dos últimos anos. Para além das estruturas formais de apoio social, a Autarquia tem procurado desenvolver programas e projectos que vão ao encontro das necessidades específicas da população sénior. É neste contexto de serviço à comunidade que surge o Grupo de Trabalho de Idosos, composto por: Agrupamento dos Centros de Saúde do Algarve I – Central; Associação Humanitária Solidariedade Albufeira; Banco do tempo de Albufeira; Centro Paroquial de Paderne; Conferencia São Vicente Paulo Albufeira; Cruz Vermelha Portuguesa; Fundação António Silva Leal; Guarda Nacional Republicana de Albufeira; Instituto de Solidariedade e Segurança Social serviço local de Albufeira; Município de Albufeira; Nuclegarve - Núcleo dos Motoristas Terras do Algarve; Santa Casa da Misericórdia de Albufeira. De entre inúmeras actividades que são desenvolvidas por este grupo, procuramos sempre que possível a interacção entre gerações, difundindo a prática de tradições cuja origem das mesmas possuem características culturais essencialmente algarvias, a título de exemplo o dia da espiga, o baile da pinha, jogos tradicionais; entre outras. 2. Centro Educativo do Cerro do Ouro: Este centro educativo encontra-se aberto a toda a comunidade com o intuito de promover, e sensibilizar para algumas tradições de Albufeira, nomeadamente: A “Escola do antigamente”, através da replicação de uma cópia fiel às escolas primárias do Estado Novo; a actividade de Empreita, uma actividade que se destinava à confecção de artigos vários com folhas de palma, a cestaria em Palma e Esparto e a esteiraria.

Palavras-chave: Idosos; Gerações; Interacção

Resumo 391

PROJETO “UM NOVO OLHAR NA ESCOLA”

Joaquim Guilherme Guerreiro Nunes

jnunes.1673@cm-albufeira.pt

Maria José Valente

maria.valente@cm-albufeira.pt;

Dora Bento

dorabento@hotmail.com

Câmara Municipal de Albufeira, Portugal

“Um novo Olhar na Escola”, é um projeto direccionado para miúdos da comunidade cigana de Albufeira, que frequentam o 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico cujos autores são: Joaquim Guilherme Nunes, Maria José Valente e Dora Bento, técnicos do Município de Albufeira. As actividades desenvolvidas pretendem a implementação de

dinâmicas promotoras de integração social, a redução de estereótipos capazes de materializar atitudes pejorativas, promovendo desta forma a importância do ensino, a melhoria das relações entre a comunidade cigana e a escola, bem como a melhoria do sucesso educativo individual e coletivo.

Palavras-chave: Igualdade; Cidadania; Ciganos; Orientação Sexual

Resumo 392

UMA AUTARQUIA MULTICULTURAL - AS BOAS PRÁTICAS DE INTEGRAÇÃO

Fernando Jorge André

fernando.andre@cm-albufeira.pt

Paula Cunha

paula.cunha@cm-albufeira.pt

Câmara Municipal de Albufeira; Portugal

Albufeira é um local onde as pessoas de diversas raças ou etnias, religiões ou credos, de diversas nacionalidades de todo o mundo se encontram e vivem durante todo o ano. A constatação de que a nossa sociedade, e, como reflexo disso, as nossas escolas, é cada vez mais multicultural, tem-nos levado a trabalhar no sentido de permitir uma melhor integração desses jovens que são provenientes dos “quatro cantos do mundo” e, ao mesmo tempo, proporcionar-lhes a possibilidade de divulgar as características das suas próprias culturas, contribuindo, portanto, para o enriquecimento de todos os que com eles convivem. Dada a importância que damos à prática da participação da comunidade nas ações da autarquia e sendo esta autarquia uma autarquia multicultural, ao longo dos anos temos vindo a desenvolver inúmeras ações com a comunidade escolar no sentido de promover boas práticas de integração. O nosso trabalho passa por promover Encontros Inter e Multiculturais, ações de sensibilização para os Direitos Humanos, promoção do associativismo, etc. É um pouco da experiência que temos no âmbito do trabalho inter e multicultural que nos propomos a levar ao presente evento científico.

Palavras-chave: Sensibilizar; Consciências; Direitos Humanos

Resumo 393

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA A INFÂNCIA NO BRASIL: ENTRAVES, PERSPECTIVAS E AVANÇOS

Oberdan da Silva de Andrade

andrade_oberdan@hotmail.com

Universidade de Pernambuco – UPE/Campus Mata Norte, Brasil

A presente pesquisa aborda o cenário político e pedagógico em que se realizam as Políticas Públicas voltadas à gestão da educação infantil e juvenil no cenário brasileiro do século XXI, buscando explicitar concepções, ações e programas governamentais instituídos para este fim, bem como, suas interfaces com a suposta qualidade preconizada para esse público estudantil no Brasil. Nesta perspectiva, ao analisar tais políticas e programas governamentais no contexto educacional brasileiro, vislumbramos os entraves, as perspectivas e os avanços desse processo, sob a ótica da construção de novos parâmetros para a qualidade e gestão democrática da escola pública brasileira, através do reconhecimento de uma política para com a infância e juventude como um direito garantido na Constituição Federal Brasileira. No entanto, esse cenário em nossa nacionalidade tem passado por várias mudanças no âmbito das políticas, das práticas e da gestão pública nacional, e desse modo, indicando limites e perspectivas para com os estudantes infanto-juvenil no que diz respeito à devida concretização de uma política pública neste contexto. Assim sendo, do ponto de vista aos procedimentos metodológicos utilizados na elaboração da supracitada pesquisa, delimitaram-se ao uso dos marcos legais instituídos pelo Ministério da Educação Brasileira para com a infância e juventude, em consonância com os marcos legais instituídos pelo Ministério Público e Jurídico Nacional, sendo embasados por teóricos e estudiosos que referendam esta temática e possuem subsídios publicados em periódicos, livros e mídias virtuais, considerando-se desse modo em uma pesquisa de natureza exploratória e bibliográfica. De posse ao referencial apresentado, buscou-se elaborar uma construção teórica e reflexiva acerca do temário proposto,

atentando sempre para o fortalecimento de uma política pública real, concreta e sistemática para com a infância e juventude brasileira em que se diga - de fato- ser democrática, sólida e acessível à nação.

Palavras-chave: Educação; Políticas Públicas; Infância e Juventude

Resumo 394

INVESTIGAR COM OS ALUNOS: OS PROCESSOS MENTAIS E A FUNÇÃO DO ERRO NA APRENDIZAGEM

Paula Vieira da Silva

pmvsilva@netcabo.pt

Doutoranda do Instituto de Educação/UNIDEF, Universidade de Lisboa, Portugal

A investigação sobre o ensino e a aprendizagem em matemática é particularmente complexa. Esta complexidade advém de vários fatores, nomeadamente da pluralidade de pontos de vista que é necessário (ou desejável) confrontar, consoante os objetivos em análise: os pontos de vista matemático, epistemológico, cognitivo, experiencial ..., quer originados no campo científico especializado, quer (re)contextualizados pela ação profissional dos professores, quer, ainda, (re)interpretados a partir dos saberes já adquiridos e níveis de desenvolvimento dos alunos, onde, frequentemente, se misturam concepções alternativas, intuições, capacidade de imaginação. Os fenômenos observados e os problemas a explorar estão longe de ser equacionados da mesma maneira, dependendo muito do ponto de vista adotado. Considerando estes pressupostos, a investigação que estou a realizar baseia-se numa abordagem interpretativa, com a intenção de suscitar, estimular e analisar as representações e os processos mentais utilizados pelos alunos, no âmbito da geometria, em tarefas das provas de avaliação externa em matemática. Imediatamente após a realização das provas, a recolha dos dados foi feita a partir de uma amostra intencional, selecionada de entre a população constituída pelos alunos do 6.º ano do ensino básico, do agrupamento de escolas onde a investigadora leciona. O pressuposto foi o de que a proximidade e confiança entre a investigadora e os alunos criaria um clima favorável para que os mesmos se sentissem encorajados e disponíveis a explicar como resolveram as tarefas das provas. Na constituição da amostra foram também considerados os níveis anteriores de desempenho académico, de modo a permitir recolher, através dos depoimentos dos alunos, uma maior diversidade de estratégias de resolução das referidas tarefas, com atenção particular aos diferentes erros cometidos e aos processos mentais envolvidos. Para além de a investigadora ter ficado com um conhecimento mais aprofundado e sistematizado do objeto de estudo, em desenvolvimento no âmbito do doutoramento em didática da matemática, salienta-se também a convicção da importância formativa de uma investigação com (e não sobre) os alunos.

Palavras-chave: alunos; processos mentais; funções do erro

Resumo 400

A PERCEÇÃO HIERARQUIZADA DAS DIFERENÇAS E A NATURALIZAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA

Maria José Casa-Nova

micasanova@ie.uminho.pt

Maria Custódia Rocha

mcrocha@ie.uminho.pt

Daniela Silva

dsilva@ie.uminho.pt

CIEd-Centro de Investigação em Educação, Instituto de Educação da Universidade do Minho; Portugal

Rosanna Barros

rosanna@net.sapo.pt

Universidade do Algarve, Portugal

Nesta comunicação apresentam-se os principais resultados do Projeto de Investigação – Democracia, diferença e desigualdades sociais e escolares: a percepção hierarquizada da diferença. Trata-se de uma investigação resultante de

dois estudos de caso efetuados em dois agrupamentos de escolas no Norte e no Sul de Portugal. Com base numa metodologia quantiqualitativa, atendendo a um conjunto de dados e discursos captados por via de inquérito por questionário e de entrevista semiestruturada explicita-se e problematiza-se, de acordo com as perceções de alunos e alunas, as múltiplas e cumulativas formas de discriminação que se afirmam na escola. De entre estas ganha destaque a discriminação efetuada sobre os corpos socializados. Esta discriminação dá-se por via do insulto nos mais variados espaços da escola, mas sobretudo nos corredores e espaços exteriores de recreio, atingindo manifestações de violência física, principalmente nestes últimos. Uma das categorias que mais se evidenciou nos resultados totais (análise de 739 inquéritos e 42 entrevistas) foi a consciência da imperfeição como traço marcante das personalidades. A maior parte dos inquiridos, denunciando a discriminação, não se sente vítima de discriminação. Numa frequência quase correspondente à primeira (discriminação sobre os corpos) surgem as perceções de que a discriminação se articula com um conjunto de fatores predominantemente psicológicos de entre os quais a timidez, a reserva, a insegurança e a fragilidade. Há, assim, simultaneamente, uma tendência para naturalizar a discriminação (silenciando-a) e para a associar à maneira de ser, à baixa autoestima, em suma, às características pessoais das vítimas, auto e hétero desculpabilizando e desresponsabilizando quem discrimina e hierarquiza. Na apresentação desta comunicação, atendendo à multiplicidade e à cumulatividade de categorias constituintes de discriminação, pretende-se, ainda, discutir os contributos e os limites da análise interseccional quando aplicada à produção de conhecimento sobre interações sociais no espaço da escola pública.

Palavras-chave: Democracia; Diferença; Desigualdades sociais e escolares

Resumo 402

O ENEM A AMPLIAR A MOBILIDADE ESTUDANTIL PARA PORTUGAL: REFLEXÕES PRELIMINARES

Rovênia Amorim Borges

roveniaa@gmail.com

Doutoranda Ciências Educação, Instituto de Educação - Universidade do Minho

Almerindo Janela Afonso

ajafonso@ie.uminho.pt

Centro de Investigação em Educação (CIEd), Instituto de Educação da Universidade do Minho; Portugal

Nesta comunicação, apresentamos algumas reflexões críticas, ainda preliminares, sobre a utilização dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) por instituições de ensino superior em Portugal. As provas do ENEM são organizadas e aplicadas anualmente pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC) e mais de 4,5 milhões de estudantes brasileiros concluintes da escolaridade obrigatória fizeram as provas em 2017. Instituído em 1998 com o objetivo de ser um procedimento de avaliação do desempenho escolar, o ENEM acabou transformado no principal mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior do Brasil, nomeadamente nas universidades públicas e gratuitas da rede federal, reconhecidas como as de melhor qualidade de ensino e pesquisa. Porém, desde 2014, com a vanguarda da Universidade de Coimbra, o ENEM vem sendo gradativamente aceito por instituições portuguesas de ensino superior. Já são 27 as universidades e institutos em Portugal a estabelecer critérios de classificação com base no ENEM como forma de ingresso de brasileiros entre os seus estudantes internacionais. A nossa contribuição será no sentido de refletir criticamente sobre esse mecanismo de avaliação nacional, agora sob a chancela internacional de Portugal, tendo por partida o recente quadro de reformas (neoliberais) no ensino médio no Brasil e no próprio ENEM, em paralelo com uma discussão que interpõe conceitualmente desigualdades sociais e mobilidade estudantil internacional.

Palavras-chave: ENEM; Brasil-Portugal; Mobilidade estudantil; Desigualdades sociais

Resumo 403

JUVENTUDE E MOVIMENTOS SOCIAIS: A PARTICIPAÇÃO COMO PROPICIADORA DE PROCESSOS EDUCATIVOS NÃO FORMAIS E INFORMAIS

Hadassa Monteiro de Albuquerque Lucena

hadassa12albuquerque@gmail.com

Este trabalho teve como objetivo compreender os movimentos sociais enquanto espaços de educação não formal e informal, tanto pelas formas de organização, como de atuação que assumem. As pressões e oposições entre os movimentos sociais e o poder público favorecem a organização de estratégias e a formação política dos sujeitos envolvidos, pois, em tese, implicam que estes estabeleçam objetivos sociopolíticos e meios para alcançá-los. Nessa experiência os sujeitos se apropriam de conhecimentos teóricos, práticos, técnico instrumentais, simbólicos, éticos, entre outras formas de saber, além de uma compreensão mais aprofundada de como se estrutura e se organiza politicamente a nossa sociedade. As aprendizagens nesses contextos ganham maior importância por terem como foco os sujeitos das ações. Compreender como esses sujeitos, no decurso de suas histórias de vida e por via de processos eminentemente de aprendizagem experiencial, construíram aprendizagens e conhecimentos na participação em movimentos sociais é o tema desse estudo. Para compreender como ocorre essa aprendizagem no interior dos movimentos sociais, foi realizada uma pesquisa qualitativa, com recurso a entrevistas semi-estruturadas, para obter relatos de histórias de vida de seis participantes de um movimento brasileiro que reúne jovens em todo o país: o Levante Popular da Juventude. Este movimento é uma organização nacional que se propõe a, a partir de mobilizações, construir mudanças na sociedade. Atuam em três frentes: urbana, rural e estudantil. De acordo com a I Carta de Compromisso desse movimento, entre os temas que fazem parte da luta estão a conquista da democratização do acesso ao transporte, cultura, lazer e educação e o combate ao trabalho precarizado, ao machismo, racismo, homofobia, lesbofobia, transfobia, compreendendo que a sociedade brasileira está estruturada a partir de contradições sociais em um mundo onde vigora um sistema imperialista que cria relações de dominação e opressão entre classes e, portanto, objetiva lutar por um país mais justo e igualitário. A pesquisa conduzida permite problematizar como a participação em movimentos sociais propicia experiências sociais relevantes e se constitui como uma em fontes de aprendizagens diversas, favorecendo aos sujeitos a passagem de uma consciência ingênua para uma consciência crítica.

Palavras-chave: Juventude; Movimentos sociais; Aprendizagens experienciais

Resumo 404

TURMA ALFA: PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE UMA PRÁTICA EDUCATIVA INCLUSIVA

Virgínio Sá

virsa@ie.uminho.pt

Esmeraldina Veloso

eveloso@ie.uminho.pt

Universidade do Minho, Portugal

Esta comunicação constitui um recorte numa investigação mais ampla centrada no tema “Lugares Educadores: práticas, vozes e percursos de educação inclusiva”. Este projeto procura responder, entre outras, às seguintes questões: (i) que processos e fatores, lógicas de ação e parcerias (institucionais, comunitárias, locais), contribuem do ponto de vista dos atores envolvidos para construir práticas de educação inclusiva? (ii) que processos e fatores (sociais, institucionais, biográficos) sustentam a interrupção da espiral negativa de insucesso e abandono/saída escolar precoce e favorecem a remobilização dos jovens para aprender e construir percursos académicos de sucesso? O desenho da investigação compreende um estudo multicase de onze unidades de observação, em quatro municípios portugueses, no âmbito de dois programas nacionais orientados para o combate ao insucesso e ao abandono precoce. Para esta comunicação selecionamos os dados recolhidos no âmbito de um dos estudos de caso- um Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP) localizado num concelho do Norte de Portugal. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com diversos atores educativos do TEIP, incluindo professores, alunos e pais. Foram também analisados diversos documentos e relatórios (projeto educativo, regulamento interno, relatório de autoavaliação, relatório do projeto TEIP, entre outros). Tendo como referência uma prática educativa inclusiva específica adotada no TEIP (Turma Um), discutem-se os seus efeitos inclusivos, mas contemplando também os potenciais risco de exclusão que a mesma envolve.

Palavras-chave: territórios educativos de intervenção prioritária; práticas educativas inclusivas; insucesso educativo; abandono precoce

Resumo 405

TRABALHAR A COMUNIDADE NA ESCOLA E A ESCOLA NA COMUNIDADE: “TENTAR PERCEBER AMBAS AS PARTES, E JOGAR COM ISSO (...) VAI CHOCANDO, PORTANTO, ISTO É UM TRABALHO MAIS QUE DIÁRIO”

Fátima Antunes

fantunes@ie.uminho.pt

José Augusto Palhares

jpalhares@ie.uminho.pt

Universidade do Minho, Portugal

Esta comunicação discute alguns dados preliminares recolhidos no âmbito de um projeto mais amplo, que estuda onze práticas socioeducativas orientadas para a superação do insucesso e abandono escolares e que visam contribuir para a interrupção da espiral negativa insucesso-abandono. Elegeremos apenas uma das práticas de mediação socioeducativa, desenvolvida desde 2010 num concelho do norte de Portugal, no âmbito de um projeto de intervenção baseado na comunidade e foi recolhida numa primeira fase do estudo (2016/2017) através de uma entrevista semiestruturada à Coordenadora e da análise de relatórios de atividades; a informação empírica foi tratada através de dois instrumentos de análise de conteúdo, uma grelha de critérios de seleção das práticas em estudo, construída com base na literatura relevante e uma nota descritiva. Ao mesmo tempo que o contexto escolar acolhe esta iniciativa desenvolve-se no bairro a continuidade da prática, numa lógica aparentemente simétrica, onde há agora lugar ao “trabalhar a escola” para além dela. Abre-se, assim um espaço onde se medeiam interesses das crianças e de jovens ciganos e respetivas famílias junto de professores e órgãos de gestão, refletindo, por um lado, a aceitação institucional de que a integração socioeducativa dos públicos que habitam as margens da *cidade* requer respostas não contempladas no seu interior; por outro lado, a existência de um gabinete na escola induz segurança e ligação à comunidade de referência, um espaço de familiaridade que permite lidar com a estranheza do *ofício do aluno*, de processos de socialização e de sentidos de futuro. Esta Prática gera e suporta processos de *negociação* e *aproximação* entre atores que contribuem para superar barreiras *institucionais*, *disposicionais* e *situacionais* e favorecer a participação na escola e na aprendizagem das crianças e jovens (ciganos) que envolve. Ao mesmo tempo, a Prática depende de fatores que remetem para condições da própria intervenção, por um lado – (i) uma presença ativa na escola e uma relação sólida com os Encarregados de Educação; (ii) tempo e continuidade da intervenção – e do posicionamento dos sujeitos: (iii) perceção da necessidade de mudança e abertura à diversidade. Uma primeira abordagem sugere que esta Prática de mediação socioeducativa procura interferir com um contexto institucional escolar híbrido, em que é possível identificar orientações e práticas atribuídas a modos distintos de organização da escola para responder à diversidade dos seus públicos, da escola *compensadora*, *integradora* e *inclusiva*.

Palavras-Chave: Prática de mediação socioeducativa; insucesso e abandono escolares; relação escola-comunidade; trabalhar a escola.

Resumo 406

OS ALUNOS E A DISCIPLINA: A VISÃO DOS PROFESSORES

Carlos Alberto Gomes

calberto@ie.uminho.pt

Guilherme Rego da Silva

grs@ie.uminho.pt

Daniela Vilaverde Silva

dsilva@ie.uminho.pt

Universidade do Minho, Portugal

Inspirada nas problemáticas sociológicas da socialização, da educação, e do controlo social, e em problemas centrais da teoria sociológica, como, por exemplo, os problemas da ordem e da conformidade, da coerção e da submissão,

da construção de consensos e compromissos, da reciprocidade e da cooperação, bem como, num polo oposto, os problemas ou questões suscitadas pelas dinâmicas de conflito, divergência ou resistência, a comunicação apresenta e analisa um conjunto de resultados de investigação obtidos através da aplicação de um inquérito por questionário à totalidade dos professores de um agrupamento de escolas público, no final do ano letivo de 2013-2014. Os referidos professores foram convidados a expressar as suas opiniões e visões sobre o cumprimento das normas estabelecidas no regulamento disciplinar interno, expressas particularmente na relação entre direitos e deveres dos alunos. Os resultados mostram que a maior parte dos professores converge na visão de que na sua maioria os alunos adotam uma conduta caracterizada pelo regular cumprimento das normas disciplinares, não só ao nível do contexto interativo da sala de aula, bem como noutros espaços e atividades educativas e formativas proporcionados pela escola. Todavia, os resultados também evidenciam que para um significativo conjunto dos professores inquiridos, a aparente conformidade institucional não pode ser generalizada, pois, na sua visão, são vários os alunos cuja conduta na escola, e particularmente no contexto da sala de aula, se caracteriza pela ambivalência ou pela clara rejeição dos objetivos educacionais e escolares, desafiando, ostensivamente, os valores, as atitudes e os procedimentos institucionalmente valorizados. Na comunicação procuraremos interpretar e problematizar – tendo, todavia, em consideração potencialidades e os limites heurísticos do estudo de caso e do inquérito por questionário – e apoiando-nos em contributos teóricos e conceituais construídos nos campos da sociologia e da sociologia da educação – estas duas dinâmicas presentes na escola pesquisada, explorando o valor ou alcance de algumas hipóteses ou possibilidades explicativas, procurando, no mesmo passo, evidenciar e analisar algumas das principais implicações educativas, pedagógicas, institucionais, e sociais, decorrentes das duas principais orientações identificadas nas respostas dos professores.

Palavras-chave: educação, regulamento, disciplina, professores, alunos.

Resumo 407

DA INCLUSÃO SOCIAL NA ESCOLA ÀS PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A APRENDIZAGEM COM QUALIDADE NO ENSINO BÁSICO EM ANGOLA: NOTAS DE PESQUISA

Francisco Caloia Alfredo

franciscocaloia10@gmail.com

Angola, Doutorando IE-Universidade do Minho

Quando há mais de uma década surgiu em Angola uma segunda reforma educativa, dos objetivos propostos para o ensino básico figurava a expansão da rede escolar e a universalização do ensino primário de seis classes no regime de monodocência, voltados para a melhoria das aprendizagens dos alunos. A inclusão social na escola e na sala de aula, a introdução da progressão automática, e a lecionação de um único professor para todas as disciplinas, são alguns dos exemplos que permitiram uma nova configuração do ensino primário que, desejavelmente, contribuiria para melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Nesta comunicação, serão analisadas as perceções dos professores do ensino básico sobre os processos da monodocência, as (des)vantagens da transição automática no ensino obrigatório angolano, e o aproveitamento escolar dos alunos. O autor apresenta dados de uma amostra constituída por doze entrevistados, os quais fazem parte de um estudo maior sobre políticas educativas, avaliação das aprendizagens e reforma do sistema educativo em Angola, no ensino básico obrigatório. Os resultados revelam que muitas das inovações propostas tiveram de confrontar-se com questões de ordem estrutural e com diferentes constrangimentos à formação e ação profissional dos docentes, mantendo-se assim como prioritários os objetivos de melhoria da qualidade do ensino.

Palavras-chave: ensino básico em Angola, inclusão na escola e sala de aula, qualidade educativa